

*Universidade Estadual de Campinas*  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

Dissertação de Mestrado:

***Trajetórias na Transamazônica:***  
**Estratégias de vida e trabalho em uma área rural amazônica.**

*Thais Tartalha do Nascimento Lombardi*

**Campinas, SP**  
Agosto de 2009

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP  
Bibliotecária: Cecília Maria Jorge Nicolau CRB nº 3387**

**L838t**      **Lombardi, Thais Tartalha do Nascimento**  
**Trajatórias na Transamazônica: estratégias de vida e trabalho**  
**em uma área rural amazônica / Thais Tartalha do Nascimento**  
**Lombardi. - - Campinas, SP : [s. n.], 2009.**

**Orientador: Emília Pietrafesa de Godoi.**  
**Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,**  
**Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

**1. Paisagens. 2. Trabalhadores rurais – Amazônia.**  
**3. Antropologia social. 4. Análise de trajetória. I. Godoi, Emília**  
**Pietrafesa de. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto**  
**de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.**

**Título em inglês: Transamazon's trajectories: life and work strategies at an**  
**amazon's rural area**

**Palavras chaves em inglês (keywords):**      **Landscape**  
**Farm workers – Amazon**  
**Social anthropology**  
**Analysis of trajectory**

**Área de Concentração: Antropologia rural**

**Titulação: Mestre em Antropologia Social**

**Banca examinadora: Emília Pietrafesa de Godoi, Mauro W. B. Almeida,**  
**Renata M. Paoliello**

**Data da defesa: 24-08-2009**

**Programa de Pós-Graduação: Antropologia Social**

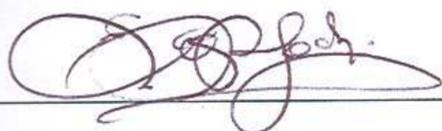
CJ  
J66J

**Trajetórias na Transamazônica:  
Estratégias de vida e trabalho em uma área rural amazônica.**

Dissertação apresentada ao  
Departamento de Antropologia do  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
da Universidade Estadual de Campinas  
para obtenção do grau de mestre em  
Antropologia Social sob orientação da  
Profa. Dra. Emília Pietrafesa de Godoi.

Este exemplar corresponde à redação  
final da Dissertação defendida e  
aprovada pela Comissão Julgadora em  
24/08/2009.

**Comissão Julgadora:**



\_\_\_\_\_  
Prof. Dra. Emília Pietrafesa de Godoi

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Mauro W. B. Almeida

\_\_\_\_\_  
Prof. Dra. Renata M. Paoliello

**Suplentes**

Prof. Dr. Fernando A. Lourenço

Prof. Dra. Marilda Menezes

**Campinas**  
**Agosto de 2009**

200928696

## Resumo

Essa dissertação fundamenta-se no trabalho de campo realizado em um trecho da Rodovia Transamazônica, no entorno das cidades de Altamira e Brasil Novo, no Estado do Pará. Esse trecho fez parte de um projeto de expansão da fronteira agrícola nos anos 70, e foi palco de um grande fluxo migratório de vários estados do país. A partir desses dois fatos nos propusemos a acompanhar, por meio das narrativas orais, as trajetórias desses migrantes, conhecidos localmente como *colonos*. Através do trabalho e da vida cotidiana pudemos acompanhar também as trajetórias dos *lugares* por eles constituídos. A partir dos dados colhidos uma paisagem e uma dinâmica local foram se desenhando. Tal paisagem e dinâmica mostraram que a categoria com a qual operávamos não era única. Naquele lugar outra categoria de moradores partilha o espaço com os *colonos*: *os daqui*. Ao acompanhar as trajetórias das pessoas através dessas duas categorias percebe-se a construção de uma relação com o lugar marcada pela relação com a terra e com a estrada, cuja dinâmica sofreu influência do projeto de colonização e de práticas trazidas do lugar de origem dos migrantes. O processo que se inicia com a chegada dos *colonos* até a emergência d'*os daqui* demonstra, principalmente, como um lugar e um modo de vida particulares se constituem naquela localidade. Por fim, esperamos que, ao entender as trajetórias dessas pessoas e dos lugares por elas constituídos, possamos ter contribuído para a compreensão dos resultados de uma política recente de colonização, e para o papel das pessoas na produção de lugares e de modos de vida.

**Palavras-Chave:** Paisagens, Trabalhadores rurais – Amazônia, Antropologia Social, Análise de trajetórias.

## Abstract

This thesis is grounded in a field work realized at the Tranzamazon road, especially in a piece of this road, nearby the cities of Altamira and Brasil Novo, at Pará state in Brazil. This piece of the road was part of agricultural frontier expansion project occurred in the 70's and was the stage to a huge migration flow from many states in the country. Looking to these two facts we proposed to follow the trajectories of those migrants locally known as *colonos* by focusing on the oral narratives. Looking forward the daily life and work we could also follow the trajectories of the places constituted by them. In that place another category of local residents share the space with the *colonos*: *os daqui*. By following those people trajectories through these two categories we can perceive the construction of a relation with the place that is given by the relation with the land and the road, whose dynamics was influenced by the colonization project and practices brought from the migrants original place of living. The process that has began with the arrival of the *colonos* and goes until the emergence of the *os daqui* shows, mainly, how a particular place and a particular way of living are constituted there. Finally, we hope that by understanding the trajectories of those people and the places built by them we have contributed to a comprehension of the results of recent colonization police and the role of the people in the production of places and ways of living.

**Key-words:** Landscape, Farm workers – Amazon, Social Anthropology, Analysis of trajectory.

## Sumário

Resumo.....	vi
Abstract.....	vii
Sumário.....	ix
Lista de figuras.....	xi
Lista de ilustrações.....	xi
Lista de tabelas.....	xi
<i>Introdução</i> .....	2
<i>Capítulo 1 - Gente, tempo e lugar: em busca das estratégias.</i> .....	16
<i>Capítulo 2 - O lugar do qual falamos: O projeto de colonização, a Transamazônica, Altamira e Brasil Novo.</i> .....	40
<i>Trajatória 1 - Dona Vicença. Desde antes da estrada: o seringal, a cidade e a estrada.</i> .....	41
<i>Trajatória 2 – Seu Miguel. “Vim para trabalhar, me apaixonei por esse lugar”</i> .....	47
<i>Lendo trajetórias.</i> .....	50
<i>Capítulo 3 - Tempo: Trajetórias e estratégias na Transamazônica.</i> .....	68
<i>Trajatória 3 - Família Amaral</i> .....	73
<i>Trajatória 4 – Humberto e Regina Espezato</i> .....	84
<i>Trajatória 5 - A família Rosa</i> .....	89
<i>Trajatória 6 - Na cidade e no lote: João Alberto e Lucia</i> .....	110
<i>Estratégias de vida e trabalho inscritas na paisagem</i> .....	115
<i>Capítulo 4 - “Nós somos os daqui!”: Os migrantes e seus filhos 40 anos depois.</i> .....	125
<i>Trajatória 7 - No travessão da 15 Maria das Neves e sua família falam de educação, trabalho e organização social.</i> .....	134
<i>Trajatória 8 - Fugindo do frio achou a quentura: José Aparecido da Silva</i> .....	138
<i>Trajatória 9 - A hospitalidade, o desprendimento e a força de vontade de Dinho e Maria</i> .....	141
<i>Considerações finais - Gente, Tempo e Lugar: A paisagem dos colonos e dos daqui</i> .....	149
<i>Bibliografia</i> .....	157

## **Lista de figuras**

<i>Figura 1 - Imagem de satélite da região estudo de 2005.</i> .....	6
<i>Figura 2 - Detalhe de uma imagem de satélite da região de estudo de 2008.</i> .....	11
<i>Figura 3 - Grade de lotes INCRA.</i> .....	62

## **Lista de ilustrações**

<i>Ilustração 1 - Lote da família Amaral.</i> .....	73
<i>Ilustração 2 - Lote de Humberto e Regina Espezato.</i> .....	84
<i>Ilustração 3 - Lote de João Luiz e Julia Rosa.</i> .....	89
<i>Ilustração 4 - Lote de José Acácio (Zeca Pazinha) e Maria Rosa</i> .....	90
<i>Ilustração 5 - Lote de João Alberto.</i> .....	110
<i>Ilustração 6 - Croqui da doze louca.</i> .....	112
<i>Ilustração 7 - Diagrama de parentesco das famílias Amaral e Rosa.</i> .....	122
<i>Ilustração 8 - Agrovila Presidente Kennedy.</i> .....	145

## **Lista de tabelas**

<a href="#"><u><i>Tabela 1 - Indicadores gerais da pesquisa*</i></u></a> .....	30
<a href="#"><u><i>Tabela 2 - Categorias do entrevistado</i></u></a> .....	30
<a href="#"><u><i>Tabela 3 - Forma de aquisição do lote.</i></u></a> .....	31
<a href="#"><u><i>Tabela 4 - Cobertura do lote.</i></u></a> .....	31
<a href="#"><u><i>Tabela 5 - Valores Médios, Desvio Padrão e Valores Extremos de alguns Indicadores de Uso do Solo para os lotes originais (Valores em %).</i></u></a> .....	31
<a href="#"><u><i>Tabela 6 - Produção total do lote por tipo de cultura (Incluídos casos de produção nula).</i></u></a> .....	32
<a href="#"><u><i>Tabela 7- Renda domiciliar mensal (R\$/ano anterior à pesquisa)*</i></u></a> .....	33

*À todos aqueles que foram com uma idéia na  
cabeça e um sonho no coração e criaram a paisagem  
que encontrei, e principalmente por fazerem com que  
suas vidas dessem um novo sentido a um lugar.  
Vocês são o corpo e a alma desse trabalho.*

## Agradecimentos

Para que esse trabalho fosse realizado muitas pessoas se envolveram, seja pessoalmente, seja profissionalmente. Todos eles merecem ser aqui lembrados e espero que se alguém não for contemplado nessa pequena lista entenda que a memória nem sempre está a nosso serviço para organizar toda a nossa trajetória.

Começo por agradecer ao Prof. Dr. Emílio Moran do Anthropological Center for Training and Research on Global Environmental Change (ACT) da Universidade de Indiana e ao Prof. Dr. Daniel J. Hogan do Núcleo de Estudos de População (NEPO) da Unicamp por possibilitarem minha participação no trabalho de campo que deu origem a essa dissertação. Também devo a esses dois professores respeito e admiração por tudo aquilo que ensinaram sobre o que vem a ser uma pesquisa e como trabalhar com as questões delas e principalmente por acreditar em meu trabalho.

Também devo agradecer ao Prof. Dr. Roberto Luiz do Carmo, o Roberto, pois você tem uma grande parcela de culpa pela realização desse trabalho; afinal se em 2003 você não tivesse acreditado que era possível àquela menina dar os primeiros passos no caminho da pesquisa e se não fosse pelo seu convite para participar do trabalho de campo da parceria NEPO/ACT eu não estaria aqui e não teria feito uma das coisas que mais felicidade me deu na vida. Obrigada por guiar esses primeiros passos, obrigada pelo carinho nesses anos todos, obrigada pela amizade.

Continuando devo agradecer aquela que foi minha segunda tutora nesse mundo acadêmico, a Profa. Dr. Emília Pietrafesa de Godoi. Quando nos conhecemos você escreveu numa dedicatória: “Um pouco de um distante sertão, na esperança de muitas trocas”. Nesses quase cinco anos de convivência espero que as trocas, que foram muitas, tenham tido ao menos a metade da medida que você esperava encontrar. Obrigada por acreditar desde o começo, obrigada pelo carinho e por ouvir quando as palavras pareciam não chegar, e obrigada por me dar asas para voar quando, como sempre, fui achar uma coisa diferente e desafiadora para dar rumo a esse trabalho.

No momento de realização do mestrado duas instâncias foram fundamentais para que esse trabalho chegasse a termo. Primeiro o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social que deu suporte teórico para que começasse a me tornar uma etnógrafa, uma antropóloga. Em segundo lugar à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP pelo suporte material e também pelos revigorantes pareceres dos relatórios.

Durante todo esse tempo uma figura foi particularmente importante. Conheci o Prof. Dr. Álvaro de Oliveira D’Antona, o Álvaro, durante o trabalho de campo em Altamira em 2005. Creia-me Álvaro sem você metade dessa pesquisa não seria o que é. Se não fossem seus comentários e sua certeza de que daria para ser feito eu não ia acreditar que era possível. Obrigada por ouvir minhas dúvidas e por ser quem é. E eu tenho como meta conseguir, um dia, fazer um campo em que eu esteja tão imersa que fique sem dormir uma semana e esteja com pique para continuar.

Ainda na Unicamp muitas pessoas foram importantes nesse caminho percorrido, muitas delas estiveram próximas enquanto os dilemas da pesquisa iam se mostrando. Primeiro o “pessoal” do mestrado:

À Ana Carolina, Nina como gosto de chamá-la, amiga querida e amada que me ouviu tantas vezes, que partilhou tantas angústias, que construiu comigo reflexões, que me fez pensar sobre o que é e como é pensado o tempo e as narrativas, e que foi e é tão especial que fico até sem palavras para expressar, obrigada.

Ao Aldo, que quase me matou de susto um dia, que passou horas combinando café com conversas, discussões, indagações e com a mais sincera amizade. E eu não esqueci aquela tradução do Nuer religion. A sua amiga, que é uma quase antropóloga intrépida das selvas, tem guardadas na memória boas lembranças desses momentos de pessoas em busca do que fosse a antropologia.

À Bárbara que aos poucos foi se transformando numa amiga muito querida e mostrando ter muitas coisas em comum comigo, do gosto pelas danças orientais ao gosto por etnografias combinadas com bom humor e uma nesga de intelectualidade.

Ao Felipe, obrigada pelas tardes em que jogava WAR versão guerras na África, quando falávamos de coisas sérias como se fossem brincadeira e quando todos se atrasavam e tomavam bronca menos você.

À Talita que sempre gostou de bolsas como eu e que aprendeu a escrever com uma letra minúscula para ninguém ler suas anotações. Que com seu jeito que alternava da alegria para a indignação coloriu nossos dias fechados na sala discutindo teoria.

Ao Delcides, Del para nós, meu modelo de antropólogo profissional, sempre pronto, sempre com a discussão elaborada, questões para serem colocadas, sua paixão pelo faz alimentou muitas vezes minha certeza de que eu realmente fazia uma coisa interessante, importante, relevante e apaixonante.

À Gleicy, Raquel, José Onésio e Rafael, sem vocês esse primeiro ano de mestrado não teria a graça e a beleza que teve. Sem o sorriso contagiante da Gleicy; sem a doçura e as risadas da Raquel, que tão compenetrada no que fazia leu quase toda a teoria que lemos na graduação em um ano; sem a força de vontade, a sinceridade e a gentileza do Onésio; e sem os comentários e argumentos do Rafael quase nada teria sido tão bem aproveitado como foi. Obrigada a todos vocês.

Também ao pessoal do Ceres, e dentre eles especialmente:

À Marisa por estar sem querer no lugar certo, no momento certo e por falar o que eu precisava escutar. E principalmente sem sua aula sobre como organizar o material de campo ainda estaria perdida com tudo que está aqui nesses cadernos. E claro, obrigada por sua risada e seu alto astral, eles sempre fazem a diferença.

À Nash, por estar aqui e por me ouvir, por ler meu texto antes que fosse um texto, e por se empolgar tanto, e por dar tantas idéias, e por me fazer acreditar que aquilo era uma boa idéia, só precisava de uma boa reflexão. Por me questionar sobre algumas certezas teóricas e por isso me fazer enxergar coisas que eu não estava vendo.

À Vê, por ser a Vê, doce e amiga, e pelas trocas em tantos momentos. Por me fazer pensar sobre quem era as pessoas com quem eu falava, por pensar sobre o que afinal é o lugar do qual falamos, por me fazer acreditar que genealogias poderiam ser coisas simples de serem feitas.

Ao Zé que sempre empolgado fazia com que idéias e comentários pequenos se tornassem reflexões interessantes. Que com aquele jeito mateiro foi me colocando em milhões de projetos e foi me fazendo ver como outras reflexões sobre outros temas ajudavam a pensar sobre um outro ângulo minhas questões.

E também alguns outros amigos importantes nessa caminhada:

Ojima, amigo querido, que me ensinou que eu sou humana, e por isso às vezes erro, e às vezes faço com que uma gota d'água pareça um tsunami. Sem sua calma e sua certeza de que tudo ia dar certo eu já teria desistido. Obrigada por escutar tantas vezes os mesmos desabafos, por me fazer ficar nervosa quando dizia que “tudo isso é parte do processo” e que eu tinha de me acostumar, por acreditar em mim e por ser a pessoa que é.

Ao Hirano, obrigado por ser essa pessoa zen e por me ensinar que o tempo sabe o que faz. Obrigada pelas discussões que começamos e sempre continuamos, obrigada pelo insight de que tempos diferentes e lugares diferentes podem refletir em narrativas e relações diferentes, você é o responsável por chegar nas reflexões dos últimos capítulos.

Ao Eduardo, que me apresentou a geografia de um jeito mais apaixonante e me levou a pensar de um jeito diferente sobre categorias como paisagem, lugar e espaço.

Os professores que me acompanharam nesse tempo:

Suely Kofes, Nádia Farage, Bela Feldman-Bianco, Mauro W. B. Almeida. Todos vocês tem certa responsabilidade por todas as reflexões daqui, afinal foram vocês que ensinaram que a antropologia é uma ciência em movimento, e que ela está sempre se descobrindo e se reinventando. À Profa. Bela e à Profa. Suely eu devo também o aprendizado que se esconde por trás das muitas perguntas que fazemos a um texto, ou a um autor. E também que é um gesto de generosidade que acrescenta aquele que critica e questiona. Ao Prof. Mauro que acompanhou mais de perto a pesquisa, obrigada por dar valor às questões que se colocavam ainda no projeto e obrigada por me ajudar a pensá-las.

Na qualificação os comentários do Prof. Dr. Fernando Lourenço e do Prof. Dr. Álvaro D'Antona foram fundamentais para moldar o texto final da dissertação e para encaminhar as questões que começavam a se delinear no texto da qualificação.

Principalmente devo à Profa. Joan Vincent a inspiração para o eixo analítico que acompanha todo o texto. As poucas conversas que tivemos foram suficientes para fundamentar uma escolha teórica para o mestrado e buscar um pensamento que dialogasse com outras disciplinas e percorresse a rede que sustenta o mundo social para o qual olhamos, o meu muito obrigada.

No campo muitas pessoas colocaram sua vida, sua história, sua casa, sua comida e seu tempo à disposição desse trabalho. À todos aqueles *colonos* que em 2005 me receberam em suas casas e fizeram com que por segundos minha vida parece plena. Saibam que vocês são mais importantes do que imaginam. À todos os *colonos* e a todos os *daqui* que me receberam em 2008, sem vocês teria ficado no meio do caminho. Não é possível nomear todos aqui, mas algumas dessas pessoas têm um agradecimento expresso abaixo:

À Alessandra pela amizade, pela confiança, pelo suporte, apoio, paciência e pelas muitas risadas. À ela e também à Elaine, Alexandrina, Nazaré, Dona Lúcia, Sérgio, Lucas e Pedrinho obrigada por serem minha família e me darem uma casa longe de casa.

Ao Paulo, espero que encontre aqui um pouco daquilo que procura e se veja refletido em algumas dessas passagens.

À Dona Vicença, sua mansidão e sua sabedoria inspiraram uma reflexão nova sobre esse lugar do qual eu falava.

Ao Seu Miguel por abrir o baú da história do lugar para mim e por se dispor a me receber, a me ouvir, e a contar e recontar, e quando não, mostrar os lugares.

À Dom Erwin Krautler pela luta e pela dignidade, pelo amor pelo lugar e sua gente.

Ao Reinaldo e ao Domingos por tudo, pelas caronas e pelas conversas.

Ao pessoal do STTR de Altamira e de Brasil Novo, do IBAMA, do INCRA, do Sindicorte, da FVPP (em especial Ana Paula e as Antonias), do ISA, da Coopbran, e da Emater.

À Dona Lúcia, Seu João Alberto, Karoline, Thiago, Elisângela, Júlia e Lucas, a hospitalidade, acolhimento e amizade de vocês se reflete no meu amor, admiração, gratidão e amizade por vocês. Obrigada por dividir comigo uma parte de vocês, e por ensinarem tanto sempre.

À família Rosa, vocês são tão hospitaleiros e tão acolhedores que fizeram com que eu me sentisse em casa. O que vocês me ensinaram livro nenhum no mundo ensina. Obrigada por tudo.

Ao Dinho, Maria, Regis, Naldo e Deysedaiane, vocês foram minha família longe de casa e sem vocês eu jamais entenderia como são entendidos e usados os lugares por aí. Obrigada pela hospitalidade e por cuidarem tão bem de mim, obrigada por se envolverem na pesquisa e embarcarem comigo nas questões que eu colocava.

Finalmente gostaria de agradecer aqueles que são os responsáveis por tudo o que está aqui. À minha família e meus amigos que direta ou indiretamente me influenciaram, me deram suporte para continuar e fizeram parte da caminhada até aqui. Ao Prof. Rodolfo A. Figueiredo que plantou em mim a sementinha do gosto pela pesquisa. Ao Colégio Paulo Freire, responsável por me fazer enxergar que o pensar é algo fascinante. Em especial também agradecer:

Aos meus pais Graça e Pedro. Vocês foram os primeiros a acreditarem em mim, os primeiros a me dizerem para continuar e me ensinaram que nada vem sem trabalho, reflexão e vontade. Sem a paciência e o colo de vocês nada disso seria possível. Obrigada por me instigarem a procurar mais e me darem suporte sempre. Vocês são o exemplo a seguir ontem, hoje e sempre. Amo vocês!!

À minha irmã Fernanda que com seu jeitinho faz com que minha vida seja sempre alegre e me faz voltar à realidade quando eu conheço a sonhar demais. Você é meu melhor presente, te amo!!

Ao Emerson, obrigada por preencher minha vida com tanto amor e felicidade. Obrigada por brigar comigo tantas vezes para que eu não desistisse na primeira pedra que encontrava, e obrigada por me deixar chorar quando eu não conseguia seguir adiante. Obrigada pelo seu amor, tão grande, tão puro. É de você que eu vou me lembrar nos dias tristes e frios, eu te amo!!

Aos meus avós Nízia e Irineu por se preocuparem e por me contarem as histórias sobre os muitos projetos e as muitas idéias dos muitos governos que estão e que passaram por aqui. À minha avó Nilma (in memorian) que me ensinou o gosto pelos livros e pelas leituras e me abriu as portas do mundo que se esconde por trás das páginas. Aos meu avô Vicente (in memorian) que gostava tanto dessa relação com a terra que colocou em mim a semente da paixão por estudar esse rural.

**“So accustomed are we to thinking of the landscape as a picture that we can look *at*, like a plate in a book or an image on a screen, that it is perhaps necessary to remind you that exchanging the painting for ‘real life’ is not simply a matter of increasing the scale.”**

*(INGOLD, 1993, p. 165-166)*

## Introdução

“(...) Na ciência como na vida, só se acha o que se procura. Não se pode ter as respostas quando não se sabe quais são as perguntas. (...) É essencial percebermos que os fatos em si não tem significado. Para que o possuam, devem ter certo grau de generalidade.”

(EVANS-PRITCHARD, 2005, p. 243-244)

É estranhamente contraditório o fato de que escrever um texto antropológico seja uma experiência realizada em conjunto, mas necessariamente solitária. Nas páginas que se seguem não há uma só delas que não dialoguem, não questionem, não se apoiem ou não representem alguém. A antropologia sem o outro nunca seria a antropologia ao mesmo tempo em que produzi-la requer silêncio e um inevitável fechar-se sobre si mesmo. Estas linhas se referem a pessoas que corajosamente empreenderam uma viagem a um lugar desenhado em suas mentes como a ser descoberto e um lugar de promessa, promessa de felicidade, promessa de trabalho: A Transamazônica.

Numa definição sobre essa viagem empreendida a partir dos fins dos anos sessenta, Santos (1993) diz que ela era feita de desejo e esperança. Que “o desejo era socialmente produzido” e a “esperança era posta à prova”. Mais de quarenta anos desde a chegada dos *colonos* na região de Altamira para ocupar o entorno da Transamazônica poderia dizer que a teimosia e persistência são produzidas socialmente e que a esperança foi o que os fez ficar e tornar possível para esta pesquisa entender a paisagem que resultou desse processo.

Então, o texto que aqui se apresenta busca uma análise que trata das estratégias de vida e trabalho de moradores dessa área rural e das redes pelas quais circulam. Sendo assim é uma reflexão sobre como e porque homens, mulheres, jovens e crianças construíram uma dinâmica social particular, num trecho da Rodovia Transamazônica próximo à cidade de Altamira e Brasil Novo/PA. Através dessas estratégias interessa-nos apreender os caminhos e escolhas destes atores sociais.

A tarefa a que nos propomos se equilibra em três pontos através dos quais fundamentamos as hipóteses e análises desse trabalho. Partindo da proposta de Joan Vincent (1987) olhamos para nosso objeto de estudo como um “fluxo social organizado”, ou seja, um fluxo cujo caminho é passível de ser acompanhado e que é dado pelas pessoas e

seus deslocamentos e redes no espaço. Dito isso nos são caros três aspectos: o tempo, o lugar e as pessoas. Esses três elementos conjugados nos permitem acompanhar os processos ao longo do tempo, entender a dinâmica correspondente e suas mudanças e/ou nuances e finalmente alternar o foco entre os campos macro e o micro ao acompanhar o movimento das pessoas.

Partindo desses elementos pretende-se chegar até as estratégias de moradores da região estudada tornando clara a dinâmica que perpassa o movimento das pessoas naquele espaço e as influências externas, internas e temporais que sofre. Para não perder de vista nosso objeto foi adotada aqui a idéia de se trabalhar com trajetórias. A noção de trajetórias vem do conceito de Bourdieu (1996)<sup>1</sup> segundo o qual não é possível se pensar na memória e nas histórias de vidas sem se encarar as rupturas e interesses que são parte da narrativa.

Essas trajetórias tinham como interlocutores os *colonos*<sup>2</sup>. *Colono* é uma das categorias locais para nomear os moradores da região estudada. Essa nomeação tem relação com a participação em um projeto estatal de ocupação e colonização da área do entorno da Transamazônica que atinge não só a região de estudo como também outros trechos da rodovia<sup>3</sup>. O *colono* também é caracterizado como aquele que recebeu ou comprou um lote rural no entorno da Transamazônica o que o dissocia de outras figuras locais como o garimpeiro, o madeireiro ou mesmo o *pioneiro*.

No entanto, alguns *colonos* são reconhecidos como *pioneiros* em três situações: chegarem antes do projeto de colonização e se integrarem a ele; chegarem no início do projeto com recursos próprios ou trazidos pelo governo; virem com o projeto para trabalhar como madeireiros ou abrindo a estrada e acabarem por se instalar na região. Porém, o que os diferencia é que o *pioneiro* se refere diretamente às pessoas que vieram antes do projeto de colonização executado pelo governo e é uma categoria muito mais ampla no sentido de definir todo aquele que se instalava na fronteira entre uma área ocupada e uma área de mata fechada. Por esse motivo garimpeiros e madeireiros se encaixam na definição local de *pioneiro* diferente do que ocorre com os *colonos*.

*Colonos* e *pioneiro* tem na coragem e na determinação características marcantes, porém o primeiro tem relação direta com uma ocupação territorial previamente orientada

---

<sup>1</sup> A discussão sobre o conceito está colocada dentro do capítulo 1.

<sup>2</sup> As palavras em itálico referem-se a nomes e categorias nativas e serão destacadas do texto.

<sup>3</sup> Na página 5 está o mapa da região de estudo.

enquanto o *pioneiro* segue suas próprias regras e rumos. Portanto sendo nossa região de interesse exatamente o entorno da rodovia Transamazônica, os *colonos* são os sujeitos por excelência da pesquisa.

A partir de situações que o campo trazia a proposta inicial de se entender estratégias dos *colonos* ganhava uma maior importância heurística que sustentaria a análise do material colhido em campo. Eles eram aqueles que tomando parte no projeto de colonização eram os agentes da ocupação e da mudança da paisagem no entorno da rodovia. Eles eram os donos dos lotes rurais e também os que haviam tido a coragem de enfrentar a floresta e todas as suas dificuldades, os *piuns*<sup>4</sup>, os bichos<sup>5</sup>, a lama, e aquela mata densa e desconhecida. Falar dos *colonos* era falar necessariamente da relação com a terra, com o projeto de colonização e com a estrada.

É importante dizer que o local escolhido como campo se deve principalmente à participação num projeto intitulado “Uso e cobertura da terra e a estrutura das unidades domésticas – fase II”<sup>6</sup>, que foi desenvolvido ao longo de um trecho da Rodovia Transamazônica no estado do Pará no ano de 2005. Cobrindo o entorno da rodovia partindo da cidade de Altamira até a cidade de Uruará o objetivo da pesquisa era entender micro-condicionantes do desmatamento na região. Feita em parceria pelo Anthropological Center for Training and Research in Global Environmental Change (ACT) da Universidade de Indiana (IU) e o Núcleo de Estudos de População (NEPO) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) esta foi a segunda fase de um projeto já realizado em 1998<sup>7</sup>.

A participação num projeto maior foi fundamental para conhecer o campo e para se formular as primeiras questões que orientaram este trabalho. A metodologia que embasava

---

<sup>4</sup> Pium é a designação para um inseto parecido com um mosquito que também se alimenta de sangue, e que existia em abundância na região quando da chegada dos colonos e até os anos 80 era comum em quase todos os lotes e casas da região. Dizem os colonos que havia tanto pium na região que muitas crianças morreram de hemorragia por causa das muitas picadas e até adultos morreram em decorrência disso. A picada é bastante dolorida e coça muito e por isso quando pessoas eram muito picadas se formavam feridas pelo corpo que chegavam a sangrar.

<sup>5</sup> Quando se fala nos bichos da floresta se fala tanto daqueles de pequeno porte, como macacos que roubavam comida, como de outros como as onças pintadas e as onças negras (mesma espécie da onça pintada e também pintada, mas com a pelagem num tom amarronzado mais escuro que o amarelado da onça pintada). Incluem-se aqui as cobras e todos os tipos de insetos peçonhentos comuns de se encontrar pela mata.

<sup>6</sup> O projeto teve financiamento do NICHD (The Eunice Kennedy Sheaver National Institute of Child Health and Human Development) que é parte do NIH (National Institutes of Health) dos EUA.

<sup>7</sup> Apesar desse projeto maior - a partir do qual nasceu o interesse pela região - contar com duas fases (1998 e 2005) essa pesquisa utilizou somente os dados que se referem às questões que foram formuladas a partir da minha participação na pesquisa de campo de 2005.

a pesquisa de 2005 procurava conjugar mecanismos tecnológicos de monitoramento de mudanças na cobertura do solo (como análise de imagens de satélite) com a aplicação de questionários sócio-econômicos e confecção de desenhos de lotes rurais. Os dados esperados nessa pesquisa eram uma conjunção das visões macro e micro sobre o território que poderia acompanhar também temporalmente as mudanças na região de estudo<sup>8</sup>. A combinação dessas imagens a surveys e informações etnográficas esperava-se, geraria uma compreensão dos processos que estavam por trás do desmatamento e das mudanças na cobertura da terra na região além de trazer uma maior compreensão sobre a estrutura das *unidades domésticas*<sup>9</sup> locais.

Por ser uma segunda fase de um projeto já iniciado em 1998 os mesmos lotes entrevistados durante a primeira fase fariam parte da amostra de 2005. Para aqueles que tivessem vendido seus lotes as entrevistas seriam feitas tanto com os antigos donos como com os novos. Sendo o foco também a estrutura doméstica, filhos que fizessem parte da *unidade doméstica* e estivessem morando fora dela (por casamento, por estudar na cidade, por trabalhar em outro lote, etc) na época da entrevista também seriam entrevistados. Sendo assim ao entrevistar 402 lotes obtivemos 1008 entrevistas com *unidades domésticas*. Essas entrevistas foram colhidas no espaço de três meses, de julho a setembro, contando com uma equipe de entrevistadores de aproximadamente 25 pessoas, entre as quais alunos e pesquisadores da Unicamp, da Universidade de Indiana, e das Universidades Estadual e Federal do Pará (UEPA e UFPA) do campus de Altamira.

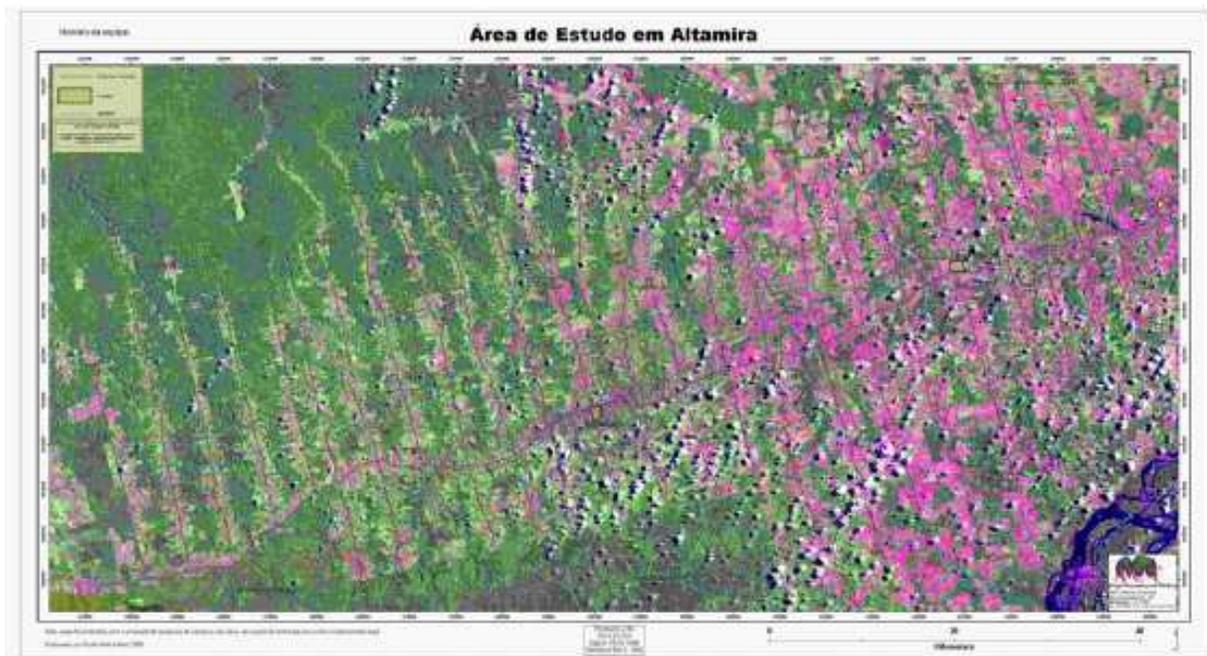
Quanto ao local em que se desenvolveu a pesquisa há alguns aspectos importantes a se ressaltar. O primeiro é com relação à sua participação no Projeto de Integração e Colonização – PIC, executado pelo governo militar a partir de 1971. O PIC previa a colonização do entorno da Rodovia Transamazônica e como consequência o desencadeamento de um processo migratório na região. Segundo o PIC essa colonização estaria baseada na criação de uma área agrícola nesse entorno a partir de lotes rurais distribuídos para aqueles que tomavam parte no projeto, os *colonos*. Assim o local estudado tem como características ser uma área rural amazônica e destoar de outras características de

---

<sup>8</sup> Havia dados de survey, produzidos pelos questionários tanto em 1998 quanto em 2005.

<sup>9</sup> O termo unidade doméstica foi utilizado pelo projeto ACT/Nepo para designar todos aqueles que residissem numa mesma casa ou que mesmo estando fora daquela casa fizessem parte daquela família; fosse por continuar a contribuir financeiramente; fosse por receber ajuda (financeira ou produtos); fosse por estar apenas temporariamente fora.

povos que tradicionalmente habitam a região como os *ribeirinhos* e os indígenas<sup>10</sup>, sendo constituída em grande parte de um mosaico das mais diversas influências lingüísticas, culinárias, cotidianas e culturais que podemos encontrar no território brasileiro. Abaixo uma imagem do entorno da Rodovia Transamazônica com o recorte específico para a área coberta pela pesquisa de 2005:



**Figura 1** - Imagem de satélite da região estudo de 2005. À direita está o perímetro urbano de Altamira (fora da imagem), ao longo dela perpassam, nessa ordem, as áreas de Brasil Novo, Medicilândia e Uruará. É perceptível na imagem os reflexos do modelo de ocupação do PIC, conhecido como “espinha de peixe”. As áreas com gradação em tons róseos representam as áreas onde os solos estão mais expostos. Nas áreas mais esverdeadas a gradação de cor para os tons escuros indica menor exposição do solo, o que indicaria maior cobertura vegetal. O rio que passa no extremo direito do mapa é o rio Xingu.

Fonte: Elaborado por Scott Hetrick. Material de campo pesquisa ACT/NEPO.

<sup>10</sup> *Ribeirinho* é a forma pela qual os *colonos* se referem a todos aqueles que são moradores da região e especialmente tem uma dinâmica de vida e trabalho que passa relação com a floresta e os produtos da floresta. A definição de quem é *ribeirinho* está bastante ligada também à forma de ocupação da região que foi anterior ao projeto de colonização e se dava a partir das margens dos rios na região o que os caracterizava como os moradores da beira, margem ou ribeira. Grande parte desses moradores e a ocupação que fazem da região têm ligação com o processo migratório para o trabalho no seringal tendo a maioria deles parentesco com pessoas vindas do nordeste e também com etnias indígenas da região. Grande parte do reconhecimento das pessoas como *ribeirinhos* está em seus apelidos e nomes próprios que refletem a ascendência xipaia, curuaia, nordestina ou a miscigenação. E mesmo sendo a relação entre *ribeirinhos* e indígenas estreita há algumas etnias que não se consideram ou não são consideradas como *ribeirinhos*. Os aldeamentos da região que mantêm a língua, as práticas e os saberes das etnias a qual pertencem estão em duas situações diferentes, alguns, como os Araras, tem uma área de reserva destinada a eles enquanto outros estão espalhados pelas áreas ainda preservadas da bacia do Xingu.

A metodologia de campo consistia em realizar entrevistas com moradores dos lotes rurais do entorno da Transamazônica. As entrevistas eram conduzidas com a aplicação de dois questionários (um sobre uso e cobertura da terra e outro sobre a unidade doméstica) com questões fechadas e semi-abertas; leitura de imagens de satélite (da região de estudo e do lote entrevistado) e confecção de desenhos do lotes dos moradores. Os questionários forneceriam os dados quantitativos para um survey da região enquanto a leitura das imagens de satélite e a confecção dos desenhos forneceriam dados mais qualitativos sobre uso e cobertura da terra e que complementariam eventuais lacunas dos questionários

O uso combinado desses dois métodos quantitativo e qualitativo poderia trazer informações mais precisas sobre a cobertura do solo e também sobre os usos possíveis da terra oferecendo um maior entendimento das estratégias de vida e trabalho dos moradores da região. As imagens de satélite por si só oferecem uma classificação da cobertura do solo, mas só podem estipular os usos possíveis. A efetiva visita aos lotes aliada aos desenhos e às informações obtidas com os moradores seria fundamental para classificar de forma mais precisa a cobertura do solo e identificar seus usos.

Após a apresentação da imagem de satélite da região aos moradores, as primeiras informações como orientação espacial e conhecimento regional eram prontamente obtidas. A escala e a linguagem da imagem não tiveram muitos problemas para serem assimiladas pelos moradores, sendo que a maioria jamais havia visto uma imagem dessas antes.

Em muitas entrevistas se tornou uma diversão procurar o lote na imagem da região, achar o *travessão*<sup>11</sup>, procurar por indícios de onde estariam os vizinhos ou os *igarapés*<sup>12</sup> que identificassem a localização do lote. Em todos os momentos era necessário absorver ao máximo o que as pessoas contavam sobre a região e sobre elas a partir da imagem e da leitura dela. Também era rico e importante tomar nota das formas pelas quais as pessoas se orientavam no espaço.

---

<sup>11</sup> *Travessão* é um termo local que designa as estradas vicinais perpendiculares à Transamazônica na qual estão localizados os lotes. Na imagem da região elas formam as “espinhas” do modelo de ocupação em espinha de peixe.

<sup>12</sup> *Igarapé* é uma forma bastante usual de se referir aos corpos d’água e em especial àqueles de pequena profundidade e largura, que em outras regiões poderiam ser chamados de riachos ou córregos. Porém em alguns casos a referência se faz a rios tal como o Arrependido que tem alterações de profundidade e largura ao longo de seu curso. Apesar de ser um dos maiores daquele trecho, comparando-se a rios daquele trecho como o Xingu, o Arrependido só pode ser considerado um igarapé.

Cada um procurava por um indício que mais o orientava e posicionava o mapa na forma pela qual enxergava a distribuição espacial do lugar. Alguns chegavam a virar o mapa com a imagem da região de cabeça para baixo, pois o que determinava onde estava o norte ou o sul para eles não era a convenção científica e sim o uso cotidiano e o deslocamento no espaço físico. Isso na verdade exigia um pequeno esforço de interpretação já que num primeiro momento os entrevistadores viam o mapa “de cabeça para baixo” e precisavam mudar a forma de ler o mapa para enxergar o que as pessoas mostravam.

Então, de certa forma esses desenhos começaram a mostrar que era importante apreender o fato de existir a relação entre o trabalho no lote e a moradia na cidade, além das relações de vizinhança. Ao mesmo tempo os desenhos, quando feitos na cidade, longe do lote e, portanto da visualização do que se desenhava, mostravam muito mais a forma pela qual as pessoas pensavam, enxergavam e significavam seu lote do que sua realidade.

As narrativas, especialmente das pessoas que vinham do sertão nordestino, sobre a abundância de água e o espanto com a mudança de paisagem e no ritmo das estações do ano ganhavam outros olhares e novas nuances. A própria imagem que os *colonos* apresentavam da região como uma terra de abundâncias passava a fazer sentido já que diferente de seus locais de origem tudo vinha em dobro: a chuva, a água, os atoleiros, os mosquitos, a terra boa, a terra ruim, o calor, a umidade, a poeira, a mata, as frutas, os bichos. Abundância não era referência direta de uma grande quantidade de coisas boas, poderia ser também uma grande quantidade de dificuldades a serem transpostas. Ao mesmo tempo era a relação com essa abundância que dava a maior qualidade do lugar<sup>13</sup>.

Tais questões apreendidas através do material de campo iam se distanciando dos objetivos do projeto NEPO/ACT ao mesmo tempo em que se mostravam relevantes de um ponto de vista etnográfico. Portanto partindo desses dados obtidos em campo, Cak, D’Antona e Nascimento (2008) discutem em um artigo as particularidades que a combinação dos desenhos com os mapas pode trazer para a interpretação sobre o uso e a cobertura vegetal na região de estudo<sup>14</sup>. Extrapolando os objetivos da metodologia e das

---

<sup>13</sup> Essa relação com o lugar será objeto de análise dessa dissertação.

<sup>14</sup> Esse artigo parte justamente da discussão suscitada no livro *People and Pixels* (1998) sobre o problema da escala nas análises feitas a partir de imagens de satélite. Procura demonstrar a partir dos dados de campo como escolhas e práticas executadas em escala micro fornecem informações para classificar as imagens e assim chegar a análises mais precisas sobre a evolução do desmatamento (no caso estudado) e os fatores e padrões que se observa.

questões teóricas que orientavam a pesquisa NEPO/ACT o texto busca outras contribuições e mesmo problemas que se encontravam nos materiais colhidos a partir desse trabalho de campo. Uma das questões levantadas era que a apresentação de imagens de satélite da região e também dos lotes ofereceu substrato para a condução não só das entrevistas como para a apreciação sobre a micro-escala de trabalho e vida na região.

O espaço do lote como contendo complexidade e diferentes escalas atuantes era passível de ser percebido através da combinação dos desenhos e imagens de satélite. Importante dizer que foi a partir dessa análise do material obtido que surgiu a questão das diferentes escalas com que se trabalhava em cada aspecto dessa metodologia. Quanto mais gerais se tornavam as informações (por exemplo, analisando as informações dos questionários enquanto banco de dados da amostra ou olhando para as imagens de satélite da região ou em cada *travessão*) mais se perdiam informações dos micros condicionantes do desmatamento e das estratégias familiares e individuais de uso e ocupação do lote.

Assim ao fazer a avaliação da metodologia e dos materiais colhidos em campo em 2005 foi sendo recortado o objeto dessa dissertação. Focando em uma perspectiva mais etnográfica interessava saber o que as narrativas e os desenhos estavam dizendo sobre a conformação da dinâmica local. As estratégias de vida e trabalho dos moradores da região ofereciam questões para se pensar a relação com o lugar e mesmo as relações entre pessoas, entre parentes, entre sociedade e governo numa escala local.

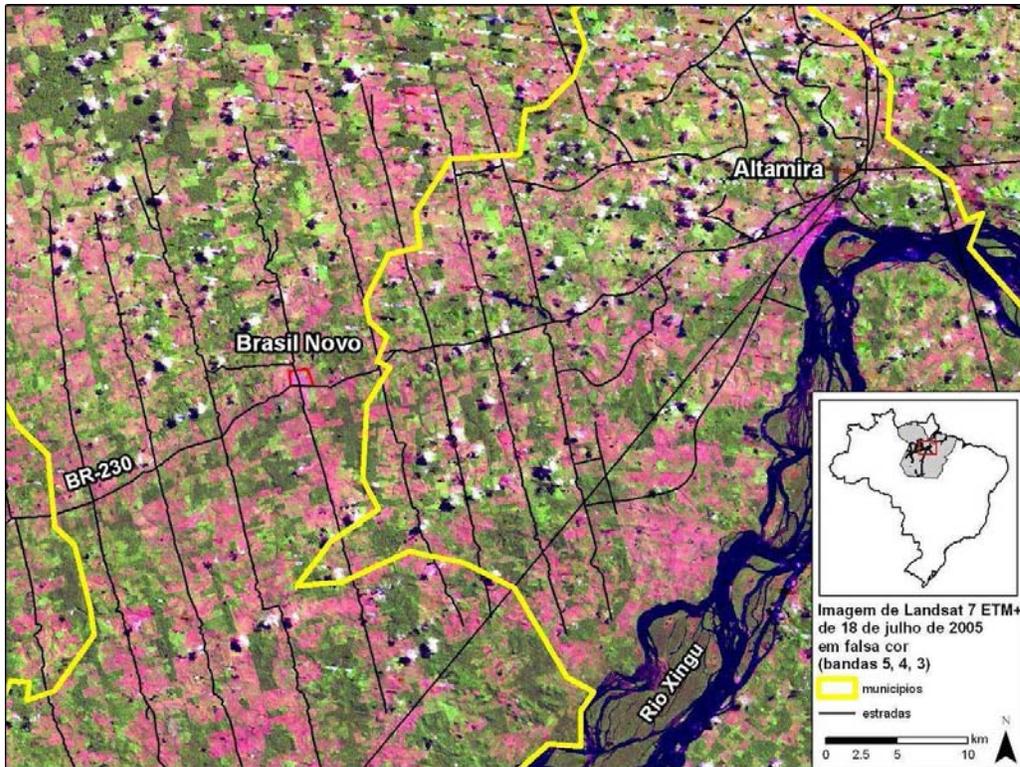
O objeto deveria partir dos materiais colhidos a partir da metodologia do projeto, e um deles que congregava informações sobre a relação daqueles *colonos* com o lugar eram os desenhos e as imagens de satélite. Ao olhar os desenhos percebia-se que era recorrente a representação do lote como um retângulo perfeito refletindo a forte influência dos modelos de organização espacial propostos no projeto de colonização, mesmo depois de findo o mesmo. Refletindo sobre o campo e as diferentes entrevistas com pessoas que moravam na cidade e trabalhavam no lote, ou moravam e trabalhavam no lote, me perguntava o que essa relação com o lote estava refletindo.

Queria saber se havia diferenças entre as famílias que moravam e trabalhavam no lote e aquelas que moravam na cidade e trabalhavam no lote. Havia estratégias de vida diferentes entre elas? E mesmo nas trajetórias delas os sentidos da relação e do trabalho na terra eram diferentes? Essas eram as questões principais que me faziam optar por um

desenho que fosse pautado na representação feita pelos moradores e dentro da qual não houvesse alguma influência externa sobre a narrativa e os sentidos que seriam apresentados.

Voltando à imagem de satélite da região de estudo com essas questões em mente ficava claro como a paisagem é alterada pelo modelo de ocupação implantado pelo PIC. O que ficou convencionado como “espinha de peixe” salta aos olhos e é formado pela opção de organizar o deslocamento dos lotes rurais por uma rede de estradas que se interligam diretamente com a rodovia. A organização do espaço privilegiava a estrada como o mecanismo para o deslocamento e a presença da rodovia como eixo central desse deslocamento pelo espaço. Esse fato que aparece apenas pela análise da imagem de satélite da região também aparece, como veremos, nas trajetórias dos *colonos* e em suas estratégias de vida e trabalho.

Analisando-se este material já era possível visualizar essas questões, mas ficava uma outra pergunta: se a metodologia de campo fosse alterada combinando-se a confecção dos desenhos com entrevistas abertas apenas seguindo um roteiro os materiais e dados colhidos sobre o lugar, as pessoas e sua dinâmica seriam diferentes? Um novo trabalho de campo poderia responder tais perguntas. Assim em 2008 foi realizada uma nova incursão a campo, mas desligada do projeto de pesquisa em parceria que possibilitou o campo de 2005. Tomando as estratégias e as trajetórias dos *colonos* como objeto de pesquisa esse último campo foi inteiramente dedicado à elas. Nesse intuito refez trajetórias e acompanhou redes de pessoas que circulam pela região e fez um recorte geográfico dentro da região inicial de campo para que uma única pessoa fosse capaz de circular por esse espaço. Esse recorte delimitou as cidades de Altamira e Brasil Novo e seu entorno como o locus da pesquisa. Abaixo uma imagem do recorte da área do trabalho de campo:



**Figura 2** - Detalhe de uma imagem de satélite da região de estudo de 2008, mostrando a BR230 - Rodovia Transamazônica e as cidades de Altamira e Brasil Novo. As graduações de cor são na verdade as diferenças entre a vegetação. Quanto mais próximo ao rosa mais o solo está exposto, enquanto os tons de verde, quanto mais escuros, representam cobertura vegetal mais densa.

Fonte: Elaborado por Anthony Cak. Arquivos do projeto “Uso e cobertura da terra e a estrutura das unidades domésticas”, ACT/NEPO, 2005.

Com o recorte geográfico, a mudança na metodologia, e a inserção de outras questões a pesquisa ganhou uma nova discussão. Dados do primeiro campo, como o peso da migração nas trajetórias, ganhou novas nuances ao analisar-se a categoria *colono* ao longo do tempo e a importância dessa categoria para entender a relação das pessoas com o lugar e, portanto suas estratégias. A escolha metodológica para o trabalho de campo de 2008 era refazer desenhos e entrevistas com os alguns dos *colonos* já entrevistados, no entanto, os próprios *colonos* passaram a direcionar as entrevistas e dizer quem eram os *colonos* com quem eu deveria conversar. Quando a pergunta era sobre o conhecimento da região nem sempre as respostas eram as mesmas. Muitas vezes os mais jovens não eram apontados como *colonos* enquanto que eram apontados como conhecedores do lugar.

Sendo assim, as discussões sobre a relação com o lugar e as estratégias tentavam dar conta da pergunta sobre quem na verdade são os *colonos*? Ao coletar as trajetórias durante este segundo trabalho de campo foi recorrente a preocupação dos meus interlocutores em

apontar quem seriam os que melhor saberiam contar a história dos *colonos*. Essas recomendações tinham relação com a idéia sobre o que as pessoas reconheciam como *colono* e a quem era lícito narrar e dar vida à essa história e essa categoria. As questões sobre essa categoria eram principalmente se ela era um marcador social que conferiria uma identidade, se estabeleceria uma relação de pertencimento (ou não-pertencimento já que o termo já denota ser a pessoa estrangeira), se marcaria a relação com o local, ou se na verdade ela expressaria uma condição dessas pessoas nesse lugar.

Foi numa dessas entrevistas que pela primeira vez ouvi alguém dizer que existia uma diferença entre os *colonos* e *os daqui*<sup>15</sup>. Foi a partir dessa entrevista que decidi retomar algumas reflexões sobre a condição dos *colonos* como algo que se distanciava tanto da caracterização de migrante rural quanto de *colonos* no sentido mais recorrente na literatura sociológica<sup>16</sup>. Também procurei explorar a idéia d'*os daqui*, incluindo perguntas sobre se havia diferenças entre as pessoas que vieram por causa do projeto de colonização e aqueles que nasceram ou cresceram no lugar.

Especialmente percebi que fazia sentido perguntar se as pessoas eram paraenses ou se eram baianos, cearenses, maranhenses, gaúchos, goianos, etc. Atribuir a si a identidade de paraense significava estabelecer uma relação com o lugar de moradia, uma relação que era afetiva e também de pertencimento. Implicava assumir práticas que eram fruto de misturas de práticas de vários lugares do país, porém de forma alguma ser paraense inibia o fato de trazer tradições dos lugares de origem e ser também um baiano, um cearense, um maranhense, um gaúcho, um goiano, etc.

Outra pergunta se colocava: Afinal, quem eram os *colonos* e quem eram *os daqui*? Queria que as trajetórias me guiassem no sentido de entender o que na verdade as pessoas me diziam quando atribuía a elas ou aos outros a nomeação de *colonos*. O caminho que foi percorrido seguia no sentido de entender de que forma essa categoria (*colono*) era marcada temporalmente, como tendo relação com o próprio projeto de colonização e como ela persistia, se ligada à determinadas práticas e relações com o lugar ou se apenas uma

---

<sup>15</sup> Uma discussão mais densa sobre essa categoria será feita adiante nos capítulos 3 e 4 e nas Considerações Finais.

<sup>16</sup> A referência é a grupos que tomaram parte de projetos governamentais e que tinham como características uma organização que primava pelo fechamento daquele grupo em espaços delimitados conhecidos como colônias, onde eram acolhidos os considerados pertencentes ao grupo; cujos exemplos mais recorrentes são as colônias japonesas e as colônias (alemã, italiana, entre outras) do sul do país.

referência à participação no projeto. Ser *colono* poderia ser tudo isso ou nada disso. Aos poucos se percebia que ela tem tanto relação com a participação no projeto como na nomeação de uma relação com o lugar. Isso se tornou explícito em 2008 quando ao conversar com algumas pessoas que eram nascidas na região ou que vieram ainda pequenas elas me disseram *ser daqui*. Ao me falarem sobre o fato de terem uma relação afetiva e de trabalho com a região me diziam que suas vidas não eram diretamente afetadas pela migração ou pelo embate entre diferentes costumes e paisagens.

A relação de pertencimento se dava, pois os pais deles, os *colonos*, aprenderam a se relacionar com o lugar e incorporar dentro desse novo espaço pequenos detalhes do lugar de origem. Assim eles não eram mais baianos, cearenses, nordestinos, gaúchos, capixabas, paulistas ou maranhenses. Fora dali eles eram paraenses, pois a dinâmica de vida que conheciam era aquela do entorno da transamazônica e era ela que eles reconheciam como aquela da qual faziam parte.

Segundo eles, os *colonos* eram seus pais e todos aqueles que fizeram parte efetivamente do projeto de colonização. Ser *colono* era também ter tomado parte num processo de estabelecimento no local e de trazer explicitamente uma memória de migração e constituição de uma dinâmica própria. Estava associado a um conhecimento e principalmente um aprendizado sobre o lugar. Não haveria *os daqui* sem os *colonos* e mesmo os *colonos* já não eram mais tão *colonos*, eles eram algo entre o migrante e *os daqui*. Portanto, ao nos reportarmos a essas categorizações e nomeações que compõem as trajetórias e as estratégias de vida e trabalho na verdade nos reportamos ao que podemos tomar como marcadores de uma condição e de uma relação.

Tudo isso será tratado analiticamente ao longo do texto que ora apresentamos. A divisão dos capítulos se dá de modo a apresentar os caminhos da pesquisa. Como dito anteriormente, no referencial teórico que orienta também a estrutura da dissertação está a idéia de pensar o objeto de estudo como um fluxo organizado. Fluxo esse que sendo organizado é passível de ser apreendido e tem sustentação em três bases: gente (redes, dinâmica) tempo (processo, mudança) e lugar (dinâmica, estrutura e paisagem). Pensando nisso o texto está organizado a partir desse tripé.

O primeiro capítulo (Gente, tempo e lugar) é uma retomada de questões metodológicas e teóricas que orientam o trabalho e também orientaram o desenrolar do

campo. O segundo (O lugar do qual falamos) é uma apresentação do lugar, o locus da pesquisa, as questões que compõe o cenário do entorno e também afetam a situação estudada. No terceiro (Tempo) apresentam-se as trajetórias e suas paisagens retratando diferentes relações com a terra que inspiram diferentes estratégias de vida e trabalho. Encadeando-se então todas as discussões dos capítulos anteriores chega-se a subsídios para as discussões que se propõe no quarto capítulo (“Nós somos *os daqui*”) que fecha a estrutura do texto apresentando o terceiro elemento do tripé (gente) e analisa a dinâmica local. Por fim, as considerações finais, cujo título “Gente, tempo e lugar: A paisagem dos *colonos* e *d’os daqui*” pretende retomar as discussões dos capítulos anteriores explicitando os argumentos e análises, chegando até a dinâmica local e a paisagem que a encerra.

## Capítulo 1 - Gente, tempo e lugar: em busca das estratégias.

Partiremos do lugar para chegarmos às pessoas, pois pensamos ser este o caminho através do qual se percebe claramente como foi o projeto de colonização uma marcação temporal importante para a construção de práticas e saberes. Começamos pela única expressão do projeto de colonização que permanece como fundamental: a estrada. Ela é parte de todos os desenhos feitos sobre a região, e principalmente ela é parte do cotidiano de todos, caminho obrigatório dos deslocamentos. Marcador também para orientação espacial ela é um elemento abrangente das discussões sobre estratégias e trajetórias.

Nas notas de campo saltam os assuntos ligados à estrada: os deslocamentos, a necessidade de caminhos para escoamento da produção e acesso aos serviços, e as dificuldades da vida diária marcada pelos problemas dela. Durante o trabalho de campo a estrada também se tornou fundamental no sentido de que eram esses caminhos conectados à rodovia que permitiam os deslocamentos para se chegar até os interlocutores dessa pesquisa. A estrada como o elemento de comunicação entre os diversos locais é constante na vida cotidiana e presença fundamental na constituição das narrativas sobre as estratégias de vida e trabalho.

Ela é a responsável e participante nessas estratégias. Ela constitui o meio pelo qual as pessoas se locomovem seja para a visita ao vizinho, seja para a compra de produtos na cidade, a consulta com um médico, o transporte de produtos ou um simples passeio. Os elementos que a compõem – o pó e a lama – marcam a relação das pessoas com ela e os momentos distintos de dinâmicas cotidianas. Os meses de outubro a março, marcados pela chuva, são os momentos da colheita do cacau, da plantação do arroz e do milho, da permanência em casa. Os meses de abril a setembro, marcados pela estiagem, são os meses de maior venda de gado, de colheita de arroz e milho, de maior relação com a cidade, de nova colheita e venda de cacau.

Claro que as dinâmicas propostas pela estrada e pelas interações entre as condições climáticas e geográficas não são estanques e nem determinantes na organização e dinâmica social. Elas são antes de tudo uma tentativa de sistematizações da dinâmica local e mostram a importância da relação com o espaço na vida das pessoas. O cotidiano pode ser alterado no sentido de que variações mês a mês, semana a semana, de diversas ordens, podem

acontecer já que a sociedade é na verdade fluída e complexa, e o próprio ambiente é alterado pelas estratégias de trabalho dessas pessoas.

Essas interações dia-a-dia podem ser mais bem compreendidas com um dado de campo. Durante o campo em 2008 ao conversar com os moradores locais ouvi muitos dizerem que já percebem variações no tempo da chegada das chuvas na região. Segundo eles quando chegaram na região as plantações de arroz eram feitas no dia de Santa Luzia logo no início de dezembro, quando já estava chovendo e a terra estava boa para plantar. Com o passar do tempo, e segundo disseram, com o desmatamento e a ocupação não planejada do lugar<sup>17</sup>, as chuvas começam mais tarde e plantar arroz no dia de Santa Luzia é perder a plantação do ano todo. As chuvas recuaram tanto no calendário agrícola que as datas para o plantio são em meados de janeiro.

Essa alteração no calendário agrícola que foi elaborado pelos moradores da região fez com que fosse necessária uma adaptação da dinâmica constituída para que o calendário se deslocasse anualmente, mas mantendo sua formatação. Esse dado contado pelos moradores da região vai de encontro com um argumento exposto por Evans-Pritchard (1993) em seu livro sobre os Nuer. Segundo ele ao perceber a importância do tempo e do espaço na organização e dinâmica da vida nuer, ele percebe também que ela era fruto da leitura que aquele grupo fazia sobre o espaço onde se encontrava. Ao tornar aquele espaço algo conhecido e ordenado ele passava a ser um lugar e as alterações que porventura houvessem seriam refletidas em alterações na relação com esse lugar.

Tratando dessas relações com o lugar e as leituras sociais sobre ele o autor elabora um argumento segundo o qual pensa o espaço de vida do grupo como a ecologia do mesmo. Ele parte da elaboração, feita localmente, de um calendário agrícola e pastoril que marcava (e se relacionava com) outros momentos dos calendários de festas e rituais daquele grupo. Os momentos de trabalho, lazer e devoção eram interligados através dessa relação das pessoas com o lugar e com a tentativa de tornar apreensível o lugar. Essa ecologia dos Nuer pretendia revelar uma interdependência entre os fatores naturais, seus efeitos e relações com a vida social e a elaboração de uma leitura sobre aqueles fatos. Evans-Pritchard

---

<sup>17</sup> Falar em ocupação não planejada e em desmatamento é uma formulação que tem influência direta das políticas públicas atuais na região e a grande inserção de Organizações Não-Governamentais (ONGs) dentro dos movimentos sociais locais e nas práticas locais também fazendo com que os termos mais do que os sentidos apareçam nos discursos sem necessariamente serem efetivos no cotidiano. Mais à frente no capítulo sobre a relação entre os colonos e *os daqui* esse assunto será retomado.

demonstra como ao compreender e organizar um espaço de vida através de calendários interligados há instâncias (geomorfológicas, climáticas, temporais e culturais) que se interconectam dando sentido às ações e práticas do grupo.

Portanto, ao refletir sobre esse argumento para pensar aquela área rural no entorno da Transamazônica era possível ver que havia a particularidade de existir uma ordenação territorial prévia, marcada pela importância da estrada na ordenação dos caminhos e deslocamentos, porta de entrada e saída de pessoas, informações e produtos. Dito isso é de esperar que esse calendário local (agrícola, religioso, social), que organiza o tempo (tempo da plantação, tempo da colheita, tempo da vida social, tempo de reclusão, tempo da chuva, tempo do pó) ao longo de um ano também incluía nas narrativas sobre ele a estrada.

Em suma, ela aparece como elemento de ligação entre o lote e todo seu entorno tanto imediato quanto distante. Essas relações com a estrada apareciam mesmo quando os assuntos eram os mais diversos como educação ou diversão. Por exemplo, numa estadia em uma das agrovilas da região, próxima a Brasil Novo, era parte do cotidiano conversas e cochilos debaixo de uma mangueira após o almoço. Nesses momentos o trabalho da manhã e as notícias que porventura vinham da cidade eram contados e debatidos.

Em algumas casas a sombra da mangueira era algumas vezes substituída por varandas e redes e outras vezes por sombras de outras árvores. Nesses momentos um tanto bucólicos qualquer assunto em pauta era substituído pelos problemas das estradas assim que um caminhão, carro ou mesmo moto passava na estrada em frente.

A frase sempre começava se referindo ao pó da estrada, à poeira das casas e à dificuldade de manter qualquer coisa limpa por muito tempo. Depois chegava até a questão das roupas, das alergias e das pessoas sempre cobertas de pó. A conversa se estendia por mais alguns minutos tendo como argumento central o fato de que dependiam da estrada para se locomover e ter acesso a tudo e não havia como agüentar sem sofrimento a alternância entre pó e lama ano após ano. Logo depois os argumentos tendiam para falar das mudanças nas empoeiradas ou enlameadas estradas, hoje ao menos trafegáveis e com acesso mais fácil em comparação há 20 ou 30 anos atrás. Constatadas as melhoras nas condições de trafegabilidade da estrada a conversa tomava outro rumo e as amarguras da poeira e da lama pareciam que com paciência também seriam superadas. Melhorias viriam,

porém elas seriam lentas e graduais, tal qual o estabelecimento das pessoas na região e a ocupação do lugar. Há que se acostumar com a dinâmica, o *ritmo do lugar*, diziam.

Estando na agrovila e vendo a distribuição das casas, de frente para a rua, era fácil entender as reclamações sobre a poeira. Também era possível entender por que em alguns dos lotes visitados as casas são construídas afastadas da estrada. Era impossível não pensar que as pessoas comparariam o asfalto e as facilidades – como luz elétrica e acesso aos postos de saúde – que encontravam na cidade com os lotes e as agrovilas. A estrada poderia ser o mecanismo através do qual facilidades como energia elétrica e acesso a serviços poderiam se dar, mas ela precisaria ter uma melhor qualidade para que isso acontecesse.

Retomando mesmo as notas no caderno de campo vinham muitas situações que pareciam concentrar importantes marcadores e detalhes da dinâmica social que nos interessavam e que nos levariam às estratégias. O material empírico ganhava elementos analíticos ao ser pensado tal qual um “fluxo organizado”. A idéia de fluxo organizado pressupunha um olhar temporal que enxergava aquele material empírico e suas mudanças ou organizações como um processo. Sendo principalmente um processo em curso ele se utilizava das marcas deixadas em seu curso para descrever e percorrer os deslocamentos, os usos e práticas daqueles sujeitos ao mesmo tempo em que orienta suas ações.

Essa metodologia é exposta por Joan Vincent (1987) em um texto clássico chamado “A sociedade agrária como fluxo organizado: Processos de desenvolvimento passados e presentes”. O que nos chama a atenção nesse texto e que é aqui incorporado é a possibilidade de se trabalhar com base num tripé, já mencionado, que orienta a análise: tempo, gente e lugar.

Diferente do tripé a questão do processo já era uma questão para a antropologia antes de Vincent, porém, o que se procurava entender eram as ações e as relações que ao longo do tempo iam moldando a estrutura social que os antropólogos observavam em campo. Prova dessa preocupação com o processo é sua existência subjacente a trabalhos como os de Evans-Pritchard (1993), sobre os Nuer, que publicado ainda na década de 30, discorre sobre as linhagens e sua importância para se entender a organização e a estrutura social.

O tempo e o espaço ganharam uma abordagem diferente na análise desse autor para apreender elementos da vida social que moldaram a organização e estrutura social que ele

apresentou e analisou a partir do seu trabalho de campo. As idéias que Evans-Pritchard expôs sobre a organização e estrutura social não podiam ser dissociadas de uma busca por um processo que as conformava. Especificamente a relação dos Nuer com a terra e com as mudanças na paisagem constituía um processo que ajudava a entender suas práticas, seus ritos e os elementos culturalmente importantes. Os componentes históricos e geográficos, ou seja, a apreensão da leitura social sobre a passagem do tempo e os elementos e eventos que eram importantes na conformação da sociedade estudada são significativos para apreender a organização social que Evans-Pritchard procurava.

Considerando o tempo e o espaço como componentes importantes da etnografia também Joan Vincent (1987) dá centralidade a eles em sua análise, porém como componentes de um fluxo e de um processo. Partindo de discussões iniciadas pela escola de Manchester, grupo no qual um dos autores principais é Max Gluckman (1987) ela repensa a idéia de processo se distanciando daquela de Evans-Pritchard. Ao pensar o processo ela compreende que ele se desenvolve sobre uma base espacial, e ao longo do tempo. Assim ela o olha enquanto um fluxo que retrata aquilo que temporalmente foi marcante para os sujeitos com quem dialoga. O processo informa várias dinâmicas ao longo do tempo, alternando-se sobre bases e condicionantes sociais macro e micro, que operam mudanças. Entender a sociedade agrária, ou qualquer outra, como fluxo organizado é, então, entendê-la como uma sucessão de elementos (pessoas, ações, eventos, situações, objetos) que em diferentes escalas (macro e micro) agem sobre aquela determinada sociedade ao longo do tempo; que localiza e fazem ser percebidas as mudanças e, junto com elas, a dinâmica e o arranjo social.

A idéia de processo é acompanhada daquela de “fluxo organizado” enquanto um caminho que é possível percorrer, não um caminho determinado, tampouco um caminho qualquer, mas um caminho tecido pelas experiências das pessoas no tempo e no espaço. Este caminho também está presente nas narrativas. Os fluxos acompanham, pois, o caminho das pessoas por ele, e a partir daí pode-se acompanhar as redes que vão sendo constituídas e, portanto organizam o fluxo. A história, vista dessa forma, é não só uma seqüência de situações, elementos ou acontecimentos que conformam ou informam a organização social, mas também aquilo que tal como uma narrativa localiza as formas de se pensar as ações no tempo e a leitura e efeitos que advem dessas narrativas.

Fazendo essa leitura não só desse, mas também de outros trabalhos de Vincent (1995 e 2000) em que ela emprega a mesma metodologia e a amadurece percebe-se a permanência da idéia de entender a dinâmica e perceber os processos que a levam através do fluxo organizado. As dimensões que possibilitam essa quase viagem e dissecação da vida social são o *tempo*, o *lugar* e as *pessoas*.

As pessoas estão e se deslocam dentro de um espaço físico e social. Ele é a base sobre a qual agem e sobre a qual estão suas expressões simbólicas, suas práticas e suas escolhas. É nele que se reflete o fluxo e se percebe a organização dele pelas marcas que deixa. Acompanhando-se as pessoas nesse fluxo ao longo do tempo, ou seja, ao longo de seqüências de lugares é possível compreender a dinâmica daquela sociedade que pretendemos estudar, as particularidades que lhes são subjacentes e escolhas que elas fazem. As estratégias de indivíduos, sociedades e grupos e os símbolos e práticas que as informam e são por elas informadas.

Assim consideramos a história, as pessoas e, por que não, a geografia como os elementos essenciais para a análise que propomos apresentar aqui, centrada em gente, tempo e lugar. Também o espaço das análises não ficou restrito ao lote ou ao entorno da Transamazônica e por isso foi possível entender que os sentidos que as pessoas davam aos seus deslocamentos não poderiam ser compreendidos olhando somente para aquele espaço. O campo mostrou que era necessário ver uma dinâmica de vida e trabalho criada em torno da rodovia, mas que não se fechava somente nesse entorno. Muitas das questões que pareciam importantes por si só na pesquisa de 2005 – como a escolha produtiva, por exemplo – eram impossíveis de serem dissociadas de discussões e escolhas mais coletivas que individuais ou em alguns casos, mais imposições e contingências que escolhas.

Por considerar então que a dimensão espacial era importante dentro da discussão que se propunha uma literatura que debatesse essas categorias também era importante. A começar por alguns debates dados pela própria geografia. Num primeiro momento a constituição da idéia de lugar, paisagem e espaço a partir da perspectiva de Tuan (1983 e 2005) que trata de uma forma até poética a relação das pessoas com o lugar e a situa enquanto uma possibilidade não só de leitura sobre o espaço, mas também de efetivo deslocamento por ele. Aquilo que as pessoas fazem interessa ao lugar, pois um lugar não pode sê-lo sem que se saiba quem o fez. Mesmo o lugar sem lugar é um lugar. Mesmo o

lugar que é aquela porção do espaço longínqua já é um lugar, desde que significado, simbolizado e imagetivamente concebido.

Na esteira das discussões sobre o lugar e o espaço encontramos outras questões importantes em trabalhos como o de Santos, Souza e Silveira (1996). A partir das discussões contidas nesse trabalho é possível esclarecer algumas diferenças entre espaço e lugar. Essas duas categorias embora sejam encontradas relativamente juntas em trabalhos das ciências humanas guardam uma pequena distância no que concerne a sua definição. O espaço muitas vezes guarda uma sensação ou uma aura de infinitude, de difícil delimitação ou de difícil apreensão, enquanto o lugar é aquilo que é mais próximo e também mais facilmente delimitado, aquilo que é simbolicamente entendido e organizado. O espaço das relações não é o mesmo que o lugar das relações. O espaço abre o leque de disposições e posições, o lugar pontua, delimita, situa.

Dentro dessas discussões é interessante entender como é o espaço que passa a interessar as questões que propõem Santos, Souza e Silveira. O espaço dá a amplitude necessária para se perceber as redes e os deslocamentos. A mobilidade intensa que integra e desintegra lugares, cria redes e as recria aparece como uma tendência mundial em todos os lugares do globo. As antigas certezas e caminhos se mostram em constante contato, cada vez mais em alta velocidade e cada vez mais mutante. O espaço passa a ser cada vez mais complexo e principalmente mais expandido. Nessa velocidade em que se vêem as redes e os deslocamentos encontra-se também uma insurgência por aqueles pequenos lugares que tradicionais e locais imprimem sua marca e lutam para manter a dinâmica e as práticas que informam sua cultura e sua sociedade. É nesse ponto que a antropologia e a geografia se encontram, quando o lugar dá lugar ao território enquanto demarcação e delimitação.

A paisagem então aparece aqui como elemento importante, como aquele lugar que trabalhado e organizado ganha significado dentro do território. A imagem de uma paisagem muitas vezes é mais mental do que real, mais uma sensação do que uma visualização. As paisagens são aquilo que descrevemos como fazendo parte da nossa vida, aquilo que nos acalma, aquilo que guardamos na lembrança, aquilo que nos assusta, aquilo de que temos medo, aquilo que nos é familiar e aquilo que nos é estranho.

Trabalhar com essa categoria nessa pesquisa parecia fundamental. Não era possível trabalhar com desenhos e com histórias de vida se não se trabalhasse com aquilo que era

significativo para os interlocutores da pesquisa. A paisagem era aquilo que eles narravam e a partir dela era possível entender a relação das pessoas com o lugar e a partir dessa relação a dinâmica (HIRSH; O'HANTON, 1995). Vendo através do espaço e do lugar aquilo que as pessoas narravam e como e onde e porque narravam seria o caminho para se entender os fluxos que organizados nos dariam as estratégias.

A própria idéia de paisagem nos termos apresentados nos trabalhos de Hirsh e O'Hanton (1995), Bender (2002), Ingold (1993) e Tuan (2005) nos permitem dialogar com o tripé de Vincent. A paisagem é aquilo que conjuga o componente físico e o componente simbólico e social. Ela guarda tanto a leitura imediata sobre o lugar como as possibilidades deste. Sendo mais clara, é por meio da paisagem, que é antes de tudo uma caracterização simbólica do lugar que é possível que elas sejam vistas e executadas no espaço físico. Retomando Tuan (2005) em seu livro "Paisagens do medo" vê como as potencialidades de um espaço estão principalmente nas paisagens que expressam. Os lugares que são considerados como paisagens do medo guardam características que são antes de tudo sociais e culturais e falam diretamente às narrativas de cada grupo. Uma floresta pode ser a expressão exata de um lugar de "dar arrepios" quando anoitece caso você seja um habitante de uma cidade, mas não necessariamente ela o é para alguém que passou a sua vida toda se protegendo dentro da mata fechada.

O medo é também caracterizado por aquelas paisagens que nos são estranhas. No caso em questão podemos perceber nas trajetórias que se apresentam adiante como o espaço considerado estranho e desconhecido era imediatamente transformado a partir de características que o tornavam familiar e conhecido através da *limpeza do terreno*<sup>18</sup>, construção da casa, plantação de lavoura ou capim. A paisagem já estava potencialmente vislumbrada em cada um dos lotes de cada *colono*, restava-lhes transformá-la para que ela fosse adequada às suas potencialidades. É também o componente cultural que modifica a leitura sobre os diferentes lugares dentro do lote.

---

<sup>18</sup> *Limpar o terreno* ou *Limpar o lote* é a primeira atividade executada quando da chegada no lote. O que ela exemplifica é que a própria relação com a terra passa necessariamente pela intervenção humana na paisagem. O espaço transformado em lugar para assumir a paisagem de terra trabalhada seja como pasto, seja como plantação. A transformação da potencialidade em realidade, a execução de uma ação visando explicitamente à paisagem pensada para o lote.

As categorias de *pasto sujo*, *pasto limpo*<sup>19</sup> e *juqueira*, *lavoura* ou *plantação*, são leituras sobre o lugar cujos significados e práticas estão ligadas a uma potencialidade atribuída àquela paisagem. Poderíamos mesmo dizer, parafraseando um ditado popular; cada paisagem, uma sentença. A categoria *juqueira* é um excelente exemplo. Ela pode ter muitas utilidades e todas elas particularizadas pelo uso específico que se faz do lugar. Uma *juqueira* pode ser uma área destinada à *lavoura branca*, ou a um cultivo anual que após a colheita é abandonada até o próximo plantio ou uma área que serviu para o plantio da *lavoura branca* ou de alguma anual, mas que foi abandonado e irá *enjuquirar*<sup>20</sup> até virar mata novamente. Pode ser também uma pastagem abandonada, se pode dizer que as categorias *pasto sujo* e *juqueira* se aproximam quando há essa idéia de “sujeira”, ou seja, no momento em que o mato *toma de conta*<sup>21</sup> e se interpõe ao trabalho humano de ordenar e trabalhar a terra.

A paisagem bucólica do lote rural é ligada à idéia de um espaço ordenado e familiar que de alguma forma se opõe à mata ou à floresta onde o há um controle natural, uma ordenação natural das plantas e animais. A paisagem da floresta se distancia da paisagem do lote, pois eles significam relações diferentes com o espaço, em que um é totalmente compreendido e dominado e o outro é selvagem, estranho e incerto. Portanto a idéia de “sujeira” proposta pelo *pasto sujo* ou pelo verbo *enjuquirar* traduz a idéia de um meio termo entre o conhecido e o desconhecido, o dominado e o selvagem e se opõe à idéia de *limpar o lote* enquanto atividade básica do trabalho na terra. Entender essas classificações da paisagem é entender os reais significados dos diferentes lugares para os *colonos* e *os daqui*.

Ingold (1993) e Bender (2002) numa excelente discussão sobre a paisagem na antropologia e na arqueologia falam sobre cultura material e sua importância para a história

---

<sup>19</sup> *Pasto sujo* ou *limpo* são atribuições que se referem à leitura e uso do lugar. Uma mesma área descampada pode tanto ser considerada como *pasto sujo* como *juqueira*, dependendo da destinação que aquele espaço recebe dentro das práticas realizadas dentro do lote. Da mesma forma a percepção do que seja um pasto limpo ou sujo também variam segundo se pensa esse espaço, se a altura do capim ou a existência de babaçu ou muitas árvores no pasto caracteriza um pasto mal-cuidado, em desuso ou aceitável enquanto seu fim que é oferecer pastagem ao gado.

<sup>20</sup> O verbo *enjuquirar* designa uma série de coisas, entre elas certa “sujeira” do terreno já limpo, ou seja, uma intervenção da natureza no trabalho humano ou um abandono do lugar aos efeitos da natureza.

<sup>21</sup> *Tomar de conta* também é uma expressão local recorrente na fala das pessoas. Ela representa tanto a idéia de cuidar, de cuidado, quando aplicada à crianças ou ao lote (ela toma de conta da minha filha, ele toma de conta desse cacau), quanto a idéia de dominar e se sobrepor (o mato tomou de conta esse pasto, abandonei a pimenta e o mato tomou de conta).

e a arqueologia nas pesquisas sobre sociedades antigas. Muitas vezes apenas os materiais e sua disposição no espaço dão as pistas para o entendimento de como sociedades e grupos se deslocavam no espaço e as dinâmicas e arranjos sociais que informavam suas práticas.

Claro que só a materialidade e sua inscrição no espaço não podem responder a todas as perguntas sobre as sociedades, mas como marcadores físicos de uma cultura são de grande valia. No caso em questão, abordamos os desenhos enquanto inscrições no espaço daquilo que simbolicamente e culturalmente é elaborado pelos *colonos* e *os daqui*. As mudanças nas práticas, que incidem diretamente numa relação com a terra, deixam marcas no espaço, construindo um lugar e promovendo diferentes paisagens. O espaço social se apóia de certa forma em um espaço físico e a leitura dele e das redes e deslocamentos sobre ele podem informar sobre a dinâmica e o arranjo social daquele grupo ou sociedade. Portanto o que se pretende ao eleger a paisagem como elemento da análise é perceber o tripé gente, tempo e lugar através do processo que o informa e as mudanças e dinâmicas que o acompanham. Não vamos aqui pensar em cultura material e sim em reflexos culturais e simbólicos que expressos na dinâmica social podem ser lidos pela paisagem que geram.

A proposta é então ler essas paisagens dentro das trajetórias, e essas trajetórias através das estratégias dos *colonos* ao longo do tempo. As estratégias então seriam aquelas motivações e aquelas escolhas que orientadas por um *habitus* mostrariam a dinâmica local. A idéia de *habitus* é pensada a partir do trabalho de Bourdieu (1999). Numa definição do conceito que se conecta às discussões acima e ainda pensa sobre a questão da autoria e da vocação ele afirma que:

“O princípio unificador e gerador de todas as práticas e, em particular, destas orientações comumente descritas como ‘escolhas’ da ‘vocação’, e muitas vezes consideradas efeitos da ‘tomada de consciência’, não é outra coisa senão o *habitus*, sistema de disposições inconscientes que constitui o produto da interiorização das estruturas objetivas e que, enquanto lugar geométrico dos determinismos objetivos e de uma determinação, do futuro objetivo e das esperanças subjetivas, tende a produzir práticas e, por esta via, carreiras objetivamente ajustadas às estruturas objetivas.”

(PIERRE BOURDIEU, 1999, p. 201 e 202)

Com essa colocação o autor nos dá elementos para duas categorias importantes da análise feita aqui. A primeira de estratégias, que se referem aos sentidos das ações orientados por esse *habitus*, que por sua vez cria e vivencia paisagens e narrativas. Essa coleção de narrativas e paisagens deveria ser apreendida de alguma forma e também Bourdieu nos ofereceu o subsídio teórico para tanto. Atrás da categoria trajetória, discutida por esse autor, encontramos a base para a metodologia de campo para obter os dados e chegar até as questões sobre as redes, as estratégias e a vida das pessoas.

Começamos por dizer que tudo o que concerne ao passado e à memória é cercado de uma aura de intencionalidades e de leituras atualizadas daquilo que se fala. As histórias de vida apreendidas em narrativas são segundo Bourdieu (1996), comparáveis à linhas do metrô. Seu começo e seu fim são possíveis de serem registrados (nascimento e morte), mas é importante saber seu “trajeto” para que se entenda aonde ela leva. Por isso torna-se mais importante entender – utilizando-se a metáfora de Bourdieu – as estações pelas quais passa o metrô e sua lógica para que se possa trafegar. Sendo assim percorre-se temporalmente a história de vida de alguns moradores da região com o intuito de constituir suas trajetórias, ou seja, a lógica pela qual se deslocaram nessa linha temporal e as “estações” que a compõem.

Todas essas ferramentas conceituais e metodológicas apareceram na tentativa de diálogo e distanciamento da metodologia e da orientação teórica da pesquisa de 2005. Por isso é importante apresentar como essa relação foi sendo dada na construção do nosso objeto. Lembro que esse trabalho tomou parte, no seu início, de um projeto de pesquisa cuja localidade onde seria desenvolvido já estava definida e cujas questões já estavam teoricamente sustentadas. O que se poderia obter? Os dados que seriam colhidos em campo retratariam o uso e cobertura da terra e estrutura de unidades domésticas numa região de desenvolvimento de um projeto de colonização recente. Sabendo-se aproximadamente que materiais e dados disponíveis haveria a partir da metodologia de campo restava saber que perguntas específicas poderiam ser feitas para esses materiais. Havia uma hipótese de que apesar da pesquisa ter um referencial teórico antropológico-demográfico através do qual fora elaborada a metodologia do trabalho de campo outras questões surgiriam a partir do material colhido.

O estudo de 2005, levado à cabo numa parceria entre o Anthropological Center for Training and Research in Global Environmental Change (ACT) da Universidade de Indiana e o Núcleo de Estudos de População (Nepo) da Unicamp esperava obter informações que clareassem essa relação entre o que se obteria dos dados macro das imagens de satélite e dados censitários com informações de caráter mais etnográfico e cartográfico. O trabalho *in loco* era aplicar um extenso questionário que se combinava à confecção do desenho do lote e leitura da imagem de satélite.

Trabalhos como os de Brondízio (2003) e Moran (1993) orientavam teoricamente a pesquisa no sentido de que essa combinação em uma escala mais micro do que o censo e as imagens de satélite ofereceriam uma ótica diferente de análise. A pesquisa NEPO/ACT tem então, como hipótese algo como uma “ecologia” dessa população no sentido de entender quais estratégias e modos de vida eram empregados pelos entrevistados. As idéias presentes em trabalhos anteriores de Moran (1984, 1993) já apontavam no sentido de entender a ecologia das populações da Amazônia como práticas e ações segundo as quais as pessoas se adaptavam ao lugar. Segundo essa idéia a ecologia é o estudo das estratégias, usos e modos de vida, mas sempre com um pressuposto anterior de que há uma relação de conhecimento, adaptabilidade e ação sobre o espaço. A ecologia, vista assim é entender a plasticidade da organização social e da relação com o espaço.

Portanto ao trabalhar com essa base teórica combinada a outras tecnologias (como classificação e análise de imagens de satélite), poder-se-ia obter até mesmo um padrão comparando-se as estratégias e escolhas produtivas com as imagens de satélite e dados censitários. No entanto, ao pensar numa estrutura macro e regional perder-se-ia aquele lugar que era construído por cada unidade doméstica e que efetivamente caracterizaria aquele espaço. Categorias que aqui são de extrema importância para se compreender o lugar, como os *colonos* e *os daqui*, são pouco ou quase nada discutidas a partir dessa ótica.

Essas eram questões levantadas pelos materiais obtidos com a aplicação dessa metodologia que ligava esses desenhos e a leitura dessas imagens a classificações de uso e cobertura do solo. Mesmo essa metodologia e as escalas macro e micro que a compunham era objeto de reflexão desses e de outros pesquisadores. Num trabalho publicado pelo National Research Council chamado *People and Pixels* (1998) essa aproximação entre o

social e o pixel<sup>22</sup> é retratada como uma tentativa de se enxergar as grandes tendências no estudo da cobertura e uso da terra.

Especialmente no que nos concerne aqui a questão do uso da terra ganha muito ao trabalhar como parceira de outros instrumentos como as imagens de satélite que permitem uma visão mais geral e objetiva sobre a cobertura da terra. Mas esses mesmos estudos apontam que a relação entre cobertura e uso ainda não está em sintonia, pois há um problema de escalas que nem sempre é possível de ser resolvido. Em um artigo de D'Antona, Cak e Nascimento (2008) esse problema das escalas é abordado. Como uma avaliação crítica da metodologia utilizada em campo o artigo reproduz as variações que o estudo *in loco* provocou nas classificações das imagens em laboratório. A cobertura não necessariamente significaria o mesmo uso numa mesma banda<sup>23</sup>. Também usos diferenciados ao longo do tempo são perceptíveis, mas não possíveis de serem identificados sem um conhecimento daquilo que chamamos aqui de estratégia e cuja dimensão se perde em meio aos dados do survey e da sobreposição de imagens e desenhos.

Não é possível se entender o lugar sem se conhecer suas dinâmicas e optar por conhecê-lo de forma regional amplia ainda mais a distância entre aquilo que as pessoas fazem, como elas fazem e quando fazem e os efeitos disso na cobertura do solo ou numa avaliação macro do lugar. Olhando-se para uma escala mais generalista é possível serem criados modelos, mas até que ponto esses modelos cobrem aqueles detalhes que constituem a dinâmica local e podem efetivamente influenciar nas mudanças da paisagem ao longo do tempo? Um artigo de D'Antona, Cak e Van Wey (2007), tal como o de D'Antona, Cak e Nascimento expõe reflexões que vão de encontro a essa pergunta.

A definição da cobertura do solo através da classificação das imagens de satélite apenas pelas bandas resulta muitas vezes em estimativas inconsistentes com a realidade obtida em campo. O uso do solo, cujas informações são obtidas pelos desenhos e surveys leva a identificar diferentes culturas numa mesma banda inicialmente identificada como sendo a mesma cobertura. O exemplo dado na página 22 sobre as categorias *pasto sujo*, e

---

<sup>22</sup> Pixel é menor unidade de uma imagem. Cada imagem é formada por pequenos quadrados de mesmo tamanho numa escala de cores de modo a formar a imagem. Tomando como exemplo uma imagem de satélite ela seria o tamanho mínimo da área visualizada, por exemplo, quadrados de 30mx30m que dariam uma visualização mínima de uma área de 90m<sup>2</sup>.

<sup>23</sup> Banda é uma unidade da imagem dada pela mesma cor o que indicaria, nesse caso, lugares com a mesma cobertura vegetal.

*juquira* ilustram bem essa situação. O uso do survey e dos desenhos sobrepostos às imagens resultaram numa reclassificação onde cada banda era retratada como contendo diferentes usos e coberturas como, por exemplo, *pasto sujo* e *juquira* onde antes haveria apenas a classificação de sucessão secundária (*juquira*).

Identifica-se assim os elementos que fazem parte dos usos do solo e das estratégias de trabalho no lote que não se identificam apenas com a imagem macro. Sem esses elementos é impossível entender os condicionantes da ocupação do solo na região estudada. Portanto, elementos micro beneficiam a análise sobre o uso do solo na região com o problema de fazer com que a metodologia seja muito mais demorada do que uma análise macro que cobre toda uma grande região. Todas essas reflexões só foram possíveis, pois o foco da pesquisa de 2005 era responder a pergunta sobre a caracterização dessa cobertura e uso da terra e a estrutura das unidades domésticas espalhadas no espaço de estudo operando com informações de escalas mais micros. Porém, ao tentar conciliar escalas a opção macro, de classificar os usos e cobertura do solo no local da pesquisa, apagou as estratégias e principalmente as trajetórias dadas pela história dos lotes e de seus ocupantes e esse veio a ser exatamente o foco desta dissertação. A etnografia por trás da classificação, e do uso e cobertura do solo.

O impacto do projeto de colonização é enfatizado enquanto a mola propulsora do desmatamento e da instalação de atividades agrícolas e pecuárias. A escala em que essas atividades se reproduzem e o impacto no desmatamento da floresta e os efeitos no bioma enquanto um todo são prioridades nesse estudo, mas perdem ao não olhar para como essas estratégias são implicadas em um *habitus* particular que tem forte relação com a constituição de um lugar e as categorias classificatórias das pessoas que ocupam esse lugar. O trabalho desenvolvido em 2005 tem grande importância no sentido de promover uma nova metodologia que procure conciliar as escalas macro e micro para se entender estratégias e seus efeitos na paisagem, e também procurar entender certo processo, quase um padrão, resultante de ações como a colonização em espaços anteriormente ocupados por florestas e matas.

Dos materiais colhidos em campo em 2005 muito pode ser explorado tanto quanto material etnográfico (como os desenhos e notas de campo) como quanto material analítico (com informações técnicas sobre o local). Alguns desses dados ajudam a entender o quadro

geral da região e situar o lugar da pesquisa e as questões postas por ele. Abaixo estão expostas algumas tabelas com dados tanto sobre a pesquisa como sobre as culturas encontradas na região, usos dos lotes e indicadores de renda:

**Tabela 1 - Indicadores gerais da pesquisa\***

Número de lotes entrevistados	<b>402</b>
Número de lotes com donos originais identificados	<b>399</b>
Quantos lotes têm donos originais?	<b>320</b>
Média de Unidades Domésticas por lote	<b>3,63</b>
Tempo médio no lote (anos)**	<b>16</b>
Unidades Domésticas Entrevistadas	
Questionário "Economia e Uso da Terra"	<b>1006</b>
Questionário "Unidade Doméstica e Composição Familiar"	<b>1025</b>

\*Inclui as 1006 entrevistas realizadas (número válido de entrevistas ao chefe masculino da unidade doméstica).

\*\*Dentre as 1006 entrevistas aos homens donos de domicílio, 188 nunca moraram no lote e 11 não souberam responder quando começaram a morar no lote. Assim, O tempo médio foi calculado com base na média ponderada dos casos válidos, utilizando como fator de ponderação, o número de pessoas que responderam que começaram a residir no lote em determinado ano.

Fonte: Elaborado por Gilvan Guedes. Base de dados da Área de Estudo de Altamira (2005)

**Tabela 2 - Categorias do entrevistado**

<b>Categoria</b>	<b>Número absoluto</b>
Mesmo dono	318
Novo dono	123
Antigo dono	45
Filho/genro	183
Meeiro/empregado	102
Outro parente	28
Outro	10
Ex-cônjuge	2
Filho/Genro – Fora	184
Antigo dono - Falecido***	2
Mesmo dono - Falecido***	9

\*\*\*Filho respondeu pelo pai falecido.

Fonte: Elaborado por Gilvan Guedes. Base de dados da Área de Estudo de Altamira (2005)

**Tabela 3 - Forma de aquisição do lote**

<b>Forma de Aquisição (Novos donos)*</b>	<b>Valor absoluto</b>	<b>Valor Percentual</b>
Comprou	<b>47</b>	<b>38,21%</b>
Ganhou do INCRA, SERPA, etc.	1	0,81%
Herança	<b>39</b>	<b>31,71%</b>
Outra forma	5	4,07%
Não informado	31	25,20%
<b>Forma de Aquisição (Mesmos donos)*</b>	<b>Valor absoluto</b>	<b>Valor Percentual</b>
Comprou	<b>203</b>	<b>64,04%</b>
Ganhou do INCRA, SERPA, etc.	<b>66</b>	<b>20,82%</b>
Herança	9	2,84%
Outra forma	18	5,68%
Não informado	21	6,62%

\* A soma dos lotes é maior do que 402 lotes devido a alguns dos lotes originais possuírem os mesmo donos em ambas as ondas de dados (1998/2005), mas com um novo dono de parte do lote original de 2005.

Fonte: Elaborado por Gilvan Guedes. Base de dados da Área de Estudo de Altamira (2005)

**Tabela 4 - Cobertura do lote**

<b>Cobertura do lote (ha)*</b>	<b>Valor absoluto</b>	<b>Valor percentual</b>
Pasto	51,95	48,22%
Perenes	10,46	9,71%
Anuais	1,21	1,13%
Casa e Quintal	0,50	0,46%
Pomar	0,35	0,32%
Água	0,52	0,48%
Capoeira	10,27	9,53%
Mata	32,48	30,15%
Área do lote	107,67	100,00%

\*Informações válidas: 378 casos. Os demais casos não foram possíveis de serem calculados pois faltavam informação sobre as classes de uso/cobertura nos questionários.

Fonte: Elaborado por Gilvan Guedes. Base de dados da Área de Estudo de Altamira (2005)

**Tabela 5 - Valores Médios, Desvio Padrão e Valores Extremos de alguns Indicadores de Uso do Solo para os lotes originais (Valores em %)**

<b>Cultura</b>	<b>Média</b>	<b>Desvio-padrão</b>	<b>Mínimo</b>	<b>Máximo</b>
Milho	6,31	11,97	0,00	100,00
<b>Arroz</b>	<b>15,37</b>	<b>24,28</b>	<b>0,00</b>	<b>100,00</b>
<b>Gado</b>	<b>4,52</b>	<b>19,38</b>	<b>0,00</b>	<b>100,00</b>
Pimenta	3,04	12,81	0,00	100,00
<b>Cacau</b>	<b>19,88</b>	<b>31,15</b>	<b>0,00</b>	<b>100,00</b>
<b>Leite</b>	<b>21,07</b>	<b>30,23</b>	<b>0,00</b>	<b>100,00</b>

Queijo	1,74	10,20	0,00	100,00
Aves	0,08	0,93	0,00	16,76
Suínos	0,08	0,67	0,00	9,95
Cavalos	0,40	3,27	0,00	46,59
Café	4,92	14,84	0,00	100,00
Banana	<b>8,17</b>	<b>20,39</b>	<b>0,00</b>	<b>99,55</b>
Borracha	0,06	0,68	0,00	9,06
Feijão	1,59	5,62	0,00	89,29
Mandioca	3,60	11,20	0,00	100,00
Farinha	1,60	7,72	0,00	96,68
Tucupi	0,00	0,08	0,00	1,57
Tapioca	0,01	0,15	0,00	2,77
Cipó	0,00	0,01	0,00	0,09
Cupu	0,21	1,73	0,00	28,22
Pupunha	0,03	0,26	0,00	3,48
Guaraná	0,00	0,05	0,00	0,97
Caju	0,00	0,07	0,00	1,35
<b>Citros</b>	<b>5,48</b>	<b>20,04</b>	<b>0,00</b>	<b>100,00</b>
Mel de Abelha	0,00	0,05	0,00	0,79
<b>Outros</b>	<b>1,83</b>	<b>9,40</b>	<b>0,00</b>	<b>93,69</b>
Sem produção	-	-	-	-
Sem informação	-	-	-	-

Fonte: Elaborado por Gilvan Guedes. Base de dados da Área de Estudo de Altamira (2005)

**Tabela 6 - Produção total do lote por tipo de cultura  
(Incluídos casos de produção nula)**

Cultura	Unidade original	Unidade Padronizada = Quilograma			
		Média	Desvio- Padrão	Mínimo	Máximo
Milho	Sacos*	1.542,7	2.684,2	0	19.500
Arroz	Sacos*	2.401,5	3.695,4	0	30.000
Gado	Cabeças**	39.831,2	242.616,2	0	1611.408
Pimenta	Kg	205,1	1.149,1	0	17.000
Cacau	Sacos*	7.798,6	24.209,7	0	226.620
Leite	Litros	10.105,8	87.514,6	0	2.556.000
Queijo	Kg	145,5	602,6	0	4.745
Aves	Cabeças	10,6	66,4	0	1.474
Suínos	Cabeças	48,1	310,0	0	3.762
Cavalos	Cabeças	80,2	513,4	0	7.480
Café	Sacos*	920,0	5.933,5	0	180.000

Banana	Cachos	17.460,6	124.199,6	0	2.499.975
Borracha	Kg	16,1	173,0	0	2.000
Feijão	Sacos*	444,1	1.475,4	0	24.000
Mandioca	Sacos*	2.769,2	15.960,1	0	300.000
Farinha	Kg	424,5	3.509,9	0	85.560
Tucupi	Litros	0,2	3,3	0	70
Tapioca	Kg	7,3	73,1		
Cipó	Kg	0,1	0,9	0	12
Cupu	Kg	36,0	222,1	0	3.000
Pupunha	Caixas	17,9	132,0	0	2.000
Guaraná	Kg	0,5	9,9	0	200
Cajú	Kg	1,5	14,5	0	250
Citros	Milheiro	21.191,2	111.725,0	0	1500.000
Mel de Abelha	Litros	6,2	118,6	0	2.500
Outros	Diversos	6.707,6	107.188,2	0	2.360.000
<b>Total Produzido</b>		<b>112.172,3</b>	<b>325.616,2</b>	<b>0</b>	<b>2.556.000</b>

Nota I: Incluídos valores nulos (ou seja, zero de produção para cada uma das culturas).

Nota II: Valores não-informados foram descartados (missing values). Não foi realizado nenhum tipo de imputação.

\*Cada saco tem um valor de 10 kg.

\*\*Cada cabeça de gado de corte, se adulto se estipula em 70 kg ou mais

Fonte: Elaborado por Gilvan Guedes. Base de dados da Área de Estudo de Altamira (2005)

**Tabela 7 - Renda domiciliar mensal (R\$/ano anterior à pesquisa)\***

<b>Incluindo domicílios com renda nula</b>	Média	Desvio-Padrão	Mínimo	Máximo
Aposentadoria	112,87	236,91	0	2.801
Venda de gado	341,06	2554,71	0	75.000
Venda de produtos da horta	12,30	123,35	0	2.255
Venda de outros produtos do lote	390,81	1419,28	0	30.000
Venda de artesanato	4,20	48,45	0	1.040
Salários	139,80	484,78	0	7.800
Bolsas/auxílios governamentais	19,55	236,75	0	7.000
Outras	328,93	4721,18	0	147.000
<b>Total</b>	1349,52	5743,64	0	147.000
<b>Excluindo domicílios com renda nula</b>				
Aposentadoria	490,21	242,50	135	2.801
Venda de gado	1049,82	4402,70	3	75.000
Venda de produtos da horta	485,04	620,27	10	2.255
Venda de outros produtos do lote	832,80	1982,02	3	30.000
Venda de artesanato	179,46	267,78	2	1.040
Salários	688,90	884,56	60	7.800
Bolsas/auxílios governamentais	169,80	681,79	7	7.000
Outras	1226,02	9066,26	4	147.000
<b>Total</b>	1668,58	6345,51	18	147.000

\*A referência ao ano anterior se dá, pois as perguntas coletadas a partir do questionário se reportavam aos meses anteriores já que no período da pesquisa a colheita do cacau e mesmo de outros produtos ainda não estava terminada.

Fonte: Elaborado por Gilvan Guedes. Base de dados da Área de Estudo de Altamira (2005)

Após a apresentação dos dados gerais da pesquisa na tabela 1 é possível perceber que nas entrevistas realizadas em 2005 muitos dos entrevistados eram os donos originais do lote. Ao cruzarmos essas informações com as que são encontradas na tabela 3 sobre forma de obtenção do lote é possível perceber uma continuidade da posse do lote pela unidade doméstica original – ou ao menos por um de seus membros – através da herança. E principalmente enquanto a compra e a doação (por órgãos estatais e federais) figuram como principal meio de acesso à terra para os donos originais para os novos donos é a compra e a herança que passam a ser os meios de acesso à terra. Também é importante notar o tempo médio das pessoas no lote.

Considerando que em 808 entrevistas as pessoas moram no lote (ou moraram em algum momento), e que o tempo médio de moradia é de 16 anos, temos uma situação que denota a criação de uma relação com o entorno que pode levar a redes de ajuda mútua, trocas, amizade entre vizinhos, e conhecimento desse lugar (ou a nenhuma dessas alternativas). Ao mesmo tempo é relevante o fato de que 188 entrevistados jamais tenham morado no lote. Só por esses dados já é possível se perguntar que relações (ou não relações) estariam acontecendo entre esses moradores e entre eles e aquele espaço. Que tipo de leitura sobre o lugar e que práticas estariam sendo executadas? Como as estratégias de vida e trabalho se dariam? Haveria diferenças nas leituras e práticas se as pessoas estivessem ou não morando no lote?

Ao fazer essas perguntas vamos até a tabela 4 sobre a cobertura desse lote. Essas informações – obtidas pelo cruzamento das informações constantes nos desenhos, nos questionários, e nas imagens de satélite dos lotes entrevistados – apontam a situação típica de cobertura do solo na região de estudo. O que vemos é uma grande presença de áreas destinadas a perenes, anuais e pasto enquanto que a casa, o quintal e o pomar (que são em grande medida geradoras de produtos para consumo dos moradores do lote ou seus donos) ocupam pequenas áreas demonstrando a vocação típica dos lotes para a produção agrícola combinada entre consumo próprio e venda. Isso fica mais claro ao se olhar para a tabela 5 onde estão especificados os produtos comumente encontrados nos lotes entrevistados e as áreas ocupadas por eles.

Através de informações obtidas durante as entrevistas sobre a dieta típica na região a maior parte das pessoas entrevistadas listava a *lavoura branca*<sup>24</sup> e a carne (de gado em especial, mas também de aves, suínos e caça) como base da alimentação sendo complementada em alguma medida com legumes, verduras e hortaliças que variavam segundo os hábitos alimentares trazidos dos locais de origem. Assim ao se olhar para a tabela 5 é possível ver a variação entre as áreas destinadas a cada produto dependendo da finalidade para a qual era destinado e o uso que se fazia do lote.

As determinações sobre o maior ou menor uso do lote para produção de gêneros para venda davam margem para essas diferenças entre o tamanho da área plantada. Também o número de unidades domésticas, a moradia ou não no lote, e relação com a terra poderia ser responsável pelas variações que se vê nessa tabela. Chamo a atenção para apenas dois dados da tabela 5 onde a questão da escolha produtiva e da destinação da mesma para a venda e/ou consumo próprio podem provocar variações no tamanho da área destinada: o gado e o leite. Podendo variar entre o mínimo de 0% e o máximo de 100% de área destinada à criação há um desvio padrão, ou seja, as possibilidades de variação entre o tamanho das áreas de 19,38% para o gado de corte e 30,23% para o gado de leite, o que seria dado pelas diferentes destinações para a escolha produtiva e também pelo tamanho do lote entrevistado (sendo 1 lote, ½ lote, 5 lotes, chamado de gleba, ou mais de 10 lotes).

Considerando que na época da pesquisa: o valor de uma cabeça de gado estava em torno de R\$700,00; que a conta dos moradores era uma cabeça de gado para cada 0,5 ou 1ha; que o tamanho de um lote é de 100ha; que a escolha produtiva seja pela criação de gado de corte; que o lote seja formado apenas por pasto e pela área obrigatória de reserva; aproveitando-se de 80% da área do lote haveria algo entre 80 e 160 cabeças o que daria um valor entre R\$56.000,00 e R\$112.000,00 de ganhos com a venda do gado. A vocação de um lote como esse seria apenas de produção para venda com algumas cabeças sendo utilizadas para consumo e a moradia na cidade.

---

<sup>24</sup> O nome *lavoura branca* é utilizado para designar alimentos que tenham *massa*, no caso em questão arroz, feijão, milho e mandioca. Todos esses alimentos são base da dieta na região e segundo os moradores são responsáveis por dar sustento para o trabalho e alimentar. A alimentação fica completa com a inclusão da carne como *mistura* nas refeições. No entanto a importância da *lavoura branca* se percebe na diferenciação entre ela enquanto *comida* e a carne como complemento, *mistura*. Como *mistura* ainda são listados os legumes, hortaliças e verduras, mas numa escala abaixo da carne.

Ao mesmo tempo modificando apenas uma parte dos elementos seria possível ter um cenário diferente tanto de uso do lote, como de renda e relação com a terra. Como outras situações possíveis algumas das cabeças poderiam estar em *ameia*<sup>25</sup>; podia ocorrer aluguel do pasto; poderia não haver 80 cabeças e sim menos; e uma ou mais unidades domésticas poderiam existir no lote; poderiam existir *roças*. Todas essas possibilidades e arranjos seriam captados pelos dados dos questionários, mas as trajetórias dessa(s) unidade(s) doméstica(s) perderiam sua dimensão, perderiam as motivações e escolhas que compunham as estratégias e geravam a paisagem que se captava nos desenhos. Porque em diferentes lotes haveria diferentes escolhas produtivas? Por que as estratégias teriam variação tão grande a ponto de existir moradia e trabalho no lote ou separação dos locais de moradia e de trabalho?

Através dos dados de cada questionário as informações demonstravam um novo painel e davam indícios novamente de que uma análise em escala micro era importante para se entender esse uso e cobertura que se buscava. As informações sobre a dieta, por exemplo, eram dadas durante a conversa informal que se estabelecia durante a confecção dos desenhos ou após a conclusão da entrevista. E por terem um caráter mais etnográfico ao percorrer as narrativas sobre cotidiano e as práticas desses moradores muitas vezes se tentava incorporá-las aos dados gerais do projeto pelas lacunas que poderia preencher, mas elas apontavam também no sentido de outras questões que ficavam além das questões da pesquisa NEPO/ACT.

Portanto como resultado dessas inquietações esta dissertação se distanciou da discussão da pesquisa NEPO/ACT utilizando outro olhar para os materiais colhidos, especialmente no que concerne aos pressupostos de pesquisa que são o tripé tempo, gente e lugar, e as trajetórias. No entanto partimos desses mesmos dados da pesquisa de 2005 combinando-os com os dados colhidos numa pesquisa realizada em 2008 cujo caráter era eminentemente etnográfico. Sendo assim após este primeiro contato com o campo e especialmente com as questões que o informavam e lhe davam relevância outras perguntas

---

<sup>25</sup> *Ameia* é uma forma de parceria na qual um dos parceiros é o dono original das cabeças de gado e o outro do lote. O que acontece então é que cada cabeça de gado vendida tem seu valor dividido entre os dois parceiros, assim como todas as despesas tidas com as rezes. Os bezerros gerados no lote de *ameia* também são divididos entre os parceiros. Diferente disso, o aluguel do pasto é um trato onde o dono das cabeças paga um valor mensal ao dono do pasto para utilizá-lo, o dinheiro obtido com a venda do gado e as despesas com alimentação das rezes e os bezerros gerados são do dono das cabeças.

acerca do material de campo resultante vieram. A própria utilização da etnografia como uma parte da metodologia de 2005 para obtenção de dados mais microsociológicos acrescentavam novos dados e ampliavam a análise sendo necessário um detalhamento maior do trabalho.

Esse detalhamento se mostrou importante, pois se via a constituição de uma dinâmica social que não era feita de uma linha geral que englobaria as estratégias de vida e trabalho de todos os *colonos*. Havia muitas outras diferenças que possibilitavam exatamente a permanência de algumas situações e mudança de outras. Uma série de imagens e classificações de uso e cobertura do solo não diria tudo sobre o que as pessoas que eram responsáveis por aquele uso e cobertura diziam.

Claro que as informações mais gerais dadas por classificação de imagens de satélite coligadas com micro informações sobre os lotes rurais fariam diferença na percepção sobre o lugar. Claro que os dados dos questionários sócio-demográficos, mais micro, combinados com dados gerados em escalas de agregação maiores como as dos setores censitários ou municípios poderiam trazer uma visão melhor sobre o lugar. No entanto, restava uma dúvida: será que essa combinação de dados ajudaria a entender as estratégias que compunham a dinâmica social local? Poderíamos ver as influências de políticas a partir do resgate da história do lote, mas quanto dessa história não seria perdida se ela fosse apenas mais uma dentre muitas?

Refletindo sobre tais questões elaboradas a partir dos dados de campo de 2005, elaboramos hipóteses que colocavam os *colonos* e o processo migratório como elementos importantes das trajetórias e, portanto das narrativas e paisagens que analisávamos. Para tanto uma nova metodologia de análise dos dados e para o trabalho de campo de 2008 foi sendo constituída. Deixar o campo mais conduzir do que ser conduzido: essa orientação do trabalho teve influência das reflexões de Favret-Saada (1977 e 2005). Ela chama a atenção justamente para as limitações que uma leitura do campo por demais orientada pode colocar na análise do material de campo. Claro que se basear na bibliografia é indispensável e construir um roteiro é importante, mas sensibilidade e ouvidos e olhos atentos são fundamentais. Deixar-se correr o risco de transpor a barreira da “observação participante” para tornar-se parte do campo pode trazer mais resultados positivos do que arruinar o projeto de conhecimento que se propõe a realizar (FAVRET-SAADA, 2005).

Roteiros e bibliografias podem imobilizar o que é dinâmico, a vida social é mais fluída e menos passível de ser enquadrada em modelos. Então o modelo para o trabalho de campo era tomar como base o que já se conhecia do campo e as bibliografias que dialogavam com esses materiais e dados, porém permitindo ter flexibilidade e atenção redobrada às situações que o cotidiano em campo pudesse apresentar. Claro que antes de ir a campo essa era uma precaução mais do que uma certeza, pois o campo poderia dar as respostas que procurava sem apresentar nenhuma mudança no roteiro.

De novo se chegava à idéia exposta por Joan Vincent (1987), de pensar a sociedade agrária como fluxo organizado. Ia-se no sentido de pensar a etnografia como uma forma de ver as pessoas e suas ações através de um recorte espacial e de uma escala temporal. O foco do trabalho de campo deveria ser acompanhar os movimentos – o fluxo – dos atores sociais dos quais se falava na pesquisa. Entender quem são as pessoas, o que fazem, como fazem e quais estratégias utilizam é fundamental para pensar a dinâmica local e organização social do local onde se desenvolve a pesquisa. O tempo ganha especial destaque porque ajuda a remontar as ações no espaço e tornar apreensível tanto os deslocamentos como os sentidos e representações necessários ao bom trabalho etnográfico.

A metodologia da pesquisa era também bastante recortada através dos sentidos que a pesquisa de 2005 permitiu seguir, retomando trajetórias e desenhos em 2008 no mesmo recorte espacial, reduzindo-o até situando a pesquisa entre as cidades de Altamira e Brasil Novo. Voltar à campo com uma primeira análise de um material etnográfico permitiu que a pesquisa tomasse outros rumos ao se perguntar sobre a importância da migração, sobre quem eram os *colonos*, e que lugar era aquele? Por conta disso a idéia do fluxo consolidando uma base teórica entre três pontos – tempo, espaço e lugar – também se reportava a uma memória que organizava, contava e significava esse lugar, ao longo de um tempo nas palavras e vidas de algumas pessoas. Portanto apreender essa memória era importante e a idéia de recortar as narrativas dessa memória parecia ser o mecanismo pelo qual aquela dinâmica social podia ser lida.

Por isso a partir de uma idéia de trajetória proposta por Bourdieu (1996) a pesquisa e sua metodologia buscavam uma narrativa que se apoiava nos sentidos da memória, mas sem obrigá-la a ser linear. De certa forma cada sujeito da pesquisa seria o narrador de uma versão da vida social local, recortando através de suas lembranças uma memória, como

quem narrasse os percursos de uma história. Na proposição inicial de Bourdieu sobre trajetória o que estava em jogo eram as inconsistências das histórias de vidas que não são lineares e descontextualizadas.

Partindo dessa argumentação de Bourdieu propôs-se trabalhar essas trajetórias – esses sentidos, inconsistências e contextos – a partir tanto de narrativas orais como de narrativas iconográficas expressas nos desenhos. Meu trabalho foi apreender essa memória constituindo as trajetórias que seriam então plenas dos significados, movimentos e estratégias desses sujeitos. E as estratégias juntas é que comporiam os quadros pelos quais leria as dinâmicas locais.

As entrevistas davam uma pista sobre um possível panorama sobre a região. Não direcionando o olhar somente para o entorno da Transamazônica, as trajetórias dos sujeitos da minha pesquisa ganhavam novas nuances e novos elementos para se pensar na análise. Especialmente a relação com a produção, as mudanças no trabalho e na relação com o espaço que se operavam desde os anos 70 se tornavam mais claras. Os sujeitos passaram a ser não apenas atores com trajetórias conectadas apenas pela participação no Projeto de Integração e Colonização (PIC) executado pelo governo e por serem migrantes; escolhas produtivas e a organização no espaço diziam muito sobre suas estratégias. Assim como Favret-Saada (1977) a escolha de abordagem do campo também privilegiava o acompanhamento do fluxo de redes locais e principalmente a forma pela qual pessoas construía e vivenciavam esse fluxo que é organizado. Os dados eram colhidos a partir de deslocamentos dos sujeitos da pesquisa, deixando que eles conduzissem os caminhos da pesquisa ao invés serem seguidos. Foi o que fizemos então nessa dissertação – em campo e nas análises do material: seguir o fluxo para entender seus sentidos.

## Capítulo 2 - O lugar do qual falamos: O projeto de colonização, a Transamazônica, Altamira e Brasil Novo.

“Particularmente, é de se notar como a frente agrícola e o seu avanço sempre estiveram associados à abertura de estradas e caminhos afastando-se da *beira*, buscando a penetração e a ligação com as vias principais de comunicação e transporte.

As novas ocorrências, onde se somam a Transamazônica – que efetivamente transforma a região em porta de entrada para a Amazônia continental (...) fazem com que antigos projetos em torno dos quais há longos anos se especulava na região ganhem maior visibilidade.”

(VELHO [1972], 1981, p. 148)

A cidade se estendia às margens do Xingu e ficava toda de frente para ele. Com o projeto ela virou as costas para o rio e passou a enxergar a estrada. A promessa de progresso e desenvolvimento estava naquele chão de terra batida.

Dona Vicença (moradora de Altamira sobre os efeitos do projeto de colonização)

Apresentadas as questões que norteiam a composição dessa dissertação faz-se necessário apresentar o lugar no qual se desenvolve. Sendo este um trabalho antropológico nada seria mais apropriado que utilizar a voz dos interlocutores para conduzir a descrição sobre o espaço da pesquisa. Duas pequenas narrativas começarão a construir a imagem do campo e trazer os elementos importantes para as análises à frente. Essas narrativas são marcadas por deslocamentos no espaço e no tempo a partir da visão de pessoas envolvidas diretamente com os processos de mudança ocorridos no período que interessa aqui. Sendo a migração para a Transamazônica o marco de onde temporalmente partimos para a análise não é a partir dela que se começa a discussão. Há que se entender de que forma essa migração e a construção da estrada impactou uma dinâmica local que já existia anteriormente e assim as nuances sobre o lugar ganham mais cor e podem dialogar com mais elementos e fazê-los serem melhor compreendidos.

Trajetória 1 - Dona Vicença. Desde antes da estrada: o seringal, a cidade e a estrada.

Dona Vicença é uma senhora já de idade que até hoje mora em um das casas que ficam de frente às margens do Rio Xingu. Quem chegar até a sua casa hoje terá como paisagem entre esta e o rio a avenida que margeia toda a beira do rio, uma alameda coberta por jardins e bares acompanhando a avenida e uma mureta branca separando o cais e a cidade. Chegando-se à mureta percebe-se um desnível entre a alameda e a areia lá em baixo que só é possível vencer descendo-se as escadas que ficam ao longo da mureta para então se chegar até os barcos e o rio. A recepção aos convidados é sempre feita na varanda, agora fechada com grades e cujo portão está sempre trancado. Não fora sempre assim conta Dona Vicença, que já passa dos sessenta, e ao ser perguntada sobre como era Altamira antes dessa obra de urbanização do cais da cidade ela sorri e diz que a vida era tranqüila.

Ela se lembra de dizer que o livro *A Batalha do Riozinho do Anfrísio* (2003), que conta a história de uma “batalha” entre índios e seringueiros, é a história verdadeira de sua família apesar de muitos dos personagens não serem exatamente como os descritos ou não terem os mesmo laços de parentesco como aparece no livro<sup>26</sup>. Ela resolve me contar as mudanças feitas pelo autor do livro na história “real” e diz por ser sua história, a cada vez que é contada a faz sentir muitas saudades de Frizam, seu falecido marido, e um dos últimos seringalistas da região. Ela conta que Anfrísio, pai de Frizam, era dono de um seringal que se estendia a partir de um rio próximo ao Xingu que acabou por ser conhecido como Riozinho do Anfrísio. A área desse seringal, que foi administrado também por seu marido, é hoje uma reserva extrativista cujo nome leva o nome do rio. Conta também que havia outros seringalistas que tinham seringais na vizinhança e que havia pessoas de vários lugares do país, especialmente do nordeste que vinham trabalhar nos seringais.

Conta que quando do seu nascimento o garimpo, a caça, a venda da castanha e a seringa já eram negócios antigos na região e em outras regiões da floresta. *Ribeirinhos* e índios eram os moradores da região que passaram a dividir espaço com os seringueiros, trabalhadores vindos em especial do nordeste numa verdadeira rede de captação de trabalhadores que funcionava tanto informalmente (através de parentes) como formalmente (através de pessoas que iam de cidade em cidade arregimentando possíveis interessados no

---

<sup>26</sup> O livro ao qual se refere Dona Vicença chama “A batalha do riozinho do Anfrísio” (2003) escrito por André da Costa Nunes. O autor é parente de Dona Vicença, mas distante, e o livro está sendo vendido em toda a cidade, pois foi financiado pela prefeitura da cidade, não se encontra em livrarias que não as locais.

trabalho nos seringais)<sup>27</sup>. Desde o século XIX a exploração da seringa havia sido instituída na região e muitos vieram em busca do enriquecimento, na esperança de conseguir um seringal para si.

“Do tempo em que se arrancava pêlos do bigode como garantias pelas palavras, promessas e acordos”, Dona Vicença afirma que o respeito e a honestidade estavam muito presentes até sua mocidade e que as relações eram sempre de pessoas para pessoas. Aos vinte anos ela casou-se com Frizam, segundo ela no ano de 1951<sup>28</sup>, e foi morar num dos seringais que pertenciam ao pai de Frizam, Anfrísio. Quando seu marido morreu em 1992, Dona Vicença e Frizam já moravam na cidade. Vieram na década de 70, pois com a queda no preço da borracha e as perdas de lucros no comércio de produtos outros do seringal a opção de adquirir um lote em Altamira interessou a família que também se mudou para a cidade; ficando perto de facilidades como médicos, escolas e a energia elétrica.

Assim como a família de Dona Vicença muitos dos seringueiros deixaram o seringal e vieram para a Altamira, ela diz que muitos ela ainda encontra na rua e algumas vezes até param para conversar e relembrar a vida no seringal. Com a vinda para a cidade e as dificuldades financeiras cada vez maiores Dona Vicença não foi mais para o seringal. E principalmente depois da morte de Frizam o seringal foi totalmente abandonado restando lá apenas alguns poucos seringueiros, até que o espaço do seringal foi desapropriado e posteriormente foi criada a Reserva Extrativista do Riozinho do Anfrísio<sup>29</sup>.

---

<sup>27</sup> Essa captação de mão-de-obra para a extração da borracha existiu nesse formato não só na região, mas em todo o país e para os mais diferentes cultivos e principalmente persiste até os dias de hoje em culturas como a cana-de-açúcar, o café, a laranja ou a soja. Num livro de Nunes (2003), de forma literária esse mecanismo é descrito especificamente na região. Em outros textos como o de Nogueira (2008) e, e vídeos como o de Novaes (2007) a persistência desse mecanismo em culturas como o café e a cana-de-açúcar são retratados. Contemporaneamente ao começo da captação de trabalhadores para os seringais o trabalho de Vangelista e Berthorelo (1991) trata do mecanismo próximo a esse responsável pela migração de estrangeiros em fins do século XIX e início do XX. Há ainda muitos outros trabalhos sobre esse mecanismo demonstrando sua amplitude por todo o território brasileiro.

<sup>28</sup> Dona Vicença não quis me dizer sua idade, no entanto disse que se casou em 1951, aos 20 anos. Fazendo as contas a partir dessa data pensamos que Dona Vicença deva ter 77 anos.

<sup>29</sup> A Reserva Extrativista do Riozinho do Anfrísio foi criada em 2005 e assim como outras reservas, estações ecológicas, parques e florestas nacionais estão situados dentro do perímetro conhecido como Terra do Meio. Essa área fica no centro do município de Altamira e excede também seus limites pegando trechos dos municípios de São Félix do Xingu e Itaituba. A Terra do Meio é conhecida por seus problemas de disputa de terra entre grileiros, fazendeiros, índios, caboclos, governo e movimentos ambientalistas. A área envolve a bacia hidrográfica do Rio Xingu e é uma área estratégica para a conservação da biodiversidade e também de suma importância para a bacia do Xingu. Em seu entorno há inúmeras áreas indígenas e também nos afluentes do rio há vários ribeirinhos e caboclos moradores antigos que se estabeleceram tanto por conta de colocações dos antigos seringais como pelas ocupações tradicionais da área de entorno dos rios.

Entre suas lembranças de menina está a chegada dos soldados da borracha trazidos do NE até Belém, ainda no governo Vargas, para ajudar na extração da seringa e produção da borracha para a exportação durante a guerra. Lembra-se também que havia no seringal muitas festas e que tudo era muito organizado, “não havia luxo, mas era organizado”. No dia dezanove de março era feita a festa de São José, que dava nome a um dos seringais, e todos os que moravam no seringal ou próximo participavam da festa. Eram três dias de festa ainda no tempo das chuvas do inverno e todos atolavam-se no barro e divertiam-se muito. As atrações da festa, montadas no seringal, incluíam pau-de-sebo e barraquinhas de comida e brincadeiras, assava-se muita carne (boi, pato, porco) e havia muita fartura.

Sua vida durante muitos anos foi só no seringal, seus filhos dividiram-se entre nascimentos acontecidos no seringal e na cidade. Dependia da época do ano em que nasciam e a possibilidade de descer de barco até a cidade, o que era raro. Segundo ela também as outras mulheres do seringal tinham a mesma sorte que ela, ganhar filho em casa ou se desse na cidade. Dona Vicença teve ao todo dez filhos, “todos eles criados com *leite de castanha*<sup>30</sup> e por isso fortes e saudáveis”. Os primeiros cinco filhos vieram muito próximos um do outro, alguns apenas com o intervalo do resguardo entre o nascimento de um e a gravidez do outro, os partos eram feitos por parteiras que lá moravam. Depois do quinto filho resolveu espaçar os nascimentos e assim como as outras mulheres recorria a muitos métodos contraceptivos e também chás e folhas abortivas. Como havia uma relação muito próxima com algumas das etnias indígenas da região muito desse conhecimento medicinal das plantas foi aprendido<sup>31</sup>.

---

<sup>30</sup> Leite de castanha é na verdade o sumo da castanha depois de macerada. A castanha abundante em toda a região e em quase toda a Amazônia é uma fonte importante de vitaminas e proteínas para todos os moradores da região. Na dieta de populações tradicionais como os ribeirinhos, caboclos e indígenas é uma das bases da alimentação. Também a castanha é aproveitada ao máximo, obtendo-se dela todo tipo utilização e processada de diversas maneiras. Dela se comem os frutos in natura, se faz farinha, se extrai o leite, o óleo e se utiliza a madeira para a construção de casas e barcos. Atualmente, a legislação ambiental proíbe o corte da castanheira devido à sua importância enquanto espécime e também a ameaça de extinção. Porém alguns grupos estudam a possibilidade de colocá-la como uma das espécies que fazem parte dos consórcios agroflorestais que começam a se espalhar pelos lotes rurais na Amazônia.

<sup>31</sup> Assim como Dona Vicença ainda é muito comum ver mulheres que tiveram vários filhos e todos em intervalos pequenos de tempo. Os métodos contraceptivos ou não são conhecidos, ou falta acesso e informação sobre seu uso. Atualmente, porém o número de mulheres que ganham seus bebês na cidade tem aumentado. Durante os dois trabalhos de campo várias mulheres não foram encontradas em suas casas pois estavam na cidade na casa de parentes ou nos hospitais para terem atendimento médico quando do nascimento de seus bebês.

E assim como as mulheres tinham dificuldades de conseguir chegar até a cidade para fazerem seus partos, doentes, acidentados e feridos muitas vezes tinham de ser atendidos na sede do seringal. Ficavam meses quase sem condições de descer para a cidade por causa da seca e das pedras que afunilavam o canal do rio; o seringal era, então, equipado com uma infraestrutura básica: escola, ambulatório, armazém, barracão. Dona Vicença diz que levava todo tipo de medicamento para o seringal e atendiam quase de tudo de malária e febre à bala e faca. Os atendimentos também não se restringiam aos moradores do seringal, se estendiam aos indígenas e *ribeirinhos* que recorriam a eles. Estavam muitos quilômetros longe da cidade e muitas vezes era a única chance de se conseguir curar feridos, doentes e grávidas com problemas no parto.

Tudo que precisassem de urgência devia estar estocado por lá. Havia *bateiros*<sup>32</sup> que andavam vendendo coisas de seringal em seringal e aliavam as faltas de coisas da cidade, mas o preço deles era sempre mais caro e nem sempre o produto era bom<sup>33</sup>. Mesmo a cidade era apenas uma vila. Na frente do cais moravam os seringueiros e outras pessoas influentes da cidade como o ferreiro. Naquela época entre as casas e o rio havia apenas um enorme gramado que nas épocas da seca era separado da areia por um barranco que marcava o retrocesso da baixa do Xingu. Nas ruas de trás, que não eram mais de quatro havia um pequeno comércio com algumas vendas de secos e molhados e alguns bares. Afastada da cidade estava uma casa de prostituição, bem no fim da cidade, bem longe de onde moravam as famílias e as pessoas importantes, no caminho para os sítios e fazendas que abasteciam a cidade com o arroz, o milho, e a farinha e com algumas frutas, legumes, temperos e também leite de vaca, galinha e porco.

“Todos na cidade eram ‘filhos’ de índios e brancos e não se envergonhavam disso”. Alguns homens tomavam como esposas índias e misturavam seus nomes portugueses com

---

<sup>32</sup> O termo designa comerciantes que vendiam todo o tipo de mercadoria (desde arroz e óleo até produtos de beleza e tecidos) ao longo dos rios da região abastecendo então as pessoas e evitando que precisassem se deslocar até a cidade. Alguns até compravam produtos e revendiam na cidade. Esses *bateiros* cobravam o preço que queriam pelos produtos, os que vendiam, o faziam pelo preço mais alto, os que compravam o faziam pelo preço mais baixo. Até hoje essa figura é encontrada ao longo das áreas das reservas e onde moram *ribeirinhos*.

<sup>33</sup> Ainda hoje há comerciantes que vendem toda sorte de coisas em barcos para as *comunidades* tanto das reservas como para os *ribeirinhos* que moram ao longo do rio Xingu e os demais rios da bacia. Muitos moradores das reservas preferem comprar os gêneros de que necessitam desses comerciantes mesmo que não haja boa qualidade ou tendo preço acima do praticado no comércio da cidade. Tal se dá porque muitos não se sentem à vontade na cidade ou não gostam de sair da reserva por vergonha ou por medo.

os nomes indígenas. Outros homens tinham duas famílias uma constituída pelo casamento oficial, na igreja (e eram muitas vezes casamentos arranjados e/ou com finalidades específicas de estabelecer alguma aliança política ou econômica) e tomavam índias como concubinas, em especial os seringalistas e os comerciantes. Os mais ricos gostavam de fazer sobressair sua linhagem branca e escondiam seus parentes mestiços e indígenas, e escondiam-nos tanto dando-lhes nomes portugueses quanto fazendo-os morar longe da margem do rio, nas ruas mais distantes da cidade, ou nos seringais ou então fechados dentro de casa. A floresta ficava logo ali e nas beiras dos córregos e igarapés ficavam os açaçais. Também havia muita caça e era corriqueiro encontrar uma onça pintada ou preta espreitando sua criação. O transporte era todo feito por água e as estradas que havia eram de propriedades de alguns ilustres ou do governo<sup>34</sup>, mas eram raras e só serviam de ligação entre uma vila e outra, cidade e outra.

A conversa tinha um ar de nostalgia e Dona Vicença se emocionava ao lembrar do quanto gostava daquela vida no seringal. Sua família, suas comadres, seus bichos, tudo que vivera lá era agora uma profunda saudade. Lembrava-se de quando seu marido assumiu a prefeitura de Altamira em 1962. Ele ficou no posto até 1970 quando chegou a estrada. A narrativa de Dona Vicença tem um tom muito mais emocional quando fala do seringal e ganha um tom mais sóbrio e sério quando fala da vida na cidade. Ela diz que quando seu marido assumiu a prefeitura ela ainda ia muito ao seringal e na verdade dividia-se entre a cidade e o seringal.

Ela sempre gostou mais do seringal, mas naquela época mulher não desafiava o marido e por isso não o questionava quando ele decidia qualquer coisa. “Mulher não enfrentava marido, não desafiava marido como agora que mulher é independente, trabalha fora e tem a vida dela” diz ela. Fora criada para ser dona de casa e por isso sabia fazer de

---

<sup>34</sup> Era comum na região as melhores estradas serem construídas por seringalistas ou pessoas ricas da região. Nessas estradas havia a cobrança de pedágio e com ele era feita a manutenção da mesma. As condições dessas estradas eram geralmente melhores que as estradas que o município, o estado ou a União construíam. Elas passaram a existir também pela própria impaciência dos ricos e influentes do local em ter de “suportar” estradas em condições intrafegáveis. Essas estradas particulares muitas vezes eram feitas dentro das propriedades dessas pessoas e por isso mais um motivo para serem particulares. Os desavisados que vinham de fora e acabavam por enveredar por essas estradas eram normalmente surpreendidos com a cobrança de pedágio em algum ponto.

tudo, a puba<sup>35</sup>, a farinha, lavar, passar, cozinhar, cuidar de doença, tocar piano e acordeom. Especialmente se ressentido de não mais saber tocar, ela acha que é por causa também da idade. Na cidade, longe do seringal, com o marido e um filho falecido ela diz ainda gostar da vida, mas não reconhece no entorno a cidade que ela conhecia.

Muita coisa mudou, ela mudou de casa, viu o preço da borracha cair a níveis muito baixos, viu o comércio da castanha “perder preço”, viu as mudanças no cais da cidade, a urbanização e embelezamento do cais. Ela viu muitos dos que tinham dinheiro perderem quase tudo, viu a cidade crescer em questão de meses e continuar a se expandir sem parar. Viu um filho morrer de hepatite depois de tentar ganhar dinheiro num garimpo junto com tantos outros, o gado chegando à região e a mudança da paisagem, o distanciamento da floresta. O cacau, a pimenta e o café chegando. Estava na cidade quando na primeira década da estrada (anos 70) houve recordes na produção de arroz e feijão, a alegria de uns *colonos* e o despencar de preços logo depois. Viu a intensa movimentação de pessoas chegando e saindo de Altamira nos últimos trinta, quarenta anos. Para ela a estrada trouxe desgraça e trouxe alegria, melhorou muita coisa, mas também trouxe os problemas de uma cidade grande, como a violência.

Quando seu marido ainda estava à frente da prefeitura ele teve de preparar terreno para a estrada e melhorar as condições de infraestrutura da cidade. Porém ninguém tinha a exata noção do que seria Altamira nos dois anos seguintes à abertura da estrada. As ruas que ficavam no que era o fim da cidade transformaram-se nas portas de um canteiro de obras. Ruas e avenidas largas eram construídas no meio da floresta e a cidade se expandia a uma velocidade impressionante. Algum tempo depois de Frizam deixar a prefeitura e voltar para o seringal o preço da borracha caiu muito e não custeava as viagens e o pagamento dos seringueiros. Toda a riqueza da família foi investida em um lote próximo da cidade que *colonos* decepcionados estavam vendendo. Nesse lote optaram por criar gado e plantar “um pouco de coisas” (frutas, legumes, cacau, café). Ele foi o sustento da família até a morte de Frizam em 1992 e então Dona Vicença se desfez de tudo que lhe lembrasse o marido inclusive desse lote. Hoje mora com um de seus filhos que tem um restaurante numa casa ao lado da deles.

---

<sup>35</sup> Pubar a mandioca é um processo de fermentação no qual a substância tóxica da mandioca é retirada. Com o produto desse processo conhecido como puba – que nada mais é do que uma mandioca amolecida e fermentada em água – são feitos biscoitos, pães e farinha.

Dona Vicença adora contar a história da sua vida e adora receber visitantes na varanda da casa para conversar, em qualquer dia e qualquer horário. Ela tem orgulho de seu passado e não acha que seja alguém importante para a história da cidade ou da região. Segundo ela com a mudança da economia da castanha e da borracha para o gado e o cacau os seringais ficaram abandonados e os ribeirinhos e seringueiros que lá moravam ficaram abandonados à própria sorte. Alguns são hoje vizinhos de Dona Vicença, vieram para a cidade com medo de não conseguirem mais sair do seringal, outros estão lá até hoje, nunca saíram de lá.

*Trajatória 2 – Seu Miguel. “Vim para trabalhar, me apaixonei por esse lugar”.*

“Cheguei à Altamira aos 26 de abril de 1971 às 11h52 à bordo de um samurai<sup>36</sup> da Vasp, era uma sexta-feira”. Com essas palavras seu Miguel começou a me contar sua versão da história do lugar. Ele viera de Presidente Prudente com sua mulher e filhos para trabalhar. Ele era funcionário do Banco do Brasil e viera trabalhar como gerente da recém-criada agência de Altamira. O pensamento corrente na época é de que era necessário derrubar tanta mata inútil e para isso estavam sendo recrutados muitos braços de onde se pudesse conseguir.

Altamira na época era uma vila de mais ou menos 4.500 pessoas. A diversão da cidade era sentar à tarde na frente das casas e ficar fofocando, falando dos acontecimentos do dia e das pessoas da cidade. Existiam na cidade toda, na época, cinco carros. De repente, máquinas e pessoas aos montes. Os antigos moradores se assustaram e de repente a vila se transformou num canteiro de obras. A consolidação da área desmatada foi rápida e se expandiu. Hoje quando falam de desmatamento não é ao entorno do núcleo urbano de Altamira que se referem. Nesse entorno há muito que tudo já foi desmatado. Quando Seu Miguel chegou à Altamira o Código Florestal de 1965 permitia que se derrubasse até 80% do lote, sendo os 20% restantes eram destinados à área de preservação. A derrubada era algo corriqueiro e aqueles que chegavam nos aviões que pousavam numa pista de pouso improvisada ao lado do cemitério municipal logo solicitavam ajuda para a derrubada.

---

<sup>36</sup> Não consegui informações mais precisas sobre esse avião, mas segundo o próprio Seu Miguel era um avião grande para transporte de cargas, sem assentos senão no contorno do avião, típico avião militar, parecido com um Boeing, mas menos redondo.

Seu Miguel disse que em questão de dias os sotaques todos se misturavam e “andavam pela cidade”. O comércio mais lucrativo era o de madeira que existia em abundância. O primeiro madeireiro do lugar foi um exímio operador de motosserra que foi solicitado até pelo INCRA para a abertura da estrada e dos *travessões*<sup>37</sup> e também para o corte de madeira para a construção das casas dos *colonos*.

A Transamazônica era o *xodó do governo* e havia um projeto de criar um grande celeiro agrícola ao longo da rodovia, a pecuária era algo impensável para o governo. Essa referência de Seu Miguel sobre a rodovia tinha fundamento na expectativa de que a estrada e o projeto de colonização que fazia parte dela aliviariam pressões por reforma agrária em outros lugares do país e também traria para a região pessoas dispostas a transformar a floresta em novas áreas agrícolas. Seu Miguel sendo gerente do banco recebia pedidos de muitos *colonos* para que lhes desse empréstimo para a compra de um gado para *a despesa*.

Essa expressão *para a despesa*, que aparece na fala de Seu Miguel e na fala de vários moradores da região, é quase uma categoria presente em muitos estudos de antropologia e sociologia no meio rural. Ela representa aquele trabalho e também aquele produto que são executados com vistas à alimentação e manutenção da família e dos trabalhadores diretos de determinada área. Por exemplo, durante as entrevistas era comum haver *roças para a despesa* e *roça para o ganho*, a primeira tendo a finalidade de abastecer os moradores do lote e a segunda para a venda.

Seu Miguel sabendo da importância desses produtos para o consumo no lote para a alimentação e manutenção das famílias e sabendo da recusa do governo com a criação de animais criou além da cédula de financiamento de grãos (arroz, feijão, milho), uma cédula que financiava 6ha para agricultura e 2ha para a pecuária. Aos poucos a recusa da pecuária foi cedendo devido às dificuldades encontradas pelo governo em fazer a terra produzir depois dos primeiros anos. Em 72 houve a liberação de um financiamento para 10 vacas e 1 touro, esse número caracterizava um consumo para *a despesa*, mas foi o começo da pecuária na região.

Nessa mesma época da liberação do financiamento do gado houve certa mobilização dos chefes e dirigentes do programa de colonização da região pela introdução de produtos

---

<sup>37</sup> *Travessão* é uma nomenclatura local para designar a estrada vicinal que liga os lotes rurais à estrada para que possa haver o escoamento de produtos. Sua aparência é de ser uma travessa, ou uma rua estreita, bem menor em largura que a rodovia, cuja função primordial é servir de acesso.

locais<sup>38</sup> como produtos financiáveis além dos grãos. A sugestão era de que os produtos nativos seriam menos suscetíveis a problemas com o clima e seriam mais fáceis de serem aprendidos pelos *colonos*. Só muitos anos depois o cacau passou a integrar a lista de produtos financiáveis.

Seu Miguel pela sua posição sempre em defesa das demandas dos *colonos* foi transferido de seu cargo em Altamira para João Pessoa onde ficou durante alguns anos. Já nos anos 80 pediu para ser novamente transferido para Altamira. O trabalho em Altamira estava só começando e havia muito a ser feito. Quando voltou muita coisa já havia mudado. A cidade já crescera muito e mesmo a dinâmica de vida e produção no local havia mudado. O cacau havia ganhado espaço junto com a pimenta e o café.

O gado também conquistara muitos adeptos por ser uma criação de fácil manutenção e por simbolizar uma *poupança viva* e imediata pelo rápido retorno que a venda de cabeças significava. Além de ser uma criação com a qual quase todos os moradores do lugar já haviam tido contato em algum momento mesmo que apenas como criação *para a despesa*. Muitos lotes eram desmatados quase que completamente, o INCRA não fiscalizava a percentagem desmatada e muitos dos primeiros *colonos* estavam partindo para seus locais de origem decepcionados com as dificuldades encontradas para o trabalho na terra na região.

Junto com o fluxo de pessoas que saía da cidade e também da região havia um fluxo daqueles que vinham e tomavam os lotes abandonados ou à venda. Esses “novos *colonos*” traziam na bagagem alguma economia e também muito do que tinham na antiga residência, traziam a família depois de comprar ou se apossar de um lote e escolhiam o cacau ou o gado como atividade principal. Ainda na década de 80, e início da década de 90, várias das linhas de crédito e financiamentos do governo passaram a exigir a administração dos recursos por cooperativas e associações. Houve uma explosão de associações e cooperativas em todas as cidades da região e também em vários *travessões*. Seu Miguel se aposentou mais ou menos *nessa época de efervescência de crédito e financiamento*.

Além dos *colonos* era espantoso o crescimento de fazendas e grandes propriedades que se formavam tanto pela compra de lotes de *colonos* como da ocupação de lotes

---

<sup>38</sup> É nesse momento que o cacau e o coco passam a ser considerados como produtos. Logo depois a castanha e o cupuaçu ganham espaço. Inclusive um financiamento do FNO era a plantação de cupuaçu e coco em consórcio como produtos agrícolas a serem vendidos no mercado.

abandonados. Muitos tinham apenas uma certidão do INCRA quando da entrada no lote e poucos tinham efetivamente o título de posse do lote. Já nos anos 90 as políticas ambientais haviam começado a ser introduzidas na região e Seu Miguel, que também havia comprado um lote, foi apresentado a novas práticas de cultivo que promoviam o consórcio entre a cultura agrícola e a plantação de árvores<sup>39</sup>.

Entusiasta desse e de outros sistemas agroflorestais que aos poucos eram introduzidos na região fez de seu lote um viveiro de mudas que distribuía e vendia. Muitos dos que hoje adotaram esse sistema o conheceram por intermédio de Seu Miguel. O lote de Seu Miguel é próximo da base militar em Altamira no fim da cidade, numa das porções mais altas. Num acordo feito com a Universidade Federal do Pará (UFPA) cedeu uma parte como campo experimental da faculdade de agronomia e se sente orgulhoso de poder ter contribuído positivamente.

Antes do fim da entrevista Seu Miguel fez questão de me dar sua opinião pessoal sobre o problema do desmatamento e da pecuária. Para ele na pecuária brasileira a corda que arrebenta do lado mais fraco está na Amazônia que tem, aos olhos do mundo, o pecado do desmatamento. A Amazônia também não é lugar de agricultura e nem de pecuária. Com a dependência da carne brasileira os europeus devem continuar a comprar aqui, mas eles podem especificar de onde querem essa carne, podem restringir a exportação da carne da Amazônia, e então quando isso acontecer o que faremos com os fazendeiros e os *colonos*? Portanto ele opta sempre pelos sistemas agroflorestais que tanto podem ser mais bem aceitos pelos que irão consumir o que será produzido como pelo fato de avaliar esse sistema como mais adequado para o trabalho naquela terra.

#### *Lendo trajetórias.*

Essas duas pequenas trajetórias de Dona Vicença e Seu Miguel foram colhidas em 2008 e foram escolhidas por abordarem não só uma descrição da região ao longo do tempo como também por apresentarem as grandes questões que subjazem quase todas as discussões sobre a Amazônia e sobre a relação com a floresta e com a terra. O que queremos ressaltar como um primeiro aspecto dessas narrativas é o impacto da estrada na dinâmica social. As práticas e o cotidiano descritos são alterados bruscamente por

---

<sup>39</sup> De início se escolheu o mogno nacional e o ipê, depois ele foi substituído pelo mogno africano e pela teka duas variedades que tem rentabilidade e exigem menos tempo de crescimento para o corte.

mudanças no número de pessoas que passam a morar em Altamira e no entorno e principalmente pela intervenção de um projeto com objetivos claros que excluía uma dinâmica ligada ao rio e aos produtos da floresta.

Mello (2006) ao retratar políticas territoriais na Amazônia vai corroborando com os relatos aqui apresentados. Partindo das políticas que visavam a integração do território amazônico a partir de fins dos anos 60 e início dos anos 70 ela perpassa as mudanças com a introdução das políticas ambientais, das resoluções feitas durante a conferência do Rio92 e a nova visão sobre a Amazônia que vincula territórios nacionais criando uma unidade territorial internacional e as implicações dessa interpretação sobre a Amazônia. A autora trabalha com a noção de território mais geográfica e administrativa, enquanto uma porção de terra que pertence ou é incorporado a Estados nacionais.

Ela recupera essa noção clássica de território para entender porque as políticas nos 60 e 70 que incluíam a Amazônia eram essencialmente políticas territoriais que visavam a incorporação e ocupação efetiva do território como forma de legitimização daquele espaço enquanto componente do território brasileiro – ligada a isso, está a construção ideológica do “vazio territorial” em relação à Amazônia. Ao passo que explicita essa relação da preocupação com o território com as políticas da época ela vai incorporando as mudanças políticas que sustentam também mudanças sobre a forma de se gerir esse território. A preocupação ambiental e o efetivo conhecimento e demarcação do território passam a figurar nas agendas de políticas públicas e substituem os grandes projetos de frentes de expansão e agrícolas. Parques e áreas de preservação são outras modalidades de uso desse território e ter o conhecimento do território permitia administrá-lo de forma mais precisa inibindo e regulando seus usos.

Importante ressaltar que o conhecimento sobre o território passa a incorporar também os usos e quem usa. Diferente das políticas executadas em 60 e 70, cuja preocupação era ocupar o território, as questões que vão se introduzindo com a mudança também na estrutura política dos Estados nacionais incorporam a necessidade do conhecimento sobre a situação fundiária e as demarcações nesse território. O Estado passa a gerir as terras da União e dispor sobre elas de diversas formas e para que diversos usos e disposições (incluindo aí a conservação e preservação) fossem efetivamente realizados era necessário o conhecimento correto de onde estavam e de que tamanho seriam.

Ainda avançando na discussão sobre as políticas territoriais, e a visão de território expressas nelas, chega-se até a discussão sobre a importância da floresta enquanto bioma e enquanto uma unidade, enquanto reserva da biodiversidade e enquanto bacia hidrográfica do Rio Amazonas e, portanto sendo necessária uma visão conjunta desse espaço. O aspecto internacional desse território, posto que atravessa diversos países da América Latina, que suplanta territórios de Estados Nacionais impõe novas questões que concernem à regulação daquilo que é nacional e daquilo que é internacional e interferem nos usos, regulamentações e legislação sobre a floresta.

O bioma amazônico não pode ser separado por fronteiras nacionais. Dentro dele uma infinidade de plantas e animais que não podem ser caracterizados como brasileiros ou colombianos. Várias etnias que habitam o espaço da floresta não a vivem e nem a dividem enquanto unidades territoriais nacionais, o direito a manterem suas práticas e sua organização social deve ser assegurado. O território de um Estado é também uma negociação política sobre o espaço imposta pelos atores que disputam esse espaço ou nele vivem.

Sendo assim, o local e global passam a ser os aspectos centrais para as políticas territoriais para a Amazônia aonde não só seu aspecto internacional, mas também as particularidades das muitas etnias e dos vários grupos tradicionais têm de ser levados em conta na formulação de políticas<sup>40</sup>. Assunto ainda bastante espinhoso, dentro das políticas públicas, essa nova visão sobre a floresta impacta até mesmo a resolução de conflitos e disputas que são ao mesmo tempo nacionais e internacionais. Promovendo a cooperação entre os países em cujos territórios se encontram a floresta e sendo necessário o diálogo constante a premente opinião e pressão internacional passa a ser um dos componentes na formulação dessas políticas, componente esse de bastante peso.

Nesse cenário se encontra também o local onde se desenvolve essa pesquisa e aonde como vimos a partir das trajetórias acima as escalas locais, nacionais e globais se alternam na composição da dinâmica local. No ensejo de trazer um pouco mais de dados sobre esse

---

<sup>40</sup> Sobre esse assunto, bastante caro à antropologia podem ser citados o trabalho de Oliveira (1998), Paoliello (2006) e Almeida (2004). Em todos esses trabalhos a discussão está na permanência de culturas tradicionais que preservam sua língua, seus ritos e suas práticas e que estão se dispondo a lutar pelo direito de ter sua identidade e manterem suas práticas, ritos, língua e território.

lugar e suas particularidades e questões expomos de forma um pouco mais aprofundada as questões que fazem parte da região de estudo.

Como já foi dito, nosso marcador espaço-temporal para o início do trabalho se reporta ao entorno da Rodovia Transamazônica no trecho Altamira-Brasil Novo no estado do Pará a partir de sua construção. A rodovia construída nos anos 70 era parte de um projeto de interligação entre as diferentes regiões do Brasil. Cortando estados da região nordeste e também norte sua função era ser o caminho de escoamento de produtos e também de interligação e passagem de pessoas.

Construída durante o regime militar no Brasil ela cumpriria ainda outro papel que seria o de abrigar um projeto de colonização na floresta Amazônica. Segundo Velho (1981) num livro sobre frentes de expansão e fronteira agrícola o propósito do governo era abrir um canal de entrada para um contingente camponês<sup>41</sup> desviando-o de locais de ocupação mais antiga e, portanto mais consolidada como o nordeste e o sudeste. Para tanto, a Transamazônica foi uma das estradas pensadas para promover uma interligação da região norte com outras regiões do país. Junto a ela outros projetos de interligação através de rodovias e da expansão das fronteiras agrícolas foram realizados. Na mesma época em que ela foi construída também foram feitas outras estradas como a Belém-Brasília, a Cuiabá-Santarém, a Cuiabá-Porto Velho e a Porto Velho-Manaus.

O objetivo era facilitar o deslocamento entre essas localidades e promover uma migração para a região norte, através de frentes de expansão que procurassem estender também a fronteira agrícola para a área ainda ocupada pela floresta. No texto de Velho percebe-se como efeito uma transformação imediata na vida das pessoas, em especial com relação ao tempo de viagem e o acesso às áreas mais afastadas. A estrada diminuía o tempo dos trajetos entre as cidades e vilas e em poucas horas cobria as distâncias entre elas, diferente dos trajetos feitos pelo rio que tomavam quase o dia todo para serem realizados.

A floresta representava, naquele momento, um espaço sem utilidade prática e também era tida como local inabitado como bem se vê pelo slogan do projeto de colonização realizado no entorno da Transamazônica e reproduzido por Castro e Hébette (1989): “terra sem homens para homens sem terra”. Dialogando com Velho, estes autores

---

<sup>41</sup> Naquele momento e dentro daquelas discussões o termo camponês reflete as categorias e questões que estavam presentes no debate.

debatem os diversos projetos empreendidos na região. Apresentando os projetos e expondo-os como fomentadores de ciclos econômicos esses autores vão formando o panorama das atividades econômicas e usos recentes desse território. Assim, por exemplo, os autores argumentam que as escolhas sobre cada produto tinham razões como a alta rentabilidade que os preços e a demanda por esses produtos traziam. Partindo do extrativismo que tinha como produtos principais a borracha e a castanha, e gerou durante alguns anos uma riqueza, demonstram que por algum tempo em que houve estabilidade nos preços e demanda as pessoas que dominavam esse mercado e mesmo os intermediários tiveram lucro, mas que à primeira crise a falta de estrutura se refletiu em empobrecimento generalizado.

Esses produtos também se encontram na narrativa de Dona Vicença sobre os ciclos econômicos que vigoravam na região de Altamira antes da estrada. Também na narrativa de Seu Miguel quando ele expõe os motivos pelos quais as pessoas passam a optar pelo gado ao invés dos grãos (como o arroz e o feijão) assim que a falta de planejamento e as dificuldades se impõe sobre a produção. A falta do produto ou a diminuição de seu preço eram como os estopins de crises na vida produtiva da região e conseqüentemente na vida de todos os moradores. E assim tanto nas narrativas quanto no trabalho desses autores o caráter artesanal e de exploração desmesurada da produção era inerente a todos esses ciclos cujo objetivo era vender a matéria-prima sem preocupações com as formas, condições e resultados dessa produção que não a lucratividade e aceitação dos produtos.

Esperava-se que a frente de expansão ao trazer consigo a pecuária e a agricultura fomentaria um novo tipo de produção que mantivesse o equilíbrio em momentos de instabilidade dos produtos extrativistas. Sem contar com o fator migratório, que faria com que um contingente de reserva de trabalhadores encontrasse uma ocupação e não pressionasse o sistema produtivo em outras áreas.

Inerentes à questão econômica e seu ciclo está outra acepção sobre o lugar que fundamentava a exploração dos recursos e seu parco e quase inexistente planejamento. A idéia de uma terra à disposição para uso e extração de matéria-prima, pronta para a ocupação e para servir aos que estavam em busca de terra estava subjacente em todos esses ciclos e projetos que Castro e Hebette expõem. Na trajetória de Dona Vicença é perceptível o conhecimento da ocupação de várias áreas do entorno seja por grupos indígenas, seja por seringais que se estendem a perder de vista, seja pelo estabelecimento de *ribeirinhos* ao

longo de todos os rios na região. Ao contrário desse conhecimento que assim como Dona Vicença os moradores da região tinham sobre a ocupação do espaço, aqueles que eram trazidos pelo governo aos montes para o projeto de colonização vinham com a idéia de uma *terra liberta*. O trabalho de Musumeci (1988), em uma região da Amazônia oriental ajuda a entender o que era aquele espaço para os recém chegados. O entorno da Transamazônica era um espaço a ser ocupado, a ser civilizado, era uma terra “sem donos”, esperando por braços que a trabalhassem.

A idéia que fundamentava a ocupação do lugar tanto para o governo que fomentava a colonização quanto para os *colonos* que tomavam parte no projeto era de que o espaço da floresta era um lugar ainda desabitado. Essa idéia, que é expressa muito bem por Musumeci (1988) num caso sobre a colonização espontânea, pode ser aproximada do local de estudo em questão pela proximidade temporal e espacial das duas situações. Musumeci trabalhou com o que ela chama de colonização espontânea, ou seja, a ocupação de um território que não resultava de projetos governamentais, que não tinha donos legais e, portanto em teoria não pertencia a ninguém que não à União. Essas porções de terra, dentro do território brasileiro eram porções disponíveis para a ocupação, uso e apropriação já que a elas não cabia nenhuma destinação mesmo por parte do governo.

A reprodução da ideologia de ocupação necessária do território e em especial de terras devolutas esteve presente desde o momento da formação do país e da constituição do que veio a ser o espaço territorial brasileiro. A conquista do território que se iniciou ainda nos primeiros anos de colonização portuguesa no Brasil, deu a base para essa ideologia de terras que estavam prontas a serem ocupadas e trabalhadas por quem nelas se estabelecesse. No momento da conquista do território essa ocupação física delimitava até onde se estendia o poder do Estado nacional, ou seja, a porção de terra sob seu domínio, o território. As fronteiras, as bandeiras e o que se chamou depois de frentes de expansão foi um mecanismo que, colocado em prática ainda nos primeiros momentos da colonização brasileira, foi sendo reproduzida ao longo de toda a história daquilo que se convencionou como o Estado brasileiro.

O direito e a posse da terra passaram a ser determinadas não só pela documentação de doação ou compra de terras, mas também pela comprovação de estabelecimento e uso do espaço reclamado. O usucapião era reclamado por aqueles que, como descreve Musumeci,

pretendiam ver a terra assegurada por dois fatores o tempo e a transformação do espaço. A transformação no espaço normalmente significava o desenvolvimento da agricultura e da pecuária, além da constituição de casas e benfeitorias em toda a área delimitada como sendo da posse daqueles que a habitavam e, portanto, a reclamavam. As áreas de terras devolutas não necessariamente representavam áreas sem uso ou sem destinação por parte dos moradores locais.

No trabalho de Pietrafesa de Godoi (1998) e Almeida (2004) as terras que fazem parte do território de grupos são espaços no qual tradicionalmente habitam e ou que tem significado dentro de sua organização social e dinâmica. Os espaços físicos podendo ter várias interpretações e destinações sociais não necessariamente são incorporadas ao trabalho com a terra, ou ao uso cotidiano para que seja parte de um território. As áreas onde são enterrados os ancestrais ou das quais vieram os ancestrais podem não ter uso prático, mas tem um sentido simbólico na constituição do espaço de vida desses grupos.

Assim o que Musumeci explicita é como essas destinações de espaço físicos que não incluem a transformação ou delimitação são ignoradas com o intuito de constituir a posse de grandes extensões de terra. A colonização espontânea a que essa autora se refere traz em si a mesma base ideológica que possibilita as políticas territoriais que são implementadas na década de 60 e 70 e discutidas por Mello (2006).

O que se chamou de uso costumeiro e que de alguma forma estava presente na constituição do lugar anterior à estrada e ao projeto de colonização foi completamente ignorando quando da construção da estrada. Outra lógica, aquela da terra boa para plantar, atropelava qualquer uso ou destinação que os já moradores da região dessem ao lugar. Assim retomando as discussões sobre o lugar que é o foco deste capítulo, e voltando para os impactos da estrada é impossível ignorar o objetivo que a própria Transamazônica promovia ao ligar o nordeste com o norte do país. E mesmo as outras estradas construídas no período que ligavam o centro-oeste ao norte criando os caminhos através dos quais o governo pensava organizar frentes de expansão. Acrescente-se a esse fato um projeto de colonização pensado pelo governo e dirigido pelo INCRA ao longo dessas estradas. As frentes de expansão não só estavam sendo incentivadas como também dirigidas e planejadas inclusive com relação ao tipo de uso e ocupação que deveriam vigorar ao longo dos novos caminhos que se abriam.

As colonizações espontâneas que Velho (1981), e Musumeci (1988), retratam em seus trabalhos ocupam um problema central que o governo vê nesse momento: o direcionamento dessa colonização e a efetiva posse do território. Garantir a posse do território era assegurar legitimidade ao espaço físico pelo qual se estendia o Brasil. Os projetos de colonização que se espalhavam por todo o país eram objeto das reflexões de cientistas sociais na época e apareceram em trabalhos onde políticas públicas e suas motivações eram debatidas. As críticas incidiam não sobre a forma pela qual o governo pretendia controlar os movimentos migratórios, mas também sobre a exigência de se materializar um caminho obrigatório para esses movimentos, e fazê-los serem executores de um tipo de estrutura agrária. Ignorando as discussões que eram feitas sobre a estrutura agrária no país e sobre um campesinato marginal<sup>42</sup> (IANNI, 1979; MARTINS, 1975; SANTOS, 1993; VELHO, 1981, 1982), e o sistema que o reproduzia, o governo retomava projetos e os ampliava em escalas monumentais.

No momento em que um projeto para a floresta era formulado se colocava como questão as ideologias que o moldavam. As discussões sobre a fronteira e sobre a ocupação e expansão do território que Buarque de Holanda (2003) havia empreendido acerca da constituição das bandeiras e da consolidação do território brasileiro ecoava nas discussões. A fronteira à qual aludia Buarque de Holanda retratava o esforço de homens, mulheres e crianças em constituir não só um território, como também uma nação. Preocupava-se em entender os mecanismos através dos quais a “história nacional” era contada e construída e como a “cultura nacional” era um bricolage nada perfeito de muitas tradições e práticas. Os estudos desse autor tinham um caráter muito mais histórico e previam uma tentativa de resgates daquelas questões que formataram as situações sociais que se vivia atualmente. As fronteiras, enquanto espaço de delimitação entre Estados nacionais, não eram ainda definidas e, portanto a “conquista” de territórios ainda era uma questão para o trabalho de Buarque de Holanda. Importava saber, no trabalho desse autor, quais as idéias e práticas embasavam esses momentos e como elas se refletiam numa sociedade brasileira nascente.

---

<sup>42</sup> Campesinato marginal é uma categoria de análise utilizada para descrever um campesinato cujas condições de sobrevivência e reprodução eram poucas. Eram deixados à margem no sentido de serem esquecidos pelo governo e não terem condições de reprodução autônomas. Dependentes e com capital social e material escasso esses camponeses eram o segmento rural tido como contingente de reserva e cooptado para os projetos de frentes agrárias.

Depreendendo-se disso o problema da discussão sobre a expansão de fronteiras era definir de que fronteira se falava e qual era a situação histórica que permeava o discurso dos projetos empreendidos pelo governo ou mesmo pelas pessoas. Ao retomar o trabalho sobre as fronteiras e constituição da cultura e da nação autores que estavam pensando a frente de expansão se preocupavam em delimitar e explicitar os dois momentos: o primeiro abordado pelos trabalhos de Buarque de Holanda da constituição de uma nação; e o segundo o uso de um discurso nacionalista para desviar as discussões das questões iminentes durante o regime militar. Autores como Martins (1975), se preocupavam em caracterizar “frentes pioneiras” e introduzir no debate a ideologia de uma fronteira a ser desbravada que equiparava os novos *colonos* aos *colonos* e bandeirantes da “conquista do território” brasileiro. As frentes pioneiras eram aquelas às quais Buarque de Holanda aludia enquanto as frentes de expansão eram muito mais ligadas a incursões fomentadas ou incentivadas pelo governo. A questão para Martins era opor de alguma forma essa equação de equivalência entre dois momentos distintos da história do país, não se tratava de conquista de território e sim de ocupação efetiva e deslocamento populacional.

A fronteira agrícola avançava nos sentidos do território em que a densidade populacional era baixa e que estavam afastados do litoral. Como bem salienta Ianni (1979) e Velho (1981) havia uma preocupação desde a década de 30 com o preenchimento de “vazios” do território com implantação de uma “marcha para o oeste” que desse sentido aos espaços não utilizados do território. A ocupação dos “vazios” do território era diretamente proporcional à tentativa de esvaziamento de áreas que se tornavam densas populacionalmente e/ou apresentavam tensões sociais.

Como argumento central de Velho (1981) está o caso clássico de camponeses do nordeste, apontados por ele como os principais atores nesses cenários de frentes de expansão. As frentes especulavam sobre as potencialidades do território e abriam caminho para o empreendedor, obrigando os camponeses a estarem em constante movimento para o oeste. A equação segundo Ianni era que quanto mais as “plantations”, e a monocultura de produtos para exportação se aproximavam mais as frentes de expansão expulsavam os camponeses marginais para as beiras das fronteiras. As condições desses camponeses eram muitas vezes de total desligamento e em muitos casos exclusão do restante do país sendo as estradas e os rios as formas de deslocamento mais utilizadas.

Santos (1993) ao realizar um trabalho sobre a migração de *colonos* do sul para o projeto de colonização no norte do país aludia também às condições precárias que encontravam. Ao mesmo tempo apresenta numa descrição bastante detalhada da ideologia que fazia com que os projetos de colonização e as frentes de expansão continuassem. A esperança de conseguir o meio através do qual assegurariam a terra e a reprodução do seu trabalho e sua família fazia com que migrassem não importando as condições a serem enfrentadas. Esperança essa que segundo o autor era reproduzida socialmente todos os dias e era ela que sustentava as pessoas nas fronteiras não importando as condições ou as dificuldades.

Esses autores aludiam ao risco de que essa valorização do *pioneiro* e do *colono* como um agente do desenvolvimento e responsável por civilizar o território traria consigo apenas uma “nesga de civilização” devido à falta de planejamento e infra-estrutura para manter as novas áreas ocupadas. Não se tratava de chamar à frente dos projetos a figura dos bandeirantes e dos colonizadores do país, havia muitas outras questões que deveriam estar postas no debate e eram negligenciadas pelo Estado. Em prol dos objetivos que seriam alcançados, em especial a ocupação do território brasileiro e o abafamento de crescentes demandas por uma reforma da estrutura fundiária o governo conclamava figuras de desbravadores e heróis que eram exemplos a serem seguidos por aqueles que amavam seu país e almejavam contribuir para seu crescimento.

O Estado se apresentava como o agente responsável pela organização, ocupação e uso do território. A União se encarregou de delimitar áreas e de dar-lhes finalidades específicas. Dialogando novamente com o trabalho de Mello (2006) vê-se uma organização da estrutura fundiária no país que perpassa um objetivo de organização do território e principalmente seu controle pelo Estado. As políticas fundiárias desenvolvidas nas décadas de 60 e 70 se apropriavam de modelos estrangeiros de ocupação do território cujo objetivo era fixar populações em diferentes porções do país delimitando atividades ao longo dessas porções. Pensando especificamente sobre a Amazônia, Mello afirma que as tentativas sucessivas de interferência estatal na região só levaram a problemas futuros para o próprio Estado e para aqueles que tomaram parte em tais projetos. A falta de conhecimento regional figurando como o principal entrave para o bom desenvolvimento de tais projetos.

Complementando os argumentos de Mello sobre a política fundiária na Amazônia, Scott (2003) ao discutir sobre a falência de modelos estatais de organização do espaço social revela como a sociedade e o cotidiano dessas populações foram deixados de lado. Fazendo um estudo de caso sobre como vários projetos – cujos objetivos eram a promoção de uma melhoria de vida da população – resultaram em grandes fiascos do planejamento público e ganharam contornos totalmente novos nas mãos de seus participantes, o autor busca a forma pela qual o Estado vê o bem-estar. Essa forma, quase possível de ser traduzida numa fórmula, é expressa em projetos e subvertida quando posta à prova da dinâmica cotidiana daqueles que tomam parte neles. A advertência do autor é prestar a atenção nas formas pelas quais grupos sociais se organizam e agem. Nas palavras de Vincent, é impossível ignorar esse fluxo organizado, mas mais impossível ainda é determiná-lo.

Portanto, não é sem motivos que esta dissertação se debruça sobre um dos projetos desenvolvidos no período. Foram os efeitos do deslocamento de um contingente considerável de pessoas para uma área da Floresta Amazônica e seus desdobramentos sobre a paisagem local que chamou a atenção. Em especial o interesse desta dissertação são os conflitos gerados pelo próprio Estado numa tentativa de determinação da dinâmica regional e das atividades desenvolvidas sobre o território nacional. Entende-se que assim como argumenta Mello essa política fundiária, que previa a colonização e a transformação da paisagem, repetia os erros de conhecimento local de outros projetos. O resultado são os imponderáveis do fluxo organizado a que se remetem Scott e Vincent.

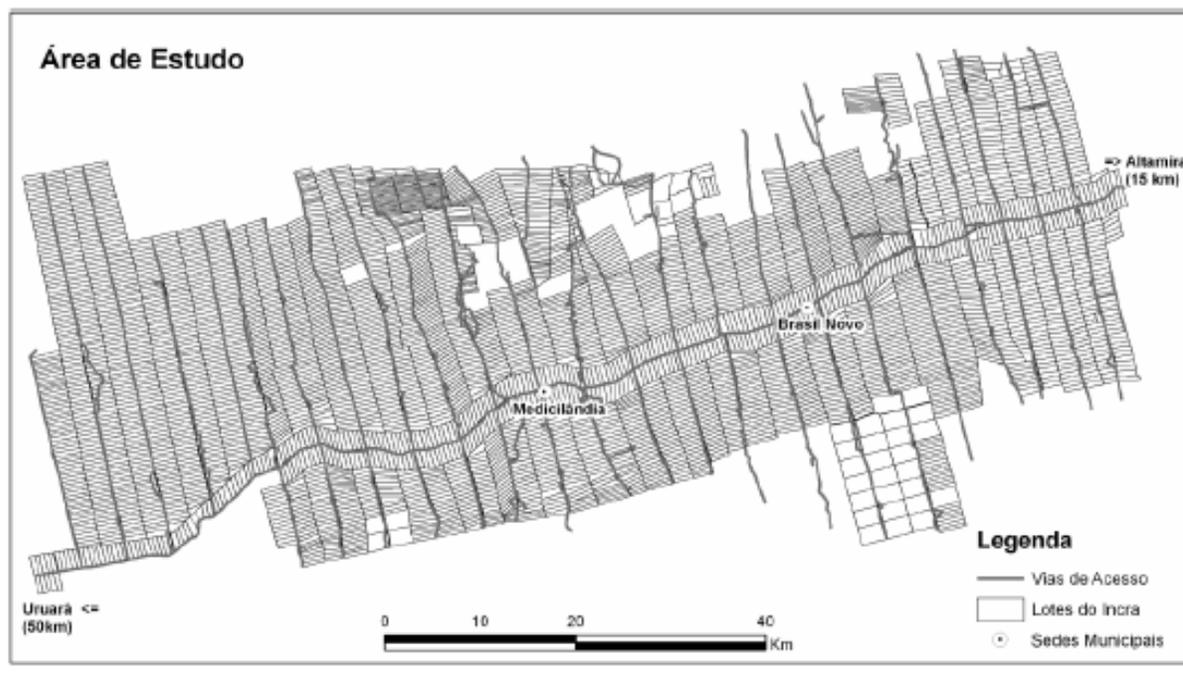
Trabalhos como os de Santos (1993) e Velho (1981) trazem essas discussões e as aprofundam ao expor um panorama das atividades do governo e as ações de ocupação do território. O diálogo com este trabalho é importante, pois suas reflexões remetem à ocupação de áreas da Rodovia Transamazônica. Tendo recortes diferentes e sendo temporalmente espaçados os trabalhos desses autores também dialogam com a temática aqui estudada ao oferecer um panorama da situação empírica original sobre o qual se debruça: o *Projeto de Colonização e Integração (PIC)*<sup>43</sup> desenvolvido ao longo da Transamazônica.

---

<sup>43</sup> Esse foi o nome oficial do projeto que estava diretamente ligado a um projeto de desenvolvimento para a região que incluía a criação de estradas interligando as capitais e construção de obras que há muito eram previstas como a construção de hidrelétricas e até mesmo a implantação de uma usina de açúcar na Amazônia.

O chamado Projeto de Integração e Colonização (PIC) teve como uma das localidades de implantação a cidade de Altamira, nas margens do Rio Xingu, região sudoeste do estado do Pará. O local escolhido era estratégico, pois além de contar com a proximidade do Rio Xingu dava a possibilidade da geração de energia elétrica. A partir de 1970 foram executados os projetos num esquema de distribuição de lotes rurais num modelo que ficou conhecido como “espinha de peixe” – como já mencionado. A unidade fundiária mínima estabelecida ao longo da Transamazônica foi de 100 ha. E a cada seis quilômetros a partir da rodovia eram implantadas agrovilas, pequenas áreas onde cada morador dos lotes rurais teria uma casa e também seriam implantadas escolas, postos de saúde, pequenas vendas e igrejas.

A estrutura em “espinha de peixe” era um padrão a ser implantado em outras áreas de colonização ao longo das rodovias que eram construídas. Excluídas quaisquer particularidades geográficas ou disposições populacionais os projetos eram executados seguindo um mesmo formato. Como explicado anteriormente, a distribuição ao longo das rodovias se dava com a delimitação de lotes de terra dispostos perpendicularmente à rodovia e paralelamente a ela ao longo de estradas vicinais chamadas de *travessões*. Cada *travessão* é nomeado segundo as glebas que agrupa, ao sul estão os *travessões* ímpares e ao norte os *travessões* pares. Essa regra para a nomenclatura dos *travessões* gera identificações como “*travessão* 11/13”, “*travessão* 12/14”. O que na verdade significa estrada vicinal entre as glebas 13 e 11. Abaixo a representação visual dessa estrutura:



**Figura 3** - Grade de lotes IN CRA. Esse modelo foi implantado em todos os projetos de colonização executados no período. A “espinha de peixe” refere-se ao desenho formado pela rodovia central e as vicinais que dela partiam. Note-se que nessa ilustração não são localizadas as agrovilas, porém cada um dos *travessões* contava com uma, distando da rodovia central 6 km. A imagem refere-se apenas à área onde foi realizado o trabalho de campo em 2005. No entanto o PIC ocupou uma área bem maior estendendo-se por quase toda a extensão da Rodovia Transamazônica.

Fonte: Manual de Campo do Projeto Uso e Ocupação da terra e as Estrutura das Unidades Domésticas, 2005.

Olhando o desenho esquemático da distribuição dos lotes ao longo da rodovia é possível perceber que as estradas vicinais que partem do eixo central formado pela rodovia são o meio de comunicação entre os lotes e o local. A importância da estrada na vida cotidiana dos *colonos* foi auxiliada pelo padrão de desenho do território imposto pelo projeto. Também como parte do projeto havia o objetivo de se fomentar a difusão da população pelo território do PIC dificultando assim associações e com isso diminuindo as pressões e demandas populares. Em cada *travessão* foi prevista a construção de uma agrovila que seria a responsável por um micro-núcleo local onde seriam oferecidos os serviços básicos como saúde e educação e também contariam com a construção de igrejas para a prática religiosa.

Nesse momento também a Floresta Amazônica passou a atrair a atenção estrangeira pelas reservas de mata, água e de biodiversidade. O governo brasileiro, então, preocupado com a manutenção de sua área territorial quer tornar bem claro que os poderes do Estado se

estendem até a fronteira. Essa preocupação com a ocupação do território como forma de mantê-lo é inclusive recorrente ao longo da história da região. No entanto, a falta de conhecimento da região foi o fator determinante para que houvesse um desinteresse e abandono do projeto original – PIC – deixando como opção às pessoas que dele tomaram parte o abandono da área ou a apropriação desse projeto pelos moradores locais e a adaptação do mesmo as práticas e ao cotidiano que foram construídos.

Essa apropriação feita pelos sujeitos é o objeto mesmo dessa pesquisa, é através das trajetórias dessas pessoas que as estratégias de vida e de uso do espaço são percebidas. Principalmente, são as estratégias utilizadas pelos participantes do projeto que nos permitem acompanhar as transformações da paisagem local, seja em relação ao espaço físico, seja concernente às dinâmicas e relações sociais. São essas trajetórias que expõem a percepção de sujeitos frente a políticas públicas e frente a mudanças sociais ao longo do tempo, como veremos no próximo capítulo.

Falamos aqui de pessoas vindas de todos os estados do país, trazidas pelo governo ou vindas por influência da propaganda de distribuição de terra. Para aqueles que tomavam parte no projeto havia uma crença de que esta era uma forma de fazer a “reforma agrária” e ainda ocupar a região (que era vista como de grande potencial, mas inutilizada). A partir de então a paisagem da região foi sendo alterada. De floresta, seringais, e pequenas áreas de produção rural, passava-se para um trecho de propriedades rurais com a função de transformar a região e contribuir para a produção brasileira. Os migrantes eram agora *colonos*.

O interessante sobre o espaço encontrado pelos *colonos* era que ele estava previamente ordenado pelo INCRA o que orientava a primeira identificação com o local. A grade de lotes era pensada para acomodar os *colonos* dando a eles a missão de transformar a floresta em área produtiva. Os caminhos também estavam previamente definidos a partir do modelo de “espinha de peixe” que orientava os sentidos dos deslocamentos e promovia as estradas como meio principal de transporte e contato com outros lotes e outros lugares.

Apresentadas as discussões acerca do projeto de colonização é possível percorrer o espaço do qual depreendem nossas hipóteses. Retomando algumas questões dadas pelo PIC é visível tanto no trabalho de Velho como pelo desenho da “espinha de peixe” a importância da estrada na dinâmica que se queria implantar. O projeto de ocupação da

região previa e almejava dois pontos: a transformação da paisagem e a migração de um contingente populacional para o local.

Voltemos à imagem da grade de lotes do INCRA, e também na imagem da estrada no início desse capítulo. Saindo de Altamira a visão que se tem é dessa estrada larga e empoeirada, cercada por alguma ocupação. As áreas no entorno do perímetro urbano de Altamira são ocupadas por chácaras, fazendas e sítios. Há inclusive uma área da Andrade Gutierrez, empreiteira responsável pela construção da estrada que guarda máquinas utilizadas na abertura e manutenção da estrada. Muitas máquinas estão dispostas no pátio da área da empreiteira, como um museu de máquinas e velharias, marcos da abertura, quase como uma relíquia, um marco físico da memória.

Como a ocupação nessa área é antiga podemos dizer que ela é uma área de ocupação consolidada. Altamira também é o marco zero a partir do qual parte a Transamazônica, sendo assim a quilometragem é uma marcação espacial e também uma nomeação de *comunidades* e vilas ao longo da estrada. É o caso do km 30, mais conhecido como *Pioneira*<sup>44</sup>. O nome dessa pequena *comunidade* é devido à ocupação antiga da área, anterior ao PIC. Com a chegada do PIC muitos migrantes foram acolhidos por moradores da Pioneira. Voltando ao desenho é possível notar que há marcação da localização de Altamira, partindo da cidade já se enxergam as divisões em *travessões* e lotes enfileirados paralelamente e perpendicularmente à rodovia. A idéia original expressa nesse desenho era não só de ordenação do espaço, como também do fluxo de pessoas e produtos. É importante que se comece a pensar o espaço a partir do desenho, pois há rupturas entre a linearidade expressa no desenho e a paisagem que é possível ver em campo.

A ordenação do espaço se dá de forma perfeita quando não se encontram obstáculos geográficos (como rios, ribanceiras, morros), nos locais a demarcarem os lotes e também quando há uma precisão absoluta na medição e demarcação territorial. Duas ferramentas não existentes para a implantação do projeto. Como conta Santos (1993), ao coletar fragmentos sobre a história da chegada de *colonos* na região grande parte do projeto estava

---

<sup>44</sup> Pioneira é um termo êmico e também o nome dado à uma *comunidade* situada na beira da Rodovia Transamazônica. Ele representa também a forma pela qual as pessoas conheciam os antigos moradores do local, eram os pioneiros no sentido explícito de serem os primeiros a ocuparem aquelas áreas e desbravar a selva amazônica. A imagem de colono se difere da de pioneiro, nesse caso em específico, pois os primeiros fizeram uma ocupação devido a uma ação própria, independente. Os colonos ao contrário são parte de um projeto, eles fazem parte de um arcabouço ideológico sobre o que fazer e como ocupar.

atrasada e muitos lotes eram demarcados pelos meios menos precisos como número de passos e pelo balizamento obtido com dois marcos próximos para orientar a construção das cercas entre os lotes. Nessa situação a grade exposta acima é realmente o projeto do que se queria ver implantado na região.

Porém, apesar das demarcações físicas não reproduzirem de forma idêntica o projeto ao menos a idéia expressa por ele era: ordenação do espaço. As demarcações aconteciam e as famílias de *colonos* eram assentadas. O projeto de colonização era um projeto de transformação da paisagem que era rapidamente assimilado pelos moradores. Num balanço sobre a ocupação das fronteiras Schminck e Wood (1992), traçam um perfil sombrio sobre como o Estado conseguiu cooptar o pequeno e o grande produtor para ocupar e desmatar, dando-lhe não só aval como também os instrumentos para tanto. A estrada estava lá para transportar as riquezas da floresta, entre elas a madeira, e abrir caminho para a produção agrícola. As “fronteiras” ocupadas não necessariamente eram as áreas limítrofes entre os espaços com uma ocupação consolidada e as áreas sem ocupação ou próximas aos limites territoriais do Estado. As intersecções entre o lugar das fronteiras e os sentidos e localizações que lhe davam era que conferia maravilhamento.

Haver uma fronteira passível de ser ocupada era a garantia de obtenção de terra e de propriedade sobre ela, não importando num momento inicial as conseqüências futuras dessa ação. E se as fronteiras eram conhecidas por todos como podiam ser elas fronteiras? Se elas eram o que separava dois momentos do Estado brasileiro (o civilizado e o por civilizar) quem eram aqueles que lá estavam? Questões que segundo os autores o governo não se preocupava nem em responder e nem em problematizar.

Assim, ao tomar a leitura de Scott (1998) sobre grandes projetos estatais com vistas à melhoria da vida das populações percebe-se neles essa necessidade premente de expressar territorialmente o controle estatal. Os projetos eram na verdade a expressão de uma visão do Estado sobre o que seria o bem-estar para as pessoas que vivem sob tais governos<sup>45</sup>.

---

<sup>45</sup> Sobre a questão da fronteira e do espaço do território nacional é interessante apresentar alguns argumentos de Mukerji (1997). A autora trabalha justamente com as expressões dos poderes do Estado na paisagem. Traça uma perspectiva através de grandes empreendimentos como a construção do palácio de Versailles, na França, e a demarcação e ocupação das fronteiras francesas nesse momento. Tal qual na França, a Inglaterra também transformava sua paisagem e desenhava no território a extensão de seu poder. Fortes, mudaras, fossos e grandes gramados davam a idéia da imensidão e de domínio do Estado sobre a natureza e controle sobre seu território. A autora propõe que esse controle da natureza a que se aludia era também repassado àqueles sob o julgo do Estado.

Num dos casos estudados por Scott ele faz uma análise de Brasília e de como as idéias expressas no modelo do plano piloto sucumbiram assim que um fator importante passou a fazer parte do projeto: as pessoas. Scott chama a atenção sobre as possibilidades de transformações e criação de redes e estratégias que melhor se adaptem às suas necessidades, hábitos e práticas. A teoria de um controle sobre a sociedade cai por terra quando a sociedade se mostra mais fluída e dinâmica do que pretendiam os formuladores de políticas públicas.

Segundo o trabalho de Marchese (2005) elementos importantes na vida social tendem a se refletir em narrativas (orais, escritas ou iconográficas) sobre as pessoas ou sobre suas vidas. Especialmente nos desenhos, que utilizaremos no próximo capítulo, tomados aqui como narrativas iconográficas, os elementos norteadores e aqueles aos quais é dado espaço e minúcias indicam marcadores da vida social e da dinâmica local. Assim, no trabalho da autora com seringueiros, os desenhos dos espaços de vida – a casa e seu entorno – explicitam a presença da estrada de seringa como constituinte desse espaço social. Também o formato, o tamanho, e os elementos da estrada de seringa nos desenhos mostram as peculiaridades da relação com o lugar, e o valor de elementos da estrada e do entorno.

Dialogando com Marchese foi adotada esse tipo de narrativa iconográfica – os desenhos – que difere das narrativas orais e escritas, como as apresentadas neste capítulo, já que seu foco são elementos da paisagem. Elementos esses que são expressão de uma organização social e de práticas cotidianas. No caso em análise, preocupamo-nos com as trajetórias desses sujeitos no lugar e suas estratégias. Especialmente, vê-se através dos desenhos uma narrativa sobre as pessoas, sua história e seu lugar.

A estrada e mesmo as categorias pelas quais as pessoas se reconhecem – como *colono* ou *os daqui* – são lidas através das informações colocadas sobre o papel. Ao narrarem a forma pela qual se relacionam com o espaço e transformam a paisagem transformando-o em lugar narram também a maneira pela qual as pessoas se identificam ou

---

Assim como Mukerji, Williams (1989) ao tratar da relação entre homem e a natureza afirma que essa relação é alterada ao longo do tempo, no sentido de transformar a natureza e de alguma forma civiliza-la. A natureza é apenas mais um dos elementos a serem ordenados no planejamento e uso do espaço. Inclusive no trabalho de Mukerji essas definições são a base de uma classificação sobre o que é natureza e o que não é, e aparece como uma das definições sobre as quais recaí essas ações de ordenamento e intervenção sobre o espaço natural. Corroborando com esse argumento Williams acrescenta como esses elementos de classificação e essa necessidade de ordenamento e nomeação é responsável inclusive pela necessidade que se cria de classificar e dar lógica a todas as formas de vida. A ciência se ocupando do mundo natural procurava ao mesmo tempo traduzi-lo e ordena-lo.

se relacionam com o lugar. As categorias que informam essa relação, portanto, estão contidas na própria narrativa.

A categoria do *colono*, por exemplo, se refere a pessoas pioneiras e corajosas, capazes de enfrentar diversidades e serem persistentes. São aqueles que vieram promover uma transformação na paisagem, que vieram em busca de melhores oportunidades na floresta. Dialogando com Lovell (1998) essa nomeação também vem implicada com uma relação com o lugar que pode significar seu pertencimento ou não-pertencimento. A transformação a que nos referimos acima que traz certo significado de ordenação da natureza, domesticação de um espaço selvagem era mais ligada a categoria dos *colonos* e que, os desenhos e o campo foram mostrando não ser a única categoria local para falar sobre seus moradores. Pensando nisso tal categoria pode não ser suficiente para representar as características e práticas das pessoas por não expressar integralmente uma relação com o lugar. A categoria *colono* passa a ser complementada pelos *os daqui* e a operar conjuntamente para ser a expressão exata da relação das pessoas com o lugar.

Dados os argumentos acima podemos voltar à situação empírica sobre a qual nos debruçamos aqui. A pretensão é tomar a partir da chegada desses migrantes as estratégias através das quais eles constituíram uma dinâmica própria que resultam em relações com o lugar que envolvem tanto a relação direta com a terra e o espaço como sentimentos de pertencimento e não pertencimento.

### Capítulo 3 - Tempo: Trajetórias e estratégias na Transamazônica.

*“...com efeito, para os grupos sociais em questão, participar num processo de colonização supõe também um desejo e uma esperança – o desejo é socialmente produzido e a esperança é posta à prova todo o dia.”*

(SANTOS, 1993, p.150)

Esse capítulo tem por objetivo explorar as estratégias de vida e trabalho empreendidas pelos *colonos* e *os daqui* na região. Para tanto serão expostas as narrativas sobre o processo migratório, a decisão de partir do lugar de origem, a chegada na região, os primeiros contatos e a construção de um lugar. É importante que seja dito que a chegada na região é um marco destacado nessas trajetórias já que ele inaugura a relação com o espaço marcado pela dinâmica do lote e da estrada. Principalmente é essa relação que revela tanto as categorias empregadas pelas pessoas para se definirem como a própria representação e uso do espaço. O termo lugar será usado aqui enquanto uma categoria que define um espaço tanto físico quanto social que é vivenciado e transformado, que tem significados, e uma representação. Sua expressão também tem relação com a configuração de deslocamentos e é base para as definições de pertencimento ou não-pertencimento.

A importância dos desenhos e das narrativas apresentadas a seguir é a possibilidade de leitura sobre esse lugar. As trajetórias, tal como afirma Bourdieu (1996), são uma forma de se entender os contextos através dos quais as histórias de vida constroem seus sentidos. Segundo ele não há possibilidade de se percorrer os caminhos da memória sem compreender que ela não é linearmente e desinteressadamente contada.

Em uma coletânea organizada por Bresciane e Naxara (2004), sobre memória e sentimento a questão da intencionalidade aparece ao longo dos artigos e sugere que a memória tem como sua maior riqueza essa possibilidade de apreensão dos sentidos colocados pelas narrativas. São as próprias pessoas que ao contar sua história a reelaboram a partir da realidade da qual fazem parte no momento no qual narram.

A memória é tratada por todos os autores como aquele agente que quando acionado trás consigo sentimentos e ressentimentos, imagens vivas de um passado reelaboradas no presente. A viagem no tempo se torna possível com a memória encontrando-se com os sonhos no momento presente, no momento da narrativa. Todos esses momentos são ao

mesmo tempo confrontados com imagens elaboradas por essa memória. Imagens essas que são transformadas em paisagens cujos significados são os mais diversos, são paisagens que na nossa mente registramos com o sentido de paz, medo, angústia ou felicidade, mansidão. Essas paisagens são os reflexos daquilo que a memória elabora a partir dos significados da narrativa que ela faz sobre o passado e os espaços e situações pelas quais cada pessoa tenha passado. Partindo disso nos propomos a ver nos desenhos as ligações entre as paisagens que mentalmente criamos e significamos e como elas afetam tanto a leitura como a ação sobre o espaço físico real.

Tal como acontece com as narrativas e histórias de vida, os desenhos têm o mesmo tratamento analítico. Não se podem ignorar os fatores inconscientes expressos na narrativa iconográfica. Na verdade, mais do que inconscientes, os desenhos são as representações iconográficas segundo as quais as pessoas entendem, se deslocam e configuram seu espaço de vida. Elas são a expressão de seu lugar.

Marchese (1997), ao trabalhar com os desenhos de seringueiros sobre seu espaço de vida percebe em seus traços as expressões de importância dadas aos caminhos. Nos desenhos os tamanhos e localizações dos espaços de vida dessas pessoas não correspondiam à reprodução exata do espaço físico no qual viviam, e sim à importância desses espaços em suas vidas. Dito isso, é possível pensar que os desenhos são uma representação iconográfica; que representam a forma pela qual as pessoas retratam a realidade na qual vivem; e que podem ser instrumentos para apreender o grau de importância de cada espaço na construção de seu lugar.

Mintz (1986), ao fazer um trabalho sobre as representações dos alimentos e do paladar através da relação das pessoas com o doce e o açúcar, também oferece um argumento para a análise dos desenhos. Ao analisar iconografias sobre a doçura e a expressão dessa sensação (tanto como paladar quanto como qualidade) ele percebe que o que se vê, longe de ser apenas um desenho é na verdade a representação de uma idéia do que seja a doçura. Analisar essas imagens ao longo do tempo é analisar as mudanças – ou não – da forma pela qual as pessoas entendem a doçura. Representar é um ato que expressa relações, ideologias e cultura.

Partindo desses argumentos serão analisados desenhos feitos em conjunto com os moradores locais durante o trabalho de campo. Os desenhos são parte das trajetórias e são

também os próprios responsáveis por apreendê-las. As trajetórias a seguir seguem uma ordem cronológica, primeiro desenhos confeccionados em 2005 e depois desenhos confeccionados em 2008. Essas trajetórias foram registradas em dois momentos diferentes, mas guardam algumas semelhanças. As duas primeiras colhidas em 2005 contaram com um desenho feito utilizando-se de folha milimetrada que continha também uma legenda e marcações como a posição geográfica do lote, além de serem utilizadas réguas para desenhá-lo<sup>46</sup>. Também os nomes das pessoas e famílias apresentados são fictícios assim como a localização dos lotes não é exata devido a cláusulas de sigilo do projeto de pesquisa dentro do qual os desenhos foram feitos.

A entrevista de 2005, também sendo conduzida dentro da metodologia do projeto maior obedecia a uma seqüência de perguntas dadas pelo questionário além das informações que necessariamente deveriam ser coletados pela leitura das imagens de satélite e confecção de desenhos. Porém a confecção dos desenhos assim como a leitura da imagem de satélite oferecia um material essencialmente etnográfico dando conta da história do lote e das pessoas assim como o trabalho na terra e as escolhas feitas ao longo dos anos.

Para os objetivos e hipóteses que nortearam esta dissertação era mais importante olhar para o desenho em si e promover uma comparação com desenhos obtidos numa segunda estadia em campo. Portanto, nesse segundo momento da pesquisa, em 2008, houve modificações na metodologia de confecção dos desenhos que davam preferência por marcar traços mais livres e revelar uma proporção mais ligada à representação e percepção das pessoas sobre seus lotes.

Os desenhos mais recentes foram feitos sem a proporção dada pela folha milimetrada e o objetivo era justamente perceber diferenças entre os desenhos de anos diferentes. Influenciados pelo trabalho de Marchese (2005) havia a idéia de que a proporção dos lugares dentro do desenho delimitaria também graus de importância de determinados elementos dentro do lote. No trabalho citado feito com seringueiros no Acre os desenhos traziam sempre um tamanho desproporcional de alguns espaços como, a estrada de seringa, em relação a outros como a casa que apareciam em tamanho muito reduzido. Também os nomes e detalhes informavam sobre aquilo que era relevante do ponto de vida das estratégias e da relação das pessoas com o lugar.

---

<sup>46</sup> Em D'Antona, Cak e Nascimento (2008) fica exposta a folha usada no trabalho de campo, com as legendas.

Naqueles desenhos apareciam representados tudo o que constituiria o lugar para aquelas pessoas. Seguindo essa pista dada pelo trabalho de Marchese, foi proposta a forma pela qual eram feitos os desenhos em 2008. O tamanho e a distribuição dos elementos no desenho poderiam dizer muito sobre a organização do lote e a história dele, as estratégias dos *colonos* ao trabalhar com esse lugar.

Um exemplo do que foi possível encontrar com a comparação entre os desenhos registrados nos dois momentos do trabalho de campo foi a permanência de uma forma básica de delimitar o espaço do lote. A forma reconhecida de representação dos lotes é o formato retangular. Não é sem propósito que essa forma reaparece nos desenhos mais recentes e realmente fixa como padrão essa representação dos lotes. Inclusive ela é a forma por excelência para se pensar lotes na região. Mesmo quando se pensa em termos das agrovilas e das pequenas chácaras no entorno de Brasil Novo essa forma retangular e sua medida básica de 100 hectares, padrão implantado pelo INCRA, é a referência para descrever suas propriedades.

Porém, diferente do retângulo pelo qual as pessoas representam o lote, a visualização do lote traz curvas e formas imperfeitas. As pessoas sabem que seus desenhos não são a expressão fiel do contorno físico de seus lotes, e sim, a forma pela qual eles o representam. Além da simples representação, sabem que a forma mais próxima é o formato retangular.

Assim quando apresentamos os desenhos fazemos uma cartografia da paisagem que é social e culturalmente construída pelos *colonos* e *os daqui*. Dizemos ser uma cartografia, pois nada mais é feito do que representar o espaço físico através de um desenho. Aqui não são rigorosas as proporções e escalas para representar fielmente o espaço de onde se fala, no entanto, se reproduzem e se representam todos os elementos componentes desse espaço. Assim como na cartografia são reproduzidos lugares, e são dadas diretrizes sobre o que se reproduzir. Uma cartografia muito mais aproximada do desenho de mundo medieval do que dos modernos mapas tão rigorosamente buscando a proporção e verossimilhança com o real<sup>47</sup>.

---

<sup>47</sup> Não poderia ficar sem se notar que essa busca pela reprodução do real em escala é uma questão tanto para os mapas medievais como para os atuais.

Numa coletânea organizada por Seemann (2005) os artigos se debruçam sobre o que organizador chama de “aventura cartográfica”. As reflexões sobre a cartografia nos levam a expandir a idéia do que seja ela e sua importância na compreensão e na relação das pessoas com o espaço. Os artigos do livro começam pelo próprio termo cartografia e como ela é praticada para chegar às cartografias que se ocupam daquele espaço e daquele lugar onde memória, sentimento e intencionalidades são partes constituintes do material final.

Portanto, ao escolher como material de análise desenhos, eu escolhi olhar para aquilo que tendo significado e sendo visível aos olhos e à memória pode ser representado. Um mapa só tem nele aquilo que se deseja que ele tenha e aquilo que se vê. O que não pode ser visto, o que não tem significado, o que não é cultural, econômica e socialmente relevante não pode fazer parte de uma cartografia.

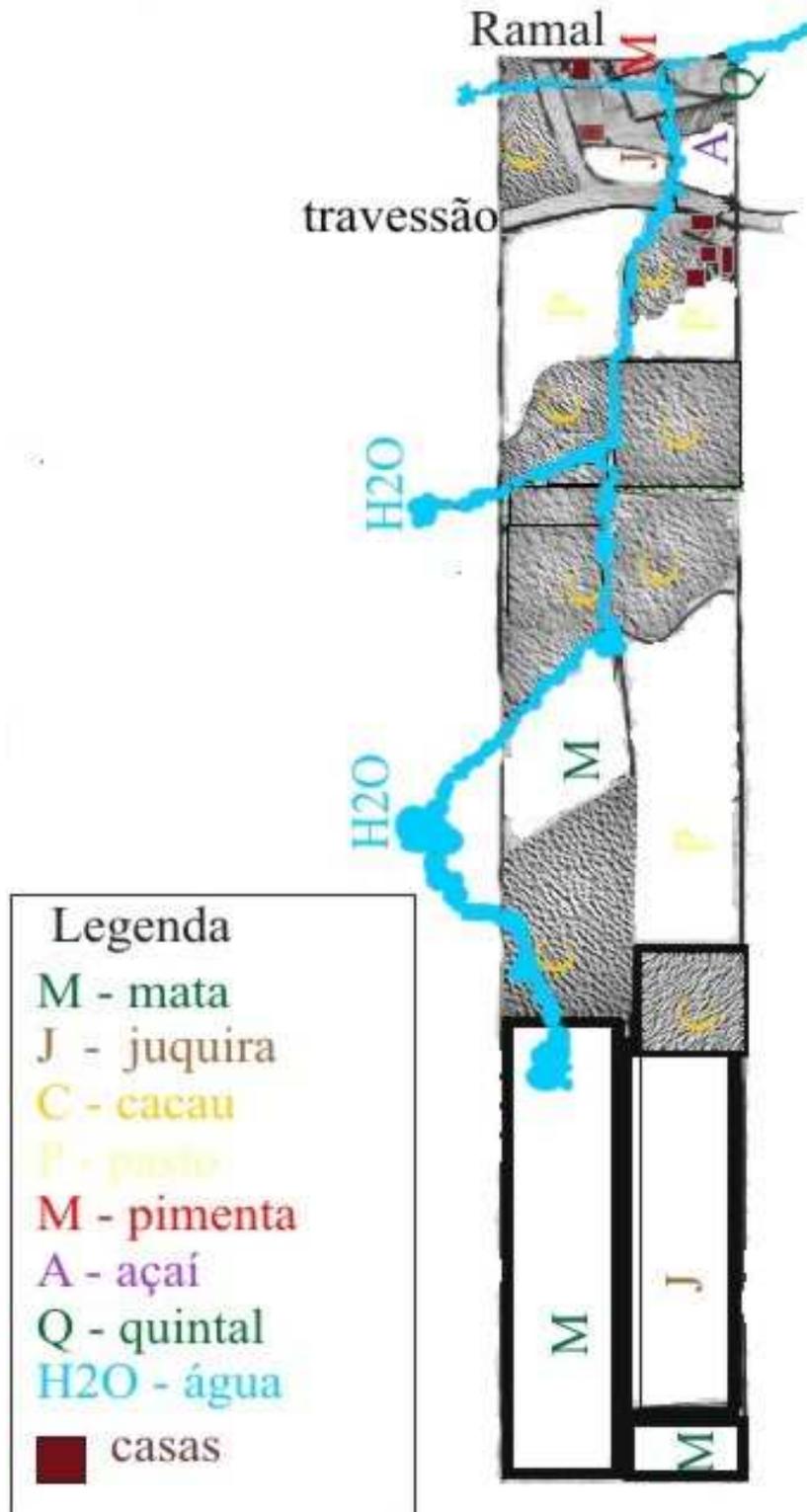
Contudo, nos desenhos abaixo a preocupação foi marcar os dois momentos diferentes do campo também com a forma de apresentação dos desenhos. Os dois primeiros desenhos são de 2005 e são mais limpos e menos coloridos, por serem os originais trabalhados apenas em escala de cinza, delimitando os espaços dentro do lote e inserindo uma legenda. Isso se deu, pois havia um padrão de informações a serem apreendidas através dos desenhos que pretendiam manter a proporção e escalas compatíveis com a realidade e com aquilo que as imagens de satélite mostravam<sup>48</sup>.

Já os desenhos de 2008, ao contrário permitiram uma plasticidade maior ao trabalho. Com a licença e sugestões dos próprios entrevistados foi possível colorir a imagem fazendo com que ela ficasse o mais próxima possível de uma reprodução à cores de cada lote. Os desenhos são apresentados antes da análise para que a partir deles se possa percorrer a paisagem e a narrativa chegando até as trajetórias. Apenas um desenho foi deslocado para o próximo capítulo, o de Dinho e Maria por ser também o croqui da agrovila do *travessão* da dezesseis e, portanto ter maior relação com a discussão sobre as categorias *colonos* e *os daqui* exposta adiante. Para que essas questões ganhem mais elementos apresentamos a seguir as trajetórias.

---

<sup>48</sup> Conforme o artigo de D'Antona, Cak e Nascimento (2008) esses desenhos eram digitalizados e sobrepostos para a comparação entre a cobertura vegetal proposta pela imagem de satélite e o uso efetivo do lote. Portanto as mudanças feitas foram somente no intuito de facilitar a identificação de elementos nos desenhos.

*Trajectoria 3 - Família Amaral*



**Ilustração 1** - Lote da família Amaral.

Fonte: Materiais de campo do projeto "Uso e ocupação da terra e a estrutura das unidades domésticas", ACT/NEPO, 2005.

A família Amaral veio do Espírito Santo ainda na década de setenta. Seus membros foram entrevistados em 2005 tanto no lote quanto na cidade. O desenho que se vê acima foi feito na cidade na casa da matriarca da família e complementado quando da aplicação dos questionários a um dos filhos no lote. O primeiro contato com um dos membros da família foi com uma das filhas da matriarca Marina, chamada Miriam. Ela é casada com Diego e o casal têm dois lotes próximos ao lote da família Amaral, no qual criam gado e plantam cacau, os dois produtos principais da região. Assim como sua outra irmã Doralice elas não têm nenhum pedaço do lote no qual trabalham os irmãos e um meeiro da mãe.

Foi ela que contou um pouco da história da família. Contou que ela, seus irmãos seu pai e sua mãe, juntamente com a família de seus tios paternos vieram para região ainda na *febre dos lotes*<sup>49</sup> depois de 1975. O pai e seus tios haviam vindo antes e comprado um lote e só então voltaram para buscar a família no Espírito Santo. Vieram num *pau-de-arara*<sup>50</sup> alugado pelo pai. Viajaram durante dias com seus pertences. Foram para um lote longe da *faixa*<sup>51</sup>, sem energia e “sem contato com o mundo”. Ela diz que não havia quase nenhum conforto, nem uma boa estrada; “não que hoje haja, mas é que hoje melhorou muito”. Conta que seu pai faleceu em 1984 e desde então a mãe tem se afastado cada vez mais do lote e ficado na cidade de Brasil Novo.

A família Amaral hoje é composta por Dona Marina, a matriarca, e seus filhos Antônio, Augusto, Mauro, Miriam, Doralice, Ângelo e Alex. O único dos filhos que não é casado é Alex, ele hoje estuda numa escola rural no Amapá que funciona num regime de internato. Ele vem só esporadicamente para a região. Todos os irmãos de Miriam trabalham no lote da família com a mãe. Esse lote foi comprado no começo dos anos oitenta, um pouco antes da morte do pai. Na opinião dos irmãos de Miriam “foi a melhor coisa que já lhes aconteceu”, pois a localização é mais próxima da cidade “facilitando muito a vida”.

---

<sup>49</sup> *Febre dos lotes* é a forma pela qual os moradores locais designam a época de maior procura pelos lotes na região e conseqüentemente de grande fluxo migratório. Essa “febre” se estendeu de 1971, quando começa o PIC, até 1984/1985, já que foi nessa época que o projeto foi totalmente abandonado.

<sup>50</sup> *Pau-de-arara* é um caminhão de pequeno porte cuja carroceria coberta com lona é utilizada para o transporte de passageiros e suas bagagens. Os *paus-de-arara* em melhores condições têm pedaços de madeira fixados no entorno e no meio da carroceria que servem de banco para os passageiros. Esse meio de transporte não é exclusivo da região. Segundo os próprios moradores ele começou no nordeste mas se espalhou por todo o país junto com a saída dos nordestinos.

<sup>51</sup> *Faixa* é a forma local pela qual moradores se referem à Transamazônica. Pela sua centralidade, por ser um ponto de referência e pela sua disposição dentro do desenho da área do projeto de colonização ganhou esse nome.

A matriarca Marina não mora mais no lote. Ela hoje deixa o lote nas mãos dos filhos e de um meeiro que cuida do seu cacau. Depois da morte do marido e com a idade ela preferiu estar na cidade. Na cidade acabou por se envolver em projetos sociais elaborados pelos moradores locais e pela prefeitura e hoje trabalha na Casa de Apoio à Mulher Gestante. Ela se dedica exclusivamente a receber mães de toda a região e ajudar a confeccionar enxovais e ensinar os primeiros cuidados com os bebês. Recebem nessa casa mulheres de toda a região. Marina tem um temperamento forte e não é muito afeita a entrevistas e apesar de estar na casa e se dedicar a ela tem certa implicância com as mulheres que lá estão, pois segundo ela, “são desleixadas e precisam ser ensinadas sobre tudo, inclusive higiene”.

Parece que Marina não gosta muito dessa falta de conhecimento das mulheres, mas o fato é que seu trabalho garante uma maior sobrevivência aos bebês da região. Em alguns casos as mulheres chegam a casa meses antes de receber a criança e ficam até os primeiros quatro ou seis meses de vida do bebê. A casa recebe doações e é com elas que as pessoas que nela trabalham ensinam as mulheres a tricotar, fazer crochê, bordar, costurar e confeccionar enxovais. Maria não se arrepende de vir para a região, porém também não *dá mais para com a lida na terra*<sup>52</sup>, apesar de dizer que já esteve nela durante boa parte de sua vida. Ela, seu marido, e seus filhos *tocaram o lote*<sup>53</sup> e nessa época, bem lembra Dona Marina, a *roça* era atividade de todos.

E quando se referia ao trabalho na *roça*, se referia ao trabalho no lote como um todo. O termo se refere tanto ao trabalho com a produção para o consumo (como arroz, feijão, milho e mandioca) ou aqueles para venda (como cacau e pimenta), algumas pessoas o substituem por *lida*. Normalmente esse termo designa apenas o trabalho agrícola; quando há pecuária o termo pode tanto agregá-la como ser utilizado em parceria com outros como *lidar com a criação, cuidar da criação ou pastorear*. O termo mais abrangente (que designa tanto o trabalho agrícola quanto a pecuária) é *lida*. E essa *lida* e as atividades que

---

<sup>52</sup> Essa expressão *dar para a lida na terra*, corresponde a dizer a adaptação ou não ao trabalho na terra. A *lida* expressa tanto o trabalho pesado como de *limpeza do terreno* (expressão que designa o desmatamento e queima de uma área para o posterior uso para fins agrícolas e pecuários), plantação e colheita como aquele do cuidado da horta e do pomar, além de incluir a criação dos animais.

<sup>53</sup> *Tocar o lote* é o termo pelo qual se diz que o lote é trabalhado. O tocar tem um sentido de levar adiante, de manter, de fazer produzir, e se opõem à idéia de *largar o lote* que é abandono do lote, ou muitas vezes o simples descuido que não dá continuidade à produção ou a manutenção da estrutura do lote.

cabem nela (alimentar o gado, vacinar, plantar, colher, *quebrar cacau*<sup>54</sup>, entre outras) são muitas vezes separadas da *roça* cujo sentido está mais próximo do trabalho na lavoura, na agricultura, e na maior parte dos casos no trabalho que pode ser feito tanto por homens como por mulheres.

Como Dona Marina, seus filhos moram na cidade e assim como ela se envolveram nas atividades da *comunidade*<sup>55</sup> tanto no *travessão* como na cidade<sup>56</sup>. Apesar disso Antonio, Mauro e Augusto têm uma casa no lote onde ficam na época da colheita. O lote da família hoje é essencialmente plantação de cacau e criação de gado. Logo que chegaram à região o grande incentivo era o trabalho agrícola. A produção de grãos como o arroz, o feijão, o milho e o café. A pimenta começava a expandir-se. A família vinda do Espírito Santo vinha de uma experiência com a criação de gado, mas também com a plantação desses gêneros para a despesa. O primeiro lote do qual foram donos precisava ser inteiramente *limpo*, pois ele *estava na mata*.

Inclusive as categorias utilizadas pela família Amaral são comuns na região e descrevem o lote e o trabalho de forma qualitativa, dando inclusive valor aos diferentes espaços dentro do lote. Assim, *Limpar o lote* é o processo de corte da mata e posterior queima que possibilita o uso do lote para fins agropecuários. Essa limpeza traz também o caráter simbólico da mata para os *colonos*, ela representava sujeira e uma área não aproveitável e por isso precisava ser limpa para que ganhasse condições de se trabalhar a terra. A relação da terra partia do princípio da dissociação entre mata e trabalho na terra. A mata em si não tinha valor, o que lhe conferia valor eram as possibilidades de utilização daquele espaço. *Estar na mata*, então, é ser uma área chamada virgem, ou seja, nunca antes limpa e, portanto não utilizada. Em termos de valor financeiro essa área é uma das mais

---

<sup>54</sup> O termo designa um trabalho anterior à venda da semente do cacau. Depois de colhido o fruto do cacau é partido, sua polpa e sementes são retiradas e depois as sementes são postas para secar. O partir o fruto e retirar a polpa é o que chamam de *quebrar o cacau*.

<sup>55</sup> O uso local do termo *comunidade* será melhor tratado no capítulo 4.

<sup>56</sup> Uma constatação interessante do campo foi a participação de grande parte dos entrevistados em movimentos sociais locais e atividades promovidas pela comunidade. Mais interessante no entanto foi notar nas práticas e nos discursos dessas pessoas a importância que, para elas, a organização da sociedade teve e tem na melhoria da vida dessas pessoas. Listo alguns dos movimentos da região: Cooperativa dos Pequenos Produtores de Brasil Novo (CoopBran), Cooperativa dos Pequenos Produtores do Xingu (Coopoxi), Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR Altamira e STTR Brasil Novo), Movimento das Mulheres do Campo e Cidade (MMCC Altamira e Brasil Novo), Rádio Comunitária de Altamira e de Brasil Novo. Na família de Dona Marina todos participam de algum movimento e isso faz parte do estabelecimento de sua relação com o lugar. No entanto, por ser este tema um dado encontrado em campo, mas fora do recorte da pesquisa ele será melhor trabalhado em momento posterior.

baratas já que está implícita nela o trabalho necessário para que ela se torne um lote. Em termos de valor simbólico ela é mais valiosa que áreas já utilizadas porque as potencialidades de uso da terra ainda não estão realizadas, os usos possíveis estão a ser dados.

Então, como o incentivo era para o plantio de grãos e da pimenta o patriarca da família, Seu João, decidiu plantar a pimenta, cultura que ele conhecia, no novo lote. Porém, depois de um tempo perceberam que esse lote estava muito longe da cidade e mesmo das agrovilas o que dificultava muito o transporte da pimenta e mesmo o acesso à escola para os filhos ainda em idade escolar e o hospital em casos de doença. O filho mais novo da família Alex, nasceu na casa da família, no lote, e como muitos outros na região, pelas mãos de uma parteira.

Depois desse ocorrido e com a dificuldade de acesso devido à estrada e a distância da rodovia e da cidade, decidiram que era hora de comprar um novo lote. A vida na região era melhor do que a anterior, o tamanho do lote era maior e tinha como dar sustento para a família assim como daria para ser dividido pelos filhos depois da morte dos pais. O sustento (preocupação imediata) e a herança (preocupação com o futuro) estavam garantidos. Compraram um lote em 1985 e lá diversificaram a produção entre a pimenta e a criação de gado. Aos poucos foram ajeitando o novo lote que tinha a parte da frente já *limpa*.

Olhando para o desenho (figura 1, pg 69) é possível localizar a casa construída pela família que fica próxima ao *travessão*. A área do lote que já estava limpa quando de sua compra é o lugar acima do *travessão*, e nele cruza um *ramal*, que se interligavam dentro do lote da família Amaral. O *ramal* é uma estrada vicinal tal qual o *travessão* com a diferença de que o *ramal* é elaborado pelos próprios moradores com o conhecimento sobre o lugar e, portanto dos melhores caminhos entre as agrovilas, cidades, rodovia e os lotes. É possível ver essa ligação no desenho do lote. Também é possível perceber que um pedaço do lote está além do *travessão*, o que não é incomum na região. A marcação dos lotes era dada por quatro *marcos*<sup>57</sup> colocados pelo INCRA para delimitá-los. Algumas vezes na marcação dos lotes esses marcos ficavam além ou aquém do *travessão*. Aproveitando-se disso os lotes começavam por ser *limpos* nesses dois extremos próximos ao *travessão*.

---

<sup>57</sup> Pequenas pedras com o número do lote e da gleba colocadas pelo INCRA para demarcação dos lotes.

No lote da família Amaral uma pequena área de *juquira* que está do outro lado da estrada (*travessão*)<sup>58</sup> já estava *limpa* quando da compra do lote e foi utilizada para pasto.<sup>59</sup> O gado inicialmente era para a despesa. Próximo dali foram plantados alguns pés de pimenta em toda a área que hoje é ocupada pelo cacau, restando só um pequeno trecho ainda com pimenta bem na ponta do lote, ao lado de uma área de brejo onde está também um açazal. A família Amaral como tantas outras adotou o açai (*Euterpe oleracea*) como alimento.

Altamente energético e facilmente encontrado às margens dos cursos d'água era um excelente alimento para dar forças ao trabalho de limpar a terra e cuidar da plantação e da criação. Esse “canto” do lote pode-se dizer ser o pedaço mais afetivo do lote constituindo-se da pimenta – primeira produção a ser realizada pela família para seu sustento – e do açai – alimento que garantia as forças e a sobrevivência da família. Ainda nessa área do outro lado da estrada há um pequeno trecho onde há cacau que foi doado ao vizinho<sup>60</sup>. Sendo um cacau mais antigo e tendo o vizinho trabalhado com eles alguns anos nessa e em outras propriedades cederam-lhe a área. Ele hoje vive do que colhe e tem lá sua casa. A área do vizinho, Seu Ruiz, se divide entre esse pequeno trecho doado e um meio lote (50ha), do terreno contíguo ao lote da família.

Um dos filhos Mauro, mora com a mulher e os três filhos no lote, logo em frente a essa área doada. Mauro é casado com uma das filhas de Zeca Pazinha e Maria Rosa cujas trajetórias foram colhidas em 2008. Ao redor da sua casa há um terreiro e logo depois ao lado do açazal há um quintal, onde há algumas hortaliças e árvores. Ele também tem uma casa na cidade onde a mulher e os filhos ficam durante o período de aulas, mas Mauro está mais no lote do que na cidade. A localização da casa de Mauro, um tanto mais afastada das demais casas, se dá pelo fato de que ela está num lugar mais estratégico para se chegar e se sair do lote. O *ramal* é na verdade o meio mais rápido de se chegar até o lote pois ele sai da

---

<sup>58</sup> Importante dizer que em muitos momentos o termo utilizado na confecção do desenho e na descrição do lote era estrada e não *travessão*, *ramal*, *faixa*, ou Transamazônica. Isso se dava quando o sentido da narrativa era relativo aos caminhos pelos se circulava. Apesar de haver a diferenciação a estrada é o meio pelo qual há o deslocamento não importando se ela é apenas o *ramal* ou a *faixa*.

<sup>59</sup> A *juquira* é a vegetação que poderíamos classificar como uma sucessão secundária, ou seja, uma área que anteriormente desmatada ou queimada está restabelecendo a cobertura vegetal. Áreas de mata densa, fechada, na beira da estrada são extremamente raras.

<sup>60</sup> A pequena área é cercada e há uma casa no centro e uma porteira, o que dá indícios de uma delimitação da área. Antes que se perguntasse, Mauro que estava nos guiando pelo lote, já foi explicando o porquê da cerca e dizendo da doação.

cidade de Brasil Novo e segue passando pelas glebas e por dentro de outros lotes e evitando que se tenha que andar até a entrada do *travessão*, um pouco afastada da cidade, para então seguir até o lote.

Partindo da casa de Mauro, que fica na junção entre o *travessão* e o *ramal*, e subindo pelo *ramal* a última casa representa o local onde há uma máquina de arroz. Na verdade é uma máquina que separa o arroz da palha e o deixa pronto para a venda. A máquina é utilizada por todos os moradores do *travessão*, da agrovila e de outros *travessões* próximos. Para sua utilização outros moradores pagam uma taxa que corresponde ao gasto com o combustível necessário para ligar a máquina, e o pagamento é feito segundo o número de sacas de arroz. Antes da máquina, o arroz era pilado manualmente para separar o grão da palha.

A máquina de arroz é ao mesmo tempo um investimento que facilita o trabalho e gera recursos para a família Amaral. A compra da máquina, seu uso pela família, e seu posterior aluguel aos moradores do entorno estabelece certo prestígio à família. Tal se dá, pois a família se torna a detentora de uma máquina cujo valor simbólico é alto pelo fato de facilitar o trabalho e diminuir o tempo despendido na atividade de pilar arroz, deixando tempo para executar outros cuidados como aqueles destinados ao cacau ou ao gado e mesmo a possibilidade de cultivar hortas e pomares. Com essa máquina a família consegue acumular capital simbólico e também monetário com a cobrança pelo uso da máquina. Sabendo, por experiência prática, do valor dessa máquina ela se torna um investimento da família, parte de sua estratégia, para geração de renda e melhoria na colheita de sua produção de arroz para o consumo.

A colheita do arroz é penosa por conta da necessidade de pilar o arroz após colhê-lo e a máquina faz com que esse trabalho manual despenda menos esforço físico em menos tempo, deixando tempo livre a outras atividades. Por essa vantagem, os vizinhos preferem pagar pelo benefício de usar a máquina. É uma relação de contentamento e descanso que constitui a relação de todos com essa “inovação tecnológica” e que já se torna essencial na vida de todos os moradores daquele e de outros *travessões*. A estratégia de ser dono de uma máquina de arroz era recorrente em quase todos os *travessões* por ser a combinação de um prestígio local com a possibilidade de facilitar o trabalho de seus detentores e ainda servir como fonte de renda. Foi possível achar máquinas de arroz se não em todos os *travessões*

ao menos na maioria. Assim como essa “inovação tecnológica” que substituiu o pilão e facilitou o trabalho a moto também veio substituir as carroças e os cavalos facilitando os deslocamentos e tem em si o mesmo valor simbólico que a máquina de arroz.

Voltando do *ramal* para o *travessão* encontramos algumas *mangas* de pasto e as casas dos outros irmãos e de Dona Marina no canto direito. *Manga* é a divisão das áreas de pastagem. Essa divisão dos pastos serve para que o capim possa se recuperar depois de ser comido pelo gado. É um processo parecido com a rotação das terras na agricultura. Junto da pequena área de cacau logo na frente da estrada há um pequeno pomar e uma pequena horta<sup>61</sup>. Antes de ser uma área de cacau era uma das *mangas* de pasto. Logo ali próximo desce um pequeno igarapé que corta todo o lote e serve tanto para dessedentação dos animais como dos moradores do lote, além de irrigar o cacau. A escolha do lote foi muito influenciada pela existência desse igarapé que daria condições de criar animais e plantar sem a preocupação com a água. E tal qual para a família Amaral a existência – e muitas vezes abundância – de água é fator determinante para a fixação no lote ou para seu abandono.

Nas áreas seguintes há outras *mangas* de pasto. Estas já abertas depois da compra do lote. Junto com elas algumas áreas foram utilizadas para a plantação do cacau e separação entre as *mangas* de pasto. As idades das áreas de cacau influenciam também no potencial produtivo da propriedade. Até os cinco anos a produção está amadurecendo, depois disso até quase os vinte anos do cacau a produção tem maturidade e sua maior produtividade. Passado esse tempo o cacau produz bem, mas é sensível um declínio da produção. Como é possível notar pelo desenho, o cacau está distribuído ao longo do lote (áreas mais escuras) e distribuído entre os diversos donos do lote. Os cacauais seguem a ordem cronológica também das idades dos seus donos, aos mais velhos os cacauais mais velhos, aos mais novos os mais novos. Somente Alex não cuida pessoalmente do seu cacau já que estuda, quem faz isso é o mesmo meeiro que cuida do cacau de Dona Marina.

---

<sup>61</sup> Apesar das características desse espaço serem iguais as que foram descritas como quintal por Mauro e sua esposa, ele não recebe a mesma nomeação. Em parte isso se dá pelo fato de que a relação dos irmãos com o lote ser diferente. Para Mauro e sua esposa tanto a casa na cidade como a casa no lote constituem seu local de moradia. Woortman (1988) ao descrever o sítio camponês e as categorias de classificação do espaço, apresenta como quintal a área composta pelos mesmos elementos: árvores e pequena horta, o terreiro, a área de quilar a roupa; e principalmente diz que para seu sujeito aquilo caracterizaria o espaço de moradia.

O cacau também é plantado próximo aos cursos d'água para facilitar a irrigação. Continuando a andança pelo lote chegamos a uma pequena área de mata que está entre dois trechos de cacau. Esse trecho de mata além de ser uma barreira natural entre os dois trechos de cacau de anos diferentes é também uma forma de proteger um pouco o entorno do corpo d'água, especialmente próximo ao açude. Essa área de mata se estende até o lote vizinho no açude. Essa preocupação com manter uma área de vegetação no entorno dos corpos d'água tem a ver não só com a legislação ambiental, mas também com um conhecimento prático sobre a importância da vegetação para a manutenção desses corpos d'água.

Inclusive isso indica o motivo pelo qual a família Mardegan preferiu plantar o cacau *bosqueando* a região em que seria plantado o cacau ao invés de *brocar* a mata para fazer isso. As áreas *brocadas* foram para a *roça* e o pasto. Os termos se referem à formas diferentes de se *limpar* uma área, ou trabalhar a terra. *Bosquear* se refere a uma prática de limpar o terreno de todo tipo de vegetação rasteira ou de meia altura deixando somente as árvores mais altas. No caso em questão para que não faltasse luz para as mudas do cacau foram tiradas também algumas árvores mais altas. *Brocar* ao contrário do *bosqueamento* (menos agressivo) é desmatar uma área e depois colocar fogo nela plantando-se tanto a *roça* como o pasto em seguida.

Assim, logo abaixo da área de mata, têm-se lado a lado as escolhas produtivas para cada tipo de trabalho sobre a terra: de um lado o cacau plantado através do *bosqueamento* e o pasto obtido através da *derrubada e da broca* que foi o local de uma *roça* e depois passou a ser pasto. Abaixo desse trecho há uma pequena área de cacau e uma enorme área de *juquira*. Essa área tem duas serventias: a primeira, para colocar a *roça* e, a outra, para pasto temporário. Essa área do fundo do lote é como uma máquina do tempo. A *limpeza* do lote e sua posterior formação foram uma sucessão de paisagens como essa. A *juquira* se mostra então como aquela paisagem intermediária entre o lote e a mata, como a expressão de lugar que pode ter muitas serventias de uso no lote ou que pode estar deixando de ter serventia. Importante notar que ela é o elemento constante de todos os lotes onde foram realizadas entrevistas sendo que seu sentido era apropriado segundo a relação dos moradores com o lote.

No caso da família Amaral o processo de trabalho na terra seguia a seguinte ordem: Primeiro a limpeza do terreno; depois a plantação de *lavoura branca*; em seguida a plantação; ou a formação de um pasto; ou o abandono para se transformar em *juquira* até ser novamente utilizada. A *juquira* então é paisagem onde estão dadas duas possibilidades: abandono do terreno ou recuperação do mesmo. No fundo do lote a área de mata, reserva obrigatória que deve existir em todos os lotes. A área destinada a reserva está um pouco abaixo dos 20% exigidos por lei.

Essa área na verdade foi deixada sem trabalho algum desde a promulgação da lei. Para muitos dos que moram na região desde os anos setenta a obrigatoriedade da reserva de mata nativa fez com que a *limpeza* do terreno fosse interrompida constituindo uma paisagem típica dos lotes, onde a ocupação começa a partir da estrada e as reservas ficam ao fundo. Essa paisagem encontrada na grande maioria dos lotes – mesmo naqueles em que havia diferentes usos e cobertura do solo – expressa junto com o formato retangular do lote certa identidade naquela região.

Ao serem perguntados por que as áreas de mata normalmente ficavam ao fundo do lote os moradores diziam que era por ser feita a exploração do lote da frente para trás e por isso antes de chegar no fundo paravam e deixavam a reserva. A reserva serve também como divisão entre os lotes e como corredor para a caça que pode se alimentar e crescer na mata. Segundo Dona Marina alguns que conhecem melhor o lugar até usam a madeira, as folhas e os frutos como alimento ou remédio.

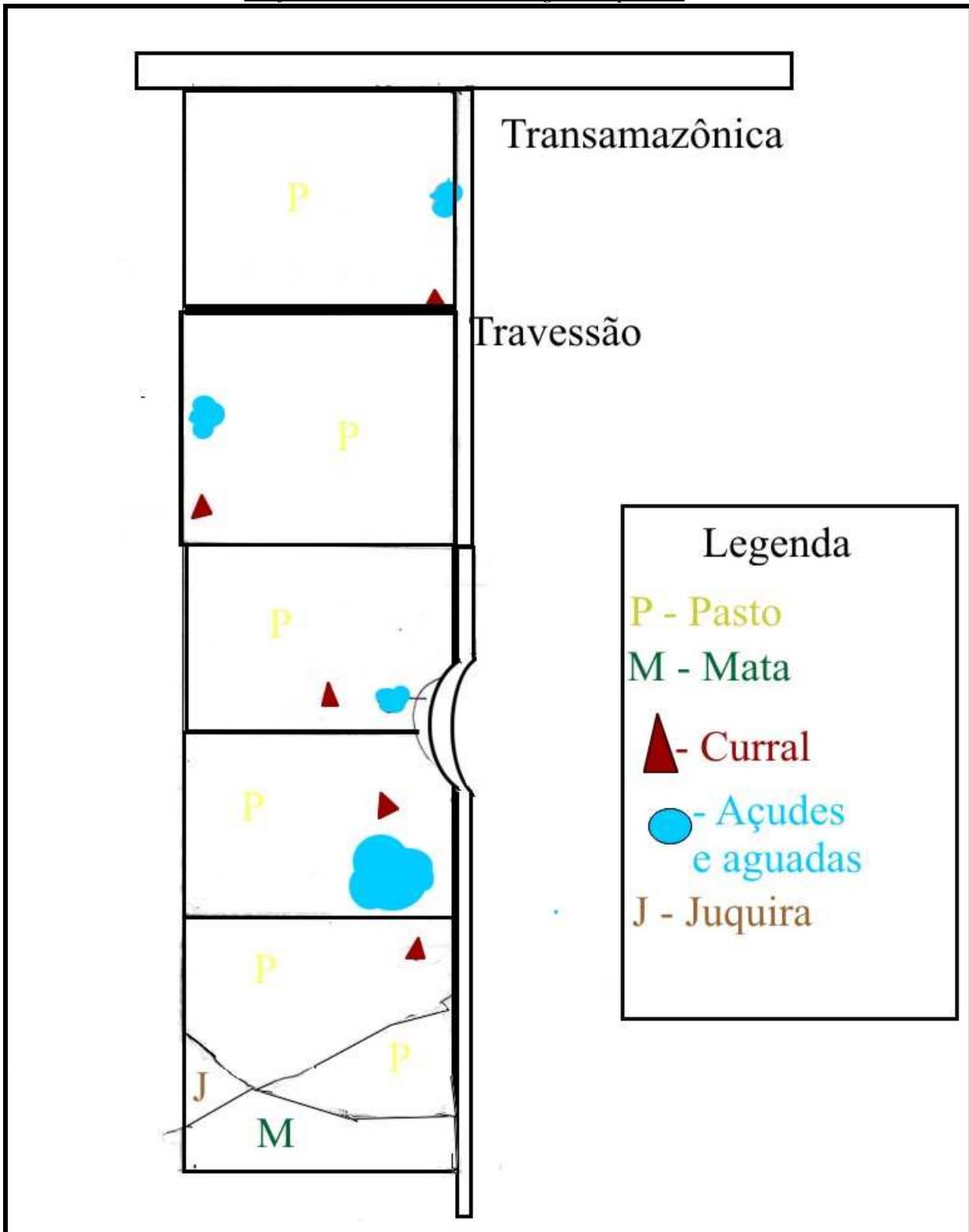
O lote sofreu muitas mudanças depois da morte de Seu João. De início todos trabalhavam juntos, mas aos poucos ao casarem-se e assumirem diferentes posições sobre como seria melhor conduzir o trabalho no lote cada um foi ficando com “seu cacau”. Só os pastos são usados conjuntamente, mas há gado separado de cada um deles. Os irmãos e Dona Marina têm ao todo uma soma de sete mil cabeças. Sobre a pimenta que fica escondida num canto do lote comentam apenas que dá muito praga e pouco prazer no trabalho e por isso ela “está mais lá de teimosia que por opção”.

Já quando falam do gado e do cacau parecem ter mais alegria. Eles gostam do cacau pela pouca manutenção necessária e pela certeza da venda, o mesmo com o gado. O gado ainda tem a vantagem de servir de poupança guardando em si o valor por cabeça. Ter gado é ter dinheiro. Nenhum dos irmãos ou a mãe gosta de falar sobre o que eles têm, nem

quanto tem e muito menos expor os ganhos com o lote. A relação que a paisagem do lote expressa parece ser menos sentimental e mais de trabalho. Com o passar dos anos a divisão entre o trabalho no lote e a moradia na cidade fez com que parte da relação com a terra como espaço que gera alimentos e como bem maior da família se perdesse. Especialmente com a morte do pai e a mudança para a cidade a relação com a terra (e conseqüentemente com o lote) se tornou uma relação onde a segurança da família não está no lote em si, mas no resultado dos produtos dele obtido.

Porém a existência de moradias ainda no lote introduz um componente de ligação com o lugar que não é perdido. Apesar de seguirem suas vidas num deslocamento constante entre cidade e lote mantém a relação com a terra e investem seus esforços e seu trabalho para que a terra produza e esteja bem preparada. O lote segundo eles “não precisa ser totalmente limpo e arrumado como se fosse uma casa, mas ele deve ter a cara do seu dono e comportar tudo que é necessário à ele e sua família”. O lote é trabalho e é o meio pelo qual vivem e se mantêm, e não o trocam por trabalho nenhum na cidade.

*Trajatória 4 – Humberto e Regina Espezato*



**Ilustração 2** - Lote de Humberto e Regina Espezato.

Fonte: Materiais de campo do projeto "Uso e ocupação da terra e a estrutura das unidades domésticas", ACT/NEPO, 2005.

O segundo desenho também de 2005 tem uma trajetória muito diferente da exposta acima, tal qual a trajetória de seus donos. Humberto foi entrevistado numa agrovila, na beira da Transamazônica, próxima à Brasil Novo. Ele estava na casa do pai que tem um lote naquele *travessão* e que até hoje mora na casa da agrovila. No projeto inicial do INCRA para o PIC os *colonos* teriam um lote em um *travessão* e uma casa na agrovila desse mesmo *travessão*. Muitos abandonaram suas casas na agrovila para ficar somente no lote. Outros seguindo o fluxo contrário ficaram na agrovila e compraram as chácaras lá, outros ainda abandonaram tanto a agrovila quanto o lote e foram para a cidade. Na verdade as escolhas dependiam essencialmente dos objetivos dos *colonos* e das estratégias traçadas por eles. A forma com a qual se relacionavam com o espaço do lote e as necessidades da família (como crianças em idade escolar, pessoas enfermas, escolha de produtos facilmente perecíveis como produtos para renda) eram parte das estratégias que levavam essas pessoas a ter diferentes trajetórias e deslocamentos.

Humberto, por exemplo, nunca morou no seu lote, tampouco ele se considera *colono*, ao contrário, ele tem um lote porque lote é o negócio básico e rentável da região. Ele presta serviços para a universidade e alguns centros de pesquisas de lá coletando a água da chuva e medindo a umidade na região de Brasil Novo. Sua mulher, Regina, vai raramente até a agrovila e o lote é cuidado somente por Humberto. Regina é enfermeira e trabalha em Brasil Novo. O casal mora do lado mais novo da cidade de Brasil Novo que é cortada ao meio pela Transamazônica. Nesse lado moram também muitos dos *colonos* e filhos de *colonos* que hoje moram na cidade e mantêm o trabalho no lote. Partindo da cidade é possível ter acesso aos *travessões* próximos como o da doze, da catorze e da dezesseis pelo lado mais antigo e da onze, treze e quinze pelo lado mais novo.

Humberto comprou seu lote no mesmo *travessão* onde está o lote de seu pai para poder ajudá-lo. Seu pai por sua vez, quando da compra de Humberto trocou seu lote que ficava mais no fundo do mesmo *travessão* por um mais à frente para facilitar a administração dos dois lotes. Humberto, conta que já queria comprar um lote e quando achou um lote à venda à beira da Transamazônica, quase *formado*<sup>62</sup> e perto do lote de seu

---

<sup>62</sup> *Lote formado* é aquele lote onde já houve uma *limpeza* do terreno e onde já existem destinações para determinadas áreas, no caso em questão, já havia um pasto num trecho do lote. Normalmente o termo *formado* se refere ao pasto ou a uma plantação consolidada de perenes como é o caso do cacau e da pimenta. No mercado de terras na região os lotes *formados* têm maior preço, por conta disso é comum que aqueles que

pai isso o impulsionou já que ele poderia tanto trabalhar no seu lote como ajudar o pai. O fato do lote já ter uma parte *formada* facilitaria o trabalho de Humberto e lhe permitiria *formar* mais rápido o restante do lote e aumentar mais rápido sua criação de gado. Ele nunca pensou em trabalhar com outra coisa que não o gado.

O lote em 2005 estava todo *formado*, mas manteve os 20% exigidos como reserva legal, nessa época o lote já era de Humberto há mais ou menos dez anos. Atualmente a lei determina que haja reserva legal em 80% do lote, deixando apenas 20% para aproveitamento agrícola, dispensadas atividades como manejo de madeira, extração vegetal (madeira, sementes, frutos), ou plantação em 60% do terreno de plantas nativas ou no sistema agroflorestal<sup>63</sup>. Humberto na época em que foi feito o desenho não se preocupava com nenhuma dessas questões, para ele o direito de uso do lote deveria ser do *colono* e do agricultor ou fazendeiro já que o lote era seu trabalho, seu sustento. Porém, prevenia que poucos eram os fazendeiros e *colonos* que sabiam preservar a água em seus lotes.

Líquido valioso para o trabalho na terra a água também tem de ser cuidada. Manter certa vegetação (mesmo que *juquira*) no entorno das nascentes e mesmo em alguns trechos do corpo d'água ajuda a manter a nascente e garantir a dessedentação dos animais e irrigação da plantação. No entanto, Humberto nos informa que muitos acham que limpar o terreno todo é a solução, esquecem de salvaguardar as nascentes. Seu lote tem alguns corpos d'água que o cortam e apesar de ter o lote quase todo limpo Humberto tem uma área de *juquira* ao redor das nascentes.

O interessante é que desde a compra do lote a opção nunca foi por moradia, ao contrário o lote é exclusivamente negócio. O gado é o trabalho de Humberto, ele aprendeu com seu pai e reproduz em seu lote tudo que aprendeu. Os pastos têm cada um seu curral e são divididos em *mangas*. As *mangas* são a forma mais comum de se nomear as divisões de pasto, mas muitos falam apenas pastos: pasto da frente, da estrada, de trás, do fundo, ou um, dois e três, tudo depende da região de origem, da tradição de cada um, e também da nomenclatura na vizinhança.

---

querem vender seu lote *formem* pasto no lote para agregar valor ao mesmo. A escolha pelo pasto se dá pelo pouca necessidade de manutenção da pastagem diferente do que ocorre com uma plantação como o cacau, a pimenta, o café ou a laranja.

<sup>63</sup> É possível encontrar a legislação referente a essas questões no seguinte endereço:

<http://www.mma.gov.br/port/conama/legi.cfm>, acessado em 10 de dezembro de 2008 e

[http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=section&layout=blog&id=7&Itemid=60](http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=section&layout=blog&id=7&Itemid=60), acessado em 10 de dezembro de 2008.

Contudo o mais importante das *mangas* ou das divisões é que ela é uma rotação de pasto. A rotação de pasto é uma técnica interessante para manter o capim sempre em boas condições para ser alimento. Há sempre uma *manga* mais bonita que toma mais chuva e descansa mais, o que não inviabiliza a rotação entre bons pastos. Importante dizer que classificações como *pasto limpo* e *pasto sujo* e *juquirá* são muito influenciadas pela forma como as pessoas lêem a paisagem que tem diante de si.

O que queremos dizer é que a paisagem que à olhos leigos pode ser idêntica na verdade pode ser parte de realidades completamente díspares. Por exemplo, Humberto tinha o primeiro pasto em descanso, o que o caracterizava como *pasto sujo* na explicação dele, no entanto, ele era exatamente possível de ser lido como *juquirá* por alguma outra pessoa que tivesse feito uma abertura, plantado *lavoura branca* e abandonado a área ou mesmo se tivesse abandonado o pasto.

Assim as mesmas paisagens produzem desenhos diferenciados e que são muito mais próximos da experiência cotidiana de cada pessoa. *Juquirá* passa então, a ser uma categoria completamente social, assim como *pasto sujo* ou *limpo*, ou *lote formado* ou em *formação*. Categorias essas essenciais para o entendimento das formas de relação com o espaço e, portanto da constituição de um lugar.

Voltando para o lote de Humberto, sobre a divisão em *mangas*, esse é o meio de se fazer uma manutenção dos pastos além servir também como controle do gado e facilitar na hora de aplicar vacinas e de negociar o gado. É uma prática comum na região encontrar gado de *ameia* tal qual como no lote de Humberto. O gado de *ameia* é um gado cujos lucros e despesas são divididas entre o dono dos bois e o dono do pasto<sup>64</sup>.

Assim Humberto tem direito à metade do dinheiro conseguido com a venda das cabeças e em troca dá o pasto em condições para o gado engordar ou ser bem alimentado para ter bastante leite. Também os bezerros que nascerem enquanto o gado estiver no pasto de Humberto devem ser ou divididos (por exemplo, dos quatro bezerros nascidos no lote de Humberto dois ficaram para ele) entre o dono e Humberto ou o dinheiro obtido com a venda deles divide-se. O dono dos bois é responsável por arcar com o sal e as vacinas

---

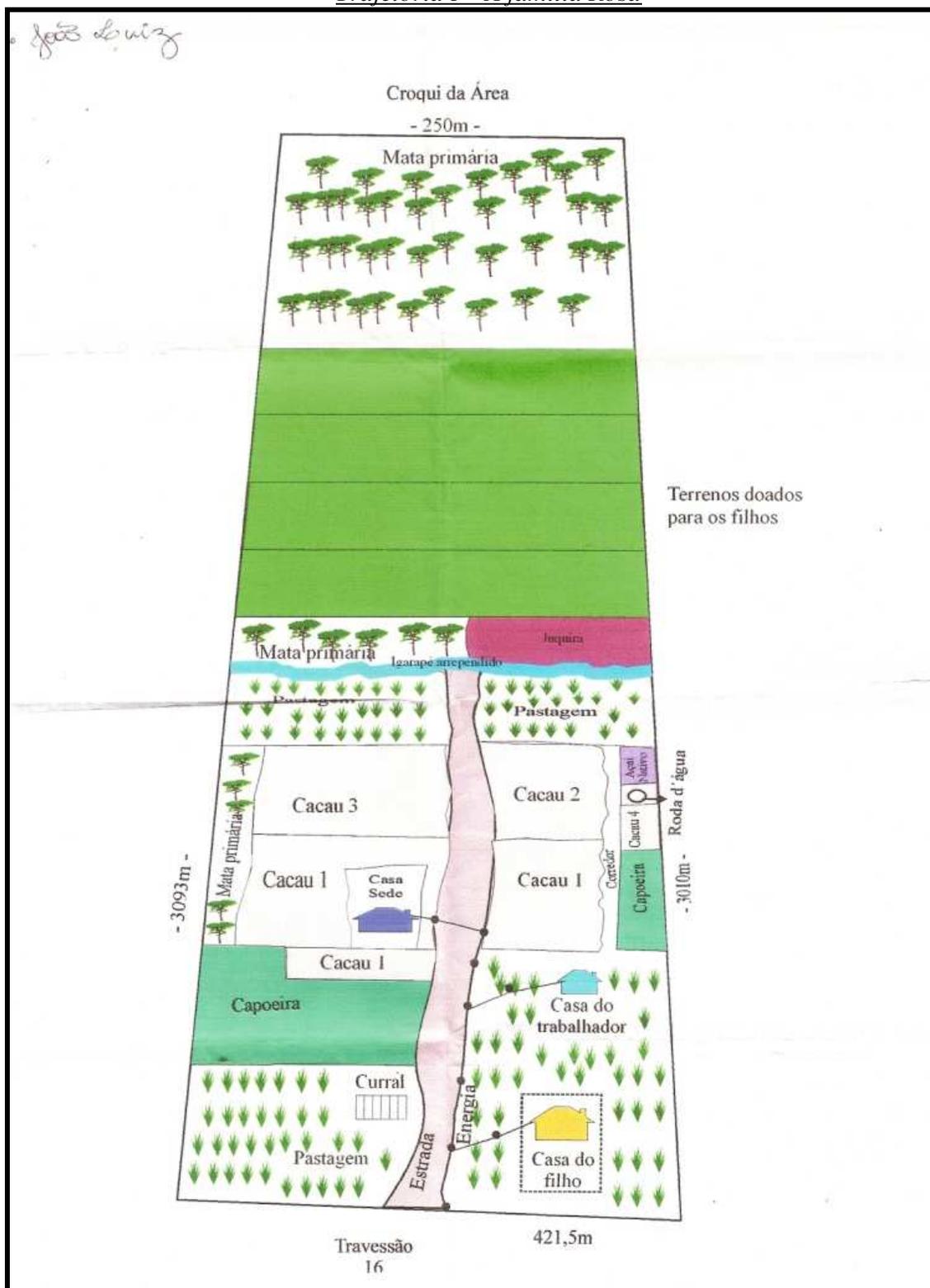
<sup>64</sup> No fim do capítulo essa forma de criação será melhor discutida na análise geral das estratégias desses moradores.

garantindo a saúde do gado. Humberto ainda tem algumas cabeças que são do pai e de vizinhos e estão lá para engordar ou cruzar ou para serem trocadas por outras cabeças.

Essa trajetória se torna diferente das outras, pois o objetivo do lote está todo na criação de uma fazenda para a criação de gado, gado esse que é vendido vivo para abate em frigorífico. Assim o desenho obtido e a paisagem que se quer estabelecer é de uma área produtiva, rentável, de trabalho, deslocada de qualquer relação com a mata com a terra ou com princípios de conservação. Ao contrário a paisagem é da mais pura adequação às necessidades imediatas e ao pleno controle sobre o espaço e os usos destinados à ele.

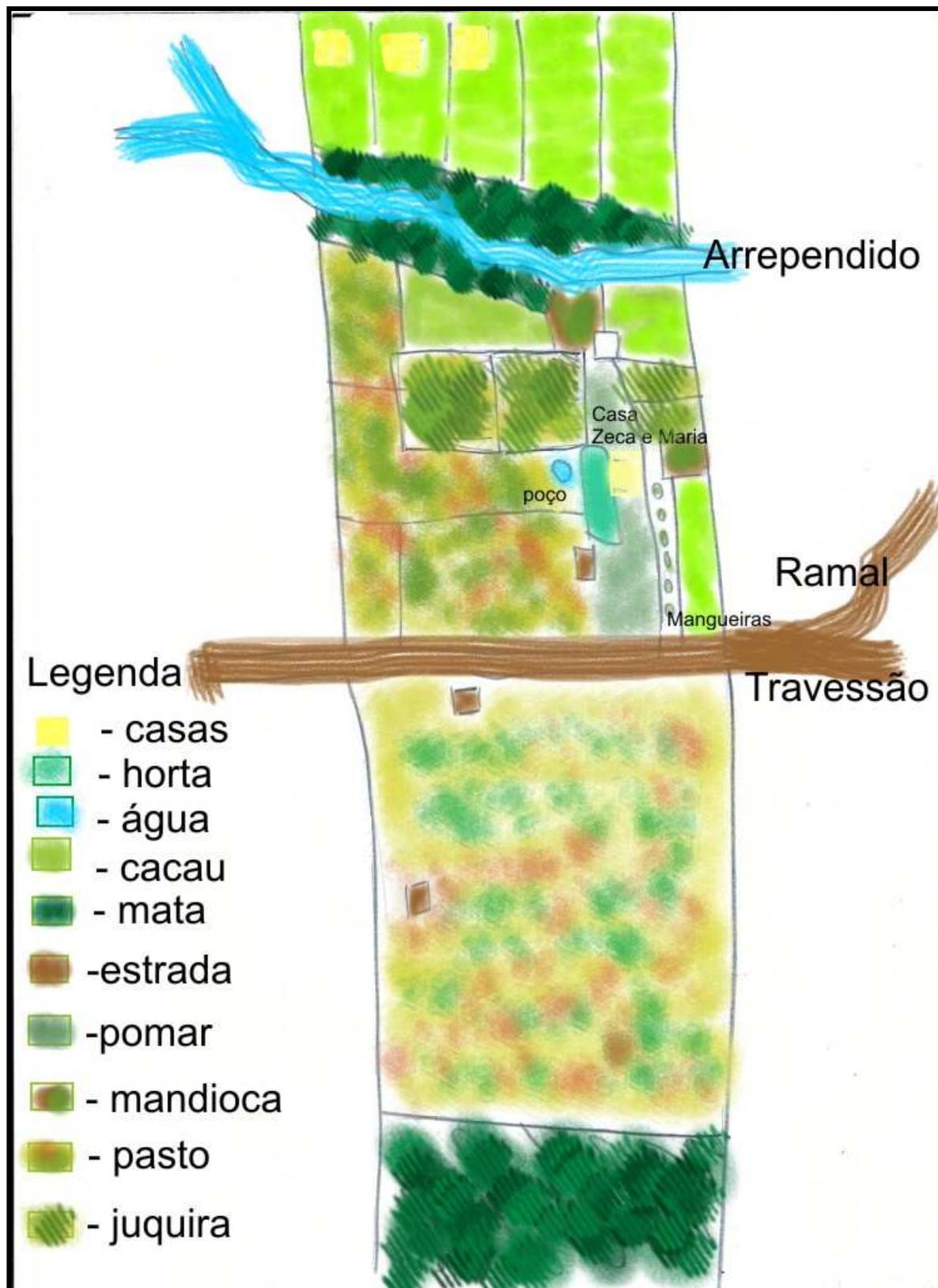
Diferente de preocupações encontradas no lote da família Amaral, Humberto não tem filhos e por isso não está dividindo o lote entre várias opções que podem atender às necessidades futuras da família, nem planta *lavouira branca* em seu lote. Ao contrário prefere ajudar no lote de seu pai que sendo *colono* aprendeu a trabalhar assim, gado e *lavouira branca*, e assim dividir um lote onde há alguma produção para o consumo e seu lote exclusivo para a renda.

*Trajatória 5 - A família Rosa*



**Ilustração 3** - Lote de João Luiz e Julia Rosa.

Fonte: Materiais de campo 2008



**Ilustração 4** - Lote de José Acácio (Zeca Pazinha) e Maria Rosa  
Fonte: Materiais de campo 2008.

Numa manhã de sábado, no início de julho, chegavam no lote de Seu Zeca Pazinha vários parentes. Seus cunhados, suas cunhadas, sobrinhos, primos, tios e amigos, genros e noras, todos vinham para a festa da família Rosa. Era a oitava festa da família Rosa, a próxima planejada para ser no Ceará, em algumas das cidades onde moravam as irmãs de Dona Maria Rosa, sua esposa. Logo que cheguei avistei Seu João Luiz, cunhado de Zeca Pazinha, que logo veio me cumprimentar e me apresentar a todos os presentes. Junto com ele estava Elinete, sua filha. Algumas semanas antes eu havia estado no lote deles, vizinho do lote de Seu Zeca Pazinha.

A festa da família Rosa já se tornou tradicional para a *comunidade* do *travessão* e acontece anualmente para celebrar a união da família que mesmo longe (alguns ainda moram no Ceará e outros “espalhados” entre Brasil Novo e Altamira) ainda mantêm um relacionamento estreito. Todo ano a festa muda de lugar, sendo que a cada ano uma das irmãs ou irmãos a sedia em seu lote. Neste ano de 2008 a festa estava sendo realizada na casa de Zeca Pazinha e no fim da festa haveria uma reunião para decidir o local da próxima festa, havia um burburinho de que ela deveria ser no Ceará assim não só os parentes de lá viriam conhecer a Transamazônica como os novos membros da família poderiam conhecer o Ceará. O ritmo da festa era sempre o mesmo, a família Rosa, muito católica, começava a festa com um café da manhã e uma missa que era seguida de um almoço que se estendia pelo dia afora.

Amigos de Altamira e Brasil Novo também vinham para a festa. João Alberto, que me hospedava em Brasil Novo, havia sido convidado, por ser amigo das filhas de Zeca Pazinha desde o colégio. Eu também havia sido convidada por Seu Zeca Pazinha e por Seu João Luiz, já que eu era uma pesquisadora interessada na história dos *colonos* e da região e acharam por bem me apresentar as pessoas de quem eu contava a história. O “cenário rural”, como diziam brincando comigo as filhas de Seu João Luiz, era de muita alegria e muita comida. “Fartura e felicidade quase sempre andam juntas, ainda que essa fartura não seja um excesso, mas sim uma quantidade satisfatória de tudo na vida”, essa era a filosofia da família. Debaixo das mangueiras na entrada do lote de Zeca e Maria várias cadeiras e mesas dessas de metal dobráveis, bancos e mesas de madeira.

Para comer tudo que satisfizesse *os daqui* e os de lá. Churrasco com carne de boi e porco e carne de panela (de frango e bovina), arroz, salada de alface, tomate e cenoura,

refrigerante e cerveja e de sobremesa bolo de chocolate. Na entrada da casa uma flor de papel cujo miolo continha a foto do velho Rosa e sua esposa e as pétalas ao redor seus filhos. Os parentes de lá e os de cá contavam da vida lá e aqui, reviam amigos e faziam planos de visitas, passeios, trocavam favores e conversavam sobre necessidades de um e de outro. A festa era na verdade muito mais do que um festa, era o momento da família reavaliar toda sua estrutura, saber se todos estavam devidamente protegidos dentro dela e se a estrutura estava funcionando de modo a permitir que essa circulação de pessoas, informações e coisas continuasse. *Os daqui* mandavam presentes para os de lá, geléias, frutas, artesanato; os de lá traziam presentes para *os daqui*.

As irmãs Rosa que conheci Júlia, Maria e Luzia me apresentaram Rosa uma das irmãs mais novas e um dos irmãos que só me cumprimentou e foi logo conversar com outros parentes. Ao contrário dele as quatro irmãs passaram a tarde conversando e observando a família, felizes de saber que aquelas pessoas ali poderiam cuidar e olhar umas das outras. Seu Luiz, Zeca e Manoel, maridos de cada uma das irmãs, estavam igualmente felizes e apesar de não “carregarem” o sobrenome Rosa tinham entrado para a família Rosa e a “abraçavam” como sua. Como me disse Zeca Pazinha, “matuto escolhe por família”, e parecia mesmo que a escolha pela esposa estava ligada a relação que se estabelecia com a família ou as tradições da família (mesma religião, mesmos valores, mesmos hábitos, mesmas práticas, mesma relação com a terra). E pelo que pude perceber a relação deles é muito mais forte com a família das esposas do que com suas famílias de origem de quem quase não se ouviu falar durante as entrevistas e conversas.

No fim da tarde, Seu João Luiz veio sentar-se ao meu lado para conversar. Quando conheci Seu João Luiz ele foi logo me falando que tinha sete filhas e dois filhos, que uma das filhas morava longe e um dos filhos morava no lote e que eu deveria ter visto a casa dele que estava no alto do morro, no começo do lote. Perguntei de onde Seu Luiz era natural, e ele me respondeu serenamente que era natural de Altamira, que na verdade era nascido num pequeno povoado perto de Salinas (norte do PA) e depois havia vindo para Altamira em 1947. Seu João foi contando então que quando chegou em Altamira trabalhava numa *roça* perto da cidade e em 1958 quando a mulher Júlia chegou do Ceará logo se apaixonou por ela.

Ela havia vindo com o pai, Seu Rosa, sua mãe, irmãos e irmãs e alguns tios e primos em função de um boato sobre a construção de uma estrada e a distribuição de lotes num projeto de colonização. Vieram muito antes do PIC começar, ainda em 1958, “fugindo da seca no Ceará que estava terrível”. Havia um boato sobre a construção da estrada e colonização da região no entorno de Altamira. O pai de Julia veio com toda a família tentar “pegar terra” e fugir da seca. Quando chegaram a paisagem era completamente outra, chovia o tempo todo.

Logo conheceram outros moradores da região e as filhas casaram-se com “naturais da terra” que saberiam como cuidar delas por terem maior conhecimento do lugar. A escolha do Seu Rosa para o casamento das filhas era preferencialmente por “naturais da terra” pelo fato de entenderem do “jeito do lugar”, já para os “naturais da terra” casar com os de fora traria certo prestígio além de aumentar a área das redes sociais das quais participava. Segundo Zeca Pazinha outra razão era porque matuto escolhe o casamento por família, na *roça* pelo menos era assim, já na cidade é tudo diferente. Zeca Pazinha é cunhado de João Luiz e Júlia Rosa, casado com Maria Rosa. Nasceu em Gaviãozinho, que dista 13 km de Altamira. Ele e Maria Rosa tiveram 12 filhos (3 homens e 9 mulheres sendo que duas delas são gêmeas e uma é religiosa) e tem 22 netos (14 moças e 8 rapazes).

Os Rosa e as famílias dos então genros “passaram a formar uma só família”. A união da família se reflete na disposição dos lotes, distribuídos ao longo de um *travessão*, inclusive sendo João Luiz e Júlia Rosa vizinhos de Zeca Pazinha e Maria Rosa, e também de Manoel Lima e Luzia Rosa. Seu Rosa, então, se antecipando ao governo tencionava abrir um lote e depois pedir a legalização “quando o governo chegasse”. Junto com ele alguns outros haviam vindo. Dona Júlia dizia que muitos do Maranhão e do Ceará chegaram nessa época em busca da fartura da floresta, fugindo da seca que assolava a vida deles. As notícias sobre a região chegavam através de parentes e conhecidos, vindos para Altamira no tempo da borracha e que voltavam para o lugar de origem ou mandavam notícias aos parentes falando das possibilidades que existiam no Pará para se ganhar dinheiro.

No Ceará se contava sobre um lugar no Pará de terras roxas<sup>65</sup> que ficava perto do igarapé Arrependido. O cenário que viram quando chegaram à Altamira era uma divisão

---

<sup>65</sup> Terra roxa é como se designa a terra de um tom vermelho escuro, considerada muito fértil.

bem marcada entre ricos e pobres. Firmes no propósito de abrirem um lote numa terra roxa saíram da *Bethania*<sup>66</sup> e foram até a *Pioneira*<sup>67</sup> seguindo por uma estrada que deveria ser usada como base para a Transamazônica. A partir da pioneira foram abrindo uma picada na mata até chegarem ao Igarapé Arrependido, lá começaram a limpar o terreno e estabelecer os lotes. Junto com mais 31 famílias vieram demarcar suas terras antes da chegada do INCRA, foram só os homens, que começaram as derrubadas, a plantação, e cercaram os lotes para comprovar a ocupação e garantir aquela terra quando começasse a demarcação de lotes<sup>68</sup>. Queriam escolher pela qualidade do lugar. Somente quando a estrada começou alguns anos depois é que as famílias vieram.

Zeca Pazinha conta que um dia os 32 homens estavam nos futuros lotes cozinhando quando ouviram um barulho e viram uma flecha atingir uma árvore. No mesmo instante juntaram o que podiam e saíram correndo pela picada por onde vinham até o local. Ouviram barulho de gente correndo na mata e ouviram gritos. Sabiam que eram índios que estavam naquela região. Os Araras que tem uma reserva em Medicilândia, cidade vizinha a Brasil Novo, costumavam habitar toda aquela região assim como os Xipaias e Curuaias que já eram conhecidos dos moradores de Altamira e alguns até já viviam nos arredores da cidade. Nunca souberam que índios eram aqueles, mas contaram que ficaram semanas até terem coragem de voltar para aqueles lotes.

Os lotes que foram sendo abertos ficaram numa área onde hoje está o *travessão* da 16/14 e sua maior porção ficava na gleba 16. Porém como o formato do lote não se encaixa perfeitamente com o modelo do INCRA o lote foi levemente deslocado e eles ganharam o

---

<sup>66</sup> A Bethania é uma propriedade da igreja católica, que fica na área rural mais antiga de Altamira e que é ponto de encontro para várias *comunidades* da região. Foi importante na formação de vários movimentos sociais dando-lhes subsídios, informações e locais para reunião. Ela fica num *ramal* (estrada vicinal que leva à área rural de Altamira) conhecido como Taboca, que é um dos mais antigos. A enorme área da igreja serve como centro de retiro espiritual e também durante anos abrigo para os que chegavam à região e auxílio para os moradores das áreas rurais do entorno. Num passeio por Altamira percebe-se que essa é uma área de ocupação antiga e bastante consolidada. Numa rápida olhada em imagens de satélite seriadas anualmente que registrem a área do *ramal* da Taboca é possível perceber que a área mudou seu uso, de plantação de *lavoura branca* para quase a totalidade de pastos, mas que ela tem ocupação antiga.

<sup>67</sup> A Pioneira, como explicado antes, é uma pequena vila que conjugava aqueles que pioneiramente haviam enfrentado a mata e *limpado* uma área para estabelecer suas fazendas e lotes. Por ser o ponto mais distante de Altamira e por marcar o limite entre a civilização e a floresta ganhou esse nome.

<sup>68</sup> Interessante se notar aqui como a idéia de uma “terra liberta” era presente nessa estratégia de Seu Rosa e seus genros. A transformação da floresta com a *formação* do pasto, plantação da *lavoura branca* e cercamento da área é que demonstrariam a posse, definida pela ação humana sobre o espaço da floresta. Musumeci (1997) ao falar sobre a idéia de “terra liberta” toca nessa questão já que a colonização espontânea à qual ela se refere parte dos mesmos princípios.

título da propriedade quando começaram a fazer o projeto de colonização. Até aquele momento as mulheres e crianças estavam na *Bethania*. Quando o INCRA chegou “bagunçou” toda a demarcação que as 32 famílias haviam feito, porém deixou que escolhessem os lotes que corresponderiam, mais ou menos, à área já demarcada, deixando com que escolhessem qual lote queriam dentro da mata.

Nessa época, Zeca Pazinha conta que já casado com Maria (casou-se em 1962) trouxe os seis filhos (o mais novo com seis meses) e a mulher com ele para o novo lote, agora oficialmente demarcado<sup>69</sup>. Saíram da *Bethania* (Altamira, distante uns 8 km do núcleo urbano) no dia 13 de junho (dia de Santo Antônio) e chegaram no dia 17 de junho em Brasil Novo (lote), num percurso de 40 km aproximadamente. O prefeito de Altamira na época, João Pezinho, ajudou e incentivou a empreitada para a demarcação dos lotes.

O lote já tinha começado a ser *limpo* e lá plantavam *lavoura branca* e também criavam gado, galinha e porco para a despesa. Seu João Luiz casou-se com Júlia e foi morar no lote, de um lado de Seu João se estabeleceu seu cunhado Zeca Pazinha casado com Maria Rosa, e outro lado ficara Seu Manoel (conhecido como Manuel Duba) que havia casado com Luzia Rosa. Seu Rosa foi morar num lote próximo à Pioneira, mas de fácil acesso ao lote dos genros. A família permaneceu no lote desde então. Todos os três cunhados moram no lote até hoje, todos os três compraram outros lotes, todos os três abandonaram a *lavoura branca* a não ser para a despesa e adotaram o cacau e o gado como produtos. Todos têm um pomar, um galinheiro, uma horta e um jardim ao redor da casa. Todos têm filhos que moram no lote (tanto na casa dos pais quando solteiros como em outras casas quando casados) e também na cidade. Todos dividiram seus lotes entre os filhos e filhas.

João Luiz e Julia Rosa tiveram sete filhas e dois filhos. Chegaram e se estabeleceram às margens do Igarapé Arrependido quando o governo começou a construir a rodovia. Houve uma grande migração para a região e a idéia do governo era “casar gente de todo canto com gente de todo canto”, mas segundo ele houve resistência dos migrantes em

---

<sup>69</sup> Interessante notar que apesar de Zeca Pazinha e Maria não dizerem sua data de nascimento contam o ano de seu casamento, 1962 e Maria conta mal chegara nos vinte anos. E sabendo que logo nos primeiros anos do PIC os lotes de Zeca Pazinha e João Luiz foram entregues podemos dizer que em 10 anos nasceram os primeiros seis filhos de Zeca Pazinha e Maria, uma média de um filho a cada dois anos. Média essa continuada pelos próximos 10 anos quando nasceram os demais seis filhos do casal (uma gravidez de gêmeos) até o fim dos anos 80.

se “misturar” sem que fosse com conterrâneos do mesmo estado. Diferente do que havia acontecido com a família Rosa as famílias que chegavam por causa do projeto não queriam morar perto de pessoas que não fossem do mesmo estado ou região que eles e casamentos também eram realizados apenas entre pessoas do mesmo estado. Muitos trocavam lotes para ficarem perto de parentes e conterrâneos.

Sabendo do meu interesse sobre a região Seu João Luiz foi me contando as mudanças que aconteceram desde que eles foram para o lote deles. Sobre a questão dos casamentos que “misturavam” as pessoas ele usa exemplos da sua família para mostrar como aos poucos as pessoas de diferentes estados foram casando entre si. Uma de suas filhas Elinete casou-se com um paranaense que havia vindo fazer obras na região, hoje ela mora no Paraná com o marido e eles têm uma filha. Essa situação era improvável nos primeiros anos do projeto na região, pois as pessoas procuravam formar grupos familiares ou de conterrâneos e casarem-se entre si, poucos se casavam com paraenses (“naturais da terra”) ou com pessoas vindas de outros estados que não o seu. Essa divisão se acirrava pois as pessoas eram trazidas e deixadas nas casas da agrovila. Como a quantidade de famílias trazidas era maior do que a de casas construídas muitas famílias moraram juntas numa mesma casa de quatro cômodos. E quanto mais parecidos os hábitos e costumes mais fácil seria a convivência, por conta disso muito trocavam de casa para que a convivência pudesse ser um pouco mais fácil e para que hábitos alimentares e algumas vezes religiosos pudessem ser mantidos.

Comparando ainda mais o começo do projeto e hoje disse que não se percebe os sotaques como quando começou o projeto. Os filhos de João Luiz e Júlia Rosa se consideram paraenses e se casaram com gente que é filha (o) de gente que veio de todo canto. Isso só foi possível porque perceberam que sem a solidariedade entre as famílias não seria possível sobreviver na região. Pium, malária, dificuldade, lama, enormes distância e quase nenhuma assistência fizeram a solidariedade chegar e as pessoas se unirem, e as *comunidades* dos *travessões* tiveram seu começo. Os filhos dos casamentos que aconteceram a partir dessa época se reconhecem como paraenses da Transamazônica e são “naturais da terra”, são *os daqui*.

Durante a conversa sobre os casamentos e a vida na região, lembrei-me de devolver o “desenho” do lote de Seu João Luiz e Julia Rosa feito no computador que eu havia

emprestado para levar até a cidade e tirar um Xerox. A partir daí ele já mudou o assunto da conversa e foi contando como seu lote no *travessão* da 16, onde plantam cacau, e onde estive alguns dias antes, estava bonito. Esse é o lote original que o INCRA delimitou assim que começaram a construir a estrada. Além desse lote João e Júlia têm uma gleba de 560 hectares mais à frente que está dividida entre os filhos, mas que ainda não foi derrubada.

Todos os filhos de João e Julia estudaram ao menos até o fim do colegial. O filho mais velho e algumas filhas também terminaram a faculdade. No tempo em que os filhos estavam em idade escolar compraram uma casa em Brasil Novo que facilitava a continuação do estudo já que na agrovila só estudariam até a quarta série (hoje quinta série do ensino fundamental). Os filhos foram criados com a venda de produtos obtidos com a *lavoura branca* (arroz, milho, mandioca e feijão que no caso do consumo incluíam abóbora e amendoim) e também pimenta. Foram alimentados com esses produtos também, além da criação de suínos, bovinos e galinhas. A criação de gado que inicialmente era destinada ao consumo passou a complementar a renda da família e um tempo depois começaram a plantar cacau. O cacau substituiu a pimenta quando começou uma praga que matava os pimentais, com duas vantagens significativas: maior preço de venda, e pela característica de ser um plantio perene enquanto a pimenta tinha características quase de um plantio anual.

No primeiro dia em que estive no lote ao qual Seu João Luiz se referia, estavam ele, Julia, as filhas Elinete e Francisca e o filho Jurandir participando durante toda a entrevista contando “os causos do lugar” e rindo junto com os pais sobre as histórias do lugar. João Luiz disse que “a região quando chegaram os migrantes era o cangaço”, cada um por si e Deus por todos. Só era bem tratado quem era conterrâneo. “O governo dizia que tinha exterminado o cangaço, acontece que na verdade ele mudou de endereço. Tinha um preconceito doido, preconceito até com as crianças”. As festas, quando havia, eram quermesses em homenagem aos santos e algumas festas de folclore, mas as pessoas que participavam delas ficavam separadas em pequenos grupos.

O pai de Julia levava a família para as festas e assim como ele João Luiz levava sua família. Reconhecer quem era quem era fácil, pela roupa, pelo sotaque e pela arma que carregava. Dizia ele: “Os baianos não andavam sem seu facão, os cearenses andavam com sua faca e os mineiros estavam sempre com o 38 na cintura”. Segundo ele os jogos de futebol e a missa eram os únicos momentos em que havia alguma confraternização. Nos

domingos aconteciam os jogos de futebol e eram deixados na beira do campo as armas, e os times divididos por estados.

Nos anos 80, algumas coisas começaram a mudar; além do governo que se tornou mais ausente (por certo abandono do projeto a partir de então), a igreja começou a organizar as *comunidades* e a partir delas uma maior convivência entre os *colonos* e conseqüentemente uma maior organização das pessoas para fazer demandas ao Estado. A família de João Luiz e Julia acha que muito se ganhou com essa organização da sociedade. Citando como exemplo a questão da energia, demanda antiga dos *colonos*, eles dizem que ela só chegou até os lotes pela insistência dos pedidos dos moradores da região e da organização que conseguiram para fazer essa demanda, mesmo assim ela só chegou em 2006. Os *travessões* ainda não foram totalmente atendidos com a energia e alguns ainda esperam por ela, mas sem a mobilização de todos e a união por uma causa comum nunca teriam conseguido.

Essa convivência e organização de *colonos* que começou, segundo a família Rosa, nos anos oitenta ajudou a unificar as demandas, mas na escala particular os lotes continuaram a ter sua dinâmica própria dada por cada família que o ocupava e usava. Os desenhos dos três lotes refletem bem essas particularidades e as diferenças de estratégias de cada um dos três cunhados. Seu João Luiz, assim que foi comentado sobre a feitura de um desenho do lote trouxe um desenho feito no computador por uma aluna do curso de Agronomia da Universidade Federal do Pará (UFPA) que fez estágio no seu lote.

O melhor presente que já deram a Seu João foi esse desenho. Ele foi feito ao fim do estágio a partir de um rascunho feito pela aluna e por Seu João que andaram o lote todo durante um dia registrando os detalhes do lote para que saísse quase igual a realidade. Seu João ficou satisfeito com o resultado e diz para todo mundo que aquilo é como uma foto do lote.

Já Seu Zeca Pazinha preferiu me ajudar a desenhar o lote, e conforme ia falando eu deveria ir desenhando e ele direcionando os traços fazendo o Arrependido ser mais ou menos sinuoso, aumentar ou diminuir a área do cacau, ou o tamanho do pasto. Por fim Seu Manoel apressado fez um rápido desenho no chão e logo em seguida apagou preferindo que eu tomasse notas daquilo que ele contava.

Os dois desenhos têm muitas semelhanças e algumas diferenças. Começando pelas diferenças está a forma pela qual Seu João e Seu Zeca dividiram o lote entre os filhos. Seu João (figura 3), separou efetivamente uma área de sua propriedade para isso, enquanto que o desenho de Seu Zeca (figura 4), apesar de mostrar ao fundo as três casas de seus filhos próximos às áreas de cacau não delimita que aquele seja efetivamente os espaços de cada um. Há na realidade um uso comum do espaço do lote pelas famílias. Também Seu Zeca preferiu constituir as áreas de *roça* ao redor da casa (que são representadas pela *juquira* na área pintada bem próximas da casa), além de fazer do pomar do lote a área da entrada construindo como que uma alameda de mangueiras e outras árvores cercando o caminho até a casa.

Já Seu João construiu sua casa afastada da estrada. Como ele foi limpando o lote e plantando *lavoura branca* escolheu ficar mais próximo do meio do lote de onde teria acesso fácil a qualquer uma das extremidades. Outro fator que contou foi a proximidade ao Igarapé Arrependido de onde pegavam água para beber e onde se lavava roupa e louça e se tomava banho. Assim com o passar do tempo e a diminuição no preço dos produtos obtidos com a *lavoura branca* Seu João foi aumento a criação de gado e as áreas de *juquira* foram transformadas em pastagem.

Quase na mesma época o cacau veio ganhando espaço tanto de financiamentos do governo como na equação entre a renda obtida, o trabalho despendido, e a adaptação às condições de transporte de produtos na região. Seu João começou a plantar cacau e a limpar novas áreas para esse fim sempre da forma como havia feito antes. *Brocava* a área, plantava *lavoura branca* e junto com ela mudas de cacau. A *lavoura* fazia sombra para as mudas de cacau. Depois da colheita da *lavoura branca* (no caso de Seu João, arroz, feijão, milho e mandioca) o terreno era aos poucos *limpo* e as mudas de cacau cresciam até começarem a produzir.

Assim Seu João foi formando a área de cacau que tem hoje. E mesmo o gado, que havia sido sua primeira opção em substituição da *lavoura branca* passou a segunda opção depois da chegada do cacau e do bom retorno da relação renda/trabalho. Com o dinheiro que juntou comprou a casa na cidade para os filhos estudarem e a gleba que vai dividir entre os filhos. Apesar de ser uma área ainda não *formada*, ou seja, está na mata ainda, pode ser de grande serventia aos filhos, é a herança de João e Júlia para os filhos.

Conhecedor da região, Seu João escolheu a área pela localização (por ter cursos d'água, ter estrada bastante trafegável) e pelas condições do solo e a qualidade da mata. A qualidade da mata diz muito sobre um terreno segundo ele, uma mata de qualidade só ajuda o dono da terra dando-lhe alimento e fertilizando a terra.

Já Zeca Pazinha que na verdade chama-se José Acácio Barbosa (ganhou esse apelido graças a uma corcunda que desenvolveu nesses anos por causa do esforço físico) começou a plantar cacau em 1977 quando começaram muitos outros na região. Planta nativa<sup>70</sup> e com possibilidades de venda parecia uma boa opção e foi mais ou menos nessa época que passou a criar gado para vender além do gado para a despesa. Até esse momento vivera da produção de *lavoura branca* para a despesa e para gerar renda.

A vida no lote nunca fora fácil e segundo Zeca e Maria o que os ajudou muito foi a mata e seu conhecimento dela. Havia muita caça, muita fruta, muita mata. O casal estima que somente um terço dos que vieram com o PIC continuaram na região. Atribuem o abandono de muitos ao desconhecimento sobre o lugar, e também ao fato de poucos tinham coragem para enfrentar a mata. Para eles sua sobrevivência foi graças à mata e são muito gratos à floresta pela fartura que pôde manter à eles e sua família.

Os locais onde estão o pasto no lote de Seu Zeca também são as áreas da parte da frente do lote, que são exatamente as áreas que foram primeiramente *limpas*. Próximo da casa também se vê o curral dos bois, na verdade da casa avista-se o curral, pois assim como os outros animais os bois devem ficar “à vista”<sup>71</sup>. A *roça* mais nova é plantação de mandioca que fica bem ao lado da casa. Depois de colhida a mandioca, a área vai ser deixada para virar *juquira* e a área atrás da casa já com *juquira* será novamente *brocada* para o plantio de arroz, feijão e mandioca.

Importante dizer que o desenho de Seu Zeca inclui não apenas um, mas dois lotes que fazem frente um para o outro e são separados pelo *travessão*. O lote onde está a casa de Seu Zeca (figura 4, pg 85) é aquele situado na parte de cima da figura 4 antes da estrada e é o mais antigo. O outro lote comprado há mais de dez anos de um *colono* que desistiu e

---

<sup>70</sup> O cacauzeiro (*Theobroma cacao*) é na verdade uma árvore que se encontra por toda a floresta tropical úmida. Ela já era conhecida e utilizada pelos astecas e maias para se fazer uma bebida sagrada que mais tarde, reelaborada pelos espanhóis se transformaria no nosso chocolate.

<sup>71</sup> Ter a criação “à vista” é para eles uma forma de manter o controle sobre ela, mais do que isso é uma forma de verificar se não falta nenhuma cabeça de gado, se todas as galinhas estão no poleiro. A preocupação com o sumiço ou a morte da criação está no cerne da escolha por abrigá-los “à vista”.

voltou para a terra natal é o lote que fica na parte de baixo da figura 4, após a estrada. O lote mais novo estava quase todo *aberto*<sup>72</sup> e foi praticamente só conservado. A opção por comprar esse lote foi a criação de gado que estava se tornando uma criação mais para renda do que para consumo “e era muito”, pois havia também gado dos filhos, era necessário mais pasto.

Por fim, é interessante notar que onde há a passagem do rio é a única área em que não houve “abertura” e a mata está conservada. Essa situação demonstra uma relação de Seu Zeca com a terra que passa pelo conhecimento de que a água precisa da mata ao redor para não secar. Nessa área há vários pequenos caminhos que conduzem ao fundo do lote e também levam a pedras onde se lava roupa, além do lugar onde os animais bebem água. No lote de cima, no entanto, o uso do lote é padrão com os 80% como *pasto limpo* e consolidado e o fundo correspondente à área de preservação.

O fato desse lote já estar quase consolidado quando de sua venda fez muito a favor dele. Seu Zeca achava que o fato de precisar de um lote e seu vizinho ser um homem cuidadoso oferecia grandes possibilidades de negócio e ajudaria seus filhos que criavam o gado no pasto junto com o gado do pai. O trabalho em família seguia apesar de Seu Zeca ser o único morador do lote a possuir muito gado. Os filhos que moram no lote plantam cacau e têm algumas cabeças de gado, alguns outros que não moram no lote são os donos do restante do gado. Das filhas uma é freira e, portanto não participa da divisão do trabalho no lote e também não ocupa nenhuma área com criação ou produção para ela, mas sempre estão lá nas férias e ajudam nas tarefas do lote. Outra filha casada mora no lote com o marido, tem cacau e *algum gadinho*<sup>73</sup>.

O ritmo na casa de Zeca e Maria é todo mundo trabalhando até mesmo as crianças. Mesmo pequenas elas ajudam a colocar a mesa e varrer a varanda junto com outras pessoas e assim ajudam no serviço da casa e aprendem. Maria Rosa, além do trabalho na casa, costura e faz artesanato para vender. O trabalho da casa e da *roça* era sabido por todos. Os

---

<sup>72</sup> Abrir um lote é desmatá-lo ou brocá-lo. A diferença está no tempo verbal e na referência espacial. O primeiro se refere a espaços pequenos ou grandes e o segundo ao lote como um todo. É possível *brocar* um lote, ou *brocar* uma área, ou abrir um lote, mas não se diz que um lote está brocado e sim que está aberto. O aberto tem uma relação próxima com a limpeza do lote e a tirar a mata e deixar a terra pronta para o plantio. Esse termo também tem outro qualificativo para o lote um lote pode estar aberto, porém não necessariamente está formado, ou seja, ele já foi desmatado, mas não há um pasto ou qualquer outra plantação consolidada dentro do lote.

<sup>73</sup> Ter *algum gadinho* é uma forma de dizer que se tem uma média de 6 a 24 cabeças o que caracteriza uma criação para o consumo e algumas cabeças para a venda.

homens iam para a *lida* todos os dias e as mulheres semanalmente para ajudar a roçar, na colheita, para bater feijão, arroz e mandioca. As mulheres lavavam, passavam, coziam, cozinhavam, cuidavam dos filhos. Os homens ajudavam com cuidado dos filhos quando fosse preciso. Segundo Seu Zeca “a melhor riqueza de alguém é a família. Minha mulher é minha vida e ela é bonita para os meus olhos até hoje e vai ser sempre. O amor fala mais alto que tudo na vida.”

Voltando agora para o lote de Seu João (figura 3, pg 84), vemos que há além da casa de Seu João e de seu filho Juarez a casa de um trabalhador. Que o entorno da casa é o local onde está a plantação de cacau e que a mata está disposta em vários lugares do lote, concentrada ao fundo, depois da área reservada para os filhos. Outra coisa interessante é a diferença que se faz entre capoeira e *juquirá*. A capoeira é a área que tem características mais de campo do que de floresta, uma clareira. Essas características naturais ligadas a uma limpeza superficial criam um espaço de vegetação baixa, mas diferente do pasto com uma vegetação que caracteriza o *pasto sujo*, ou seja, onde há além da grama outras plantas.

Já a *juquirá* representa aquelas áreas que já foram *brocadas* e que estão sendo deixadas para tornarem-se mata novamente após um uso da área por um tempo determinado. Assim Seu João diferencia a área da pastagem que está sem cuidados e a área abandonada após o uso. Essa distinção se dá pela diferenciação, e delimitação que Seu João faz de cada espaço de seu lote como é possível ver pelo desenho do lote feito no computador (figura 3, pg 84). Exatamente a paisagem que representa o lote para Seu João.

Ainda olhando essa imagem é possível perceber que o lote tem um formato retangular assim como os outros, porém objetivamente esse formato está mais para um trapézio. Seu João Luiz sabe que há essa diferença e a representou no desenho, mas para ele o que importa era que a forma retangular é a base para esse desenho. Pode não ser um formato perfeito e as pessoas sabem que nem sempre é, no entanto sabem que não se distancia muito de um formato padrão em toda a região. Reproduzem um formato nos moldes da organização e regulamentação feita pelo INCRA. Esse é uma racionalização da realidade que evita indeterminações e faz com que o pensar e planejar o uso do espaço possa ser feitos com menos dificuldade.

Importante dizer que o fato de Seu Zeca e Seu João terem dividido o lote igualmente entre os filhos não assegura que não haja questionamentos sobre os usos e o trabalho feito

no lote hoje. Por isso ao invés de estabelecerem áreas individuais para pasto nas propriedades eles designam uma área coletiva de pastagem e cada filho sabe quais as suas cabeças e cuida delas e das de seus irmãos. Ao deixar a área de pastagem coletiva evitam o questionamento dos filhos sobre quais as áreas destinadas a eles: se ficam muito no fundo do lote, se ficam muito na frente, se ficam no meio sem acesso direto, se estão numa área de brejo ou numa área seca, por ter um capim menos vistoso, por ser recebido um pasto que estava mais sujo. Assim evitando dividir o pasto e fazendo com que todos usem e cuidem de todas as áreas faz com que saibam o valor de cada área dentro do lote. Tal como colocam a área de pastagem como coletiva as áreas de cacau ficam delimitadas pelo número de árvores possíveis de serem plantadas numa determinada área. Usando um raciocínio lógico, lugares diferentes onde é possível plantar o mesmo número de pés de cacau têm áreas iguais. Esse é um cálculo muito comum e utilizado na divisão do espaço físico<sup>74</sup>.

Semelhantes à essas estratégias de uso e ocupação do lote de João e Zeca, Manuel e Luzia também tem cacau, gado e *lavoura branca*. Seu Manoel tem uma história muito interessante. Ele veio do Ceará em 1953, trabalhar no seringal de Antonio Meireles – um conhecido e quase lendário seringueiro da região – conta que no inverno trabalhava na lancha (transportando a borracha, a castanha e as peles de gato maracajá) e no verão cortava seringa na sua colocação. Em 1971 foi para seu lote na 16. Conheceu a família Rosa em Altamira, eram conterrâneos, e logo se casou com Luzia.

Seu Manoel me falou que a produção no lote “para comer para escapar dá, mas para a despesa não” (entenda-se que essa despesa a que ele se refere aqui é a manutenção da casa como um todo, o que inclui as despesas com sal, açúcar, fósforo, velas, roupas, óleo e outras necessidades básicas de uma casa). Sobre a produção no lote disse que todos na região produziam *lavoura branca*, perguntei sobre o porquê do nome, respondeu-me que era por causa da cor dos alimentos, todos brancos ou claros (o arroz já tem um grão claro, a mandioca também é clara, mas o feijão se refere à massa do feijão e à massa do milho).

Seu Manoel e Dona Luzia tiveram 11 filhos, todos eles estão vivos e todos estudaram. Chico (Francisco) é mais velho e chegou á 16 com nove anos. Brasil Novo só

---

<sup>74</sup> Assim como Seu João esse cálculo pelo número e árvores e áreas correspondentes é utilizado pela família Amaral.

tinha uma grande serraria. Ele e o irmão Manuel estudaram na agrovila até a quarta série. Depois os dois foram para Brasil Novo terminar os estudos, como começaram atrasados na escola fizeram supletivo no colegial e depois entraram na faculdade em Altamira. Chico fez letras; Manuel, agronomia.

Suas irmãs assim como eles foram para Brasil Novo e logo depois para Altamira, Vera, Dalva e Marluce fizeram pedagogia. Os irmãos todos estavam na casa dos pais por esses dias esperando para a festa da família Rosa e passando férias. Dona Luiza não queria muita conversa, não gosta de falar do passado, e ficou quase o tempo todo na cozinha e Seu Manoel estava apressado para ir à cidade tinha assuntos urgentes para tratar lá.

Seus filhos me cercaram na sala e me questionaram sobre a minha pesquisa. Eu fui a pessoa entrevistada. Na sala chamou à atenção a quantidade de fotos (do casal, dos filhos, dos netos), folhinhas e imagens de santo (em especial folhinhas com suas imagens que mesmo depois de passado o ano do calendário permaneciam na parede por devoção) que estavam pregadas ou penduradas na parede. Nas casas das irmãs de Luzia também tinham fotos, mas bem mais espalhadas e em menor quantidade que as da casa de Luzia. Depois de respondida todas as perguntas sobre o porquê da minha ida à região os filhos de Manuel e Luzia me contaram sua versão sobre a vida na região.

Contaram que do final dos anos setenta até o fim dos anos oitenta veio muita gente do PR, ES, RS. Muitos queriam ficar no *travessão* da 10 que tinha água e muitos *pioneiros* ainda moravam lá. Os que chegavam nessa época (anos setenta) eram diferentes daqueles vindos na primeira onda migratória do início dos anos setenta. Muitos desses primeiros *colonos* vinham de estados da região nordeste, trazidos pelo governo ou vindos por causa de boatos contados por parentes e conhecidos sobre a riqueza da região, muitos desses foram embora ou foram para a cidade. Na segunda onda migratória vieram pessoas mais estruturadas, normalmente pequenos agricultores que vendiam suas terras no seu lugar de origem e traziam o dinheiro para compra do lote na região e para estruturar a propriedade.

Segundo eles os *travessões* que mais deram certo foram os que tinham mais pessoas da mesma região. As diferenças de práticas, de hábitos e de tradições geram, na opinião deles, diferentes formas de ser vizinho, de ser parente, de trabalhar. Porém, a origem dos problemas de hoje está numa ordem diferente daquela ditada pela região de onde vinham as pessoas. “Quando o gato pari dentro do forno é gato, não é pão”. Portanto não dá para ser

“paraense da gema”, especialmente sendo filho de cearense. Paraense da Transamazônica é outro tipo de paraense.

Para eles as diferenças culturais e de tradição que foram trazidas se perderam por serem muitas matrizes em um espaço muito plural e muito dividido, e principalmente por não se “misturarem” desde a vinda dessas pessoas. No entanto, acham que por ter se tornado uma região agropastoril há hoje festas regionais que agregam: os rodeios e as festas do cacau. Segundo os filhos de Manuel e Luzia a “mistura” ainda está em processo, citam como exemplo a festa da família Rosa: Há carne de todo bicho, de todo jeito; para os cearenses há sempre a carne cozida e para *os daqui* há o churrasco. Outro exemplo, Brasil Novo é uma cidade rural; as pessoas moram na cidade até, mas elas trabalham no lote e esse é mais um ponto de identificação dos moradores.

Quando perguntei sobre os *colonos* disseram que “eles eram mais ou menos como uma categoria em extinção”, que estava sendo substituída pela nova geração que não era mais de migrantes, mas também não era de “paraenses como outros paraenses”. Havia uma identificação entre as pessoas que se refletia em gostos comuns como a música e na escolha produtiva (o gado e o cacau).

Outra possibilidade que a leitura desses desenhos oferece é a relação que cada um estabelece com o lote. O uso e ocupação do espaço estão diretamente relacionados a esse simbolismo da terra e do trabalho rural que concerne a cada um dos entrevistados. Pensando a partir dos desenhos de Seu Zeca Pazinha e Maria Rosa, eles moram no lote e trabalham nele. Todos os filhos e filhas casaram-se e continuaram na propriedade. Dentro dessa propriedade há um terreiro e um quintal que é herança de uma prática que Dona Maria aprendeu com sua família no Ceará. Ao dispor no entorno da casa os elementos utilizados no dia-a-dia se facilita o trabalho e no caso de Dona Maria faz com que o local ganhe ares de familiaridade. O lote é uma reprodução dos sabores que Dona Maria sabe serem familiares, abóbora, quiabo, pimenta, mangas, todos eles plantados como uma “herança” da família Rosa. Seu Zeca também compactua nessa criação de sabores familiares tendo sempre a mandioca plantada para virar farinha e conhecendo as frutas da mata que alimentaram a família quando chegara e a alimentam até hoje.

Portanto, começar a estabelecer uma relação com o lote a partir de elementos da região de origem era uma forma de findar a migração, transformar aquele espaço em um

lugar significado e assim possibilitar uma leitura local. Sendo o lote o primeiro espaço com o qual os recém-chegados se relacionavam era nele que as primeiras intervenções eram feitas. Feita a mudança, era necessário organizar a casa para que ela ganhasse os contornos de um lar novamente, partindo daqueles elementos conhecidos que marcassem uma relação de familiaridade.

Um novo lugar, um lugar desconhecido, que precisava ganhar contornos de coisas e práticas conhecidas para que uma relação pudesse ser estabelecida. Modificar a paisagem pode ser dar um sentido a ela e promover um pensar sobre o espaço. A paisagem pode deixar de ser um espaço, um pedaço de chão, para ser um lugar, mas para que isso aconteça algo nesse lugar tem de ter significado e possibilitar uma leitura que oriente ações, deslocamentos e um pensar sobre ele.

Essas relações de pertencimentos que são marcadas no espaço físico e social não são novidades à teoria antropológica. Já em etnografias clássicas como a de Evans-Pritchard sobre os Nuer (1993) aparece a importância de se ter uma leitura antropológica do espaço. Num dos capítulos do livro o autor faz uma longa análise do ritmo anual da vida Nuer e as marcações que as estações do ano operam. O interessante é como essas marcações carregam também leituras sociais sobre os fenômenos naturais, e o espaço. A paisagem passa a ser constituinte da dinâmica daqueles sujeitos aos quais Evans-Pritchard se reporta.

Voltando ao local deste trabalho, é importante ressaltar que o próprio projeto de colonização autorizava os *colonos* a utilizarem seus lotes como bem lhes conviesse, sendo que inicialmente havia a prescrição à criação de animais que não para consumo próprio. Porém essa liberdade pretendida pelo INCRA criava também armadilhas, já que reproduzir integralmente o lugar de origem nem sempre era possível. A mudança no regime de chuvas, as diferenças de solo e até a falta de infra-estrutura dificultaram para muitos essa estratégia. Como contam os moradores da região muitos de seus vizinhos foram embora porque não conseguiam viver tendo na memória os elementos de familiaridade que lhes faltava na Transamazônica.

A não adaptação e o abandono dos lotes como aconteceu em muitos trechos da região estudada teve uma forte relação com essa impossibilidade de se criar qualquer relação com o lugar. Claro que isso também supõe que a não relação e o não pertencimento são diferenciais entre aqueles que abandonaram o projeto e aqueles que se tornaram

*colonos*. A partir de um olhar atento sobre os desenhos conjugados com as conversas tidas durante a confecção dos mesmos é possível perceber que há uma relação de pertencimento e uma narrativa sobre o lugar. Sem esses dois elementos dificilmente os *colonos* ou seus filhos estariam na região. Ter uma narrativa sobre o lugar seja ela formatada através das dificuldades enfrentadas, ou do trabalho realizado resulta em trajetórias que dão significação ao espaço, transformando-o em lugar e criando uma paisagem familiar.

Em todos os desenhos, todos os usos e delimitações feitos nos lotes não são escolhas aleatórias. Elas conjugam conhecimento e oportunidade. Voltemos à família Amaral que criava gado no Espírito Santo antes de chegar à região. Eles conjugaram o conhecimento que tinham na lida com o gado com a oportunidade de financiamento e mercado para a venda de leite e carne bovina. E adotando um produto local – o cacau – passaram a conjugar as duas atividades. O cacau, assim como a pimenta (que plantaram durante algum tempo e do qual hoje restam só alguns pés num extremo do lote), foram estratégias de aliar conhecimento sobre o trabalho na terra, com produtos que tem valor de mercado, e que estando adaptados à região ofereceriam menos riscos.

Já em relação ao lote de Zeca Pazinha podemos pensar algumas mudanças na relação com o lote e com uso que é feito dele. Natural da região o conhecimento do lugar ajudou-o a orientar o uso que não se relacionava apenas a uma tradição de trabalho com a terra, ele expressa através de seu lote uma relação afetiva com o lugar. Para ele e sua família que moram no lote até hoje há que se utilizar a terra para que dê frutos e que sustente o homem, mas há que saber aproveitar a fartura que a própria natureza dá. O lote está quase todo ocupado, o que deixa pouco espaço para a mata. Porém, na narrativa sobre os primeiros anos no lote o conhecimento da mata figura como o principal instrumento que possibilitou a manutenção de toda a família.

Segundo Dona Maria Rosa, sua esposa, a caça e as frutas complementavam a alimentação constituída basicamente por *lavoura branca*. Mesmo o pequeno trecho de mata nativa é uma opção de utilização que é muito mais afetiva do que uma imposição legal. A mata é a lembrança daquilo que os alimentou enquanto a agricultura ainda não tinha gerado alimentos. Mantê-la é uma forma de agradecer à floresta e manter a lembrança viva. Porém, para eles o quanto deve ser mantido dessa mata é uma decisão que deveria caber a eles que tem relação com aquele lugar.

Em todos os três lotes da família Rosa a opção de uso da terra recai na criação de gado, plantação de cacau, e *lavoura branca* para consumo. A escolha pelo gado e pelo cacau se deu pelo conhecimento do cultivo e também pelos financiamentos e mercados disponíveis para os produtos. O lote de Zeca Pazinha foi utilizado durante muitos anos só para a produção da *lavoura branca* que tanto alimentava a família como era vendida na cidade. Para ele o lote não é só um local de produção e trabalho, ele é também um espaço de lazer e expressão de afeto.

Essas expressões de afetividade são vistas na entrada do lote que é formada por uma fila de mangueiras enormes que sombreiam o caminho até a casa e afastam um pouco a poeira da estrada. Escolhas que Maria fez no intuito de refrescar o entorno da casa. A casa também é cercada de elementos que trazem lembranças aos seus moradores: flores, o pomar com as frutas que gostam<sup>75</sup>, um terreiro que é usado nas festas. As escolhas de Zeca Pazinha e Maria Rosa recaem sobre uma utilização do espaço que conjugasse tanto o ambiente de moradia como o de trabalho, a pequena produção para o consumo e a para a venda, os elementos que fazem parte de sua história e de seus hábitos. Zeca Pazinha e Maria Rosa assim como João Luiz e Júlia Rosa e também Manoel Lima e Luzia Rosa conjugam o lote enquanto espaço de moradia e trabalho.

Já quanto ao desmatamento não há garantias que as estratégias produtivas dos *colonos* sejam as responsáveis diretas, há que considerar outros fatores que levariam a uma discussão que não faremos nesse capítulo. No entanto, faz parte das questões que identificamos nesse capítulo um elemento que se relaciona diretamente ao aumento do desmatamento na região. Ele está associado nessa pequena amostra a uma estratégia produtiva que tem se mostrado como segura nesses últimos 20 anos, o gado.

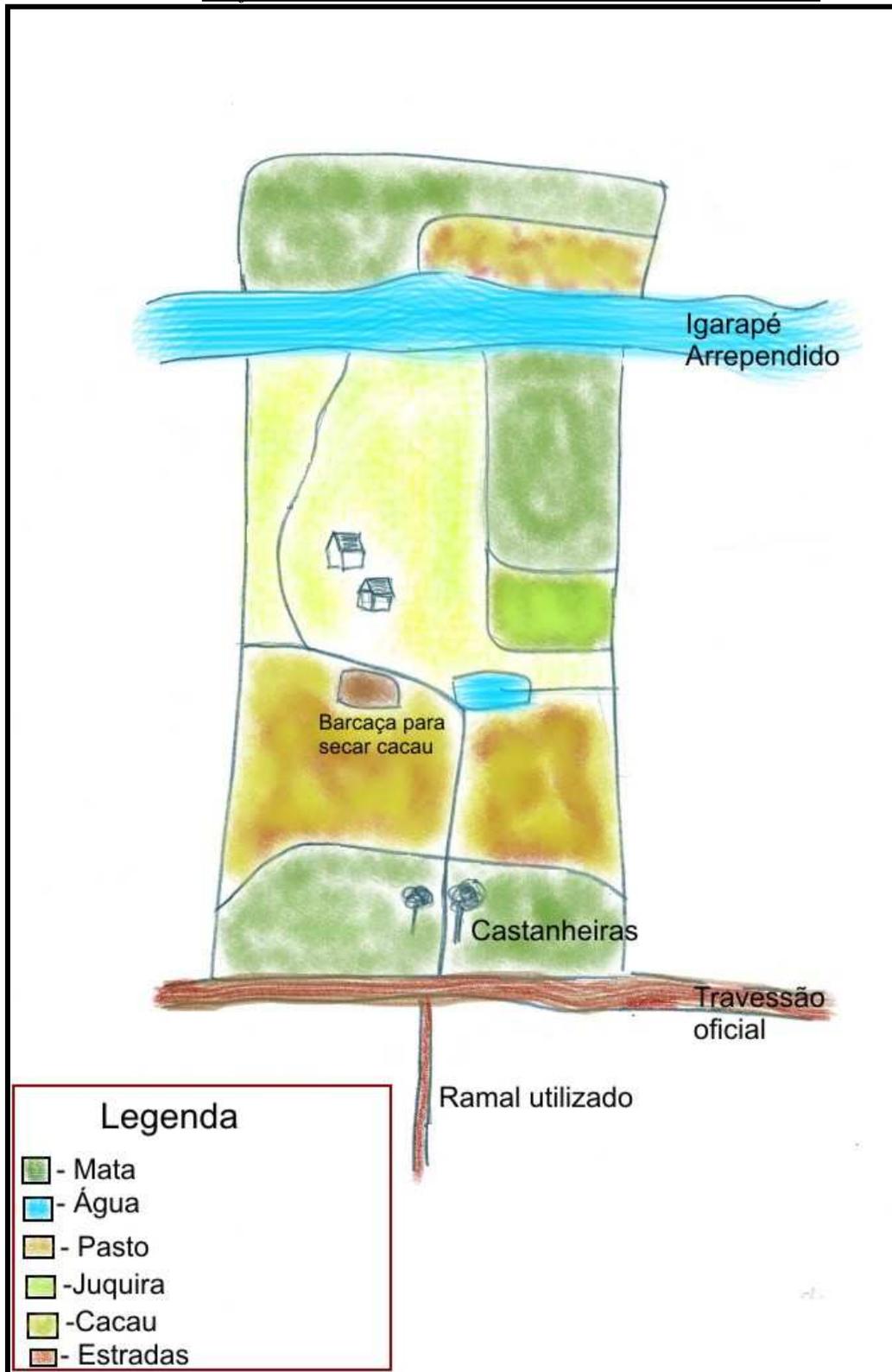
A transformação da floresta em pastagem guarda consigo dois benefícios para os *colonos*. O primeiro deles é que afasta a floresta, afastando também a idéia de um ambiente inóspito deixando em troca um espaço que é socialmente significado e controlado: o pasto. Aliado a isso estão as facilidades em se conseguir financiamentos para o gado, o custo baixo da produção – já que o gado é criado solto – e a possibilidade de reverter o número de cabeças em uma poupança. O gado além de oferecer alimento pode também ser vendido em momentos de necessidade e segundo nossos interlocutores *sempre tem preço*.

---

<sup>75</sup> Há mangas principalmente, laranjeiras, jabuticabeiras, coqueiros, entre outras.

Uma inferência possível dessas comparações é que a relação entre as pessoas e a terra pode gerar estratégias e se refletir no espaço físico de forma diferente. Como resultado mudanças sociais, ou seja, mudanças na forma pela qual as pessoas se relacionam e pensam o entorno, podem promover também modificações na paisagem. O lugar como o cenário onde se dão as ações e os deslocamentos das pessoas é diretamente afetado pelos significados e práticas que as orientam.

*Trajétoria 6 - Na cidade e no lote: João Alberto e Lucia*



**Ilustração 5** - Lote de João Alberto.

Fonte: Material de campo 2008.

João Alberto e Lúcia moram em Brasil Novo. Hoje moram na cidade apesar de terem muita ligação com o trabalho na terra. Lucia é paulista e João Alberto é maranhense. Conheceram-se em Brasil Novo, *já moços*, namoraram algum tempo e casaram. Foram meus anfitriões em Brasil Novo e sem eles essa pesquisa não teria conseguido muitos de seus resultados.

João chegou ao Pará bem novo e sempre trabalhou na agricultura. “Eu só estou aqui por causa de um corte no pé” contou ele sobre o porquê de estar em Brasil Novo. Estava trabalhando como empregado em uma fazenda na região do *km 85*<sup>76</sup>, ele e mais alguns limpavam um terreno. Durante o serviço cortou o pé e teve de ir para Altamira se cuidar. Nesse meio tempo, até se recuperar, ele conseguiu um emprego em Brasil Novo. Tinha 16 anos, e Brasil Novo ainda era uma agrovila, não tinha quase nada. Enquanto estava trabalhando por lá terminou o colégio e fez um curso técnico. Ficou trabalhando em empreitadas e trabalhos na *roça* durante cinco anos até que surgiu a oportunidade de trabalhar na Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac)<sup>77</sup>.

No começo dos anos 80 conheceu Lúcia e casou-se com ela em 1984, no ano seguinte em 1985, nasciam seus filhos gêmeos Karoline e Thiago. Nessa época, já na Ceplac ele foi designado para trabalhar em Medicilândia que tinha uma demanda maior por assistência em vista do maior número de *colonos* que plantavam cacau. Brasil Novo e Altamira também tinham seus cacauais, mas o gado ocupava maior espaço dentre as opções de uso do lote. Aos fins-de-semana vinha ficar com Lúcia.

Lúcia havia vindo com a família de São Paulo por volta de 1977/1978. Em São Paulo haviam trabalhado em muitas fazendas em colheitas de vários produtos, mas depois que chegaram à Brasil Novo ela e a família fizeram alguns serviços na *roça* e arranjaram trabalho na cidade e aí então se estruturaram. Como a cidade era pequena e tinha carência em serviços, João e Lúcia abriram uma padaria quando seus filhos ainda eram crianças. Desde então seus três filhos e eles trabalharam na padaria. A freguesia que atendem é

---

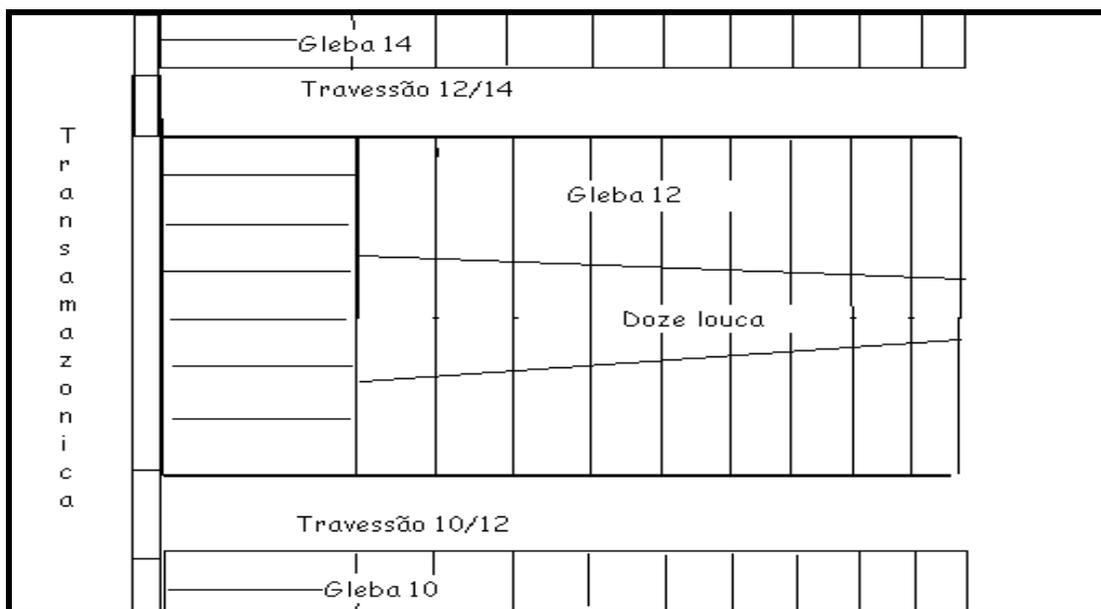
<sup>76</sup> A forma de identificar vilas ao longo da Transamazônica dificilmente é feita por nomeação, ao contrário ela é dada pela distância em quilômetros de Altamira. Assim há vilas e pequenos povoados no km 30 (que é conhecida como Pioneira), e no km 85 entre outras.

<sup>77</sup> Órgão federal que foi criado para oferecer suporte ao cacau, especialmente na Bahia e hoje oferece assistência técnica e pesquisa sobre cacau no país, e apesar de ter atuação mais forte na Bahia vem resistindo nessa região – é um dos poucos órgãos federais que trabalha só com um produto.

formada por vizinhos e conhecidos na maioria, e é só chegar à Brasil Novo e perguntar pela padaria da Dona Lúcia que se consegue chegar lá.

Seus filhos mais velhos já terminaram a faculdade e Thiago casou-se em 2006 com Elisângela. A família de Elisângela mora em Altamira já a algumas décadas e eles se conheceram quando Thiago e Karoline foram para lá fazer faculdade. Thiago e Elisângela têm uma filhinha chamada Júlia nascida em 2008. Karoline após terminar a faculdade foi para Belém fazer um curso de especialização em sua área e Lucas começou a faculdade agora e trabalha diariamente na padaria com os pais.

João trabalha na Ceplac até hoje e ajuda Lúcia e os meninos na padaria. Ele sempre gostou do trabalho com a terra, gosta de trabalhar na Ceplac e procura sempre melhorias para o cacau na região. Nesse envolvimento com a região por causa do trabalho na Ceplac passou a juntar dinheiro para também ter seu lote. Sempre trabalhando como empregado nunca tivera uma terra sua. Há dez anos ele comprou um lote na doze louca e tem paixão por ele. Quando pela primeira vez me contou sobre o lote ainda em 2005 fiquei confusa sobre como era esse *travessão* “novo” que cortava lotes e ligava o *travessão* da quatorze e da doze. Com paciência e bastante animado fez um desenho no caderno de campo que eu levava, que é representado abaixo:



**Ilustração 6** - Croqui da doze louca.  
Fonte: Caderno de campo 2005.

Quando comprou o lote era pasto e um fundo de mata, que ele conserva até hoje, segundo ele um típico lote de Brasil Novo conjugando gado e mata. Já o pasto ainda está um pedaço lá, quase uma *juquira* e um pedaço foi limpo para plantar cacau. O cacau já está produzindo bem, e esse cacau complementa a renda da família que é formada pelo salário de João e a renda da padaria da Dona Lucia. Assim como outros moradores da região planta *lavoura branca* (arroz e feijão) e algumas árvores frutíferas (cidra, coco, algumas outras frutas nativas) para o consumo. No restante do pasto tem um gado só para o consumo e algumas galinhas.

Há no lote duas casas de moradores que cuidam do lote para João, um deles está lá desde que o lote foi comprado e é solteiro, e o outro que também está lá desde há muito, é casado, mas sem filhos. Dentro do lote também passa o igarapé Arrependido. Este igarapé banha quase todos os lotes da gleba 14, no *travessão* da 14/16 e alguns lotes do *travessão* da 10/12 do lado da gleba 12, atravessa a Transamazônica também e banha alguns lotes da 15/17, do lado da gleba 15. É com certeza um dos igarapés mais importantes da região.

A grande diferença do lote de João é a relação dele com aquele espaço. Caminhar pelo lote é caminhar por um lugar cheio de experiências com cacau para ajudar no trabalho de João e também muitas árvores de frutas que João gosta ou que ele tinha curiosidade em saber como era o pé ou os cuidados com a planta, uma dela é a cidra. Na frente da casa dos moradores alguns coqueiros que oferecem água de coco para aplacar o calor.

Um pouco mais acima está a área onde as sementes de cacau são deixadas para secar e um futuro tanque que servirá para as pescarias de João. Ele também se diferencia pela escolha que tenciona fazer, o lote para ele é o lugar onde ele quer envelhecer ao contrário da maioria das pessoas da região que vão para a cidade na velhice para ter acesso aos serviços de saúde.

O lote é ao mesmo tempo um local de lazer e um local de trabalho, e que virá a ser um dia de moradia. O trabalho do lote é um trabalho criativo e instigante já que ele é o laboratório a céu aberto onde João testa todas as diferentes possibilidades de trabalho com o cacau. A mata também é parte da “paixão” dele pelo lote. Desde que chegou lá deixou a área de pastagem ao lado se tornar *juquira* e cobrir todo o espaço ao redor do igarapé que passa nos fundos do lote.

Ele quer transformar aquele lote todo aberto em uma área de mata e com plantações arbustivas e que possam ser consorciadas com outras árvores como o cacau e o mogno. Quer realizar naquele espaço todas as suas idéias de uma paisagem de contemplação e paz, envelhecer perto daquilo que mais gosta.

### *Estratégias de vida e trabalho inscritas na paisagem*

Retomamos aqui as idéias que foram sendo formuladas a partir das trajetórias apresentadas e levantamos algumas questões acerca das estratégias que se colocam a partir da relação entre o que se vê no desenho e o que diz nas narrativas. A discussão pode ser começada a partir da questão sobre a moradia no lote e a moradia na cidade. Olhando novamente para o desenho do lote da família Amaral é possível perceber a existência de casas dentro do lote. Porém, a não ser o pedaço do lote doado ao vizinho com cacau, a antiga casa de Dona Maria hoje habitada pelo caseiro, e a casa de Mauro utilizada semanalmente, as demais casas só são utilizadas em épocas em que o lote demanda maior presença em virtude da colheita ou de algum outro trabalho.

A partir das trajetórias como a da família Amaral é possível perceber que os irmãos que ainda trabalham pedaços do lote da família ao dividirem seu local de moradia e de trabalho ganham um maior espaço no lote e até substituem o espaço da casa no lote por *roças* conjuntas que alimentam a unidade doméstica de cada um dos irmãos. A estratégia de separar o espaço de moradia e de trabalho tem por fim garantir uma maior área para cada irmão já que eliminando o espaço de moradia – constituído pela casa e pela área de seu entorno onde existe o plantio de hortas e pomares, o terreiro para fins diversos, o lugar para o tanque e o varal, e em alguns casos um jardim – elas podem ser substituídas por áreas de plantação ou de pasto.

Além disso a divisão entre local de moradia e local de trabalho tem por fim ampliar a extensão das redes pelas quais as pessoas circulam. A circulação vai além do *travessão* ou da agrovila até a venda de produtos na cidade. Ela se faz entre aqueles que estão no entorno do lote e também em todos aqueles que estão no espaço do deslocamento entre a casa e o lote. O acesso às informações e notícias e o deslocamento entre cidades e pela região através da rodovia se torna mais fácil. Estando mais próximos da prefeitura, do hospital, da escola e dos órgãos de fomento e assistência técnica as demandas e reclamações são levadas mais facilmente e os serviços públicos são cobrados de forma mais contundente. A escala da rede aumenta, e assim o vínculo com a terra como a provedora de sustento e de todas as necessidades também se desmancha para incluir a cidade e os deslocamentos como parte do ciclo de vida.

O fato de morar na cidade também dá acesso a várias facilidades como luz elétrica, acesso a postos de saúde e hospitais, escolas, mercados e a toda a malha viária regional que é por onde circulam as mercadorias, além de proporcionar a possibilidade de conviver com os moradores da cidade e de tomar conhecimentos dos movimentos sociais e *comunidades* (em especial as *comunidades* que se agrupam a partir da religião, sendo as mais comuns a católica, a protestante ou a pentecostal). Os filhos em idade escolar também se beneficiam ao terem um maior acesso a escola e serem incentivados a continuarem os estudos e dividirem seu tempo entre o lote e o estudo. Essa é uma das formas possíveis de se conjugar o espaço de moradia e o de trabalho, e também é uma das formas possíveis de se manter a área produtiva para um maior número de famílias sem que isso cause uma diminuição na renda gerada.

A alimentação continua a ser complementada com gêneros produzidos no próprio lote, tais como o arroz, o feijão, o milho e a mandioca. Inspirados em dados de campo de Garcia Junior (1990) sobre as formas de produção rural olhamos para os formatos e serventias dessa produção nesta situação de campo. É possível ver também na dinâmica da região uma produção para despesa e para renda. Porém, diferente do que acontece na situação exposta por Garcia Junior na maior parte dos casos a separação dessa produção se dá também entre os gêneros produzidos.

Assim voltando as trajetórias da família Amaral e da família Rosa temos a *lavoura branca* entendida como produção para a despesa enquanto que a plantação de cacau é para renda. No entanto é importante ressaltar que tanto em uma como em outra trajetória a *lavoura branca* já foi utilizada como estratégia produtiva que conjugava renda e despesa, mas que dada à queda de procura no mercado e de preços deixou de ser utilizada como uma produção que conjugassem duas opções produtivas.

Diferente da complementaridade dada pela renda (cacau) e despesa (*lavoura branca*) conciliadas dentro do espaço de trabalho está a criação de gado que em todas as trajetórias tem tanto sua conotação como renda (como gado de corte ou leiteiro), como enquanto despesa (carne, leite e derivados como componentes da dieta da unidade doméstica). Mesmo em casos tal qual o de Humberto e Regina Espezato em que o lote é dado como local de trabalho a produção do lote, ou seja, a criação de gado pode servir para a produção de leite e carne para consumo próprio. Temos então que diferente de uma

economia rural como aquela definida por Garcia Junior em que há dois tipos de produção dada – despesa e renda – e onde em grande parte dos casos renda e despesa são obtidos dos mesmos produtos, na região estudada essa relação pode se dada:

- Pelo mesmo produto (caso do gado e alguns produtos da *lavoura branca* quando necessária a complementação da renda);
- Por um produto exclusivo para renda que ocupe todo o espaço produtivo do lote (como no caso do cacau e do gado);
- Por produtos diferentes destinados a renda (cacau, gado, pimenta) e despesa (*lavoura branca*, aves, suínos, hortaliças, legumes e verduras).

Essa diferença da economia rural se reflete também nas diferenças entre a relação com o lote em que figura tanto a idéia de um local de trabalho como a idéia de um espaço que gera alimentos e pelo qual se tem respeito. Essa segunda idéia é muito mais próxima de relações com a terra relatadas em trabalhos como os de Brandão (1999) ou Woortmann (1997). O que se pretende ao elaborar argumentações como essa é que a dinâmica da localidade da qual falamos é não só particular, mas ela é particular por ser um mosaico de possibilidades de visões sobre esse uso da terra.

Retomando a família Rosa e as divisões que Julia e João Luiz fazem de seu lote é possível perceber como a permanência no lote e a idéia de continuidade da relação com a terra é premente para essas pessoas. O lote, e também a terra, entendida por essas pessoas não como um bem pelo seu valor enquanto bem imobiliário, mas como um bem no sentido de ser a forma pela qual essa família ganha continuidade, ganha condições de continuar a se manter e se reproduzir. A terra como provedora de alimentos e de renda como segurança de condições de alimentação, moradia e renda para a família.

A importância da terra enquanto suas potencialidades e não enquanto seu valor no mercado. Essa idéia do que vem a ser o lote para a família Rosa e também para João Alberto, e a relação que se estabelece com ela – que é vista a partir das divisões dentro do lote para os irmãos, as áreas comuns para produção de alimentos, as motivações para adquirir um lote – se distancia de outras visões possíveis sobre o lote. Em especial a relação que se estabelece entre o lote e Humberto e Regina Espezato. Numa escala que parte de um “afeto” (BRANDÃO, 1999) em relação à terra até a visão comercial da terra colocaríamos: João Alberto, Família Rosa, Família Amaral, Humberto e Regina Espezato.

Explicitando essa relação retomamos as motivações para obtenção do lote. No caso de João Alberto é a possibilidade de realização de um trabalho na terra que o motiva a comprar um lote. Motivação dada por um afeto com a vida rural, uma preferência por um sistema agrário onde prevaleça as possibilidades de escolha e diversificação na relação com a terra e seus produtos. Por isso mesmo escolhe um lote que já desmatado necessitaria de uma revitalização, de uma nova organização que colocasse em evidência a terra como centro do trabalho e não como local onde se trabalha. O lote de João Alberto é uma construção da paisagem de relação harmoniosa entre o homem e ambiente que é realizada pausadamente, através de uma idéia de tempo e espaço que ouve o tempo do plantar, colher, e renovar.

O tempo no lote de João Alberto é feito também do tempo do produto para renda, mas ele é muito mais o tempo para a despesa e o tempo para contemplação e construção da relação com o lugar. Isso fica evidente no fato do lote ser ocupado por uma área onde se planta cacau, uma área de lavoura branca, uma área de pasto cada vez mais diminuta, uma área de mata e uma área de *juquirá* deixada para que “a natureza” recomponha aquele lugar em mata novamente.

Se diferenciando um pouco da idéia de João Alberto, os membros da família Rosa estabelecem uma relação de afeto e distanciamento com a terra ao tornar mais forte a conjugação entre produção para renda, herança, produção para despesa e contemplação. A contemplação, aqui, diz respeito a uma idéia e uma atuação sobre (e no) o lugar que o considera como participante da ação: dando ou não bons frutos, fazendo crescer ou não os produtos, alimentando ou não as pessoas, tendo fartura ou não, castigando com intempéries ou dando benesses com o bom tempo, oferecendo uma beleza para ser admirada.

Essa contemplação ainda está nos relatos da família Rosa ao contar sobre a importância do Igarapé Arrependido em suas vidas, ao ter na memória a mata como a provedora dos alimentos e do trabalho e por isso o respeito por ela, ao trabalhar na terra como coadjuvante nos frutos que se vem a colher e ao passar isso aos filhos. No entanto, um pouco dessa harmonia é quebrada com a abertura de pasto e a divisão do lote como herança a ser repartida para os filhos. Também a opção de estipular um espaço maior para produção e moradia em detrimento de um espaço de preservação demonstra que para a família Rosa a relação com a terra passa também pelo seu aproveitamento enquanto bem

que pode ser rentável. O que diferencia essa família da família Amaral e de Humberto e Regina Espezato é que ela mantém como tradição a moradia aliada ao trabalho no lote. Com isso se reduz as redes pelas quais se circula, mas se fortalece a relação entre aquele que trabalha e seu local de trabalho.

Se tomarmos a moradia no lote como parâmetro se pode ver que a relação de contemplação expressa pela família Rosa vai se dissolvendo quando pensamos na família Amaral e depois em Humberto e Regina Espezato. Inicialmente podemos pensar que assim como a família Amaral divide seu espaço de moradia e trabalho também o fazem Humberto e Regina Espezato. A diferença está em como essa divisão é dada. Para a família Amaral morar na cidade é uma forma de manter produtivo o espaço do lote ao mesmo tempo em que ele é dividido pelos irmãos, prova disso são as casas ainda existentes no lote onde as unidades domésticas ficam nos momentos em que o lote demanda mais trabalho (como o tempo da colheita).

No entanto ao estender as redes pelas quais circulam distanciando o espaço de moradia e de trabalho se perde também a noção do lote como lugar de contemplação. A relação com a terra, apesar de ainda apresentar os resquícios do respeito e admiração que traz a família Rosa, se apresenta mais como meio através do qual se produz do que como meio com o qual se relaciona. Essa diferença se torna fundamental com relação ao espaço e as motivações para a existência da reserva legal. A reserva colocada no fundo do lote, num trecho mínimo expressa muito mais uma adequação a uma norma jurídica do que uma norma moral<sup>78</sup>. Ainda assim há o “canto” afetivo do lote, onde estão as lembranças sobre a chegada simbolizadas no açaí – como produto do lugar de chegada que alimentou – e a pimenta – como produto que deu a renda e como memória do trabalho e da relação com a terra no lugar de origem.

De certo, o que vai se evidenciando ao acompanhar as estratégias de trabalho, moradia, produção e uso da terra, são escolhas e posicionamentos frente às mudanças que acontecem no meio onde vivem essas pessoas. Antes de desenvolver essa idéia passemos para a questão da relação de Humberto e Regina Espezato com o lote. Na acepção deles, ele (o lote) é somente trabalho e distancia-se completamente do espaço de moradia, e não só

---

<sup>78</sup> A referência para pensar numa norma moral ou norma jurídica está no trabalho de Woortmann e Woortmann (1997) sobre a lógica e a simbólica da lavoura camponesa.

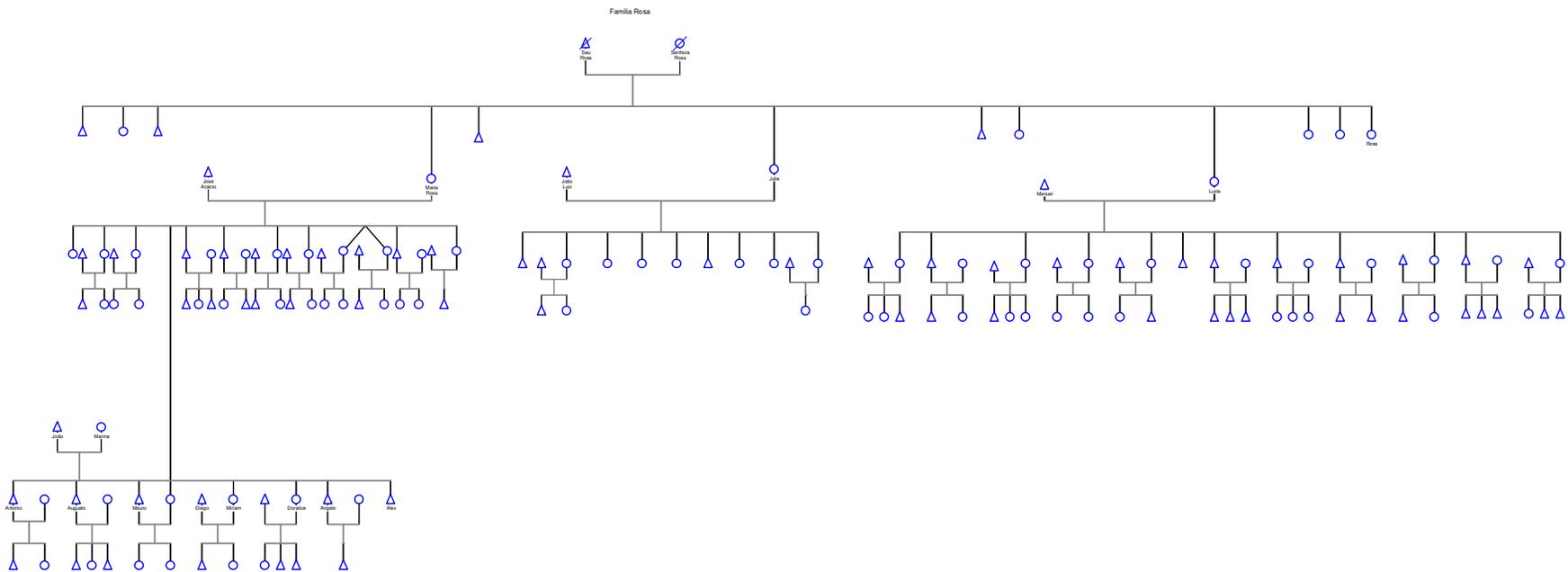
isso, perde-se completamente a idéia de contemplação tão cara às demais trajetórias. O espaço de moradia por excelência é a cidade e o lote é apenas o meio através do qual se obtém o rendimento da casa, sendo que Regina e Humberto têm outras fontes de renda além do lote.

Pode-se dizer até que a terra é apenas o meio onde se realiza o trabalho, mas na acepção de Humberto esse meio não se relaciona com ele. No entanto há uma idéia de respeito ligada à práticas de manutenção do meio como a arborização dos locais onde estão as nascentes, o que não mitiga a distancia entre a simbologia e relação apresentadas nas demais trajetórias e nessa. O lote é disposto de forma a atender às necessidade de seu dono e as escolhas produtivas feitas por ele, e não há nisso qualquer respeito ou qualquer relação estabelecida entre o homem e a terra. A terra é apenas a depositária das decisões, ela é o local de trabalho.

Essas quatro formas de se relacionar com a terra na verdade expressam as diferentes estratégias das pessoas no lugar frente às mudanças, às redes e às possibilidades que lhes são dadas. Nas quatro trajetórias a terra é o meio através do qual são baseadas todas as escolhas e ações e, portanto todas as estratégias. Ela é central nesse sentido ao acionar também diferentes estratégias e possibilitá-las. A relação com a terra enquanto contemplação, o lote como local de trabalho, a divisão entre local de trabalho e local de moradia, tudo isso passa pela paisagem que vai sendo desenhada nesse espaço de vida dessas pessoas.

Sendo assim o lote e por conseqüência seu desenho é a base para se resgatar as memórias e as estratégias que mantém ou se distanciam da terra criando uma idéia de rural que em si é plástica e diversa. Plástica por permitir que seja alterada ou modificada e diversa porque comporta várias idéias dentro de um mesmo espaço. O lugar que essas pessoas ajudaram a construir e as redes e relações que foram estabelecendo tem a plasticidade e a diversidade como características fundamentais. No entanto, não diria que essas duas características dão liberdade de ação aos sujeitos, ao contrário, ela dá liberdade de escolhas, decisões e ações dentro de uma gama de possibilidades ligadas à: 1.escala da relação de afetividade com a terra; 2.condições de manutenção e reprodução de si e de sua família.

Para reafirmar essa liberdade dentro da gama de possibilidades deixemos de lado por um momento a questão da terra e passemos a duas questões ligadas a ela: a herança e o parentesco. A herança e a idéia de terra como a que provém fica expressa na forma como a família Rosa e a família Amaral dividem o espaço de seus lotes entre os filhos. As duas famílias têm uma relação de parentesco por aliança, dada pelo casamento de uma das filhas de Zeca Pazinha e Maria Rosa com um dos filhos de Dona Marina. Ao mesmo tempo as heranças de cada família são diferentes. Abaixo um diagrama das relações de parentesco das duas famílias:



**Ilustração 7 - Diagrama de parentesco das famílias Amaral e Rosa**

Na família Amaral somente os irmãos puderam dividir o lote entre si enquanto às irmãs foi destinado o casamento e com ele amealhar uma herança da parte do marido. O bem valioso, a terra, oferecido aos irmãos era equilibrado com outro bem tão valioso quanto, os filhos, que continuariam a família e que somente as mulheres teriam. Para a família Amaral esse cálculo de compensação de bens portados pelos filhos e pelas filhas eliminaria parte das disputas sobre a herança (o lote) que se dariam somente pelos irmãos. No caso dessa família a disputa foi resolvida com uma parte da produção realizada em conjunto (para despesa e a utilização do pasto) e outra parte avaliada pelo número de pés de cacau de cada irmão que é igualado.

Essa concepção de herança supõe que haja não um acúmulo por parte dos pais, mas uma estratégia de aquisição de algo que daria aos filhos condições de vida. Essa mesma racionalização sobre o que é herança e as funções da terra está em parte presente nas estratégias da família Rosa ao se apresentar, nas narrativas dos três cunhados, a obtenção de lotes em número suficiente para todos os filhos. Diferente da família Amaral a compensação entre bens (a terra para os homens e os filhos para as mulheres) não está na estratégia da família Rosa e assim tanto homens como mulheres têm direitos sobre uma parte da terra da família. O direito está ligado ao fato de que aquelas pessoas são diretamente ligadas àquela terra e, portanto lhes cabe uma porção da mesma.

Essa diferenciação em relação à herança em parte é explicada pela própria relação de parentesco organizada e vivenciada pela família. Diferente do que acontece com a família Amaral, onde os irmãos constituem o núcleo familiar e os afins são distantes, na família Rosa os irmãos e também os afins, expressos nas figuras dos cunhados, são parte da família, incorporados no núcleo familiar. Esses dois modelos de concepção de família em que há um modelo fechado sobre as relações consangüíneas (Amaral) e um modelo mais aberto com a incorporação dos afins e consangüíneos (Rosa) se refletem na forma como o espaço é partilhado. Para as duas famílias a terra é um meio de garantir a continuidade da família (enquanto renda e despesa) e de manter a relação com o espaço de moradia e trabalho original dessa família. No entanto para a família Amaral ela é acessível a uma rede limitada de atores dados pelos filhos homens, enquanto que para a família Rosa ela é toda a rede de filhos, filhas e afins que são parte da família.

O importante a dizer é que nos dois casos a ação se dá dentro de uma idéia de que a sociedade se organiza a partir de famílias, que a terra é um bem precioso com qual se estabelece uma relação e do qual dependem, e que tendo esse valor simbólico ele é passado às gerações seguintes através de uma herança. Olhando para esse quadro é possível ver-se o leque de possibilidades de que falamos acima que é premido por essas idéias e práticas e onde a estratégia só pode ser dada conjugando esse leque com essas idéias e práticas. Assim as estratégias de vida e trabalho às quais nos referíamos são esses espaços de ação bastante complexos, onde há muitos contextos e situações que compõe os resultados que podem ser vistos. Por isso ao apresentar essas estratégias espera-se fazer eco às discussões colocadas no próximo capítulo sobre as categorias que ao longo do tempo foram sendo elaboradas a partir da relação com o lugar.

#### Capítulo 4 - “Nós somos os daqui!”: Os migrantes e seus filhos 40 anos depois.

Até o presente momento discutimos e apresentamos os dados de campo. Discutimos a forma de abordagem do campo e também as formas de análise do material colhido, apresentamo-los. Aos poucos o objetivo era construir a partir da etnografia as estratégias de vida e trabalho na região, despontadas a partir das escolhas feitas e das estruturas simbólicas e objetivas que orientava o conhecimento de vida prático das pessoas e suas famílias. Vimos que elas são colocadas dentro de uma categoria de pessoas nomeada *colono*, que alguns também são chamados de *pioneiros*<sup>79</sup>. Vimos que essas categorias atingem aqueles que efetivamente tomaram parte num projeto de colonização da região e que representam exatamente essa ligação e os objetivos embutidos nesse projeto.

Esperava-se que o próprio material etnográfico pudesse dizer se *pioneiros* e *colonos* seriam categorias imputadas a essas pessoas ou se seriam de auto-representação. Ser *colono* parecia ser uma forma de delimitar algumas características comuns que identificavam as pessoas da região e as diferenciava daqueles que não haviam tomado parte no projeto de colonização. Os *pioneiros* seriam aqueles que trariam essas mesmas características, mas que temporalmente eram anteriores aos *colonos*, ser *pioneiro* não excluía a possibilidade de ser *colono*, mas um *colono* não necessariamente seria um *pioneiro*.

Ser *colono* era ser um estrangeiro, um migrante, que havia tomado parte num projeto de colonização. Havia uma marcação temporal que caracteriza esse *colono* que era dada pelo começo do PIC e a criação da Transamazônica. Principalmente relacionava essas pessoas ao espaço agrário, ao lote rural, à produção de alimentos e produtos agrícolas. As trajetórias apontam mais para aspectos compartilhados, para uma situação e condição do que para uma identidade. *Colono* constituía-se como uma categoria, que caracteriza um determinado grupo de pessoas, mas não estabelecia para ele uma unidade cultural, social ou

---

<sup>79</sup> O termo *pioneiro* carrega uma extensa discussão sobre sua caracterização sociológica e que a diferencia de outras categorias como *colono*. Na busca por apresentar essa categoria colocaremos aqui sua definição local. O *pioneiro*, portanto, é aquele que chegou antes de alguma intervenção estatal ou algum projeto de colonização efetivo da região. Normalmente a figura do pioneiro é uma figura masculina, solitária ou acompanhada de um grupo de homens; as famílias pioneiras são mais raras. Porém, as características são as mesmas; aqueles que *se embrenharam no mato para amansá-lo*. A coragem, a determinação e a força física são suas características principais. A maioria dos pioneiros tem uma origem regional, vindos de local próximo ou então são aventureiros, vindos de muito longe. São aqueles que *abrem e limpam a terra* para a agricultura ou a pastagem, ou garimpeiros.

de parentesco que poderia remeter a uma identidade. Sendo uma categoria importante para se entender os moradores locais também não necessariamente abrangia todos os moradores da região. Os que estavam na cidade e aqueles que eram da região não eram *colonos*, tampouco *pioneiros*, mas não deixariam de ser parte daquele grupo.

Ao retomar com mais cuidado as notas de 2005 e compará-las com as de 2008 foi possível perceber que a *colono* também caracterizava uma necessária ligação com o lugar de origem e uma migração. Ao olhar para a forma pela qual *colonos* se reportavam aos seus filhos e como os filhos falavam de si percebeu-se que além dos *colonos* – que eram também cearenses, capixabas, baianos, gaúchos, mineiros e outros – havia uma mudança de categoria para os nascidos ou crescidos naquela localidade. Os filhos dos *colonos* não eram *colonos*, eram *os daqui*.

Vemos então uma segunda categoria social que não aparece explicitamente. Ela é usada para aqueles que depois de quarenta anos de ocupação do território se sentem parte dele. É o retrato de uma categoria para explicar quem são aqueles que nascidos na região são filhos da terra, mas também são filhos de baianos, cearenses, capixabas, gaúchos, mineiros e outros. É uma categoria que tenta explicar como se sentem aqueles que vieram desde o fim dos anos sessenta de vários lugares do país e que escolheram aquele lugar como seu lugar de moradia. É uma categoria que engloba os que sendo paraenses ou moradores desde criança não são os paraenses naturais, pois são aquela mistura característica daquele entorno da rodovia completamente costurado como um patchwork de costumes, hábitos, sotaques, linguagens, práticas e relação com a terra.

Essas duas categorias nos levaram a pensar também numa mudança de relação com o lugar. Inicialmente o fato de *colono* ter permanecido como categoria era tida como um indício de que havia uma relação com o lugar que era marcada por estar aqui e por ser de lá, ou seja, sendo migrante estava construindo uma nova relação com o lugar sem perder os laços com a região de origem. Isso se dava, pois eram marcas das entrevistas as explicações do porque de determinadas escolhas produtiva (como o gado, a pimenta, o café, a laranja, o quiabo, a abóbora, as verduras) partir do lugar de origem do *colono* morador e/ou dono do lote. No entanto ao olhar para os filhos desses *colonos* poderíamos pensar em uma nova relação que já partia da experiência inicial na Transamazônica. Estar na Transamazônica e se criar dentro dos resquícios do projeto de colonização não tornariam as pessoas paraenses,

mas também não as fazia ter ligações tão fortes com lugares de origem de seus pais. À despeito da manutenção de hábitos, práticas e gostos passados por seus pais (como preferir carne com molho à churrasco, abóbora e amendoim à laranja, banana à farinha com arroz e feijão, farinha puba ao invés de farinha de milho) as pessoas mais novas, das gerações seguintes às ondas migratórias do PIC, começavam a ter costumes em comum. Parecia ser importante pensar sobre *colonos* e sobre *os daqui* e as mudanças que um e outro implicavam para entender a dinâmica regional.

*Os daqui* apareceu como categoria em uma entrevista, em cujo momento se discutia exatamente os hábitos, costumes e práticas na região. A entrevista foi na sede da Emater de Brasil Novo com um dos técnicos daquela unidade chamado Jaílson. Ele assim como a maioria das pessoas da cidade chegou ainda criança na região com a família. Segundo ele foi em 1976. A entrevista na verdade havia sido planejada como uma enquete da situação dos *colonos* e dos pequenos produtores rurais de Brasil Novo que ele conhecia pelo fato de estar prestando assistência técnica em vários lugares. Aconteceu que Jaílson sabia muito sobre a história da ocupação e lembrava-se bem das primeiras impressões sobre o lugar.

Infelizmente nesse dia a conversa não foi gravada porque havia perguntas previamente preparadas, mas o caminho da entrevista foi muito além das poucas perguntas que tinha em mente. Não foram anotadas as perguntas, mas as respostas mais reveladoras e estarrecedoras de Jaílson foram anotadas se não na íntegra ao menos seu sentido. Nos primeiros momentos quando perguntado sobre Brasil Novo, se ele nascera lá, se havia vindo com os pais, e de onde eram os pais dele, me disse que quando chegara, Brasil Novo era a sede do projeto de colonização e uma base avançada do INCRA. Lá eram recebidos os novos *colonos* até irem para seus lotes.

A pequena vila era toda planejada nos moldes de uma cidade americana e até as casas eram de madeira. A cidade cheirava a verniz. Cada casa era diferente e dizia quem era o morador. As melhores casas eram dos engenheiros e responsáveis pelo projeto, depois havia outras casas dos operadores das máquinas, depois as casas destinadas aos *colonos*, as mais simples, e que eram idênticas àquelas das agrovilas e dos lotes.

Continuando a entrevista eram recebidas as informações sobre os produtos da região, os usos do solo e a relação dos moradores com a terra. Entre elas, Jaílson acrescentava as histórias que ele vivera e que ouvira sobre os primeiros anos dos *colonos* e

as mudanças na convivência das pessoas. Intercalando as histórias e os dados Jaílson foi mostrando como as pessoas passaram a deixar de lado diferenças pessoais dadas pelo local de origem que impediam qualquer tipo de associação ou ajuda entre os *colonos* no começo. Aos poucos todos percebiam que o objetivo era o mesmo, transformar o meio, produzir, e para quase todos a mata era apenas um *estorvo*. O INCRA então se retirou e as pessoas tiveram de aprender não só a trabalhar juntas, mas também a encontrar a melhor maneira de trabalhar a terra.

Foi nesse momento que as pessoas já estavam relativamente organizadas em *comunidades*<sup>80</sup> e dali passaram a perceber que deveriam modificar a forma de ocupação visando não só a derrubada e limpeza do lote. A agregação em torno das *comunidades* se tornou tão forte que os moradores a assumiram e passaram a utilizá-la correntemente para se referir aos *travessões* e as agrovilas correspondentes. As pessoas se diziam moradoras de determinada *comunidade*, tornando-se então, referência geográfica e social e foi a base de organização dos moradores. Foi a partir delas que surgiram as primeiras cooperativas e associações. A partir daí as diferenças que se impunham no começo cederam lugar a uma convivência e até casamentos entre pessoas vindas de estados diferentes começaram a ser realizados. A pastagem, a pimenta, o café e o cacau foram disseminados como as melhores culturas para o lugar. Dali para frente “tudo se misturou”.

Para Jaílson essa “mistura” resultou em uma característica local que identifica os moradores da *faixa* de colonização. Além das diferenças visíveis entre os tipos físicos que se vê só de andar na rua há também marcas na linguagem. As gírias e os sotaques se confundem e se diferenciam, por exemplo, do sotaque e das gírias de pessoas de Belém ou Santarém onde há uma maior homogeneidade na aparência e na língua. Outra diferença sensível na opinião dele é em relação à alimentação.

O jeito de comer não inclui a dieta tradicional do paraense mais parecida com a dieta dos ribeirinhos cuja base é o açaí e o peixe. Diferente disso eles preferem carne, feijão, arroz e farinha. Comem churrasco e ouvem além de *brega*<sup>81</sup>, música sertaneja, *muita*

---

<sup>80</sup> O termo *comunidade* tem um sentido bastante local. A designação vem da influência da igreja católica que nomeava os moradores de cada *travessão* e sua agroviola correspondente como *comunidades*..

<sup>81</sup> O *brega* aqui não é um termo pejorativo como seu significado costumeiro. O ritmo, parecido com um forró e um pouco de música eletrônica é muito apreciado pelas pessoas no lugar tendo mesmo bandas famosas no país todo como a banda Calypso. Em todas as festas e mesmo em lojas ou nos carros é bastante comum ouvir brega. Interessante notar que o brega é um ritmo do qual o paraense enumera como aquilo que identifica seu

*música sertaneja*. Para ele isso é emblemático da mistura de costumes: misturar o churrasco do gaúcho com o arroz e feijão<sup>82</sup> dos mineiros, dos paulistas e dos capixabas com a farinha do nordestino.

Nesse momento perguntei à ele se isso caracterizaria uma “identidade” local marcada pela linguagem e pelos hábitos alimentares e se ela era mais forte naqueles que já eram “daqui”, ou seja, que nasceram ou cresceram em Brasil Novo, Altamira ou arredores. Ao que ele me respondeu: “É, hoje existem *os daqui*. Nós somos *os daqui*.” Havia nessa simples frase várias implicações que dizia muito sobre quem eram aquelas pessoas com quem falava, quem eram os sujeitos da pesquisa. Até aquele momento eram os *colonos*, mas será que *colono* era a categoria em que estavam os sujeitos da pesquisa ou era a pesquisa que queria que eles fossem colocados nessa categoria?

Daquele momento em diante a pesquisa deveria contemplar um novo dado de campo: o investimento que havia sido feito para tentar caracterizar o que, e quem seriam os *colonos* não era a forma pela qual se responderia a questão principal da pesquisa. A questão principal focada nas estratégias de vida e trabalho de moradores da região deveria incorporar a relação que se estabelecia entre as pessoas e o lugar. E fazendo isso era possível perceber que ser *colono* não era uma classificação tão direta quanto supunha os materiais de campo de 2005. Ser *colono* supunha a participação no projeto de colonização, porém ela era quase que utilizada para os mais antigos do lugar, numa referência mais temporal do que uma identidade como havia suposto.

As estratégias deveriam incorporar essa nova perspectiva para entender essa relação entre as pessoas, o lugar, suas escolhas e as redes que elas construíam e pela qual circulavam. As estratégias, pelo fato de serem dadas pela influência de fatores externos – como a relação com políticas públicas e financiamentos – e fatores internos – as escolhas pessoais e a relação com a família e o lugar – mostram como ao longo do tempo a relação com o lugar vai sendo moldada. O fluxo dessas estratégias se organiza no momento em que elas se agrupam dentro de um processo que envolve o tempo, e os costumes e se refletem

---

estado e sua identidade de paraense. Sendo assim esse é mais um quesito de como há elementos que influenciam essa “mistura” e que fazem *os daqui* serem tão paraenses quanto cearenses ou gaúchos.

<sup>82</sup> Interessante notar que na maior parte das casas o feijão produzido é o que conhecemos como carioca, em alguns lugares acha-se também o feijão de corda, dependendo da região de origem da família.

na paisagem, ou seja, naquele espaço socialmente ocupado e trabalhado onde símbolos e idéias são representados e orientam as ações.

Retomando as trajetórias expostas nos capítulos anteriores vemos que há uma diferença inicial entre aqueles que são os *colonos* e *os daqui*. Ela é marcada entre outras coisas pela relação com a terra. Nas duas trajetórias o começo do estabelecimento no lote se dava com a limpeza do lote e então a criação de condições para a manutenção e reprodução daquela família ou unidade doméstica. Ao longo do tempo se percebe um uso mais intenso do lote e principalmente uma mudança na relação com ele. A preocupação passa a ser com as condições de gerar produtos que o lote tem, de lugar de subsistência passa a lugar de produção. O gado e o cacau são incorporados nos dois casos não só pelo conhecimento prévio que se tinha do trabalho, mas principalmente pelas oportunidades de financiamento e recebimento de crédito aliados à possibilidade de venda desses produtos. Diferentemente das estratégias em relação à pequena produção de farinha ou venda de sacos de arroz, feijão e milho excedentes a estratégia passa a ser justamente gerar excedentes. O cacau, por exemplo, não é um alimento muito consumido na região, ao passo que tem lugar no mercado regional e é incentivado pelas linhas de crédito nos bancos<sup>83</sup>.

A mudança de estratégia de reprodução para produção traz uma mudança da relação com a terra. Ao propor a categoria *dos daqui* o que se coloca em debate é que ao criar uma identificação com o lugar, e ao produzir um lugar, modificam-se também as lógicas iniciais que orientaram a primeira relação com o lugar e portanto modifica-se a paisagem. Se a primeira ação dos *colonos* era limpar o terreno para conseguir transformá-lo em uma paisagem que eles considerassem segura e familiar, *os daqui* olham para aquele lugar e vêem nele uma paisagem mutável e plástica que guarda muitas possibilidades. As possibilidades, porém se dão sobre um lugar que fora aos pouco incorporado pelos *colonos*. A emergência *dos daqui* é na verdade a emergência de um lugar.

Diferenciando-se de outras áreas da Amazônia não só por suas características rurais, mas principalmente pela multiplicidade de influências que compõe a dinâmica local *os*

---

<sup>83</sup> Essa situação que vemos em campo é bastante diferente daquela que Garcia (1990) encontra em seu trabalho de campo. A economia rural que ele expõe trabalha com a dualidade e complementaridade entre a produção “para despesa” e “para renda” que se utilizam dos mesmos produtos. Diferente disso na situação exposta nessa dissertação a opção “para despesa” (caracterizada como a produção de gêneros para consumo dos moradores do lote) pode ser completamente suprimida em detrimento da opção “para renda” (caracterizada como a produção de gêneros para a venda) como, por exemplo, no lote de Humberto e Regina Espezato.

*daqui* demonstram que a região do projeto de colonização na verdade está provocando uma apropriação de um lugar por parte daqueles que vieram com o projeto. Se no começo pensávamos serem os *colonos* uma categoria diferente daquela que caracterizava os *colonos* do sul ou de outras áreas de colonização recente, ou então os *pioneiros* e migrantes estávamos certos. Eles são uma categoria diferente no sentido de que ao constituírem seu lugar, constituíram também uma paisagem específica que necessariamente inclui os espaços agrícolas e pecuários dentro dele assim como reproduz uma forma de apropriação do espaço através de um modelo que se estende a perde de vista ao longo da estrada.

As marcas que delimitam a paisagem sobre a qual se debruça esse trabalho têm como base o projeto de colonização pelo simples fato de que sem o modelo e sem o projeto a dinâmica atual na região poderia ser completamente diferente. Falar dos *colonos* é importante no sentido de marcar uma migração, um deslocamento, mas não um cessar de relações. As migrações desses *colonos* são de mão dupla no sentido de que ao mesmo tempo em que criam um lugar na Transamazônica mantêm na lembrança o lugar de origem, constituem assim dois lugares e num deles, especificamente naquele para o qual se dirigiram, pretenderam criar um novo lugar. *Os daqui* só são possíveis, porque os *colonos* os tornaram possíveis. Ao constituir redes de sociabilidade e ligações afetivas e de trabalho e lazer com os lotes, e o entorno da Transamazônica permitiram que novos aspectos fossem coligados para dar lugar a uma dinâmica própria.

Por isso desde o princípio as estratégias se mostraram essenciais. É através dos caminhos escolhidos pelos moradores, sejam eles os *colonos* ou *os daqui*, que se são perceptíveis mudanças nas relações entre as pessoas e delas com a terra. A mudança na paisagem é o reflexo desse lugar e das escolhas que ele possibilita. Os *colonos* ao promoverem seu espaço de vida a espaço de trabalho e produção conformaram uma nova lógica entre a terra e as pessoas. Ao mesmo tempo ao fazer do deslocamento uma constante da vida cotidiana manteve a relação entre o trabalho e a moradia e ampliou o espaço de vida introduzindo a cidade como o elemento de acesso aos recursos que subsidiariam e ajudariam na reprodução das pessoas e suas famílias. *Os daqui* e os *colonos* se mostram como a continuidade de um processo de mudanças iniciado pela introdução do projeto na região. Mudanças essas que são a própria base da fluidez da vida social na região.

Pensando sobre essas questões encontramos ecos em outras duas discussões importantes sobre o rural e sobre as estratégias de organização social. A primeira é o trabalho de Paoliello (2006) sobre as mudanças na forma de apropriação e reprodução de um espaço. Pensando sobre os arranjos sociais que focam a família, a vizinhança, e os costumes percebe-se como a organização social se reelabora e se adapta segundo a necessidade, perspectivas e possibilidades que a sociedade e o Estado apresentam. Em outras palavras, ao estudar reconversões identitárias num bairro rural a pesquisadora explora o fato de que a criação de um dispositivo legal – que pode assegurar a terra caso seja reconhecida a identidade de quilombola daquele grupo – acende de discussões dentro do grupo sobre suas práticas, identidade e seus significados.

O fato de que havia pressões sobre o território fez com que aquela *comunidade* no Vale do Ribeira procura-se em sua história e suas tradições mecanismos que garantissem a permanência naquele local, fazendo com novos arranjos e novas formas de identificação entre as pessoas da *comunidade* fossem criadas. A mudança nas relações entre aquele grupo e o entorno também é essencial para se perceber a fluidez dos arranjos sociais ao longo do tempo. Grupos ambientalistas, a ameaça da construção de barragens, a criação de parques no entorno do território desse bairro, além da necessidade de arranjos que dessem conta da reprodução do grupo fez com que desenvolvessem estratégias para manter a ocupação do território, suas práticas e suas famílias e reproduzi-las.

A mudança das relações operou mudanças na organização e no arranjo desse grupo, mudanças sentidas ao longo do tempo, através das estratégias desenvolvidas pelos membros desse grupo e seu deslocamento no espaço (que é tanto o espaço do bairro como todo e qualquer espaço onde circulam essas pessoas). As mudanças também se processam ao longo de trajetórias e práticas pelos quais tradicionalmente orientam os deslocamentos e a ocupação do espaço, seja ele físico ou social. *Os arranjos em mudança* (PAOLIELLO, 2006, p.12) é o próprio processo através do qual o grupo muda para se manter, colocando em ação estratégias que sejam adequadas às relações entre as pessoas dentro dele e seus objetivos e desejos.

Há nessa relação mediadores que servem de parâmetro para as ações do indivíduos e do grupo construindo assim estratégias para manter práticas e relações que se queira manter e alterar práticas e relações que se pode mudar. Esse equilíbrio entre a mudança e

estabilidade pode ser visto ao longo do tempo, marcado também espacialmente, como um processo. As estratégias e reconversões à que a autora se refere estão intimamente ligadas com a permanência de um rural. Não se pode dizer que as mudanças operadas pelo grupo o tornaram menos ou mais rural e sim que ele procurou manter-se não como bairro rural, mas sim como um lugar que a relação entre a terra, o trabalho, e a vida cotidiana tenha significados emaranhados que compõem o espaço de vida.

Fazendo uma ligação entre a metodologia de Vincent (1987) e Paoliello (2006) podemos encontrar ecos de elementos semelhantes utilizados para análise do material empírico. Poderíamos dizer que Paoliello ao pensar o processo no qual seus sujeitos tomaram parte, num determinado local, se apóia em algo próximo ao tripé sugerido por Vincent (1987) gente, tempo e lugar. Com isso ela procura entender os mecanismos da mudança – a mobilidade, as relações – o processo dessa mudança – olhando o tempo – e o efeito que ele opera naquilo que é possível ser observado imediatamente – a dinâmica local no momento da pesquisa. Faz isso olhando para aqueles que são responsáveis por se deslocar no espaço e agirem de forma a alterar a paisagem e também os arranjos e práticas do grupo. Nas palavras da autora:

“São essas mediações que apontam para uma apreensão de arranjos em movimento. Para as situações em questão, isto se orienta para a análise de trajetórias de dissolução e/ou recomposição de um rural. E não só as mediações sugerem uma abordagem processual, mas também aquela mesma ‘lógica familiar’, ou um habitus de mobilidade ao longo de redes – de parentesco, comerciais, políticas e territoriais – já inscritas numa ‘tradição’ que se pode considerar aberta à mudança.”

(PAOLIELLO, 2006, p. 12)

Esse processo e essas reconversões que Paoliello se preocupa em entender estão bastante próximos dos processos pelos quais *colonos* e *os daqui* podem ser entendidos. Diferente da situação de uma ocupação tradicional de um território a questão passa a ser a ocupação enquanto obrigação dos *colonos*. A partir da relação dos *colonos* com o espaço são criadas as paisagens que passam a fazer parte do lugar onde vivem *colonos* e *os daqui*. Em especial *os daqui* se referenciam pela mistura de estilos e práticas que se processaram durante a conformação da ocupação da floresta nos momentos de limpeza do lote e nas

estratégias desenvolvidas para se relacionar com o espaço. Relação essa mediada ou não pela cidade e/ou pela escolha da produção enquanto geradora de renda e não apenas para consumo. Hirsh e O'Hanton (1995) ao reunirem os artigos em que suscitam a relação entre antropologia e a paisagem reforçam a íntima relação entre as práticas e costumes e a forma de ver e se relacionar com o espaço. Olha-se para o espaço e atribui-se à ele significados e potencialidades que lhe conferem familiaridade e segurança criando, levando, então a uma idéia e posterior realização da paisagem que desejam ostentar naquele lugar.

Os desenhos apresentados no capítulo anterior representam bem essa relação ao demonstrar que as primeiras estratégias se ligavam a ações que organizassem o espaço de forma a lhe dar mais familiaridade com o lugar de origem, escolhendo-se plantas e animais que reproduzissem o alimento que costumavam consumir. Promoviam a limpeza do terreno para que ele pudesse ser moldado à imagem daquilo que era tido como seguro, familiar e belo transformando o espaço em lugar pela construção dessa paisagem que é ao mesmo tempo potencialidade e realização. Assim ao se promover a mistura dita por Jaílson na verdade promove-se uma combinação dessas diversas paisagens que conformam uma nova paisagem onde *os daqui* podem existir. Os *colonos* marcam temporalmente essa intervenção e essa mudança que ainda em processo se modifica ao longo do tempo segundo os deslocamentos e relações que se estabelece entre o grupo e o seu entorno.

Esses deslocamentos e as redes às quais se ligam podem ser melhor entendidas a partir de duas trajetórias que partindo de estratégias próximas, fizeram escolhas diferentes e circulam por espaço diferentes e por isso demonstram as múltiplas possibilidades de relação com o lugar. A primeira trajetória é na verdade o resultado de uma conversa coletiva numa tarde de domingo em que se reuniu a família para um almoço. A segunda é uma coleção de excertos das conversas à sombra de uma mangueira antes da hora de voltar para a lida:

*Trajectoria 7 - No travessão da 15 Maria das Neves e sua família falam de educação, trabalho e organização social.*

Maria das Neves veio com a família em 1972 já durante o projeto de colonização. Um tio (irmão da mãe) já estava na região desde 1970 e ajudou a organizar a vinda da família. Vieram do Rio Grande do Norte, no dia 12 de novembro embarcaram “para cá” (para o projeto de colonização). Como muitos vieram nos aviões da Vasp que transportavam os *colonos* para estas paragens. Eles ficaram um tempo na *faixa* e depois

foram para o lote da 15/17 onde estão até hoje. A família toda sempre foi muito religiosa e Maria das Neves já foi religiosa, mas viu que quem precisavam mais dela como professora do que como religiosa.

Ela e a família têm uma visão muito crítica da realidade e quando comecei a dizer que me interessava pela vinda e pela vida dos *colonos* foram logo abrindo espaço para discutir pontos que seriam mais importantes que contar apenas a história deles. Questionavam os reais propósitos do projeto de colonização, na opinião de Maria das Neves os *colonos* foram levados para lá para desmatar e ocupar, no entanto ninguém se preocupa ou se preocupou com o que são essas pessoas. Na casa dos pais de Maria das Neves, no *travessão* da 15, estavam parentes (primos, tios) vindos do Rio Grande do Norte para as férias, e alguns conheciam bem a vida na Transamazônica, outros estavam lá pela primeira vez. Começa então uma conversa sobre os assuntos na ordem do dia na região e seus reflexos na sociedade.

Sobre a questão do meio ambiente dizem ser um modismo válido, mas que sem a crítica perde do muito do potencial. Pouco se avançou efetivamente sobre o que as pessoas do lugar entendem por meio ambiente, preservação ou a preservação da floresta, o discurso que vem dos movimentos sociais se impregna no discurso do senso comum e se reproduz sem que a crítica amadureça. E assim como o meio ambiente a questão, discussão e exigência do acesso aos direitos também teve/tem muita força. A organização dos movimentos sociais e das *comunidades* foi um grande avanço para que as pessoas na região vissem seus direitos respeitados, a violência diminuísse e os pequenos produtores fossem levados a sério. Durante a discussão sobre a conquista dos direitos na região Maria das Neves fez uma colocação interessante de que os direitos são reconhecidos, falta saber quando se falará dos deveres desses cidadãos.

Sua intervenção vem de sua experiência no ensino público. Trabalha com educação desde os 16 anos, fez magistério e depois faculdade. Reclama sobre os problemas sociais que se vê na escola: as drogas, a prostituição e a violência que estão na periferia crescentes das cidades. A escola passa a ser o quarto de despejo para os conflitos sociais. Falta pensar na dignidade das pessoas, adolescentes. Em projetos governamentais não há continuidade ou efetividade e isso afeta sobremaneira a população que toma parte nesses projetos e depois se vê abandonada.

Maria das Neves foi para Medicilândia e lá trabalhou dez anos e vivenciou os problemas do projeto Pacal (projeto esse implantado com o objetivo de plantar cana-de-açúcar na Amazônia, esta era uma das estratégias de ocupação do espaço pensadas pelo governo militar). Lá trabalhou como professora no km 79. Em 1982 saiu de lá e foi estudar e trabalhar no Rio Grande do Sul. Voltou em 1991 e foi direto para Altamira na Secretaria de Educação Municipal. Para ela “um país que não se importa com os jovens, crianças e idosos morre!! A educação é a chave para consertar as coisas.”

Falando sobre o projeto a família conta que os antigos *colonos* que chegaram na mesma época que a família de Maria das Neves se foram, restando apenas um ou dois em cada *travessão*. A família de Maria da Neves sobrevive fazendo e vendendo polpa na região. Eles têm um gerador que permite armazenar e congelar as polpas, além de despoldadeiras. Conjugação do tradicional com a tecnologia. Tem gado, fruteira (pomar para as polpas), e suínos, também tem amendoim, arroz, feijão, macaxeira, abóbora, milho e legumes (o que eles chamam de *lavoura branca*, que na verdade é o que compõem a dieta básica da família e pode ser produzida ao longo do ano para abastecimento da casa).

Hoje não é fácil encontrar muitas famílias como a do Seu Ananias Azevedo. Mesmo em um *travessão* ruim como o quinze eles conseguem produzir polpas e vender, combinando agricultura para a despesa e agricultura para consumo da família. Minha visita aconteceu num domingo, havia primos de visita que haviam vindo do Rio Grande do Norte e estavam todos reunidos. O lote em si é muito bem estruturado. Logo na entrada do lote está a casa, bem no centro. De um lado está o pasto e do outro a fruteira (pomar). A casa é de Alvenaria, enorme, suficiente para abrigar toda a família, cada filho num quarto. Uma varanda no entorno, com piso frio.

No fundo dessa casa, no quintal está a casa onde fica a despoldadeira e os freezers para armazenar as polpas que produzem. No quintal também está o galinheiro e um pouco mais à frente o chiqueiro. Para o consumo têm uma horta e plantam legumes como abóbora e amendoim típicos da *lavoura branca* da região de onde vieram. A própria questão da *lavoura branca* é uma referência à produção cuja destinação é primeiramente o consumo pela unidade doméstica. Porém, a *lavoura branca* pressupõe também a possibilidade de produção para venda dos produtos. O ciclo dessa plantação também é importante, pois ele é anual, sendo que pode ser plantado duas vezes ao ano no fim do ano como uma safra maior

e no meio do ano com uma safra menor, mas com possibilidades de abastecer a unidade doméstica até a próxima safra na época do inverno e portanto das chuvas.

Ao falarem de seu lote falaram também de sua família. Abaixo há um diagrama. Maria das Neves é a única filha solteira e Francisco, o filho mais velho, foi o único que voltou para o nordeste e hoje mora próximo dos primos. Os outros filhos casaram-se na região com conterrâneos, paraenses e pessoas vindas de outros estados. A família se espalhou pela região, mas ainda trabalham juntos na produção das polpas. O lote ainda pertence aos pais apesar de ser utilizado e trabalhado pelos filhos e suas famílias. Além de Maria das Neves alguns de seus irmãos e suas cunhadas trabalham na cidade também. E essa conjugação do trabalho na cidade e do trabalho no lote é uma das estratégias para se manter o lote com uso familiar e ao mesmo tempo garantir a renda necessária à cada família para suas despesas.

Seu Ananias e Dona Iraci, hoje já bastante idosos, continuam morando no lote ainda tem contato com a família que ficou no nordeste e também mantêm costumes, gostos alimentares e práticas lá aprendidas. Mesmos a fruteira veio do hábito de se ter no quintal as frutas e legumes para o consumo da família e que a partir de estratégias dos filhos se transformou em negócio além do consumo. A estratégia que levou a dar certo a venda da polpa das frutas foi a conjugação da prática de plantar frutas do pais com uma visão de negócio possível de ser sustentado dos filhos, ver nas práticas tradicionais a chave para a geração da renda.

Ao falar da família o assunto se encaminhou para o projeto de colonização e a vida dos *colonos*. Entre os diversos problemas que enfrentaram e enfrentam na região um deles é que existem diferentes realidades em cada município. Altamira acabou sendo o “quarto de despejo” disso tudo. Distanciou-se da realidade do *travessão*. No entanto a crise dos movimentos sociais não acontece somente na região e refletem na Amazônia como um todo. Para eles havia dois projetos que deveriam andar juntos para que os problemas fossem resolvidos: político e econômico, pois foram eles que deram início ao que acontece na região hoje.

A Transamazônica não deu certo por causa das diferenças culturais. Embate entre nordestino, mineiro, capixaba, paranaenses, gaúchos e goianos. Não se sabia quem era de boa índole ou não. E se não deu certo a preocupação é saber que identidade cultural vai

definir as futuras gerações? 90% das famílias se desestruturaram, morreram, abandonaram suas crenças e a região. Mesmo assim aos poucos os que ficaram foram criando raízes aqui, raízes que se refletem numa identidade alimentar hoje (carne de vaca, arroz, feijão, farinha, milho).

Para que os que ficassem tivessem uma melhor qualidade de vida a igreja católica que já tinha uma prelazia no Xingu estendeu a assistência aos *travessões* e teve forte participação na organização social e dos movimentos sociais. Porém, como o espaço é grande abrem-se brechas por onde a igreja não pode estar o tempo todo. Onde não se entra e onde não se está o tempo todo se abrem brechas prontas a ser ocupadas por outros (como as igrejas evangélicas, por exemplo).

Sobre o próprio reflexo do Projeto de Integração e Colonização (PIC) implantado na região ela elabora um processo que pode ser aplicado a todos os outros projetos depois do PIC. Há no início o apogeu do projeto que se dá logo no começo (construção da rodovia, chegada dos migrantes), ele vem carregado de grandes transformações em pouco tempo (abertura da estrada dentro da floresta, demarcação e colocação de *colonos*), mas despreparado para a realidade de onde é implantado (desconhecimento do terreno, das doenças, das estações do ano e condições do clima). Com isso chega-se na segunda fase, a crise, que é marcada por uma descontinuidade do projeto, ou então por mudanças na política governamental, além de problemas do cotidiano dos *colonos* como a falta de planejamento e conhecimento do trabalho na terra e chegam conseqüências negativas da ocupação aparecendo mais que as coisas boas, muitos vão embora. Começa a terceira fase, os que ficam acabam por se organizar para se manterem na região e para terem infraestrutura, tem início a luta (organização social e formação dos movimentos sociais), ou então a população se desestrutura e abandona o projeto totalmente para muito depois retomá-lo com o auxílio de movimentos de fora da região como aconteceu com a borracha.

Trajatória 8 - Fugindo do frio achou a quentura: José Aparecido da Silva

Veio em 1972 com a família para a região. A irmã Cleonice também fez parte da entrevista. Tem 58 anos e é viúvo, sua esposa, que veio com ele do Paraná, faleceu depois de quatro anos na Transamazônica, de hepatite. Na época eles tinham um bebê de seis meses, e José precisava de uma mãe para o bebê, então seis meses depois ele casou-se de

novo e teve mais cinco filhos. Esse casamento durou dez anos até que se separaram. José ficou mais cinco anos solteiro até casar novamente, e esse último casamento dura até hoje.

Quando vieram do Paraná foram até Brasília com as economias da família custeando todos os gastos. De lá partiram de barco até Vitória do Xingu e de Vitória foram para Brasil Novo. Na época Brasil Novo tinha dezesseis casas, era uma agrovila. Sabiam de muita notícia de gente que vinha na mesma trilha deles. José conseguiu um lote no *travessão* da 15/17 e o pai no da 14/16. Os dois plantaram arroz e feijão. Dois anos depois todo mundo começou a plantar cacau e pimenta. Café e laranja começaram a ser plantados também. O café quase não tem renda e a laranja apesar de sair bem acaba sendo somente para consumo na região. Onde não dá cacau José fez pasto. Começou com a proposta de gado de leite, laticínios, mas quando foi difícil administrar isso mudou para gado de corte.

Quando perguntei para ele sobre ele ser *colono* ele disse que sim e foi dizendo da situação do *colono*. A área é pequena e não dá para criar muito (gado) e há muitas altas e baixas do preço dos produtos e a solução é a lavoura. No *travessão* da quinze onde tem um lote metade dos *colonos* que vieram no início foram embora. Dos quarenta e oito que vieram com ele só oito estão lá. Ele disse que isso dependia muito do objetivo de que vinha, diz ele que “quem veio em busca de terra até hoje está colocado”. No entanto entende que praga de pium e falta de estrada são duas coisas que só com coragem para ficar na região.

Quando chegaram e foram colocados tinham um lote que distava quinze quilômetros de Brasil Novo. Sempre que ele e a família iam fazer a feira saíam pela manhã, de madrugada ainda, à pé, faziam a feira em BN e voltavam no fim da tarde, à noitinha com toda a feira nas costas (óleo, açúcar, sal, roupas, fósforos, velas, e tudo o mais que se precisasse). Muitas vezes carregavam até quinze quilos. Contou que Brasil Novo na verdade nasceu da agrovila do *travessão* da quatorze, que poucas casas construídas na época restaram e que na agrovila do seu *travessão* das casas construídas pelo INCRA só sobraram três e que depois que BN passou a ser município (há mais ou menos dez anos) cresceu muito.

Quando chegou do Paraná sentiu que o clima na região era completamente diferente. De onde ele vinha havia muitos problemas com direitos trabalhistas e o esquema de trabalho, já no PIC mal se ouvia falar em sindicato, a organização social e a cobrança vieram só muitos anos depois. Quem estava muito presente na época era o governo federal

por meio do INCRA e o objetivo do governo e dos *colonos* que chegavam era o desenvolvimento o que significava limpar os lotes e plantar. O INCRA fornecia um operador (de motosserra) para ajudar na derrubada.

Todos da família de José sentiam muita diferença entre o que viam e viviam no sul e aqui na Transamazônica. No sul tudo era mecanizado e lá ainda é quase tudo manual; a terra na região é mais ressecada que no sul; para mecanizar precisa antes da análise do solo (que é muito cara). Ele dizia que fazia muito frio no sul, e que fugindo de frio achou a quentura. Também comparava o sul onde havia muitas terras ocupadas com a Transamazônica que era um mar de verde. Enchiam-se de esperança ele e os *colonos* que vinham em busca de terra e sabiam que lá conseguiriam uma colocação em algum pedaço de terra.

Assim é possível pensar que o próprio projeto de colonização contava com os objetivos gerais que eram dados pelo governo, mas que refletiram na prática a forma pela qual os *colonos* se apropriaram do projeto geral e o ligaram a seus projetos pessoais. Começamos por pensar sobre o início do projeto. Um dos objetivos iniciais era transformar a floresta em região produtora de grãos como o arroz e o milho. Porém com a inviabilidade dessa produção, devido às distâncias a serem vencidas em estradas ruins levando ao aumento do preço dos grãos, a iniciativa foi abandonada.

Aqueles que tomavam parte no projeto têm como característica comum o fato de que começaram a ocupação do lote com o desmate e a plantação de *lavoura branca*. Há vários motivos para isso, o incentivo do governo, a existência de ao menos um desses produtos na dieta básica de todos os que chegavam, e o conhecimento de suas condições de plantio. Esses elementos conjugados podem ter sido os responsáveis por manter ainda hoje como base da dieta na região a *lavoura branca* e a carne.

O incentivo para a ocupação da região foi o projeto feito pelo governo, no entanto os usos que foram sendo feitos e as mudanças na paisagem relacionavam-se muito mais com projetos e estratégias pessoais dos *colonos* do que com os objetivos iniciais da colonização. Essas mudanças percebidas na paisagem local podem ser lidas tanto nesses desenhos como na organização e dinâmica que se dá nas agrovilas. A criação de agrovilas seguia um sentido do projeto que era o de manter as pessoas afastadas dos centros urbanos dando-lhes condições de sobrevivência e fazendo com que elas permanecessem no campo.

Todos os que recebiam um lote em um *travessão* tinham direito a uma casa na agrovila desse *travessão*, trinta e sete anos depois a dinâmica real das agrovilas foi adaptada totalmente aos seus moradores e suas necessidades. Também sua forma de se relacionar com o lugar se altera e isso se reconhece na forma pela qual as pessoas se nomeiam. Trataremos dessa apropriação do projeto a partir da agrovila a seguir.

*Trajatória 9 - A hospitalidade, o desprendimento e a força de vontade de Dinho e Maria*

Dinho e Maria moram na agrovila do *travessão* da dezesseis e também na cidade de Brasil Novo com o filho Reginaldo. Eles têm dois lotes na agrovila e mais uma chácara. Na agrovila em cada lote há uma casa, em uma delas mora a filha Deysedaiane, o genro Reginaldo e os filhos José Armando e Eduardo e na outra estão Seu Dinho e Dona Maria com o filho mais novo. O filho mais velho Gleidson mora em Altamira no bairro ao lado do quartel, serviu o exército durante um tempo e logo que saiu se alistou na polícia militar. O outro filho mais novo Railson mora em Brasil Novo e trabalha em um lava - rápido de motos. A chácara deles tem 15 hectares, igual medida das chácaras que existem nos limites de Brasil Novo, na entrada para os *travessões*.

Seu Dinho veio para a região em 1979 com o avô paterno e os primos. Um tio havia vindo antes e comprado lotes na região e voltou para buscar a família. A notícia era de que na região havia muita terra para ser trabalhada. Seu Dinho começou a trabalhar como meeiro ainda em 1980 e continuou depois que se casou com Dona Maria. Dona Maria veio do Maranhão e conheceu Seu Dinho já na Transamazônica. Casaram-se e continuaram a trabalhar de meeiros e como empregados em algumas fazendas. Juntaram dinheiro e compraram uma casa em Brasil Novo e dois lotes na agrovila em 1999. Compraram também uma chácara na agrovila e mais duas casas na cidade, uma na cidade alta em Brasil Novo<sup>84</sup> e outra em Altamira, para o filho que é PM. Seu Dinho e Dona Maria são vizinhos de frente de Lúcia e João Alberto em sua casa de Brasil Novo.

Como muitos na região a família do Seu Dinho planta cacau para o sustento e *lavouira branca* para o consumo. Essa plantação é feita tanto na chácara quanto nos lotes da agrovila. Criam galinhas no lote da agrovila e tem uma mula para carregar o cacau e duas

---

<sup>84</sup> A cidade alta é um bairro mais novo da cidade e seu nome é referência à localização geográfica do bairro. A cidade original está no sopé de um morro e o bairro se entende morro acima em direção às entradas dos *travessões* atrás do morro.

motos, uma para cada família. Seu Dinho e Dona Maria não dirigem, portanto a moto, mesmo sendo um meio de transporte mais rápido e prático depende da disponibilidade dos filhos ou genro de levá-los onde precisam.

Seu Dinho e Dona Maria ainda guardam hábitos e costumes da região de origem. Especialmente na alimentação, sempre composta por uma carne normalmente cozida na panela com molho, arroz, feijão e farinha. Expressões e um pouco do sotaque também se mantêm na fala cotidiana. Os filhos de Maria e Dinho se parecem com eles, mas diferente dos pais se consideram paraenses e já tem incorporada a música, alguns hábitos alimentares (como o gosto por churrasco) e uma dinâmica local. O acesso à educação e a opção por ficar na cidade passaram a fazer parte do rol de possibilidades das estratégias de cada pessoa e de cada família.

Na família de Dinho e Maria plantar *lavoura branca* para o consumo e algum outro produto para gerar renda foi a estratégia adotada pelos pais e depois pelos filhos. No entanto, nem todos os filhos seguiram essa estratégia, o estudo e o contato com a cidade fizeram com que dois dos filhos de Dinho e Maria estabelecessem outras estratégias. Um deles escolheu uma carreira militar e o outro o trabalho no comércio para manter a ligação com a cidade. As prioridades e as escolhas os levaram à estratégias de vida e trabalho que os afastassem da vida ligada ao trabalho na terra e os aproximassem do trabalho na cidade e de uma vida mais confortável e com acesso a outras estruturas como saúde, festas e eletrodomésticos.

Essas escolhas diferenciadas demonstram que a continuidade dessa estratégia que combina moradia e trabalho num lugar e privilegia o uso do espaço para produção para a renda e apenas um pedaço para consumo está muito mais relacionada à gostos pessoais e escolhas do que um padrão. Mas também não se pode dizer que os filhos que seguiram as estratégias de vida e trabalho dos pais sejam iguais, apenas que as estratégias se reproduziram, mas com singularidades.

Pequenos detalhes demonstram diferenças entre as estratégias de pais e filhos. Dinho e Maria não tiveram estudo e trabalhar na terra era algo que conheciam desde a infância e pareceu o caminho natural a seguir, mas para seus filhos escolheram um caminho diferente. Todos os quatro filhos estudaram e todos eles tiveram a opção de escolher se suas estratégias de vida seriam próximas ao trabalho rural ou não. Regis, um dos filhos mais

novos está trabalhando no lote com o pai, no entanto freqüentou a casa familiar rural de Brasil Novo que é um projeto que conjuga o ensino escolar obrigatório com ensinamentos técnicos e por isso conhece e está ensinado outras formas de se realizar o trabalho na terra, de combater pragas e adubar plantações.

Num primeiro momento pode parecer que Regis reproduziu as estratégias do pai estabelecendo um padrão de relação quando na verdade o que se manteve foi o trabalho rural enquanto que a forma como ele é feito tem possibilidades reais de ser reformulado. Sendo assim o que se vê são pequenas mudanças de geração à geração que acumuladas resultam em diferenciações das práticas dos *colonos* e seguem tanto as tradições de trabalho dos *colonos* como procuram seguir tendências e melhorias que vem da relação com ongs, movimentos sociais e orientações de órgãos de assistência técnica. A tradição local é construir a tradição diariamente, anualmente, ao longo do tempo. A ordem na Transamazônica era desenvolver e as pessoas hoje se perguntam que desenvolvimento querem antes de aceitar o que lhes é dito.

Voltando à agrovila e as estratégias de trabalho nele, o terreno das casas assim como a chácara é de Seu Dinho, mas o trabalho é feito em parceria com o genro e os filhos e, portanto os frutos desse trabalho são consumidos juntos. Os filhos tanto reproduziram as estratégias dos pais (permanecer na terra), como escolheram outros caminhos, o filho Railson está na cidade trabalhando e não pretende voltar para a *roça*. A família é vista como a base pela qual se ramificam outras famílias, ligadas a essa pelo trabalho e pela manutenção de laços afetivos.

Seu Dinho e Dona Maria não se consideram *colonos* porque não são moradores antigos da agrovila e durante muito tempo foram empregados. Os *colonos* têm uma relação direta com a demarcação e entrega de lotes pelo INCRA, já os trabalhadores como vieram em busca de dinheiro para comprar um pedaço de terra não são vistos como *colonos* apesar de serem migrantes como eles. Porém seus filhos assim como os filhos dos *colonos*, já estabeleceram uma relação com o lugar que pode tender a manter relações com o lugar de origem dos pais através da família que lá ficou, mas as relações com o espaço e os referenciais são dados pela mistura entre os costumes de seus pais e com os do entorno onde viveram, são os paraenses da Transamazônica, *os daqui*.

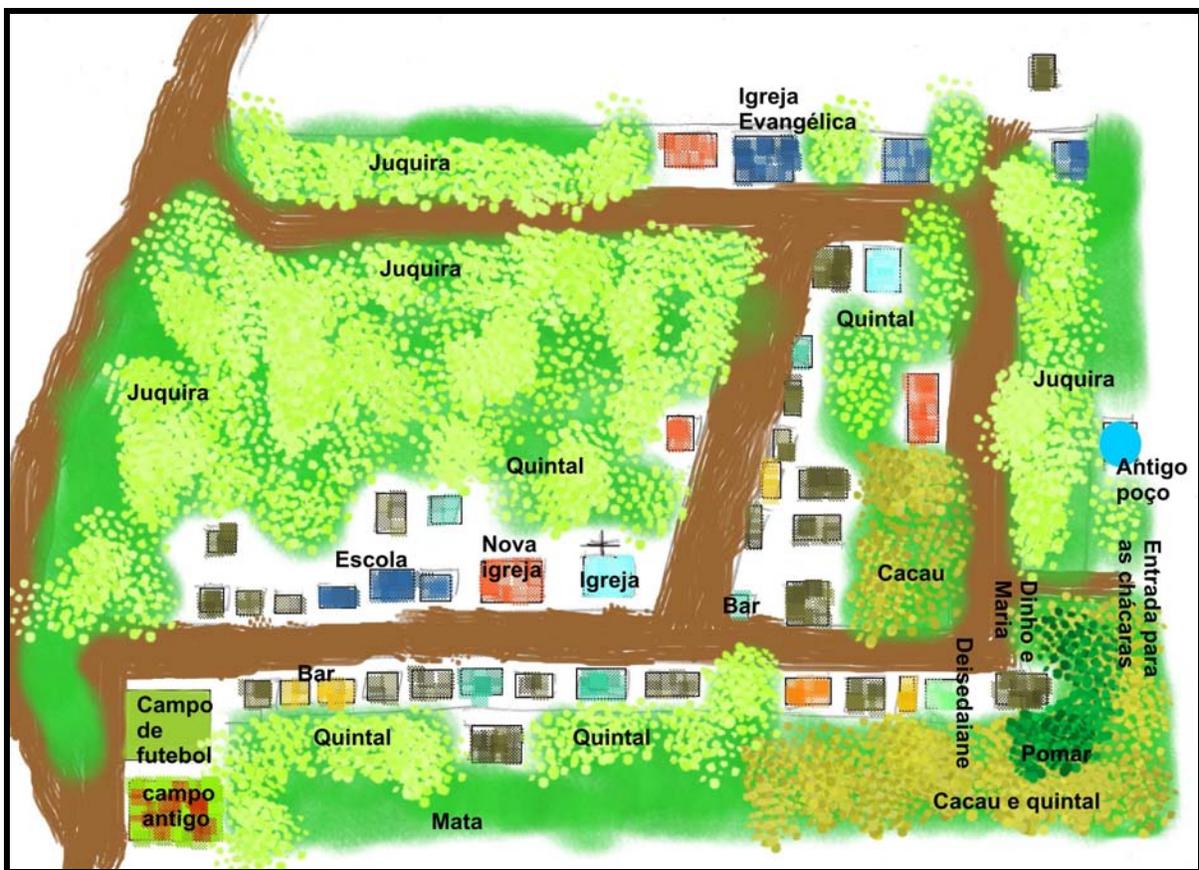
Ao falar sobre essas diferenças as pessoas lembravam histórias sobre a vida lá e aqui, que eram os assuntos preferenciais após o almoço na sombra da mangueira. Essas conversas eram muitas vezes completadas pela chegada de algum vizinho. Como estava presente e perguntava sobre a vida no local me contaram um pouco mais sobre aquela agrovila e aquele *travessão*. O *travessão* da dezesseis é conhecido como “*travessão dos cearenses*” tamanha a quantidade de pessoas que vieram desse estado. No início os casamentos foram entre as pessoas que vinham do Ceará, mas depois se casaram com galegos<sup>85</sup>, paraenses, maranhenses, paranaenses e outros.

Cada agrovila agrega a *comunidade* do *travessão* e tem um nome oficial e outro para a *comunidade*. A agrovila do dezesseis chama-se oficialmente “Presidente Kenedy”, enquanto que a *comunidade* é a Nossa Senhora de Nazaré<sup>86</sup>. Sobre o espaço das agrovilas é interessante a apropriação e uso do espaço no sentido de que a agrovila em si ocupa 50 hectares que é a metade do lote instituído no PIC (100 hectares). Os cinquenta hectares restantes foram divididos em chácaras de 15 hectares cada e vendidas ou apropriadas pelos moradores da agrovila. Um croqui aproximado da agrovila foi feito em parceria com Dinho e seus vizinhos Davi e Ricardo:

---

<sup>85</sup> Pessoas bem brancas, normalmente descendentes diretos, ou quase, de europeus.

<sup>86</sup> Padroeira do Pará, os paraenses têm uma devoção imensa a essa santa. O Círio de Nazaré que acontece anualmente no mês de outubro em Belém demonstra a força dessa devoção e é uma das festas tradicionais mais importantes do estado.



**Ilustração 8** - Agrovila Presidente Kennedy, no *travessão* da 14/16. Os retângulos coloridos são um esquema aproximado da distribuição das casas da agrovila. No canto esquerdo, o quadrado verde representa o campo de futebol, local de lazer nos fins de tarde e fins-de-semana. O quadrado azul com uma cruz é a igreja, ao lado o ambulatório desativado e a escola que oferece até a quinta série do ensino fundamental. As áreas em verde mais claro são os quintais e áreas onde já houve limpeza do terreno para os mais diversos fins. À direita a entrada para as chácaras da agrovila, à esquerda o *travessão* e as entradas para a agrovila. Nas áreas mais amareladas uma pequena plantação de cacau tanto de Dinho e Maria como de vizinhos. Também é possível ver o pequeno quintal de Dinho e Maria com o pomar. Fonte: Material de campo, 2008.

A agrovila era quase toda ocupada e muitas das casas que aí estão representadas ainda não estavam prontas quando da chegada dos *colonos*. Por esse motivo ficavam muitas vezes mais de uma família em cada casa. Acontecia muitas vezes das famílias trocarem de casa para ficarem com conterrâneos e amenizarem a saudade do lugar de onde vinham ouvindo o sotaque e comendo a comida que lhes era familiar.

Todos os que chegaram até essa agrovila, ou a qualquer outra, tinham também um lote no *travessão* e com o passar do tempo aconteceram movimentos distintos nesse espaço. Alguns foram deixando de morar na agrovila e passaram a se instalar nos lotes, outros preferiram se instalar na agrovila e outros ainda foram embora para a cidade ou voltaram para a região de origem.

Num livro de Santos (1993) que discute a migração de pessoas do sul do país para o projeto o autor fala de como a esperança de uma vida melhor era uma mola propulsora para enfrentar os problemas do PIC. Os *colonos* como eram chamados pelo INCRA deveriam limpar ao menos um pedaço do lote para garantir sua ocupação e ainda lidar com as diferenças entre vizinhos. Esses *colonos* do sul vinham de experiências de colonato e de colônias, mas não estavam preparados para enfrentar diferenças culturais como as que enfrentavam na Transamazônica.

O fato de que mais de dez anos depois da publicação do livro de Santos sobre os Matuchos, como eram chamados os migrantes gaúchos eles se reconheçam e sejam reconhecidos por *colonos* é um indicativo da força dessa categoria como marcador social. O trabalho de Santos é dos poucos que retrata os primeiros anos do PIC e fornece uma crítica ao projeto em processo, aos problemas que aparecem nos primeiros anos de sua realização e os conflitos entre os vários grupos que se vêm naquele mesmo espaço, dividindo o desconhecimento do lugar e as dificuldades e trazendo práticas e tradições diferentes e difíceis de serem aceitas por um grupo e outro.

Diferenças essas que se acentuam na comunicação devido às gírias e na alimentação devido a dietas incrivelmente parecidas e diferentes como o fato de todas terem arroz, feijão, carne, legumes e frutas como componentes arranjando-as através de diferentes grãos e formas de preparo e, portanto diferentes sabores.

Assim *colono* caracteriza um grupo de migrantes que é múltiplo e que não teve escolha senão viver numa quase colônia de múltiplas práticas e tradições, múltiplas dinâmicas que tiveram de encontrar uma dinâmica própria. As experiências de *colonos* como se via em outros lugares do país não representaria essa categoria que é específica da região. Ela se refere a migrantes que tinham participação num projeto de colonização, mas que entre si eram completamente diferentes. Mas o fato de se reconhecerem por *colonos* até os dias de hoje mostra que partilham de uma condição comum que se reflete na constituição de um rural particular, dentro da floresta, cujos produtos são essencialmente o cacau e o gado e a produção para o consumo de gêneros básicos como o feijão, arroz, mandioca e milho.

Principalmente ao pensar sobre essa categoria e sua operacionalização no cotidiano vemos seus reflexos na paisagem. Uma paisagem que conjuga a idéia de oposição entre o

rural e a mata e que aos poucos está incorporando a floresta em suas práticas. Uma paisagem cuja idéia de reprodução está ligada a uma forma fixa de ocupação do espaço através do lote e da transformação do espaço em lugar pela ampliação desse padrão seguindo pela estrada e pela limpeza das áreas a serem trabalhadas. O que, portanto categoriza como rural essas áreas é sua relação estreita com a terra enquanto fonte primordial de trabalho e reprodução social, e também como garantia para as novas gerações.

Transformar o espaço e inscrever nele um lugar, algo que se tentou mostrar ao longo de todo o texto é o processo pelo qual passa a agrovila que vemos acima. Ela não se manteve como uma vila incrustada no meio de *travessão* entre a floresta, o lote e a estrada, mas passou a ser habitada e nela circulam pessoas, ela continua como eixo por onde necessariamente as pessoas circulam, mas ela ganha quintais e plantação e criações para a despesa e para o consumo.

Ela não fixa as pessoas no lugar, ao contrário ela dá subsídios para que as pessoas possam escolher entre estar ali ou no lote, na cidade, fora dali. Se organiza para demandar tudo que lhe é de necessidade e direito e assim ganhar infraestrutura um pouco mais apropriada com a manutenção da escola e da estrada. É não o ponto de dispersão, mas de convergência dos que estão no entorno e por ali passam para transportar mercadorias, vender mercadorias, fazer visitas ou por estar à caminho do trabalho.

A paisagem da agrovila é o reflexo daquilo que seus moradores querem que ela seja e as transformações por que passa é o reflexo de suas ações. As cores das casas, que são coloridas tal qual o desenho, os quintais, o cacau, o pomar, a abertura das chácaras e a continuidade da escola na agrovila são parte do processo pelo qual as pessoas se apropriaram do espaço transformando-o em lugar e criando paisagens, ou seja, leituras possíveis sobre o lugar.

A paisagem ainda não é a ideal que almejam os moradores, mas ela guarda em si todas as possibilidades que eles almejam. Assim como a agrovila todo o espaço do entorno da Transamazônica incluídas aí as cidades de Altamira e Brasil Novo são o lugar no qual os *colonos* se constituem enquanto uma categoria. As práticas, as tradições, os alimentos, os gestos e a linguagem trazem em si um uníssono com as paisagens através das quais as pessoas se deslocam. Esse trânsito entre a cidade, o lote, o lugar de origem, e as agrovilas

estão marcados nas trajetórias expostas acima. Essas trajetórias apresentam os *colonos* como aqueles que têm uma ligação direta com a história inicial de ocupação da região, mas que no entanto se distancia das gerações que se seguiram.

*Os daqui* são resultado do processo iniciado com a chegada dos *colonos* e com o desenrolar da ocupação do lugar e as mudanças que foram ocorrendo ao longo do tempo. A dinâmica cotidiana que foi sendo constituída nesse processo foi distanciando os *colonos* do seu local de origem e os aproximando enquanto pessoas ligadas ao trabalho no lote e a configuração do espaço marcada pela estrada.

Com o passar do tempo o lugar passou a ter uma dinâmica que integrava possibilidades diferentes de trabalho que estavam na cidade e no lote e que eram altamente influenciadas pelos arranjos dos grupos familiares e das *faixas* etárias em que seus membros se encontravam. O deslocamento para a cidade quando da idade escolar das crianças muitas vezes fez por fixar a esposa e os filhos como moradores da cidade e usuários de sua infraestrutura e conforto enquanto que ofereceu duas opções desligar-se do lote ou estabelecer uma relação de trabalho com o lote.

Assim *os daqui*, diferentemente dos *colonos* que tinham na migração e no trabalho no lote sua característica comum, têm como características a possibilidade de estar num ponto do processo em que as estratégias possíveis ampliaram seu leque. A dinâmica local foi gestada pelo processo de organização social e transformação espacial iniciada pelos *colonos*, mas essa mesma dinâmica demonstra hoje uma mobilidade espacial e uma gama de opções para aqueles que não mais são migrantes, e sim *os daqui*, nem os *colonos*, nem os paraenses.

O lugar constituído permite que se viva na cidade e se trabalhe no lote, que se tenha um trabalho local em conexão com outras partes do país ou do mundo, que se esteja num *travessão* ou numa agrovila e que as informações circulem por esses lugares. Que educação e saúde sejam ao mesmo tempo bens escassos e em abundância. Transformou-se o espaço em lugares, ou seja, diferentes possibilidades de arranjo dependendo da localização da pessoa e sua rede de relações. *Os daqui* são fruto dessa dinâmica múltipla, desse rural que integra diferentes momentos da história local e nacional, mas mantêm essa forte ligação com a terra.

## Considerações finais - Gente, Tempo e Lugar: A paisagem dos colonos e dos daqui

Ao expor durante todo o texto um caminho percorrido por migrantes e seus filhos na constituição de um lugar nesse entorno da Transamazônica percebemos que as estratégias de vida e trabalho utilizadas pelos nossos interlocutores se aproximam, mas guardando particularidades entre elas. Atribuímos inicialmente essas diferenças a um *habitus* que vinha do lugar de origem de cada família ou de cada indivíduo. Vimos, no entanto, que mesmo sendo importantes as experiências interiorizadas que traziam do lugar de origem, elas não eram imutáveis e nem sempre referência necessária para a tomada de decisões. Ao contrário, o *habitus* que procurávamos está na própria condição de processo inacabado que a ocupação do lugar tem.

Ao olhar nosso objeto como um fluxo organizado de pessoas, coisas, e símbolos, pode-se perceber que as categorias e as dinâmicas que nos permitem entender aquela “configuração social” (ELIAS, 2000) e que permitem que ela seja o que é estão justamente na sua capacidade de manter-se em fluxo. Manter-se ligado e desligado dos locais de onde partiram os migrantes, ampliando ou diminuindo as redes por onde circulam as pessoas, os produtos e as informações. Em organizar uma vida social mais focalizada naquilo que os iguala – a migração dentro do projeto de colonização – do que naquilo que os diferencia – as diferentes regiões de onde vieram.

A categoria que designa as pessoas que primeiro chegaram e que efetivamente tomaram parte no projeto, os *colonos*, foi a porta de entrada para essa pesquisa e para suas questões. Ao longo da pesquisa, no entanto, se percebeu que grande parte dos questionamentos e hipóteses que formulamos estavam muito mais conectadas aos efeitos que a nomeação dessa categoria e suas implicações tinham sobre o processo do que a categoria enquanto fundamental no entendimento da dinâmica local. Essa ruptura com a primazia dos *colonos* como categoria de análise se deu com a introdução de uma nova categoria, que faz parte do fluxo organizado que procurávamos acompanhar, *os daqui*. Num instante, certezas teóricas foram colocadas por terra já que para se falar sobre o lugar onde estudávamos tínhamos de falar sobre duas categorias que eram parte do mesmo processo, fruto de uma mesma dinâmica: os *colonos* e *os daqui*.

A partir desse instante voltar-se para a paisagem e para o espaço foi fundamental para percorrer os fluxos que permitiam seguir essas duas categorias e se entender como elas iam juntas e eram partes uma da outra. *Os daqui* eram possíveis graças a uma permanência dos *colonos* na região e na sua resistência como uma população rural, cercados por questões que iam da agricultura à pecuária e que se organizou no sentido de reproduzir uma dinâmica rural.

Os efeitos iniciais do projeto de colonização no espaço foram incorporados e traduzidos ao longo do tempo como uma matriz que reproduzia uma ocupação do território a partir de *travessões* e lotes. Essa matriz inicial era responsável por reproduzir também uma disputa entre produção para despesa e para consumo, focalizada na plantação de *lavoura branca*, cacau ou criação de gado e algumas outras atividades. Assim a região foi sendo moldada a partir do objetivo inicial de limpar áreas para a reprodução desse universo rural. Mas essa ruralidade foi sendo transformada ao longo do tempo pelas necessidades e demandas daqueles que tomaram parte no projeto e de seus filhos.

Por fim, havia certa generalidade na forma pela qual nossos interlocutores se deslocavam e usavam o espaço e como o configuravam. Ao mesmo tempo essa generalidade escondia as diferentes estratégias e trajetórias por trás desse deslocamento e desse uso. A relação entre morar na cidade ou no lote, plantar cacau ou criar gado, ter *lavoura branca* ou não, fazia parte de uma série de estratégias particulares de cada família ou de cada indivíduo e estava intimamente ligada a um *habitus*.

Assim ao acompanhar as narrativas sobre o lugar empreendidas nas trajetórias de Dona Vicença e Seu Miguel vemos transformações sensíveis no espaço, acompanhadas primeiramente de um aumento expressivo e rápido dos moradores da região. Incremento populacional esse que fez com que o evento narrativo marcante para falar sobre Altamira deixasse de ser a borracha para ser o PIC. A intervenção espacial promovida na região introduziu uma forma diferenciada de relação com o espaço local. O lugar deixou de ser constituído pelo Xingu e pela floresta, passou a ser a estrada e o lote. Ao perceber a importância desses fatores para *colonos* e depois para *os daqui* dialogar com o espaço parecia ser o caminho a percorrer.

Influenciadas por essa forte marca no discurso local e pela participação na pesquisa de 2005 a estrada e o lote se tornaram o cerne do trabalho. As trajetórias então se

encaminham para elas da mesma forma que partem delas; nos desenhos as marcas das estradas estão sempre presentes, os caminhos pelos quais circulam e principalmente a orientação espacial a partir dos caminhos.

Na monografia que deu origem a esse trabalho (NASCIMENTO, 2005) em que as primeiras discussões sobre os *colonos* e seu lugar foram feitas o caminho percorrido ainda não estava totalmente claro ao se apresentar termos como *juquira*, *travessão*, *faixa*. A importância da leitura espacial ainda não era clara. Com a releitura das trajetórias ligadas aos lotes pode-se perceber que esse caminho percorrido era na verdade mais do que um recurso estilístico ligado à história migratória dos *colonos* era também o cerne do processo iniciado por eles.

A estrada e sua estrutura foi reproduzida pelos *colonos* ao longo de toda a ocupação daquele entorno e a partir de sua utilização como ponto de orientação espacial novos caminhos eram traçados para que fossem facilitados os deslocamentos. Deslocar-se era e é uma constante, não há uma só entrevista em que alguma das pessoas presentes não tivesse atividades na cidade ou agrovila.

A divisão entre morada na cidade e trabalho no lote, a necessidade de buscar serviços ou fazer feira longe do lote ou de buscar alimentos, produtos e trabalho no lote constituem uma dinâmica marcada por um deslocamento constante. Deslocamento esse que marca também diferentes momentos do processo operado desde o início do PIC e seu desenrolar a partir da inserção das pessoas e suas atividades e práticas no projeto. O cotidiano mostrou as demandas que o projeto não estipulou e os conflitos decorrentes. As brigas entre os *colonos* de diferentes regiões, as dificuldades do desconhecimento do calendário agrícola local e da forma de trabalhar o solo e a logística de vias interligadas que não era tão eficiente.

Aos poucos esse desgaste do projeto inicial e a mudanças nas políticas do governo refletiu em um abandono do projeto e foi a mola propulsora para que houvesse um ambiente propício para o diálogo entre os diversos grupos que se formavam. Desse diálogo e da aceitação de que havia necessidades e objetivos comuns foi possível que houvesse uma organização de um grupo que se reconhecia como *colono* e que respeitava diferenças alimentares e de linguagem. Casamentos e amizades selaram esse diálogo permitindo que houvesse trabalho conjunto nos lotes e que se trocassem experiências. Dessa troca pode ser

fixado certo padrão de leitura sobre o lugar que se mostrou na reprodução do modelo *travessão* e lotes visto nas novas ocupações do lugar e na manutenção do espaço anteriormente dado pelo projeto.

Mesmo em intervenções locais como a *doze louca* e os diversos ramais que cortam os *travessões* a lógica de orientação passa sempre pela espinha de peixe cravejada de lotes. Assim essa paisagem passou a designar também um tipo de relação com o lugar que era dado pelo trabalho na terra, pela plantação ou criação. O lote nunca deixou de ser parte integrante do cotidiano de todos os moradores locais, assim também como os *colonos* se tornaram parte integrante do processo de ocupação do lugar e de constituição de uma dinâmica social.

De certa maneira esses *colonos* ao buscar meios para reproduzir o grupo e suas práticas e costumes foram aos poucos criando laços de vizinhança e de *comunidade* ao mesmo tempo em que passavam a conjugar duas experiências: o lote e a cidade. O fluxo estava ligado diretamente às condições objetivas de manter e reproduzir os grupos que ali estavam de forma a oferecer maiores condições de acessibilidade aos recursos e infraestrutura que o lote e as pessoas precisavam. Assim, redes de parentes ou de vizinhanças eram acionadas conforme as demandas e mesmo o estabelecimento de laços de parentesco por casamento eram feitos no sentido de consolidar esse fluxo de manutenção e reprodução do grupo.

E as pessoas às quais nos referimos não são apenas aquelas pessoas cujas trajetórias apresentamos aqui e sim todas as pessoas que direta ou indiretamente estão ligados ao PIC. Envolvem-se aqui, também aqueles parentes que ficando no seu lugar de origem deram suporte emocional, financeiro ou físico para o deslocamento, a manutenção e a reprodução dos demais na região.

Assim, no início da análise sobre este fluxo organizado, os primeiros olhares tratavam *colonos* e *os daqui* como uma dualidade de categorias que faria parte da dinâmica constituída. O problema maior era olhar para essa dualidade tal como gerações de pessoas que estavam fora de seu lugar e que reproduziam isso no espaço que formavam ao manter as redes de pessoas, de coisas, e práticas do lugar de origem. Inspirados pelas trajetórias de Dona Vicença e de Seu Miguel, e na leitura de Norbert Elias (2000), pensamos olhar para

os *colonos* como os “outsiders” à que esse autor se reporta, afinal não era aqueles os que vieram de fora e se mantinham enquanto tal?

Ao começar a leitura desse trabalho de Elias e utilizá-la para olhar as notas de campo havia inicialmente uma disparidade, Elias tratava da relação que se dava numa vila entre as pessoas que eram moradoras antigas do lugar e os novos moradores. Os estabelecidos, moradores antigos tinham muitas idéias pré-concebidas sobre quem seriam os recém-chegados, os outsiders, e se mostravam resistentes com a idéia de dividir seu espaço com estranhos.

Na situação estudada as trajetórias colhidas indicavam que a relação estava fora do lugar, pois ao dizer que os *colonos* eram “outsiders” não era possível opor a essa categoria os “estabelecidos”. Ao mesmo ao escolher colocar os *colonos* como “outsiders” o que estávamos dizendo da categoria que por excelência dialogava com eles? *Os daqui* não poderiam ser colocados na mesma categoria de “outsider” do *colono* já que eles eram o elo seguinte do fluxo que demonstrou ser a constituição de dinâmica local e de uma relação com o lugar.

O que foi se desenrolando desse debate com o material de campo pareciam ser caminhos sobre como olhar para o que estava nele, os cadernos de campo e os desenhos. Retomando, portanto o material de campo à luz de Elias a discussão não poderia ser sobre os estabelecidos e os outsiders e sim sobre os outsiders transformando-se em estabelecidos.

Parecia ser esse caminho inverso dado por um processo ao longo de um tempo e num lugar que figurava como o centro da discussão. Olhando para esses *colonos* e incluindo o tempo nas suas trajetórias se veria possivelmente como eles deixam de ser outsiders e passam a figurar como os estabelecidos, como aqueles que tem direitos, conhecimentos e relações com o lugar. E *os daqui*, categoria que designa os mais adaptados e ligados à dinâmica local e ao lugar como seu lugar, que estabelecem uma relação com o lugar, eles não poderiam ser outra coisa que não estabelecidos.

No lugar em que o espaço é visto como um mar de lotes cercado por um mar de verde, onde o gado e o cacau são tão característicos como o churrasco, o brega, a poeira e a lama e onde *os daqui* são o resultado desse processo de conformação dessas características e introdução delas na dinâmica local nada poderia ser mais estabelecido do que eles enquanto categoria que designasse a relação das pessoas com o entorno da Transamazônica.

Olhando para a dinâmica que *os daqui* e os *colonos* expõem em seu cotidiano é possível perceber que a particularidade que se perguntava se existia não só existe como é marcada no espaço físico e social na configuração de estratégias que são plásticas no sentido de se adequarem às necessidades de cada pessoa, família, ou grupo.

Principalmente essas estratégias se encontram ligadas a uma idéia de lugar que se orienta segundo caminhos, estradas e corpos d'água reforçando a importância da relação com o espaço que é percebida com a ligação com o trabalho com a terra.

As trajetórias dos vários *colonos* e *os daqui* entrevistados revelam essa relação estreita com o espaço natural que carrega diversas expressões e caracteriza esse rural amazônico. Os *colonos* e *os daqui* foram as categorias que permitiam acompanhar o processo iniciado com o PIC, que permitiu visualizar ao longo do tempo as mudanças das relações e das práticas, entender os deslocamentos, sua importância e os atores envolvidos nelas e suas ações, levando-nos a entender em que lugar elas ocorriam.

A preocupação com a dinâmica local e com a apreensão dela através das trajetórias demonstrou que havia estratégias diferenciadas cujos componentes eram dados pelas trajetórias pessoais combinadas à trajetória do lugar. A entrada no campo a partir de questões ligadas ao uso e cobertura da terra influenciou o foco dessa pesquisa para o trabalho com os desenhos e com as marcas que a paisagem deixava em cada trajetória. A partir de trabalhos como os de Bender (2002) e Ingold (1993) foi possível pensar como a relação entre a sociedade e o espaço físico poderia revelar elementos caros àquele grupo de pessoas.

A ligação com o projeto de colonização se tornou mais forte com a apresentação de relatos como os de Dona Vicença e Seu Miguel Zalpa que mostraram como houve uma alteração na relação cotidiana das pessoas com o lugar. Essa alteração brusca, que teve marcas perceptíveis na paisagem levou a novas leituras sobre o espaço e, portanto a novas estratégias. A migração enquanto estratégia para obtenção de terra e essa terra vista como garantia de condições para manutenção e reprodução das pessoas e do grupo teve um impacto na constituição desse lugar para o qual olhamos a partir de 2005.

O que já estava posto em 2005 e em 2008 foi essencialmente o momento presente de um processo ainda em andamento que começou a partir de uma situação de

transformações brusca imputou àqueles que tomaram parte dele caminhos possíveis a seguir. Caminhos esses expressos nas diferentes estratégias de *colonos* e *dos daqui*.

Estratégias essas que não são apenas escolhas aleatórias, mas que se mostraram particulares e plásticas que respondem as demandas de indivíduos e unidades domésticas em momentos diferentes de sua trajetória cujas decisões e estrutura geral dependem de um cálculo que equilibrasse as demandas com os movimentos da sociedade em geral. Assim a opção por gado ou cacau e a permanência dos lotes e do *travessão* como parte das práticas de usos e ocupação do espaço são antes de estratégias padronizadas parte de uma relação das pessoas com o lugar sendo a base de onde partem as diversas estratégias encontradas.

Não se consegue estabelecer uma relação com o desconhecido antes que ele seja dado como desconhecido, não se torna algo familiar antes que ele seja entendido e vivenciado enquanto tal. O tempo então apresentou mudanças sensíveis na relação com o entorno da rodovia ao transformar *colonos* em *os daqui*. Ao cessar a identificação das pessoas com o lugar de onde partira a migração e a manutenção de práticas trazidas, introduzindo uma relação com o lugar que aproximasse mais do que distanciasse os moradores, se permitiu que as pessoas falassem de si como *os daqui*.

Essa mudança tem dois pontos importantes: o primeiro deles a mudança da relação com o lugar que deixa de ser uma ameaça e um desconhecido para ser um lugar que é entendido e introduzido no cotidiano das pessoas; o segundo ponto é que essa mudança no foco da relação com o lugar ampliou o espaço de circulação das pessoas dentro dele e permitiu uma plasticidade maior às estratégias desses moradores e suas práticas. Deslocar-se deixou de ser uma aventura rumo a um desconhecido onde o acesso e a troca eram escassos e difíceis, constituindo uma relação de familiaridade com o lugar, onde as trocas, os deslocamentos e as redes puderam ser flexíveis e diferenciadas; mantidas além dos limites da Transamazônica ou estabelecidas a partir desse limite.

Portanto as categorias *colonos* e *daqui* pensadas a partir de seu início com o PIC demonstram como o processo operado pelos moradores da região fez da estrada e seu entorno um lugar com significados e práticas próprias. Um lugar cuja dinâmica particular o diferencia de outros lugares e o faz ser um lugar entre lugares, não ignorando a existência de outros lugares, mas sendo mesmo constituído pela existência e relação com esses.

## Bibliografia

- ALMEIDA, A. W. B.** Terras tradicionalmente ocupadas: Processos de territorialização e movimentos sociais. **Revista Estudos Urbanos e Regionais**. Rio de Janeiro: ANPUR, 6(1): 1-30, 2004.
- ALMEIDA, M. W. B.** Narrativas agrárias e a morte do campesinato. **Ruris**. Campinas: 01(02): 157-186, 2007.
- ALMEIDA, M. W. B.** Redescobrimo a família rural. **Revista brasileira de Ciências Sociais**. Anpocs: 1(1): 66-83, 1986.
- ALMEIDA, M. W. B.** *Notas sobre a pequena produção agrícola*. Campinas: Editora da Unicamp, 1981.
- ARAGÓN, L. E.** *The Amazon as a Study Object: Building Regional Capacity for Sustainable Development*. Stockholm: Stockholm University Press, 1994.
- ARIMA, E; BARRETO, P.** Pecuária e madeira: Lucratividade, expansão e sustentabilidade. **Revista Ciência & Ambiente**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, (32): 119-131, jan-junho de 2006.
- ARRUTI, J. M.** A emergência dos “remanescentes”: notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. **Revista Mana**, 3(2): out. 1997. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-93131997000200001](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131997000200001). Acessado em: 10/01/2008.
- BENDER, B.** Time and landscape. **Current Anthropology**, 43(4), 2002.
- BITTENCOURT, L.** *Spinning lives*. Boston: University Press of América, 1996.
- BORGES, A.** *Tempo de Brasília: etnografando lugares-eventos da política*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004.
- BOURDIEU, P.** “A ilusão biográfica”. In: **FERREIRA, M. de M; AMADO, J** (orgs). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- BOURDIEU, P.** *A economia das trocas simbólicas*. Rio de Janeiro: Perspectiva, 2004.
- BRANDÃO, C. R.** *O afeto da terra*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.
- BRESCIANI, S; NAXARA, M. (orgs.).** *Memória e (res)sentimento: Indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.
- BRONDÍZIO, E. S; FUTEMMA, C.** Land reform and land-use change in the lower Amazon: Implications for agricultural intensification. **Human Ecology**: 31(3): 369-402, set de 2003.
- BROWN, L.** O dilema brasileiro. **Revista Ciência & Ambiente**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, (32): 133-150, jan-junho de 2006.

**BUARQUE DE HOLANDA, S.** (1956) *Caminhos e fronteiras*. São Paulo: Companhia das letras, 2005.

**BUARQUE DE HOLANDA, S.** *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 26ª edição, 2004.

**CARNEIRO DA CUNHA, M.** *Negros estrangeiros: Os escravos libertos e sua volta à África*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

**CARNEIRO DA CUNHA, M.; ALMEIDA, M. W. B.** *A Enciclopédia da Floresta. O Alto Juruá: Práticas e Conhecimentos das Populações*. São Paulo, Cia. das Letras, 2002.

**CARNEIRO, M. J.** Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 11: 53-85, out. de 1998. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/onze/zeze11.htm>. Acessado em: 10/10/07.

**CASTRO, E. M. R. de; HÉBETTE, J** (orgs). *Na trilha dos grandes projetos: modernização e conflito na Amazônia*. Belém: NAEA/UFPA, 1989.

**CLIFFORD, J.** “Sobre a autoridade etnográfica”. In: **GONÇALVES, J. R.** *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XXI*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1998.

**COHEN, A.** *Custom and politics in Urban Africa: A Study of Hausa Migrants in Yoruba Towns*. Berkeley: University of California Press, 1969.

**COSTA, F. de A.** Questão agrária e macropolíticas para a Amazônia. *Dossiê Amazônia brasileira I. Revista Estudos Avançados*. São Paulo: *Revista Estudos Avançados*, 53: 131-156, 2005.

**COSTA, H. L. CAMPOS.** *As mulheres e o poder na Amazônia*. Manaus: EDUA, 2005.

**D’ANTONA, A. de O.** *Garantir a terra, garantia da terra?: Reservas extrativistas na Amazônia legal brasileira*. Campinas: tese de doutorado, 2003.

**D’ANTONA, A. de O.** *O verão, o inverno e o inverso: sobre o modo de vida de comunidades residentes na região do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses*. Campinas: dissertação de mestrado, 1997.

**D’ANTONA, A; CAK, A. D; VANWEY, L. K.** “Efeitos da escala da análise em estudos de mudança da cobertura da terra entre Santarém e Altamira, no Pará, Brasil”. In: **HOGAN, D.** *Dinâmica populacional e mudança ambiental: cenários para o desenvolvimento brasileiro*. Campinas: Núcleo de Estudos de População – Nepo/Unicamp, 2007.

**DURHAM, E. R.** *As comunidades rurais tradicionais e a migração. A dinâmica da cultura*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004. a

**DURHAM, E. R.** *Migrantes rurais. A dinâmica da cultura*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004. b

**ELIAS, N; SCOTSON, J. L.** (1990) *Os estabelecidos e os outsiders*. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena *comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

**EPSTEIN, A. L.** *Politics in an urban African Community*. Manchester: University of Manchester Press, 1958.

**ESCADA, M. I. S.** Processos de ocupação nas novas fronteiras da Amazônia(o interflúvio do Xingu/ Iriri). *Dossiê Amazônia brasileira II. Revista Estudos Avançados*. São Paulo: *Revista Estudos Avançados*, 54: 9-23, 2005.

**ESMERALDO, G.** *O Feminino na sombra: Relações de poder na CUT*. Fortaleza: EUFC, 1998.

**ETULAIN, R. W.** *Does the frontier experience make America Exceptional?* Boston/New York: Bedford/St. Martin's, 1999.

**EVANS-PRITCHARD, E. E.** (1956) *Bruxaria, Oráculos e Magia entre os Azande*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editores, 2005.

**EVANS-PRITCHARD, E. E.** *Os Nuer: Uma descrição do modo de subsistência e instituições políticas de um povo nilota*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1993.

**FAVRET-SAADA, J.** (1977) *Les mots, la mort, le sort*. Paris : Éditions Gallimard, 2007.

**FAVRET-SAADA, J.** “Ser afetado”. *Revista Cadernos de Campo*. São Paulo: FFLCH/USP, ano 14(13): 155-161, 2007.

**FELDMAN-BIANCO, B.** *Antropologia das sociedades contemporâneas: Métodos*. São Paulo: Global, 1987.

**FELDMAN-BIANCO, B; LEITE, M. L. M. (org).** (1998) *Desafios da imagem*. Fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais. Campinas: Editora Papirus, 2006.

**FERREIRA, A. M. M; SALATI, E.** Forças de transformação do ecossistema amazônico. *Dossiê Amazônia brasileira II. Revista Estudos Avançados*. São Paulo: *Revista Estudos Avançados*, 54: 25-44, 2005.

**FERREIRA, L. V; VENTICINQUE, E; ALMEIDA, S.** O desmatamento na Amazônia e a importância das áreas protegidas. *Dossiê Amazônia brasileira I. Revista Estudos Avançados*. São Paulo: *Revista Estudos Avançados*, 53: 157-166, 2005.

**FIORAVANTI, C.** Mais gente, menos árvore. *Revista Pesquisa Fapesp*, (142): 2007. Disponível em: <http://www.revistapesquisa.fapesp.br/?art=3403&bd=1&pg=1&lg=>, acessado em 05/01/2008.

**FIRTH, R.** (1951) *Elements of social organization*. London: C&A Watts, 1969.

**FOUCAULT, M.** *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

**GARCIA JR, A. R.** *O Sul: Caminho do roçado*. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo/Brasília: Editora Marco Zero/Editora Universidade de Brasília, 1990.

**GEERTZ, C.** (1973) *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1989.

**GEERTZ, C.** *O saber local: novos ensaios de antropologia interpretativa*. Petrópolis: Editoras vozes, 1999.

**GLUCKMAN, M.** “Análise de uma situação social na Zululândia moderna”. In: **FELDMAN-BIANCO, B.** *Antropologia das sociedades contemporâneas: Métodos*. São Paulo: Global, 1987, p. 227-267.

**HAESBAERT, R.** *O mito da desterritorialização: do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

**HALBWACHS, M.** *A memória coletiva*. São Paulo: Editora Vértice, 1990.

**HIRSH, E; O’HANTON, M.** *The Anthropology of landscape. Perspective on place and space*. Oxford: Clarendon Press, 1995.

**HOMMA, A. K. O.** Amazônia: como aproveitar os benefícios da destruição? *Dossiê Amazônia brasileira II. Revista Estudos Avançados*. São Paulo: *Revista Estudos Avançados*, 54: 115-135, 2005.

**IANNI, O.** *Ditadura e agricultura. O Desenvolvimento do capitalismo na Amazônia*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1979.

**INGOLD, T.** *Key debates in Anthropology*. London/New York: Routledge, 1996.

**INGOLD, T.** The temporality of landscape. *World Archeology*. 25(2): 152-174, 1993.

**KUPER, A.** *Conceptualizing Society*. London/New York: Routledge, 1992.

**LEITE, M.** “Florestania”. Análises, princípios e propostas socioambientais para superar os vícios da economia de fronteira na Amazônia. *Revista Ciência & Ambiente*. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, (32): 7-13, jan-junho de 2006.

**LEITE, M.** Amazônia: Uma gigantesca oportunidade para o Brasil reinventar-se. *Revista Ciência & Ambiente*. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, (31): 7-12, jul-dez de 2005.

**LEVI-STRAUSS, C.** “A lição de sabedoria das vacas loucas”. *Revista Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, (70): 79-84, 2004.

**LEVI-STRAUSS, C.** *O pensamento selvagem*. São Paulo: Editora Papyrus, 2002.

**LITTLE, P.** *Políticas ambientais no Brasil*. Análise, Instrumentos, experiências. São Paulo/Peirópolis/Brasília: IIEB, 2003.

**LOERA, N. R.** *A espiral das ocupações de terra*. São Paulo/Campinas: Editora Polis/Ceres-Unicamp, 2006.

**LOUREIRO, V. R.** *Amazônia: Estado, Homem, Natureza*. Belém: CEJUP, 1992.

**LOUREIRO, V. R. e PINTO, J. N. A.** A questão fundiária na Amazônia. *Dossiê Amazônia II. Revista Estudos Avançados*. São Paulo: *Revista Estudos Avançados*, 54: 77-98, 2005.

**LOURENÇO, F.** *Agricultura ilustrada*. Liberalismo escravismo nas origens da questão agrária brasileira. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

**LOVELL, N. (org).** *Locality and belonging*. London/New York: Routledge, 1998.

**MALINOWSKI, B.** *Crime e costume na sociedade selvagem*. Brasília/São Paulo: Editora UNB/Imprensa Oficial do Estado, 2003.

**MALINOWSKI, B. K.** *Coral gardens and their magic*. London: Allen and Unwin, 1966.

**MARCHESE, D.** *Eu entro pela perna direita*. Espaço, representação e identidade do seringueiro no Acre. Rio Branco: Edufac, 2005.

**MARTINE, G; CAMARGO, L.** Crescimento e distribuição da população brasileira: tendências recentes. **Revista Brasileira de Estudos de População**. Campinas: Nepo/Unicamp, 1(1/2): 99-143, jan-dez de 1984.

**MARTINE, G.** Expansão e retração do emprego na fronteira agrícola. **Revista de Economia Política**: 2/3: 53-76, jul-set, 1982.

**MARTINE, G.** As migrações de origem rural no Brasil: uma perspectiva histórica. **História e População: Estudos sobre América Latina**. São Paulo: Abep/IIUSP/Celade, 1990, 16-26.

**MARTINS, J. S.** Frente pioneira: contribuição para uma caracterização sociológica. In: **MARTINS, J. S.** *Capitalismo e tradicionalismo: Estudo sobre as contradições da Sociedade Agrária no Brasil*. São Paulo: Editora Pioneira, 1975.(a)

**MARTINS, J. S.** *Capitalismo e tradicionalismo: estudo sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. São Paulo: Editora Pioneira, 1975.

**MARTINS, J. S.** *Os camponeses e a política no Brasil: lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.

**MASSEY, D. S.** The ethnosurvey in theory and practice. **International Migration Review**: (21): 1498-1522, 1987.

**MELLO, N. A.** *Políticas territoriais na Amazônia*. São Paulo: Annablume, 2006.

**MENEZES, M. A.** *Redes e enredos nas trilhas dos migrantes: um estudo de famílias de camponeses-migrantes*. Rio de Janeiro: Relume Dumará Editora, 2002.

**MINTZ, S.** (1985) *Sweetness and power. The place of sugar in modern history.* New York: Elisabeth Sifton Books/Penguin Books, 1986.

**MORAN, E. F.** *Developing the Amazon.* Bloomington, EUA: Indiana University Press, 1981.

**MORAN, E. F.** *Through Amazonian Eyes: The human ecology of amazonian populations.* Iowa: University of Iowa Press, 1993.

**MORAN, E. F.** Colonization in the Transamazon and Rondônia. In: **SCHMINK, M; WOOD, C. H.** *Frontier Expansion in Amazonia.* Gainesville (Florida): University of Florida Press, 1984, pg 285-303.

**MOTTA, R. S.** Custos e benefícios do desmatamento na Amazônia. **Revista Ciência & Ambiente.** Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, (32): 73-84, jan-junho de 2006.

**MUKERJI, C.** *Territorial ambitions and the gardens of Versailles.* United Kingdom: Cambridge University Press, 1997.

**MUSUMECI, L.** *O mito da terra liberta: Colonização espontânea, campesinato e patronagem na Amazônia oriental.* São Paulo: Vértice/Editora Revista dos Tribunais/ ANPOCS, 1988.

**NATIONAL RESEARCH COUNCIL; COMITTE ON THE HUMAN DIMENSIONS OF GLOBAL CHANGE.** *People and pixels: Linking remote sensing and social science.* Washington: National Academy of Science, 1998.

**NASCIMENTO, T. T.** *O caminho percorrido: lotes, colonos e trajetórias na Transamazônica.* Campinas: Unicamp, Monografia de conclusão do curso de Ciências Sociais, 2006.

**NASCIMENTO, T. T; D'ANTONA, A. O; CAK, A.** Integrando desenhos e imagens de satélite no estudo de mudanças no uso e cobertura da terra. **Revista Ambiente & Sociedade**, 11(1): 99-116, 2008. Disponível no site: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v11n1/07.pdf> . Acessado em: 16/12/2008.

**NEPSTAD, D; ET ALL.** Passos para uma política de gestão socioambiental da indústria madeireira da Amazônia. **Revista Ciência & Ambiente.** Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, (32): 45-54, janeiro-junho de 2006.

**NEVES, E. G.** O lugar dos lugares: Escala e intensidade das modificações paisagísticas na Amazônia Central pré-colonial em comparação com a Amazônia Contemporânea. **Revista Ciência & Ambiente.** Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, (31): 79-91, jul-dez de 2005.

**NIEMEYER, A. M.** Indicando caminhos: mapas como suporte na orientação espacial e como instrumento no ensino da antropologia. In: **GODOI, E. P; NIEMEYER, A. M.(orgs.).** *Além dos territórios: para um diálogo entre a etnologia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos.* Campinas: Mercado da Letras, 1998.

**NOGUEIRA, V. S.** *Territorialidade e Mobilidade: emergência de novas ruralidades a partir das trocas entre migrantes e o seu grupo de origem.* Campinas: Unicamp, Texto de qualificação, 2008.

**NOVAES, J. R; ALVES, F. J. C.** *Migrantes. Rio de Janeiro/São Carlos/Terezina/São Luiz*: UFRJ, UFSCar, UFPI, UFMA, 2007. 1 DVD.

**NUNES, A. C.** *A batalha do Riozinho do Anfrísio. Uma história de índios, seringueiros e outros brasileiros*. Altamira: André Avelino da Costa Nunes, 2003.

**OLIVEIRA, J. P.** Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. **Revista Mana: Estudos de Antropologia Social**. Rio de Janeiro: 4(1): 47-77, 1998.

**OLIVEIRA, R. C. de.** *O trabalho do antropólogo*. Brasília/São Paulo: Paralelo 15/Editora da Unesp, 1998.

**PÁDUA, J. A.** “Arrastados por uma cega avareza”. As origens da crítica à destruição dos recursos naturais amazônicos. **Revista Ciência & Ambiente**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, (31): 133-146, jul-dez de 2005.

**PAOLIELLO, R.** Estratégias espaciais, reconversões identitárias e novas ruralidades em terras remanescentes de quilombos. **Anais do VII Congresso da ALASRU**, 2006.

**PERES, S. C.** *Cultura, política e identidade na Amazônia: o associativismo indígena na Amazônia*. Campinas: tese de doutorado, 2003.

**PIETRAFESA DE GODOI, E; NIEMEYER, A. M.(orgs.)**. *Além dos territórios: para um diálogo entre a etnologia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos*. Campinas: Mercado da Letras, 1998.

**PIETRAFESA DE GODOI, E.** *O trabalho da memória: cotidiano e história no sertão do Piauí*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

**POLLAK, M.** Memória, e identidade social. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: 5(10): 200-212, 1992.

**POLLAK, M.** Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: 2(3): 3-15, 1989.

**POSTIGO, A. de A.** *Penduraram as letras na parede da sala: escrita e organização social no Alto Juruá*. Campinas: tese de mestrado, 2004.

**PROJETO USO DA TERRA E A ESTRUTURA DAS UNIDADES DOMÉSTICAS.** *Manual Economia e Uso da Terra*. Campinas/Indiana: Nepo/Unicamp & ACT/IU, jul/set de 2005.

**PROJETO USO DA TERRA E A ESTRUTURA DAS UNIDADES DOMÉSTICAS.** *Manual Unidade Doméstica e Composição Familiar*. Campinas/Indiana: Nepo/Unicamp & ACT/IU, jul/set de 2005.

**RODRIGUES, C. M. C.** *Água aos olhos de Santa Luzia*. Um estudo de memória sobre o deslocamento compulsório de sítiantes em Nazaré Paulista (SP). Campinas: Editora da Unicamp/Centro de Memória Unicamp, 1999.

- SAHLINS, M.** (1985) *Ilhas de história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editores, 2003
- SAHLINS, M.** O pessimismo sentimental e a experiência etnográfica: porque a cultura não é um 'objeto' em vias de extinção (parte I). **Revista Mana**. Rio de Janeiro, 3(1): 41-73, 1997. a
- SAHLINS, M.** O pessimismo sentimental e a experiência etnográfica: porque a cultura não é um 'objeto' em vias de extinção (parte II). **Revista Mana**. Rio de Janeiro, 3(2):103-150, 1997. b
- SAHLINS, M.** *Esperando Foucault, ainda*. São Paulo: Cosac Naify, 2004.
- SAHLINS, M.** The Sadness of sweetness. The Native Anthropology of Western Cosmology. **Current Anthropology**, 37(3): 394-428, jun de 1996.
- SANTOS, J. V. T.** *Matuchos: Exclusão e luta*. Petrópolis: Editora Vozes, 1993.
- SANTOS, M; SOUZA, M. A. A; SILVEIRA, M. L.** *Território: Globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec/Anpocs, 1996.
- SCHMINK, M; WOOD, C. H.** *Contested Frontiers in Amazonia*. New York: Columbia University Press, 1992.
- SCHMINK, M; WOOD, C. H.** *Frontier Expansion in Amazonia*. Gainesville (Florida): University of Florida Press, 1984.
- SCOTT, J. C.** *Seeing like a state: How certain schemes to improve the human condition have failed*. New Haven: Yale University Press, 1998.
- SEEMANN, J** (org). *A aventura cartográfica*. Perspectivas, pesquisas e reflexões sobre a cartografia humana. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2005.
- SIGAUD, L.** A forma acampamento. **Novos estudos Cebrap**, (58): 73-92, nov. 2000.
- SIMMONS, C. S; et all.** The changing dynamics of land conflict in the Brazilian Amazon: The rural-urban complex and its environmental implications. **Urban Ecosystem**, (6): 99-121, 2002.
- SMITH, N.** *The Amazon river forest*. New York, EUA: Oxford Press, 1999.
- SORRENSEN, C. L.** Frontier spaces of vulnerability: Regional change, urbanization, drought and fire hazard in Santarém, Pará, Brazil. **Urban Ecosystems**, (6): 123-144, 2002.
- STEWART, P. J; STRATHERN, A.** (ed). *Landscape, Memory, and History*. London, UK: Pluto Press, 2003.
- STRATHERN, M.** Out of Context: The persuasive Fictions of Anthropology. **Current Anthropology**, 28(3): 251-281, junho de 1987.
- STRATHERN, M.** *O gênero da dádiva*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

**SZERSZYNSKI, B; HEIM, W; WATERTON, C.** *Nature Performed. Nature, Culture and Performance.* Oxford: Blackwell Publishing, 2003.

**TEDESCO, J. C.** *Memória e Cultura: O coletivo, o individual, a oralidade e fragmentos de memórias de nonos.* Porto Alegre: Editora EST, 2001.

**TUAN, YI FU.** *Paisagens do medo.* São Paulo: Editora Unesp, 2005.

**TUAN, YI FU.** *Espaço e lugar: A perspectiva da diferença.* São Paulo: Difel, 1983.

**TURNER, V.** *Dramas, fields and metaphors: Symbolic Action in Human Society.* Ithaca: Cornell University Press, 1974.

**TURNER, V.** *Schism and continuity in an African society: A study of Ndembu village life.* Manchester: Manchester University Press, 1972.

**VANGELISTA, C; BERTHORELO, T. A. V.** *Os braços da lavoura: Imigrantes e “caipiras” na formação do mercado de trabalho paulista.* São Paulo: Hucitec, 1991.

**VELHO, O G.** (1972) *Frentes de expansão e estrutura agrária.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2ª ed., 1981.

**VELHO, O G.** *Sociedade e Agricultura.* Coleção Agricultura e sociedade. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

**VERÍSSIMO, A.** Florestas Nacionais: Uma política para conservação e manejo florestal sustentável na Amazônia. **Revista Ciência & Ambiente.** Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, n.32, janeiro-junho de 2006.

**VICENTINI, Y.** *Cidade e História na Amazônia.* Curitiba: UFPR, 2004.

**VINCENT, J.** “A sociedade agrária como fluxo organizado: Processos de desenvolvimento passados e presentes”. In: **FELDMAN-BIANCO, B.** *Antropologia das sociedades contemporâneas: Métodos.* São Paulo: Global, 1987, p. 375-402.

**VINCENT, J.** “Political Anthropology: Manipulative strategies”. *Annual Review of Anthropology,* (29):1-24, 2000.

**VINCENT, J.** *Anthropology and politics: Visions, traditions and trends.* Tucson: University of Arizona Press, 1995.

**WILLIAMS, R.** *O campo e a cidade na história e na literatura.* São Paulo: Companhia das letras, 1989.

**WINKLERPRINS, A M. G.** A House-lot gardens in Santarém, Pará, Brazil: linking rural with urban. **Urban Ecosystems,** (6): 43-65, 2002.

**WOLF, E.** *Europe and the people without history.* Berkeley: University of California Press, 1982.

**WOLF, E.** *Sociedades Camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

**WOORTMANN, E. F.** *Herdeiros, parentes e compadres: colonos do sul e sitiantes do nordeste*. Brasília: EdUNB, 1994.

**WOORTMANN, E. F; WOORTMANN, K.** *O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Brasília: EdUNB, 1997.

**WOORTMANN, K.** Com parente não se “neguceia”. O campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico/87**. Rio de Janeiro: Editora Tempo Brasileiro, 1988.